

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE – CPDA

TESE DE DOUTORADO

**EM BUSCA DO “MOVIMENTO PURO”.
ORGANIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E DISPUTA
POLÍTICA LOCAL**

INÊS CABANILHA DE SOUZA

2005



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**EM BUSCA DO “MOVIMENTO PURO”.
ORGANIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E DISPUTA POLÍTICA
LOCAL**

INÊS CABANILHA DE SOUZA

Sob orientação da professora
Leonilde Servolo de Medeiros

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do título de **Doutor em**
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Seropédica
Junho de 2005

305.555

S729e

T

Souza, Inês Cabanilha de

Em busca do "movimento puro" .
Organização, representação e disputa
política local / Inês Cabanilha de Souza.
- 2005.

282 f. : il.

Orientador: Leonilde Sérvalo de
Medeiros.

Tese (doutorado) - Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de
Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 266-278.

1. Pequenos agricultores - Mato Grosso
- Teses. 2. Política local - Mato Grosso -
Teses. 3. Entidades representativas -
Teses. I. Medeiros, Leonilde Sérvalo de.
II. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e
Sociais. III. Título.

Para Eduardo

Para meu pai
In memoriam

AGRADECIMENTOS

Fruto de um período no qual muitas mudanças ocorreram, algumas das quais com influência direta sobre a elaboração, este trabalho contou com a participação – das mais variadas formas – de muitas pessoas e instituições, para as quais vai aqui um agradecimento muito especial.

Eduardo, meu amor, que durante o período de idas e vindas da redação desta tese esteve sempre presente, incentivando das mais variadas formas, mas, também, me tirando para um passeio que, se por um lado provocou algum atraso, por outro, proporcionou momentos que jamais poderiam ter sido deixados para trás. Foi nestas idas e vindas, acompanhando suas aventuras e incentivada pelo seu entusiasmo pela vida, que descobri outros mundos, como o fundo do mar e o céu do Rio de Janeiro.

Minha mãe, Isabel, minhas irmãs, Cláudia, Maria Ângela e Dora – que por algum tempo dividiu moradia e parte das angústias deste trabalho – pela eterna torcida para que eu terminasse logo este trabalho e para que, junto com ele, fosse embora a minha enxaqueca.

Meu pai, Antônio, que foi embora antes que eu terminasse esta tese e virasse doutora, como ele dizia.

À minha orientadora Leonilde Servolo de Medeiros, que com sua rigidez deu rédeas curtas nos momentos certos e com sua sabedoria afrouxou-as nas ocasiões necessárias. Acompanhando-me desde o mestrado, proporcionou que meu ingresso na área das ciências humanas fosse muito agradável e rico. Sou-lhe imensamente grata. À minha amiga Leonilde, a Leo, que nestes anos de convivência compartilhou da minha vida pessoal e de muitas histórias, alegres e tristes, sempre com uma palavra ponderada e de incentivo.

Ao Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé (MUL) –, suas entidades (Sindicato de Trabalhadores Rurais, Central de Associações, Centro de Tecnologia Alternativa, Associações), suas lideranças, seus técnicos e funcionários –, pela disposição em ceder dados, informações, pela gentileza e delicadeza com que me receberam e me proporcionaram a estrutura necessária às pesquisas de campo.

À Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e sua equipe regional no Guaporé, que não se furtaram a prestar informações para que este trabalho fosse realizado. A João Ivo Puhl e Cláudia Calório, que já não estavam mais na equipe quando se dispuseram a contribuir para a realização desta tese. À FASE nacional, na pessoa de Maria Emília L. Pacheco, pela receptividade e informações.

Ao CPDA/UFRRJ, pelas condições que me proporcionaram executar este trabalho e pela ajuda financeira para o trabalho de campo.

Aos professores do CPDA/UFRRJ que, por intermédio das suas disciplinas, debates, pesquisas e de momentos menos formais, contribuíram para esta tese. Em especial, Leonilde Medeiros, Regina Bruno, Sérgio Leite, Renato Maluf.

Aos funcionários do CPDA, pela acolhida e presteza: Diva Faria, Sônia Soares, Cristina Araújo, José Carlos, Rita, Silvia, Ilson.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento que me possibilitou realizar esta tese.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Superintendência de Mato Grosso e Unidade Avançada Casalvasco, pelas informações.

A Moacir Palmeira e Roberto Moreira, pelas críticas e contribuições durante a banca do Exame de Qualificação, que em muito colaboraram para os rumos que este trabalho tomou.

A Regina Bruno e Maria José Carneiro, por se proporem a discutir a versão que possibilitou a matrícula no Doutorado, o que me instigou a repensar várias questões.

O trabalho junto à equipe da pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais* e as discussões proporcionadas durante sua realização em muito concorreram para minha formação. A convivência com a equipe foi uma grata experiência: Leonilde Medeiros, Sérgio Leite, Paulo Alentejano, Adriane Benedetti, Diva Faria, Eudson de Castro, Eliano Lopes, Sônia Bergamasco, Antônio João C. Fernandes, Elder de Paula.

À professora Eli Lima, pelos empurrões bem-humorados e pela Nossa Senhora Desatadora de Nós.

A convivência com Regina Bruno e Marcelo Miná Dias, no âmbito da pesquisa *Sistemas de Gerenciamento da Reforma Agrária* (SIGER), foi uma agradável realização, exemplo de profissionalismo, cumplicidade e companheirismo nos instantes mais difíceis, quando nós três escrevíamos as teses. Selei duas grandes amizades neste período. Foi neste período, também, que Regina Bruno me apresentou Norbert Elias, me aceitando como aluna ouvinte em sua disciplina que tanto contribuiu para esta tese.

As leituras dos muitos textos em inglês foram menos penosas e muito mais divertidas com a impagável ajuda de Jorge Ferrão, nosso “Diamante Negro” que a África nos brindou com seu brilho e raridade. Obrigada pela generosidade, paciência e demonstração de profunda amizade, que acabou estendida a toda minha família.

A Luciano Nunes Padrão, meu amigo de todas as horas, daqueles a quem se permite nos dizer qualquer coisa. Foram muitos conselhos, dúvidas sobre caminhos, sacudidas...

Em Pontes e Lacerda, mais que a ajuda na pesquisa, Cidinha e Ságuio me receberam em sua casa e compartilharam comigo muitas incertezas e aflições no decorrer das pesquisas de campo. Obrigada por tudo.

Em Cuiabá, agradeço especialmente a Tuca e Nelson, meus grandes amigos que cooperaram para a realização das pesquisas de campo, com casa, carro, comida e o melhor, a receptividade cuiabana. Sempre encontrei abrigo e carinho na sua casa.

Em Cuiabá, agradeço ainda ao Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado (GERA) e seus pesquisadores: Antônio João, Praxedes, José Leite, Eudson de Castro, Erivã Velasques, Nelson Borges.

Aos colegas e amigos do CPDA que compartilharam, de um modo ou de outro, da elaboração deste trabalho, por intermédio das disciplinas cursadas, da realização de trabalhos conjuntos, das discussões sobre temas específicos, dos bate-papos de boteco: Paulo Alentejano, Adriane Benedetti, Vanessa L. Teixeira, Roseli Andrade, Valéria Rodrigues, Pierina G. Casteli, George Flexor, Márcio Reis, Mônica Lepri, Flávia Mafra, Nilza Luzzi, Nora Presno, Lavínia Pessanha.

Enfim, a todos aqueles que, por falha minha, não estão aqui nomeados. Muito obrigada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
I Capítulo – DE “ANTEMURAL DA COLÔNIA” À TERRA SEM DONO: OCUPAÇÃO E CONFORMAÇÃO DOS ATORES LOCAIS NO VALE DO RIO GUAPORÉ	21
1.1 – Apropriação da terra em Mato Grosso	21
1.2 – Os surtos de ocupação do Vale do Guaporé	29
1.3 – Ocupação e conflito: “...isso aqui não seria nada sem os grileiros de terras...”	35
1.4 – Perfil das famílias de ocupantes em Pontes e Lacerda	44
1.5 – A atuação do Incra na regularização da posse da terra	50
1.6 – O crescimento de Pontes e Lacerda e a conformação dos representantes do poder local	59
II Capítulo – EM BUSCA DO “MOVIMENTO PURO”: A ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO VALE DO GUAPORÉ	68
2.1 – A atuação da FASE e a conformação do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé	68
2.1.1 – A intervenção da FASE e seu significado	70
2.1.2 – STR ou Associações? “... o importante é que o pessoal tenha um espaço onde discuta coletivamente seus problemas”	75
2.1.3 – O CTA: base de um projeto alternativo de agricultura	82
2.1.4 – A Central das Associações: comercialização e articulação organizativa	85
2.2 – O Movimento de União dos Lavradores: de quem e para quem?	89
2.3 – O MUL e uma nova proposta de desenvolvimento do Vale: o Plano de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Vale do Guaporé	98
III Capítulo – ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS PEQUENOS AGRICULTORES: POTENCIALIDADES DO STR E DO CMDR	113
3.1 – O MUL e o STR de Pontes e Lacerda: “Ou ficamos de fora de vez, ou conquistamos de vez esse espaço!”	113
3.1.1 – Assistência à saúde e previdência: a carência da população como combustível para a legitimação dos dirigentes sindicais	114
3.1.2 – O MUL e a “conquista” do STR: os impasses de uma proposta	119
3.1.3 – O STR como campo de disputa entre o MUL e os representantes do poder local	130
3.2 – O MUL e a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	135
3.2.1 – O MUL no CMDR de Pontes e Lacerda	135
3.2.2 – O CMDR como espaço de disputa entre o MUL e o poder público municipal	143

IV Capítulo – O MUL E OS REPRESENTANTES DO PODER LOCAL: UMA DISPUTA SOBRE CONCEPÇÕES DE POLÍTICA	151
4.1 – Construindo a imagem política: princípios para uma relação duradoura	151
4.1.1 – A lógica de atuação do político local: “Um lambedor de feridas”	152
4.1.2 – A relação entre o Executivo e o Legislativo municipal e seus efeitos sobre a atuação dos políticos	162
4.2 – O Movimento e sua inserção no processo político e de poder local	171
4.2.1 – A dimensão político-partidária do MUL	171
4.2.2 – Do econômico à política: transitividade possível?	180
 Considerações Finais	 186
 Bibliografia de Referência	 192
 Anexos	 205
Anexo 1 – Mapas	206
Anexo 2 – Relação de entrevistados	209

RESUMO

SOUZA, Inês Cabanilha de. **Em busca do “movimento puro”. Organização, representação e disputa política local.** Seropédica: UFRRJ, 2005. 286 p. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Esta tese trata das relações sociais e políticas estabelecidas entre um grupo de pequenos agricultores e suas entidades organizativas com os representantes das forças políticas hegemônicas do município, num contexto em que esse grupo passou a se organizar em entidades representativas formalizadas. Busca-se analisar as relações e práticas sociais produzidas e/ou reproduzidas por esses agricultores com os políticos que representam as forças políticas locais hegemônicas, tendo em conta as estratégias de intervenção destes em favor de seus eleitores, com vistas à construção e manutenção de uma base eleitoral. Procura-se ainda verificar como isso se vincula com o projeto político-organizativo das entidades de representação desses agricultores e de suas lideranças. Isso significa focalizar o projeto político-organizativo que orientou a constituição das entidades representativas e a formação das lideranças e, ao mesmo tempo, em que práticas a atuação política deste público e desses políticos locais se baseia. Examina-se, assim, qual a lógica que move as decisões, as práticas e a forma de inserção deste grupo na vida política, o que passa por aprofundar, por um lado, como eles respondem ao projeto político-organizacional das entidades de representação e de mediação e, por outro, por quais parâmetros se orienta a participação política deste público e as relações estabelecidas com os representantes das forças hegemônicas da política local. Dito de outro modo, como esses agricultores reagem à normatização da participação político-organizacional que é orientada pelas entidades de representação e de mediação e como se estabelecem e se mantêm as relações que norteiam a sua participação.

Palavras-chave: representação; organização; política local.

ABSTRACT

SOUZA, Inês Cabanilha de. **Searching the “movimento puro”. Organization, representation and local political dispute.** Seropédica: UFRRJ, 2005. 286 p. (Thesis, PHD in Development, Agriculture and Society).

This thesis concerns the social and political relations established between a group of small producers, yours organisms and the municipal political power holders, in circumstances where this group has established in formal representative entities. It goes for analyze the relationship and social practices produced or/and reproduced between these small producers and the politicians that represents the hegemonic political forces at local level, regarding the intervention strategies of theses politicians in behalf of their electors with the purpose to compose and sustain a electoral base. It aims at verify how it's linked with these small producers political organizational and theirs leaderships projects. It means focalize the political organizing project that has oriented the representative entities development, the leaderships formation and, at the same time, the bases of these small producers and the local politicians political action. It inquires into the logic induction of the decisions, the practices and these people political insertion features, making a profound study of these small producers response at the representative and mediation entities political organizing project. It also inquires into the orientation parameters of these people political action and relationship established with the hegemonic local political forces. It shows how these small producers answer to the new political organizational rules oriented by the representative and mediation entities and how the relationships are established and sustained.

Key Words: representation; organization, local political.

INTRODUÇÃO

Esta tese trata das relações sociais e políticas estabelecidas entre um grupo de pequenos agricultores do município de Pontes e Lacerda, em Mato Grosso, e suas entidades organizativas com os representantes das forças políticas hegemônicas do município, num contexto em que esse grupo passou a se organizar em entidades representativas formalizadas, a partir da intervenção de uma equipe regional da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), entre meados da década de 1980 e início da década de 2000.

Busca-se analisar as relações e práticas sociais produzidas e/ou reproduzidas por esse grupo de agricultores com os políticos que representam as forças políticas locais hegemônicas, tendo em conta as estratégias de intervenção destes em favor de seus eleitores, com vistas à construção e manutenção de uma base eleitoral. Procura-se ainda verificar como isso se vincula com o projeto político-organizativo das entidades de representação desses agricultores e de suas lideranças. Isso significa focalizar o projeto político-organizativo que orientou a constituição das entidades representativas e a formação das lideranças e, ao mesmo tempo, em que práticas a atuação política deste público e desses políticos locais se baseia.

Examina-se, assim, qual a lógica que move as decisões, as práticas e a forma de inserção deste grupo de pequenos agricultores na vida política, o que passa por aprofundar, por um lado, como eles respondem ao projeto político-organizacional das entidades de representação e de mediação – que pressupõe uma participação coletiva dos seus representados a partir dos pressupostos que buscam estabelecer relações “mais democráticas”, para usar seus termos – e, por outro, por quais parâmetros se orienta a participação política deste público e as relações estabelecidas com os representantes das forças hegemônicas da política local. Dito de outro modo, como eles reagem à normatização da participação político-organizacional que é orientada pelas entidades de representação e de mediação e como se estabelecem e se mantêm as relações que norteiam a sua participação política.

A forma como as suas entidades representativas foram constituídas, bem como o processo de formação das lideranças – a partir da intervenção de uma ONG cuja proposta de trabalho era a de promover um processo educativo que possibilitasse ao seu público romper com o que era classificado como um passado de dependências (social, econômica e política) – se contrapunha às práticas sociais e políticas historicamente arraigadas entre aquele público e que se traduziam em relações personalizadas.

É sobre essas diferentes concepções sobre como lidar com essas relações que se assenta este trabalho. Assim, a partir da experiência de um grupo de pequenos agricultores em um pequeno município, busca-se compreender a tensão e as ambigüidades que se estabelecem entre as tentativas das entidades representativas e dos movimentos organizados de romper com relações classificadas por eles como atrasadas, em contraposição às trajetórias de vida em que historicamente se produziram e reproduziram relações personalizadas.

Abordar essas questões implica em voltar-se, minimamente, para uma produção bibliográfica que, ao longo dos anos e em distintos países e conjunturas, vem se dedicando a essa problematização.

No Brasil, alguns dos estudos mais importantes a respeito dessa temática evidenciam como a constituição social e econômica dos diferentes segmentos da sociedade brasileira teve influência sobre a conformação de instituições políticas e sobre os processos políticos que se desenrolaram no país desde o período colonial¹, seja no meio local, regional ou federal, e como a constituição destas instituições foi permeada e profundamente influenciada por relações personalizadas².

Os autores que produziram trabalhos sobre o poder local e sua influência na conformação dos traços que marcam a política no Brasil enfatizam a dependência dos segmentos menos abastados no meio rural como um traço evidente da conformação da estrutura da sociedade brasileira: dependência social, econômica e política.

Para OLIVEIRA VIANNA, a constituição da “cultura política” brasileira tem suas bases na constituição de um “direito público costumeiro”, alicerçado na tradição cultural corporificada em “instituições sociais, tipos sociais e usos e costumes” que tiveram sua gênese no período colonial e foram se desenvolvendo, se adequando e readeguando aos diferentes momentos históricos (VIANNA; 1987:149-159).

Escreve o autor:

... esses usos, estes costumes, estes tipos, estas instituições, formando o complexo da nossa culturologia política, ‘penetram’ – para usar a expressão de Frobenius – a psique dos nossos ‘cidadãos’, principalmente nos campos, e constituem-se em motivos determinantes da sua conduta quotidiana na vida pública, não só do povo-massa, como mesmo nas elites superiores. Não são criações improvisadas e individualizadas, saídas da cabeça de alguns homens, ou sábios, ou corrompidos. Formaram-se lentamente, sob ação dos séculos, têm uma história social e coletiva, uma gênese cientificamente determinada e, na sua maioria, buscam a sua origem num passado remoto: muitos deles vêm do período colonial; mesmo alguns deles têm uma existência assinalável desde o I século, desde a época dos Donatários (VIANNA; 1987:156-157).

Ao escrever sobre o mandonismo³ na vida política brasileira, QUEIROZ (1976) aborda as relações envolvidas nesta noção enquanto um processo que possibilitou aos grandes proprietários de terras se adaptarem às distintas conjunturas, desde o Brasil colônia até a Primeira República, de modo a manterem o controle sobre o poder local. Esta autora enfatiza que o poder dos senhores rurais, os “mandatários locais”, esteve historicamente enraizado na sociedade brasileira e se reproduzindo nos distintos governos do país. Tratava-se, segundo ela, de uma relação de convivência entre o poder central e os chefes locais, segundo a qual um não interferia no espaço do outro. Assim, cabia aos chefes políticos locais apoiarem o governo central, de forma a estarem ao lado de quem poderia lhes dar acesso privilegiado aos mecanismos que facilitavam as manipulações e trocas políticas, e cabia ao governo central respeitar os domínios políticos daqueles que detinham o controle sobre o poder local.

¹ Aliado a isso, outras pesquisas, atuais ou não, desenvolvidas por sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas etc., foram produzidas na tentativa de entender as problemáticas e possibilidades do arranjo socioeconômico-político que caracteriza a sociedade brasileira, seja no meio urbano, seja no meio rural. Ver, entre outros, TELLES (1993), WEFFORT (1981), GUILHERME DOS SANTOS (1979 e 1979a).

² LEAL (1975); QUEIROZ (1976); VIANNA (1987); entre outros.

³ O mandonismo “...refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O Mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política” (CARVALHO; 1997:231-232).

Para QUEIROZ (1976), nos diferentes períodos históricos, o município continuou sendo o centro da política e, dentro deste, o mandatário continuava a ser a referência, ainda que tendo que atualizar suas práticas para adequar-se às mudanças sociais que marcavam as diferentes conjunturas. É assim que, para essa autora, a extensão do direito ao voto às classes populares não teve outro efeito senão aumentar o número de eleitores rurais sob as ordens de determinado mandatário. É assim também que a proclamação da República não teve efeitos apreciáveis sobre esta dinâmica, que continuava com a marca da dependência dos trabalhadores rurais em relação aos proprietários de terras.

Do mesmo modo, LEAL (1975), ao estudar o coronelismo⁴, enfatiza a relação entre o poder central e o poder local. Segundo este autor, como o município era o centro da política, havia um pacto tácito que proporcionava a manutenção do equilíbrio necessário a este sistema: o governo central não interferia no município, onde o coronel tinha carta branca para administrar os diferentes problemas e, em troca, recebia o apoio daqueles chefes municipais. Para esse autor, o coronelismo estava assentado sobre um sistema de reciprocidade no qual de um lado estavam os chefes municipais que controlavam os eleitores e, do outro, a situação política dominante no Estado, que dispunha do erário, dos empregos, dos favores e da força policial. O prestígio dos coronéis junto à sua base e o prestígio que o poder público lhe outorgava eram mutuamente dependentes e funcionavam, ao mesmo tempo, como determinantes e determinados⁵.

Segundo LEAL (1975), o fenômeno do coronelismo foi o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Para ele, o coronelismo não foi mera sobrevivência do poder privado, cujo crescimento se constituiu em um fenômeno típico da história colonial. Foi uma forma peculiar de manifestação do poder privado, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do antigo e demasiado poder privado conseguiram coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Para LEAL e QUEIROZ, essas relações permearam toda a história política brasileira e, em maior ou menor grau, se fizeram presentes, nas distintas conjunturas, sempre com a manutenção do município como o centro da política e, dentro do município, o mandatário, ainda que com práticas políticas readequadas. Para LEAL, o mandonismo sempre existiu no Brasil, e o coronelismo foi um momento particular do mandonismo, “...exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo” (CARVALHO; 1997:232).

⁴ Segundo LEAL (1975), o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente senhores de terras. O coronel era o elemento primário do sistema e comandava um lote considerável de votos de empregados, posseiros e pequenos sitiantes. Assim, o coronelismo era um sistema do qual o coronel fazia parte. Baseado em barganhas entre o governo e os coronéis, o coronelismo teve seus primórdios com a criação da Guarda Nacional e cristalizou-se com a nova conjuntura política após a República, onde o Estado ganhou força e os mandatários locais entraram em decadência no que toca ao seu poder político, econômico e social. Segundo CARVALHO (1997: 230), trata-se de um sistema datado historicamente, que teve seu fim decretado a partir da centralização do Estado, ocorrida a partir do Estado Novo. No entanto, como se procura demonstrar neste trabalho, deixou raízes nas atitudes políticas.

⁵ Conforme LEAL (1975), entre o Estado e a massa votante se interpunham os coronéis que tinham de fazer o trabalho habilidoso, a fim de harmonizar e coordenar as diferentes correntes e influências, de modo a se manter no poder. Este resultado era conseguido por meio de um pacto tácito: o governo não se metia no município, onde o coronel tinha carta branca para fazer o que bem entendesse e, em troca, recebia o apoio dele. Deste modo, segundo o autor, é possível entender por quê, com todas as restrições das funções municipais, não tinha havido reações dos proprietários rurais nem eles tinham se sentido lesados: todo o sistema municipal republicano se desenvolvera apenas no sentido de divisão do trabalho, necessidade imposta pelo crescimento demográfico e pelo progresso, que tornava impossível aos chefes municipais desempenharem pessoalmente todos os papéis que lhes tinham cabido anteriormente.

Segundo GUALBERTO (1995), com a centralização do Estado promovida após a revolução de 1930, o jogo de forças no cenário político mudou sensivelmente, e os coronéis começaram a perder força com o novo regime. A organização do Estado foi conduzida de forma autoritária, centralizadora e intervencionista, de modo a controlar o aparelho burocrático e, por intermédio dele, da sociedade. A reforma administrativa criou os instrumentos de controle que permitiriam a centralização efetiva do poder e a integração nacional, onde a relação entre governo central e estados foi regulada. Os interventores de cada estado eram nomeados e tinham sua autonomia de decisão ligada diretamente ao Poder Central.

Ainda que estes interventores fossem escolhidos por meio de acordos com as elites locais – o que lhes garantia manter uma boa relação com elas –, o governo central tinha a garantia do controle por meio do estímulo à organização de uma burocracia técnica marcada pela competência e eficiência ligada ao Poder Central, o que lhe permitia o controle sobre as tomadas de decisão. Para GUALBERTO (1995), era a forma de o Poder Central se equilibrar entre o jogo de forças no campo político e manter o controle sobre as decisões.

Do ponto de vista político, prossegue este autor, as elites tradicionais continuaram participando do poder, principalmente no plano regional. A mudança era que o centro do sistema era o Poder Central e não mais estas elites. As posições, antes dos coronéis, foram sendo ocupadas por uma estrutura burocrática de decisões em nível federal e estadual com os cargos ocupados por jovens técnicos, embora estes fossem obrigados a conviver com a lógica de poder local. Nesse sentido, o Poder Central conseguiu manter sob o seu controle a antiga estrutura do coronelismo, impondo-lhe novos critérios de gestão, ditados pela racionalidade técnico-burocrática.

Para MARTINS (1984), a Revolução de 1930, nos seus primeiros meses, iniciou uma guerra contra as oligarquias locais, renovando lideranças políticas por intermédio da burocracia e dos militares. Entretanto, estes, investidos também de grande poder pessoal, passaram a estabelecer relações de compromissos com as facções locais que, por sua vez, continuavam a controlar sua clientela, por meio de sua dominação tradicional.

Segundo apontam esses autores, com a rearticulação do poder político após a Revolução de 1930, o Poder Central trouxe para sua esfera de controle as práticas antes comandadas pelos mandatários locais. Ainda que o novo sistema tenha contribuído para diminuir a arbitrariedade dos poderosos em relação às práticas políticas mais amplas, bem como em relação ao Estado, ele não foi capaz de remexer com as práticas políticas mais localizadas e que envolviam a clientela pessoal dos mandatários. Tanto que os benefícios sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores urbanos não foram estendidos aos trabalhadores rurais. Estes continuaram sob a dependência do poder local, forma que o Governo Central encontrou para manter seu equilíbrio, aliado a outros artifícios que garantiam o apoio da elite rural, ou seja, a manutenção da estrutura fundiária, os acordos para indicação dos interventores estaduais, a manutenção de políticas estratégicas para o setor agrícola.

Nesse sentido, como afirma NUNES (1997), as relações que tinham como característica o clientelismo continuaram sendo a marca fundamental presente nas atitudes políticas. Mesmo as novas práticas implementadas durante este período – o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos – continuaram a interagir com ações clientelistas. Para NUNES, esta prática foi traduzida para as instituições formais por meio de um sistema político que beneficiava os grupos locais e estaduais remanescentes do período anterior, altamente descentralizado, onde a nova maquinaria política desempenhou um papel fundamental. Nesse sentido, continua este autor, o Governo Central utilizou suas práticas centralizadoras para a institucionalização

(ou estatização) do exercício do clientelismo via transferência, para o Governo Federal, de quase todos os instrumentos disponíveis para tal.

Conforme MARTINS (1994), o sistema de sustentação do Poder Central era composto de um amplo acordo com as antigas elites que envolvia a não interferência nas relações de trabalho rural, embora tenha feito isso com os trabalhadores urbanos; a manutenção das políticas públicas que atendiam às elites rurais (como a conduzida pelo Instituto Brasileiro do Café, por exemplo) e a manutenção da estrutura fundiária do país. Segundo esse autor, esse Governo estabeleceu com os coronéis um pacto tácito de não interferência no meio local, com o que conseguiu manter, no meio rural, uma enorme força eleitoral conservadora que se transformou no “fiel da balança” da política brasileira, realimentada pelo clientelismo.

Para MARTINS (1994:30), “o novo surge sempre como desdobramento do velho...”. Conseqüentemente, a dualidade entre o tradicional e o moderno, que se mesclam, um mediando o outro, faz parte de um cotidiano político marcado por ambigüidades. Ambigüidades estas que não se restringem somente ao meio rural ou ao governo local, mas compõem também as relações no meio urbano e nos distintos escalões do governo.

Deste modo,

... os mecanismos tradicionais do favor político sempre foram considerados legítimos na sociedade brasileira. Não só o favor dos ricos aos pobres [...] Mas o favor como obrigação moral entre pessoas que não mantêm entre si vínculos contratuais ou, se os mantêm, são subsumidos pelos deveres envolvidos em relacionamentos que se baseiam antes de tudo na reciprocidade (MARTINS; 1994:35).

Como é possível verificar, toda a discussão traçada pelos autores acima enfatiza a dependência e a desigualdade como traços fundamentais da conformação da estrutura sociopolítica da sociedade brasileira, onde o município se tornou o centro da política graças a uma estrutura fundiária que, desde o Brasil colônia, garantiu aos grandes proprietários de terras o domínio sobre a população pobre das localidades. Nesse sentido, essa literatura se funda na diferenciação social, econômica, política e de poder entre o mandatário local e a população que orbitava em torno dele, o que lhe garantia uma hegemonia local, tanto em relação ao seu séqüito quanto em relação aos seus pares e políticos de outros escalões. Ter em conta este aspecto é importante para a compreensão do trabalho aqui proposto, na medida em que o município estudado se diferencia bastante do padrão que funda a discussão destes autores. Neste, as diferenças sociais e econômicas entre aqueles que se constituem como os representantes das forças hegemônicas da política local e a população do município são bem menores, fato este que está diretamente relacionado à forma como a região foi ocupada e ao perfil dos imigrantes que ali se instalaram.

Já na década de 1980, grande parte da literatura produzida estava direcionada a analisar as possibilidades de superação deste padrão, dada a conjuntura que emergia. Pressupunha-se que, com a redemocratização do país, com o processo de modernização econômica, com a reemergência dos movimentos sociais e com o reconhecimento e busca, por parte dos indivíduos, dos direitos advindos deste processo, se poderia superar os padrões antigos de relacionamento em que sobressaíam formas de atuação, por parte dos diferentes atores, calcadas no clientelismo e na patronagem⁶. No geral, os trabalhos produzidos nesta década davam enfoque às formas coletivas de organização como as

⁶ Como lembram D'INCAO & ROY (1995), na euforia da redemocratização do país, os movimentos sociais desafiavam os atores que reemergiam no processo de luta pela terra a se constituírem como exemplos de uma sociedade democrática.

progenitoras de uma participação mais crítica e ativa de segmentos da sociedade (rural e urbano) e de um reconhecimento e busca, por parte destes diferentes atores, de seus direitos. Nesse sentido, a reemergência dos movimentos sociais foi um dos fatores que influenciou a mudança de enfoque na produção bibliográfica sobre esse tema. Se antes a produção científica estava voltada para a análise de um contexto político que era caracterizado pela centralidade do local, com especial atenção ao poder dos mandatários e à dependência da população local em relação a eles, na década de 1980, os autores que trabalhavam com este tema passaram a dar maior visibilidade à possibilidade de surgimento de um novo padrão de comportamento político, marcado pela superação das práticas calcadas nas relações de patronagem e clientelismo.

A essa onda da década de 1980, seguiu-se uma análise mais crítica sobre as reais implicações desse processo e sobre a atuação das distintas formas coletivas de participação e de inserção na sociedade civil, questionando-se até onde iam seus benefícios, por onde passavam seus limites e, não raro, como essas formas coletivas reproduziam práticas antes criticadas por seus dirigentes, em que se mesclavam, de um lado, ações que representavam a ruptura com o padrão anterior e, de outro, ações que expunham a sua continuidade. Esses trabalhos centralizaram suas análises nas práticas desenvolvidas pelas entidades de representação coletiva e seus dirigentes e, paralelamente, buscaram interpretar a atuação dos associados em função, e como resposta, à atuação destas formas coletivas de participação e representação⁷.

Alguns estudos sobre o poder e a política local trazem elementos que permitem repensar essas práticas caracterizadas por relações personalistas que inquietaram, e ainda inquietam, tanto intelectuais como militantes dos movimentos sociais. Estes trabalhos ressaltam a centralidade da política na vida das pessoas, onde público e privado se misturam, e a política aparece como uma instância ordenadora da vida social e econômica. Dito de outro modo, as relações políticas aparecem como redes que estruturam as relações sociais. Na sua maioria, esses trabalhos foram desenvolvidos em pequenos municípios e enfocam, especialmente, os períodos eleitorais⁸.

PALMEIRA (1989a:111-112), ao pesquisar as “concepções de política dos trabalhadores rurais”, afirma que numa mesma sociedade, a política tem diferentes dimensões e “...não é alguma coisa de homogênea e pensável em termos de poucas relações preestabelecidas.” Deste modo, defende o autor, “...é fundamental tentar perceber como a política é percebida; pois aquilo que é pensado como constituindo a política tem efeito objetivo sobre a ação dos atores sociais, dos atores políticos”.

Ainda segundo este autor, uma limitação que é preciso enfrentar é que,

...via de regra, a política é pensada em termos de uma oposição entre grupos corporados, quer se trate de classes sociais, partidos, partidos expressando interesses de classes ou não, ou de outras formas de cristalização de interesses de coletividades. No entanto, estudos feitos por antropólogos, cientistas políticos e historiadores não só em ‘sociedades primitivas’, mas mesmo em sociedades modernas ou em modernização, mostram que a política não se faz apenas através de grupos. A política pode expressar interesses de grupos e é capaz de produzir grupos ela própria,

⁷ Como demonstram ZIMMERMANN (1994) e FRANCO (1994).

⁸ Ver PALMEIRA (1989a; 1992; 1992a; 1996), CHAVES (1996), SOUZA (1996). Para uma análise fora do meio local; ver BEZERRA (1999).

mas se faz também através de redes de relações sociais, sem fronteiras obrigatoriamente definidas⁹ (PALMEIRA; 1989a:111-112).

Uma outra questão para a qual PALMEIRA (1989a) chama a atenção é que, no Brasil, boa parte da atividade política é pensada como uma “espécie de distorção” com relação a alguns esquemas explicativos preexistentes. Ou seja, pensa-se um fato político em termos institucionais ou de oposição de classes e aquilo que não pode ser explicado nesses termos, vê-se como um tipo de distorção. Como sugere este autor, parece pouco produtivo, em termos de conhecimento, encarar esses fenômenos como resíduos. Assim, é essencial buscar compreender os mecanismos e processos sociais que estão envolvidos nisso que é chamado de clientelismo.

Como é possível observar, os autores que compreendem as relações políticas sob esta ótica buscam superar o caráter normativo que permeia tanto os clássicos que estudaram a constituição da sociedade brasileira e a influência do mandonismo e do coronelismo como características nocivas quanto os autores que, preocupados em demarcar ou a superação destas relações ou a sua permanência, tratam as mesmas como resquícios maléficos que devem ser expurgados na busca por implementar outros parâmetros de relacionamento.

Assim, a continuidade de uma produção científica sobre esses fenômenos – tanto no que se refere ao passado quanto ao presente e tanto no que se refere à política nacional ou à política local (em pequenos ou em grandes municípios) – indica a importância dos mesmos no desenvolvimento social e político da sociedade e demonstra que as questões que eles envolvem continuam presentes e que não estão totalmente equacionadas¹⁰. É com os olhos atentos a essa problemática e buscando compreender como essas relações se perpetuam num contexto de reforma do Estado e de políticas descentralizadoras que se propõe esta tese.

No que se refere aos estudos que enfocam outras realidades, a exemplo de alguns dos autores que estudam o Brasil, há uma produção científica que também traz importantes contribuições. Mais especificamente dentro do viés antropológico, a literatura produzida propicia visualizar as nuances dessas relações, os detalhes que fazem delas constituintes do cotidiano. Ou seja, um ângulo que os autores que trabalham a partir de uma visão macro não exploram. Deste modo, recorre-se aos conceitos de patronagem e clientelismo trabalhados por esta literatura, por permitirem focalizar essas relações a partir de como elas são construídas no cotidiano, ou seja, com uma lógica própria e um certo grau de autonomia¹¹.

Apesar dos frequentes debates em torno da caracterização e definição desses conceitos, no geral, os autores que trabalham com esta problemática utilizam os termos patronagem e clientelismo para classificar relações que envolvem diferenças de poder entre pessoas (os patrões e os clientes) nas quais os patrões se encontram em posição de

⁹ Para Palmeira (1989a:112), “A questão do clientelismo, da patronagem, que tem presença muito forte, por exemplo, na política dos países mediterrâneos ou dos países latino-americanos, é uma realidade que tem que ser enfrentada. Não adianta fecharmos os olhos e tentarmos equacionar a política apenas em termos de oposição entre essa e aquela classe, ou então entre esse e aquele grupo de interesses, quando, diante dos nossos olhos, vemos as composições políticas serem feitas, e não poucas vezes, através de relações pessoais, para servir a interesses eventuais, através de coligações que não correspondem, necessariamente, às grandes divisões da sociedade.”

¹⁰ Para uma abordagem da política no nível nacional, em diferentes conjunturas, ver, entre outros, GRAHAN (1997), MARTINS (1999), GUALBERTO (1995), NUNES (1997), BEZERRA (1999). Para uma abordagem sobre a política local, são importantes exemplos PALMEIRA (1989a, 1996) e CHAVES (1996).

¹¹ Uma noção a respeito da utilização dada a esses dois conceitos pode ser encontrada nos trabalhos publicados em GELLNER & WATERBURY (1977) e em SCHMIDT (1977).

superioridade (econômica, política e social) em relação aos clientes¹². A literatura consultada aponta para a concordância de alguns elementos que caracterizam tais relações: são do tipo assimétricas, ou seja, que se estabelecem entre pessoas que possuem *status* e poder econômico e político diferenciados, que são relações do tipo pessoal e envolvem a troca de bens e serviços entre as partes, que possuem um conteúdo moral e que requerem reciprocidade¹³.

Segundo WEINGROD (1977:48), o debate em torno da definição e da caracterização destas relações é bastante extenso e envolve distintos recortes analíticos que se traduzem pelo conceito de clientelismo e de patronagem, segundo a ótica dos cientistas políticos e dos antropólogos, respectivamente. Nesse sentido, a comparação dos estudos que envolvem estas relações possibilita que elas sejam classificadas em dois grupos, caracterizados pelo recorte do objeto de estudo. Os estudos de “clientela” dão ênfase às “elites patronais”, e a “clientela política” é relacionada a grupos próximos de um “líder-patrão” engajado em atividades políticas. Já nos estudos sobre a relação “patrão-cliente”, o enfoque é voltado para a “perspectiva do cliente”, enfatizando-se as trocas entre pessoas de autoridade desigual.

Deste modo, a noção de clientelismo passou a referenciar os estudos desenvolvidos pelos cientistas políticos e sociólogos nos quais a clientela política é vista como um grupo de pessoas envolvidas com uma liderança política, por intermédio de “transações benéficas mútuas nas quais os laços que os ligam têm um caráter pessoal”. Nesta análise predomina a idéia da troca de benefícios públicos (“contratos governamentais”, “empréstimos” etc.) por votos via manipulação e controle das instituições públicas pelos políticos. Aqui, a clientela pode ser referenciada aos “clientes” e os “líderes políticos” aos “patrões” (WEINGROD; 1977:41-42).

A noção de patronagem passou a referenciar os estudos desenvolvidos em áreas rurais pelos antropólogos, enfatizando a relação entre pessoas (patrões e clientes) de *status* e prestígio desiguais e que envolvem questões que vão muito além daquelas ligadas estritamente ao campo político, mas passam também pelas esferas econômica, social, cultural etc. Nesta relação, estão presentes laços de interesse e de amizade que são manipulados por ambas as partes para atingir seus objetivos. A troca e a reciprocidade são elementos-chave (mas podem ocorrer em momentos diferentes), e é fundamental a manutenção de uma boa relação, de “redes sociais” por intermédio das quais os objetivos podem ser atingidos (WEINGROD; 1977:41; 46-47).

Os trabalhos que buscam desvendar essas últimas relações permitem vislumbrar com maior amplitude a variedade de questões envolvidas nas trocas e como estas passam a estruturar relações sociais, assim como se estruturam por meio delas. Ou seja, a noção de clientelismo tal qual caracterizada nos estudos realizados por cientistas políticos orienta pesquisas que deixam escapar elementos que são abordados nos trabalhos realizados por antropólogos e que permitem explicitar e entender as estruturas sociais nas quais essas relações estão envolvidas. Todavia, como lembra SCOTT (1977:23), são relações bastante flexíveis que tendem a variar segundo o contexto e a época analisada.

Alguns elementos importantes que estão contidos nestas relações devem ser aprofundados aqui. Trata-se do conteúdo moral, da reciprocidade e do significado da troca nestas relações. Como GELLNER (1977) e SCOTT (1977) apontam, a patronagem, vista sob o ângulo da relação cotidiana, possui uma moralidade própria. Trata-se de uma relação assimétrica na qual, necessariamente, há um poder desigual entre as partes e não se

¹² Entre outros, SCOTT (1977), WEINGROD (1977) e GELLNER (1977).

¹³ Ver GELLNER (1977), SCOTT (1977) e LANDÉ (1977).

restringe a uma transação isolada, mas envolve compromissos contínuos ao longo do tempo.

Estas relações têm dinâmicas próprias, regidas por um conjunto de normas sancionadas culturalmente que, apesar de não fazerem parte de um “país legal”, de uma “moralidade oficial”, são respeitadas e movem suas ações. Dentro desta lógica, elas não são necessariamente ilegítimas para quem as segue. É a moralidade própria desta relação que a caracteriza como possuidora de um *ethos* que a distingue de outras situações como o feudalismo, como as lealdades de parentesco e as relações de mercado (GELLNER; 1977:4).

Segundo SCOTT (1977:25), é a partir da avaliação da reciprocidade que a legitimação da relação pode ou não se efetivar. Entretanto, duas questões devem ser consideradas: a primeira é que os valores objetivos da troca não são uma “imagem no espelho” e, nesse sentido, o ganho de uma das partes não significa, necessariamente, a perda da outra; a segunda, é que esta avaliação não é diretamente quantificável, ou seja, sua magnitude só pode ser apreciada aproximadamente, dado que os interesses materiais que podem estar contidos na relação não são exclusivos. Ao contrário, fazem parte de um conjunto de interesses os mais diversos. Assim, o cálculo de benefícios envolve outros significados que estão distantes da computação rígida e exclusiva dos ganhos materiais e utilitaristas, como já afirmou MAUSS (1981) ao demonstrar que a troca envolve uma pluralidade de significados e dimensões que vão muito além dos aspectos econômicos.

Na avaliação da reciprocidade, segundo SCOTT (1977), ganham destaque a tradição, a segurança e os fatores estruturais. No que toca à tradição, do ponto de vista do cliente, a relação mais tradicional é, provavelmente, vista como a mais legítima por ser sancionada publicamente pelas opiniões locais, garantindo uma *performance* de acordo com as expectativas, assim como uma grande durabilidade e uma sanção cultural. É nesse sentido que se pode falar em uma força moral que envolve as normas que regem estas relações.

Com relação à segurança, o objetivo básico do acordo da troca está em ter uma segurança e uma garantia. Quando os termos de troca se deterioram, a relação perde sua legitimidade, e os clientes irão cobrar reciprocidade. Existe um limite abaixo do qual, para muitos clientes, a perda da legitimidade é uma mudança muitas vezes completa. Esse limite tem, por um lado, uma dimensão cultural que depende daquilo que é considerado necessário para a satisfação de um mínimo e, por outro, uma dimensão objetiva. Em outras palavras, a troca tem significados que não se restringem a elementos materiais e nem a um cálculo próximo ao “toma-lá-dá-cá”. Ela contém significados que muitas vezes são ignorados e que estão intrinsecamente ligados ao conteúdo moral da relação. Assim, muitas vezes, a retribuição de um favor pode se dar muito tempo depois de o mesmo ter sido concedido, por exemplo. Outro ponto destacado aqui é a possibilidade do rompimento de uma relação, caso a reciprocidade das trocas não ocorra.

No que toca ao terceiro elemento destacado por SCOTT, os fatores estruturais, estes podem fortalecer ou diminuir a importância da criação de laços pessoais. Assim, situações tais como a escassez de força de trabalho ou a necessidade de garantir um controle eleitoral, por exemplo, podem criar condições onde o “balanço de troca” seja mais favorável aos clientes. Nesse sentido, a possibilidade de obter ganhos maiores em situações mais favoráveis é prevista por esse autor, o que não significa que ele reduza sua discussão a essa possibilidade, mas cita como mais um elemento contido nestas complexas relações. Nesse sentido, o autor lembra que não se pode ignorar o papel da coerção na troca patrão-cliente. Muitos patrões podem usar seu poder para exigir muito mais de seus clientes, o que pode implicar a perda da sua legitimidade, mas seu poder garante que eles possam impor a sua vontade. Entretanto, SCOTT alerta para o uso incorreto e indiscriminado do termo patrão-cliente que alguns autores fazem para definir relações de pura dependência pessoal

entre membros de diferentes classes. Há que se considerar, para o uso deste termo de forma correta, as relações onde existe a possibilidade de um “balanço de trocas”, em que a reciprocidade e questões implícitas – como a moral e o significado das trocas – estejam presentes.

Nestes trabalhos, os autores levantam diversas questões que tendem a apontar para um objetivo único: buscar entender as especificidades que permeiam as relações onde a patronagem e o clientelismo se encontram presentes. Nesse sentido, alguns elementos merecem destaque: trata-se de relações que envolvem compromissos contínuos ao longo do tempo, sendo a desigualdade de poder (econômico, político, social e cultural) inerente; são relações que remetem a uma moral própria, a valores próprios que as orientam. Como os autores indicam, neste conjunto de valores pesa, sobremaneira, a reciprocidade, a qual é profundamente influenciada, e mesmo dependente, da avaliação que os atores envolvidos fazem da relação.

Um outro autor que também explora essas relações é LANDÉ (1977: xiv) que, distintamente dos autores acima, que as classificam como relações de patronagem, prefere abordá-las por intermédio da noção “alianças diádicas” que ele define como “...um acordo voluntário entre dois indivíduos para a troca de favores e de auxílio mútuo em tempo de necessidade”¹⁴. Segundo este autor, as “alianças diádicas” coexistem com as relações (“contratos”) formais, (“institucionalizados”), e a interconexão entre as mesmas deve ser vista como um mecanismo que concorre para promover a confiabilidade das relações¹⁵ (LANDÉ; *op. cit.*: xviii).

Como é possível observar, a bibliografia abordada anteriormente propõe que se dê um tratamento positivo às relações classificadas como de patronagem e clientelismo e sugere analisá-las como constitutivas das relações sociais, o que difere de grande parte da produção científica no Brasil que tende a perceber negativamente essas relações, seja tratando-as como um resquício de um passado que leva ao atraso, seja como uma alternativa às falhas ou à ausência de instituições como o Estado ou o mercado¹⁶. Nesse sentido, os autores que trabalharam ou trabalham sob esta ótica explicitam uma visão normativa que define o que é o correto e desejável. Aquilo que não se enquadra nesta compreensão é visto como deformação. Como já assinalou PALMEIRA (1989a), há uma tendência de se pensar as relações envolvidas nas atividades políticas no Brasil como uma espécie de distorção em relação a esquemas explicativos preexistentes.

Ao proporem que estas relações não sejam tratadas como resíduos, mas sim consideradas na sua especificidade e envolvendo valores morais que têm importância

¹⁴ “A dyadic alliance is a voluntary agreement between two individuals to exchange favors and to come to each other’s aid in time of need” LANDÉ (1977:xiv).

¹⁵ Segundo PALMEIRA (1999: 2), a vantagem da proposta de LANDÉ é que o autor busca compreender tais relações na sua positividade. Nesse sentido, “...não se trata simplesmente de contrapor relações informais a relações formais, as primeiras ocupando uma posição intersticial ou suplementar face às relações ‘corporadas’, mas de ver como as alianças diádicas (fundadas na reciprocidade) se interconectam com as relações institucionais e como ambas se influenciam mutuamente, sem perder de vista, para efeitos de análise, a linha divisória que as separa”. Já BEZERRA (1999:16; 28-29) ressalta que, apesar de LANDÉ dar um passo importante para o tratamento das relações de patronagem e clientelismo em termos positivos ao argumentar que as relações fundadas nos contratos formais e aquelas fundadas em acordos voluntários coexistem, se superpõem e estimulam-se mutuamente, ele não leva adiante tal formulação na medida em que considera as relações diádicas “...como um *adendum* às relações do tipo contratuais”.

¹⁶ Exemplos desta postura podem ser observados em NUNES (1997:29), segundo o qual, “o clientelismo constitui, ao mesmo tempo, uma alternativa à presença difusa das estruturas do Estado e uma gramática para as relações sociais de não-mercado entre classes e grupos sociais”, e em MARTINS (1999:13), para quem no Brasil, há um “...Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder”.

fundamental para as partes envolvidas, os autores que tratam essas relações a partir da suas peculiaridades fornecem elementos importantes que proporcionam pensá-las e entendê-las como constitutivas das relações sociais, moldando-as e sendo moldadas por elas. É no caminho apresentado por esses autores que este trabalho segue para buscar desvendar, junto ao objeto empírico pesquisado, como estas relações estão presentes e como elas se estruturam. Ao ter isso como pressuposto, bem como o fato de que são relações que se encontram presentes na sociedade brasileira desde o período colonial, recorre-se aos conceitos de *habitus* e de configuração para buscar entender, também, como essas relações se perpetuam, como elas se reproduzem no tempo, como se adaptam a diferentes conjunturas e a distintos espaços, como estão enraizadas na história de um povo.

São relações que se produziram e reproduziram no tempo e se constituem como um *habitus* alimentado e realimentado por distintos processos sociais durante a formação histórica brasileira, conectando passado e presente e, ao mesmo tempo, mantendo e rompendo estruturas de modo a se adequar ao que lhe era ou é contemporâneo.

Segundo ELIAS (1994:150), o *habitus* diz respeito ao saber social incorporado, “a composição social dos indivíduos...”, aquilo que “...cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais [...] compartilha com outros membros de sua sociedade”.

Para este autor, o conceito de *habitus* social permite escapar da abordagem “ou isto/ou aquilo” dos debates sociológicos sobre a relação do indivíduo com a sociedade¹⁷. Conforme o autor, a compreensão e aplicação deste conceito permitem entender que usar os termos “indivíduo” e “sociedade” como dois objetos distintos é enganador, já que o indivíduo porta em si “... o *habitus* de um grupo [e é] esse *habitus* o que ele individualiza em maior ou menor grau...” (ELIAS; 1994:150-151).

Como lembra BRUNO (2002:28-29), o princípio que orienta a conexão entre essas duas dimensões da realidade (indivíduo e sociedade) é a noção de interdependência. Segundo esta autora, “Norbert Elias é essencialmente o pensador da interdependência dinâmica entre os processos sociais – o fio condutor do conceito de ‘configuração social’. Um dos momentos mais ricos de seu trabalho é a preocupação em estabelecer as conexões existentes entre o desenvolvimento de um determinado *habitus* e o processo histórico de formação de uma sociedade”. Assim sendo, para ELIAS, os indivíduos são interdependentes, se interligam e se interconectam por intermédio de diversas configurações. Nesse sentido, as pessoas,

...através de suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependências ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados (ELIAS,1999: 15-16).

Utilizando-se do exemplo de um jogo para explicitar a interdependência entre os indivíduos, em *Introdução à Sociologia* este autor afirma que configuração é

...o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A

¹⁷ ELIAS propõe, por meio da noção de “processo”, buscar, resolver a questão do dualismo “indivíduo x sociedade”. Trata-se de uma proposta que remete diretamente à história e idéia de um estudo “sociológico-processual” que permite trazer aspectos do comportamento por intermédio dessa história. É por intermédio do conceito de *habitus* que este autor sugere a operacionalização desta proposta.

interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (ELIAS; 1999:142).

Assim sendo, o conceito de configuração serve de instrumento conceitual que visa “...afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes”. Indivíduos formam configurações nas quais suas ações são interdependentes. Deste modo, “...se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. [...] o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo de indivíduos interdependentes”¹⁸ (ELIAS; *op. cit.*:141).

Conforme ELIAS, o conceito de configuração pode ser aplicado tanto a grupos relativamente pequenos quanto a grupos maiores e mesmo a sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes. Assim,

Professores e alunos numa aula, médico e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais de um bar, crianças num infantário – todos eles constituem configurações relativamente compreensíveis. Mas os habitantes da aldeia, da cidade ou da nação, também formam configurações embora, neste caso, as configurações não se possam perceber diretamente, porque as cadeias de interdependência que os ligam são maiores e mais diferenciadas. Configurações tão complexas terão de ser abordadas indiretamente e compreendidas mediante uma análise dos elos de interdependência (ELIAS; 1999:143).

Para ELIAS, a característica estrutural do fluxo de cada configuração é “...um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para outro.” Este poder é distribuído entre os diversos indivíduos, num equilíbrio mais ou menos instável que, ora pode pender para um lado, ora para o outro, a depender das circunstâncias. Todavia, “...sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder estará sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre as pessoas. [...] O poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de *todas* as relações humanas” (ELIAS; *op. cit.*:80; 143).

Tendo em conta estas questões, torna-se mais claro que cada pessoa singular tem uma composição específica que compartilha com os outros membros da sua sociedade. Trata-se do *habitus* – a “composição social dos indivíduos” – que “...constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade.” Nesse sentido, o indivíduo porta em si o *habitus* de um grupo e é esse *habitus* que é individualizado, em maior ou menor grau. Em outras

¹⁸ Em *Elias por ele mesmo*, escreve o autor: “O que distingue o conceito de figuração dos conceitos mais antigos com os quais se pode compará-lo é precisamente que ele constitui um olhar sobre os homens. Ele ajuda a escapar de armadilhas tradicionais, as das polarizações, como a do ‘indivíduo’ e da ‘sociedade’, do atomismo e do coletivismo sociológico. Os meros termos ‘indivíduo’ e ‘sociedade’ já bloqueiam frequentemente as percepções. Caso se chegue a efetuar o procedimento de distanciamento, fica-se em condições, nos degraus da escada em espiral da consciência, de se reconhecer a si próprio, aparentemente no degrau precedente, enquanto homem entre outros homens, e de reconhecer a sociedade como uma figuração constituída de numerosos indivíduos fundamentalmente interdependentes, ou seja, tributários e dependentes uns dos outros; só então se é capaz de superar intelectualmente a polarização entre indivíduo e sociedade. Eis um objetivo tão fácil como ovo-de-colombo e tão difícil como a revolução copernicana” (ELIAS; 2001a;149).

palavras, não há “...identidade-eu sem identidade-nós. Tudo o que varia é a ponderação dos termos da balança eu-nós, o padrão da relação eu-nós” ELIAS; 1994:150; 152).

Para BRUNO (2002:29-30), ao discutir o conceito de *habitus* ELIAS está preocupado em definir “...como as relações sociais se cruzam e se combinam. O centro de seu raciocínio baseia-se na relação entre os diferentes processos sociais, na configuração social [...] Como expressão de processos sociais, o *habitus* encontra-se intimamente ligado à natureza das configurações sociais”.

Segundo ELIAS, numa sociedade complexa, o *habitus* social possui várias camadas que se entrelaçam.

É do número de planos interligados de sua sociedade que depende o número de camadas entrelaçadas no *habitus* social de uma pessoa. Entre eles, uma certa camada costuma ter mais proeminência. Trata-se da camada característica da filiação a determinado grupo social de sobrevivência, como por exemplo, uma tribo ou uma nação. Nos membros das sociedades no estágio desenvolvutivo dos Estados modernos, isso é designado pela expressão ‘caráter nacional’ (ELIAS; 1994:151).

Para ELIAS (1994), o *habitus* social e, conseqüentemente, a camada desse *habitus* que constitui o caráter nacional, apesar de sólida e firme, é flexível e é mutável e, a rigor, está sempre em fluxo¹⁹. Entretanto, ELIAS também chama a atenção para as mudanças sociais que a dinâmica dos processos sociais não planejados impõem e que tendem a ultrapassar determinado estágio em direção a outro (superior ou inferior) e como, agarrando-se a seu *habitus* social, as pessoas afetadas por essas mudanças podem se recusar a acompanhá-las. Trata-se, como chama o autor, do “efeito de trava”. A “solidez”, a “resistência” e o “arraigamento” do *habitus* social dos indivíduos aumentam à medida que se alonga e encomprida a cadeia de gerações em que certo *habitus* social é transmitido de pai para filho. Para ELIAS (1994:172-173),

...depende inteiramente da força relativa da mudança social e do arraigamento – e portanto da resistência – do *habitus* social saber se e com que rapidez a dinâmica do processo social não-planejado acarretará uma reestruturação mais ou menos radical desse *habitus*, ou se a feição social dos indivíduos logrará êxito em se opor à dinâmica social, quer tornando-a mais lenta, quer bloqueando-a por completo.

PIERRE BOURDIEU, que tem como questão a superação da dicotomia objetivismo x subjetivismo²⁰, ao escrever sobre a gênese do conceito *habitus* nos seus estudos, afirma que, “... a noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de

¹⁹ Conforme BRUNO (2002:31), em *Os Alemães* NORBERT ELIAS explora como o desenvolvimento do *habitus* nacional alemão levou ao “violento surto descivilizador da época de Hitler”. Sobre isso, ELIAS escreve que sua reflexão teve origem na busca por compreender e tornar compreensível aos outros “...a maneira como ocorreu a ascensão do nacional-socialismo e, por conseqüência, também a guerra, os campos de concentração e o desmembramento da Alemanha *ante bellum* em dois estados” (ELIAS; 1997:15).

²⁰ Segundo BOURDIEU (1987:129) “... por un lado, las estructuras objetivas que construye el sociólogo en el momento objetivista, al apartar las representaciones subjetivas de los agentes, son el fundamento de las representaciones subjetivas y constituyen las coacciones estructurales que pesan sobre las interacciones; pero, por outro lado, esas representaciones también deben ser consideradas si se quiere dar cuenta especialmente de las luchas cotidianas, individuales o coletivas, que tienden a transformar o a conservar esas estructuras. Esto significa que los dos momentos, objetivista y subjetivista, están en una relación dialéctica...”

alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo...” Ao introduzir essa noção, ela permitia

...romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico. Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, [...] desejava reagir contra o estruturalismo e sua estranha filosofia da ação que, implícita na noção Levi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda clareza entre os althusserianos, com seu agente reduzido ao papel de suporte – *Trager* – da estrutura (BOURDIEU; 1989:60-61).

Nesse sentido, para este autor, o *habitus* é um sistema de disposições incorporadas, que funcionam como “estruturas estruturadas” e “estruturantes”. Assim sendo, o *habitus* deve ser entendido

...como sistemas de esquemas de percepção y de apreciación, como estructuras cognitivas y avaluativas que adquieren a través de la experiencia duradera de una posición en el mundo social. El *habitus* es a la vez un sistema de esquemas de producción de prácticas y un sistema de esquemas de percepción y apreciación de las prácticas. Y, en los dos casos, sus operaciones expresan la posición social en la cual se ha construido (BOURDIEU; 1987:134).

Segundo argumenta BRUNO (2002:33),

...existem vários pontos em comum na reflexão de Bourdieu e de Elias. Os dois consideram que todo agente social é portador de um *habitus* e concebem o *habitus* como produto de uma aquisição pretérita e como um saber social incorporado. Tanto Elias como Bourdieu estão preocupados com a questão da cultura e mostram que as ‘predisposições naturais’, os ‘comportamentos’ e a ‘consciência moral’ são socialmente construídos, portanto específicos aos grupos sociais. Elias e Bourdieu trabalham o *habitus* como uma noção operatória e estão igualmente empenhados com a reflexão no campo da sociologia do conhecimento. Enquanto Elias [...] pensa a noção de *habitus* no contexto da relação entre indivíduo e sociedade, Bourdieu recorre ao *habitus* com o intuito de superar o antagonismo entre objetividade e subjetividade.

A instrumentalização dos conceitos trabalhados acima, associada à adoção da proposta teórica que analisa as relações conceituadas como de clientelismo e patronagem, a partir da pluralidade de significados e das distintas dimensões que envolvem – e não apenas interesses materiais ou econômicos –, permite escapar da tendência de se analisar essas relações como se elas fossem de controle unilateral, ou seja, de que a parte portadora de maior poder tenha uma capacidade de mando quase que exclusiva. Nesse sentido, ao tratar das relações estabelecidas entre os políticos locais e os pequenos agricultores de um pequeno município – comumente e, não raro, pejorativamente, classificadas de relações clientelistas –, busca-se entendê-las, tendo em conta a multiplicidade de sentidos que elas encerram. Assim sendo, ainda que se considere os distintos recortes analíticos envolvidos no debate sobre a definição e caracterização destes conceitos, não se pretende aqui estabelecer uma linha divisória rígida entre os mesmos e cravar este trabalho deste ou daquele lado.

Segundo KUSCHNIR (1996), grande parte dos estudos de comportamento eleitoral interpreta o voto como uma escolha racional na qual o eleitor busca maximizar os dividendos do seu voto. Já PALMEIRA (1992a, 1996), baseado em suas pesquisas sobre eleições em pequenos municípios, sugere que, ao contrário de uma ação individual, intencional, visando atingir objetivos definidos anteriormente, o voto está repleto de significados sociais que o distanciam de um cálculo tão preciso, com base em certos critérios e efetuado em um momento específico. Para este autor, o que está em jogo nesse processo é a adesão que os eleitores fazem a uma parte da sociedade local em determinado momento. Deste modo, continua o autor,

Se o voto-escolha é uma decisão, uma decisão tomada com base em certos critérios e em um determinado momento, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política. Mas esse é um processo diferenciado, que assume feições diversas para diferentes posições ou categorias sociais, e que pode assegurar maior ou menor margem de escolha e de individualização (PALMEIRA; *op. cit.*: 45-46).

A adesão envolve a “lealdade política” ou “lealdade do voto” que é adquirida via compromisso pessoal a partir de favores devidos a uma determinada pessoa, em determinadas circunstâncias. Esses favores, grandes ou pequenos, poderão ser pagos ou amortizados nas eleições por intermédio do voto. Segundo PALMEIRA, nos casos por ele estudados, esses favores, grandes ou pequenos, supõem, de um lado, um pedido e, de outro, uma promessa. Ou seja,

...supõem o empenho da palavra das duas partes; portanto, promessas recíprocas: a promessa da retribuição e a promessa do atendimento. A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros (PALMEIRA; 1996:46).

Assim como PALMEIRA, CHAVES (1996) também ressalta a especificidade do comportamento eleitoral no qual pesam significados que afastam o processo de decisão dos eleitores de um cálculo racional. Para além dos significados que envolvem a troca e os favores, do compromisso, da promessa e da lealdade, esta autora chama a atenção para a importância da construção da imagem do político local que deve estar qualificado como “boa pessoa”, o que envolve a obediência e o respeito a critérios e regras do jogo político. Também KUSCHNIR (1996:198), ainda que sob um outro enfoque – a partir do olhar do político eleito sobre como ele acredita ter sido escolhido – e por intermédio de uma análise em um município de grande porte, ressalta a peculiaridade do comportamento eleitoral ao afirmar que, no debate acerca do comportamento eleitoral, o voto deve ser compreendido “...em termos *culturais*, como uma *rede de significados* que dá sentido à realidade de determinado grupo social.”

Tendo-se em conta que o poder é constitutivo de todas as relações sociais (ELIAS, 1999) e que as relações políticas, na maioria dos casos estudados, envolvem uma assimetria de poder (econômico, social, político) que, no geral, coloca os eleitores em posição inferior aos políticos, há que se estar atento para o fato de que a adesão ocorre dentro de determinados limites pelos quais o eleitor pode se locomover. Dito de outro modo, a adesão é mediada, também, pelo equilíbrio de poder constitutivo da

relação, no qual a parte em desvantagem fica limitada²¹. E isso, sem restringir em nada a discussão anterior. São as condições que propiciam que aquilo que SCOTT (1977) denomina de “balanço de trocas” possa se explicitar com mais clareza.

A adesão a determinado político local envolve múltiplas dimensões, mas também é influenciada pela desigualdade de poder entre as partes que coloca aos eleitores alguns limites. Ao mesmo tempo, complexificando a relação, há a emergência de determinado grupo social que constrói uma proposta que pode mudar o equilíbrio que está dado naquela configuração. A discussão sobre *habitus* pode ajudar a compreender o emaranhado de possibilidades que envolvem tais relações e quais mudanças são possibilitadas por este quadro.

A escolha do campo, o trabalho de pesquisa e o material analisado

O interesse por esse tema começou a ser delineado durante a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado (SOUZA; 1996) – um estudo de caso em um assentamento rural em Mato Grosso –, quando a problemática das relações políticas entre os assentados e os representantes do poder local ganhou destaque e levou à elaboração de um capítulo da dissertação sobre essa questão. Posteriormente, essa problemática foi mais bem elaborada na proposta de projeto para o doutorado. A partir do ano de 1997, já cursando o doutorado, o convite para fazer parte de uma equipe coordenada por Leonilde S. de Medeiros e Sérgio P. Leite, para realização da pesquisa “Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”²², realizada em seis estados do país (Acre, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe) proporcionou um fértil espaço para discussões e debates sobre vários temas, dentre os quais o poder e a política local²³. Nesta conjuntura, o interesse sobre esse tema foi crescendo e foi-se estruturando o formato final do projeto e a própria tese.

Expor rapidamente os períodos e as condições em que a pesquisa foi realizada é importante, pois permite ao leitor deste trabalho analisar com mais acuidade o conteúdo, nos seus avanços e nos seus limites.

O município de Pontes e Lacerda, no qual o estudo foi realizado, está localizado na região do Vale do Rio Guaporé mato-grossense, sudoeste do Estado de Mato Grosso a aproximadamente 400 km da capital do Estado, Cuiabá. Além do município de Pontes e Lacerda, compõem o Vale do Guaporé os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Comodoro, Nova Lacerda, Nova Conquista D'Oeste e São Domingos que ocupam uma área de aproximadamente 50.000 km², com uma população inferior a 100.000 habitantes e densidade demográfica inferior a 2 habitantes/km² (PUHL, 2001).

Foi nessa região que, a partir de meados da década de 1980, uma equipe regional da FASE começou uma intervenção junto aos pequenos agricultores que resultou na organização de parte destes no Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé (MUL). A escolha dessa região para a realização deste trabalho se deu pelo fato de que, dentro do Estado de Mato Grosso, era uma região de ocupação recente, onde havia uma grande concentração de pequenos agricultores, em que o processo de ocupação ainda não

²¹ De algum modo, KUSCHNIR (1996:198) assinalou nesta direção ao afirmar que, ao se analisar o comportamento eleitoral dentro de termos *culturais*, se deve pensar o voto como “...regido por regras *repertoriais*, que dão ao sujeito uma certa margem de trânsito, mas que o mantém dentro dos limites de um leque de opções, um *campo de possibilidades* definido pela própria sociedade.” (Grifos no original)

²² Sobre esta pesquisa, ver MEDEIROS & LEITE (orgs.), 1999 e 2004.

²³ Parte das discussões sobre essa problemática pode ser encontrada em MEDEIROS, SOUZA & ALENTEJANO (2002).

estava totalmente definido, encontrando-se áreas de ocupação, áreas em processo de regularização fundiária e assentamentos rurais. Chamava atenção o fato de que parte desses agricultores, heterogêneos no que se refere à relação de posse da terra, estavam organizados em torno do MUL.

A escolha do município de Pontes e Lacerda e não outro do Vale do Guaporé para o desenvolvimento da pesquisa foi motivada pelo fato de que ele não apenas faz parte do processo de ocupação mais recente do Vale, mas foi fruto desse processo e tornou-se o principal e o maior centro urbano da região. Para o que interessava naquele momento – ou seja, verificar como se relacionavam os pequenos agricultores e suas entidades representativas com os políticos e com o poder local – e por ser onde o MUL havia centralizado sua organização e a sede das suas entidades, era onde também a interação entre estes e o poder local poderia ser mais bem observada. Aliado a isso, era onde se concentrava a maior parte das lideranças do MUL, o que facilitaria em muito o trabalho.

A localização do município, distante 400 quilômetros de Cuiabá, foi um fator importante que influenciou nas pesquisas de campo, pois elas foram ajustadas aos limites impostos pela grande distância do município e pelos custos indispensáveis para a sua realização. Um outro limite para o qual se teve atenção especial foi o período de chuvas na região, que poderia comprometer a realização das entrevistas na área rural, já que as estradas normalmente ficam intransitáveis nestes períodos.

O trabalho de campo foi realizado em dois períodos. O primeiro no ano de 2000, durante 20 dias no mês de janeiro. O segundo foi realizado em 2002, durante 10 dias no mês de abril. O acesso aos atores locais foi efetuado por intermédio da apresentação da pesquisadora como estudante de doutorado do CPDA/UFRRJ.

Programar a realização de dois períodos de pesquisa para a realização do trabalho de campo, visava ter condições de, após a análise do material coletado no primeiro período, reorientar a pesquisa e buscar as questões que ficaram limitadas ou aquelas que surgiram a partir desta primeira análise. Entretanto, aqui surgiu a primeira questão que influenciou o caminho que a tese acabou tomando. Foi a demora em se realizar o segundo período no campo, o que provocou alterações nos caminhos traçados inicialmente. Neste período de dois anos entre os períodos de realização do campo, as forças políticas no município mudaram. Houve uma eleição municipal. Se por um lado, alguns dos políticos entrevistados no primeiro campo não estavam mais no poder, outros foram eleitos, o que tornou mais complexo o trabalho, mas também o enriqueceu. Contudo, isto também alterou o andamento da pesquisa e o aproveitamento de algumas entrevistas que deveriam ser mais bem exploradas no segundo período do campo.

No total, foram realizadas 32 entrevistas, das quais, 14 com pequenos agricultores e lideranças, nove com representantes do poder local (prefeito, ex-prefeito, vereador, ex-vereador), oito com técnicos ou ex-técnicos que trabalhavam com os pequenos agricultores, ou na forma de assessoria, ou na forma de prestação de serviços (assistência técnica oficial, ONG, entidades representativas) e uma com uma coordenadora da FASE no Rio de Janeiro. A maioria das entrevistas foi realizada na primeira ida a campo. Na segunda visita, foram realizadas entrevistas com pessoas que já haviam sido entrevistadas, visando sanar dúvidas e buscar outras informações, e também com outros políticos que tinham sido eleitos naquele mandato, como, por exemplo, o novo prefeito municipal.

As entrevistas tiveram o objetivo de explorar como esses diferentes atores atuavam na interação entre os representantes do poder local hegemônico e os pequenos agricultores. Nesse sentido, com os políticos locais quis-se investigar intensamente qual a sua postura política perante seu eleitorado no meio rural, quais as suas formas de atuação e sua análise sobre essa atuação. Com as lideranças e pequenos agricultores, buscou-se explorar como

os eleitores do meio rural se postavam perante esses políticos locais, quais eram suas concepções sobre a política e o que eles esperavam destes representantes. De posse disso, buscou-se explorar como suas posturas e concepções sobre a atuação política interagiam com as posturas e concepções que norteavam o processo organizativo e as entidades representativas das quais faziam parte e atuavam. Com os técnicos, colheram-se informações complementares a esse processo, suas atuações, suas concepções sobre o processo organizativo dos agricultores e sobre os representantes do poder local etc.

É importante informar em que condições algumas dessas entrevistas foram realizadas, pois alguns acontecimentos influenciaram o seu direcionamento e colocaram certos empecilhos para a realização de outras que eram necessárias. Na primeira pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2000, as entrevistas foram realizadas, pode-se dizer, em boas condições de trabalho, e a forma como a pesquisadora havia chegado no município e se apresentado aos atores locais facilitou bastante seu desenvolvimento.

Já na segunda ida ao campo, a situação foi bem mais complicada devido à entrada de um novo ator no município e que estava alterando completamente as configurações locais²⁴. Tratava-se do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que estava chegando à região e que, poucos dias antes da realização da pesquisa, havia feito várias reuniões com as lideranças do MUL, em Pontes e Lacerda, e com outros atores locais com o objetivo de iniciar um processo de inserção desta organização na região, bem como organizar famílias para a ocupação de fazendas. O MUL e suas entidades forneceram a infra-estrutura para os militantes do MST, apesar de, segundo as lideranças entrevistadas, não terem se proposto a um envolvimento direto nesse processo. De qualquer modo e independentemente do tipo de envolvimento entre o MUL e o MST, essa movimentação causou um certo alarme entre os fazendeiros e representantes do poder local do município que, segundo relatos informais, rapidamente se organizaram para se contraporem àquele processo. Dessa organização, ainda segundo relatos informais, tirou-se uma “lista negra” na qual constava os nomes de algumas lideranças do MUL, além de militantes do MST, que estariam ameaçadas de morte.

Em meio a esse processo, algumas entrevistas com representantes do poder local não foram concedidas, apesar da insistência da pesquisadora, o que pode ter relação com estes acontecimentos. Assim, por exemplo, as entrevistas previstas com dois ex-prefeitos e dois vereadores acabaram não acontecendo: nos vários contatos efetuados, ou esses políticos se desculpavam pela falta de tempo naquele dia e pediam para a pesquisadora entrar em contato no dia seguinte, ou simplesmente marcavam a entrevista e não apareciam. No caso de um outro político, um ex-vereador que já havia sido entrevistado no primeiro campo e neste segundo ocupava o cargo de secretário de obras do município, a pesquisadora conseguiu realizar a entrevista após cinco tentativas.

Ao mesmo tempo em que algumas entrevistas não puderam ser realizadas, as que foram realizadas tiveram, fatalmente, seu conteúdo alterado. A pesquisadora teve que reorganizar as entrevistas de forma a não abordar questões que pudessem ser identificadas com o conflito que estava acontecendo, o que travaria completamente as informações. Assim, algumas questões foram prejudicadas.

É compreensível que estes problemas tenham acontecido, pois a presença de uma pessoa estranha, de fora do município, fazendo perguntas sobre o poder local e as interações entre os políticos locais e os agricultores que, nesse exato momento, segundo a leitura que os políticos e fazendeiros da região faziam, estavam se articulando com o MST

²⁴ Não foi possível explorar nesta tese a chegada deste novo ator na região nem, tampouco, as alterações que estavam começando a ocorrer na dinâmica local. Isto implicaria um outro tipo de dedicação à pesquisa que os recursos (humanos, de tempo e financeiros) disponíveis não permitiam.

para ocupar terras na região, causou uma certa resistência para conceder as entrevistas e para falar sobre certos assuntos.

Se, no que se refere aos representantes do poder local, ocorreram essas dificuldades, com as lideranças dos pequenos agricultores também não foi muito diferente. Algumas delas haviam se ausentado de Pontes e Lacerda naquele período, pois estavam ameaçadas de morte, o que inviabilizou a realização de algumas entrevistas. Nas que puderam ser efetuadas, com as lideranças que permaneceram no município, também ocorreram alterações, pois essas lideranças também estavam sob enorme pressão e ameaçadas. Ao mesmo tempo em que tinham medo e receio de falar sobre alguns assuntos com a pesquisadora (pois havia receio da presença de escutas e grampos telefônicos, espiões etc.), buscavam nesta mais um interlocutor de fora para o qual poderiam fazer denúncias sobre o que estava acontecendo.

Além das entrevistas qualitativas, foram coletadas informações secundárias na prefeitura municipal, no Cartório Eleitoral, no Incra (Cuiabá e Pontes e Lacerda) e nas entidades representativas: são documentos (atas de encontros, reuniões, cursos etc.), jornais das entidades representativas, periódicos, informes técnicos, material de campanha eleitoral etc. Esse material reúne informações e fornece subsídios sobre o objeto de pesquisa de fundamental importância para a análise, pois historia fatos e os organiza cronologicamente.

Organização da tese

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, explora-se a história de ocupação da região do Vale do Rio Guaporé, onde se localiza o município de Pontes e Lacerda. Ao reconstruir essa história, busca-se resgatar o perfil de exploração e o perfil dos ocupantes que ali se instalaram nos distintos momentos, com ênfase especial para o período de ocupação mais recente que aqui interessa diretamente. O objetivo é mapear o perfil dos diferentes atores que se instalaram em Pontes e Lacerda e as condições que permitiram uma determinada configuração de relações sociais e determinadas relações de poder.

O segundo capítulo dedica-se a entender a conformação da organização dos pequenos agricultores no Vale do Guaporé a partir da intervenção da FASE que se inicia no ano de 1987 na região. O objetivo é explorar como, a partir do projeto educativo da FASE, formou-se um grupo de lideranças, constituíram-se entidades representativas que se tornaram referências da organização dos pequenos agricultores na região. Nesse sentido, busca-se explicitar os problemas enfrentados nesse processo e explorar criticamente o significado da representação dessas lideranças, dessas entidades e das propostas de desenvolvimento das mesmas para os pequenos agricultores.

O terceiro capítulo volta-se à compreensão do projeto político do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé (MUL), a dimensão política das suas entidades representativas e como, no município de Pontes e Lacerda, a “conquista” do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) se tornou estratégica não só para a consolidação do MUL, como para fortalecer a possibilidade de concretização do projeto político e para a disputa política entre o MUL e o poder local. Explora-se, ainda, como a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) se tornou importante como um campo institucional de enfrentamento (e negociação) com as instituições do Estado. Ao mesmo tempo busca-se fazer uma análise sobre esse processo quando pensado dentro de uma política maior de descentralização de políticas públicas.

No quarto capítulo, discute-se a atuação dos representantes das forças políticas locais e a forma como eles se legitimam perante os pequenos agricultores. Ou seja,

discutir as visões, a atuação e as práticas sociais destes políticos, bem como dos pequenos agricultores no seio da política local. Por outro lado, busca-se demonstrar como a atuação do MUL no processo político-eleitoral local influenciou (ou não) as práticas políticas locais e as relações estabelecidas entre os representantes das forças políticas hegemônicas e os pequenos agricultores.

Nas considerações finais, retomam-se algumas das questões que foram analisadas ao longo do trabalho.

I – DE “ANTEMURAL DA COLÔNIA” À TERRA SEM DONO: OCUPAÇÃO E CONFORMAÇÃO DOS ATORES LOCAIS NO VALE DO RIO GUAPORÉ

O objetivo central deste capítulo é mapear as trajetórias dos diferentes atores que se instalaram em Pontes e Lacerda e as condições que permitiram a conformação de uma determinada configuração de relações sociais e determinadas relações de poder. Para que tal objetivo seja atingido, busca-se, na história de ocupação da região do Vale do Rio Guaporé – onde se localiza o município de Pontes e Lacerda –, resgatar o perfil de ocupação e de exploração da região, bem como o perfil dos imigrantes que ali se instalaram, com ênfase especial para o período mais recente que aqui interessa diretamente.

Trata-se de uma região em que, apesar de ter havido vários surtos de ocupação, somente a partir da década de 1970, aproximadamente, é que esse processo se concretizou, numa velocidade enorme com a chegada à região de imigrantes de diferentes lugares do país. Portadores de experiências distintas, procuravam na região de fronteira novas possibilidades que proporcionassem a melhoria de suas vidas. Para os fenômenos que essa tese se propõe estudar, esse processo histórico é de fundamental importância, pois ele permite desvendar o conjunto de variáveis, significados e arranjos que possibilitaram a estruturação dos grupos que se constituíram nos pequenos agricultores e nos representantes das forças políticas locais. É a configuração proporcionada por essa dinâmica que permite singularizar este trabalho da literatura que trata esses fenômenos e que, até onde foi possível verificar, está referenciada a regiões de ocupação mais antigas²⁵.

1.1 – Apropriação da terra em Mato Grosso

O estado de Mato Grosso passou por diferentes formas de apropriação da terra, resultado de mecanismos institucionais e jurídico-políticos legitimadores das políticas fundiárias que orientaram a passagem das terras devolutas e públicas para o domínio privado. Tais mecanismos se articularam dentro de um complexo jogo de interesses, envolvendo Estado, empresários, fazendeiros e cartórios, e que teve como resultado a aquisição de grandes extensões de terras públicas por particulares.

No Brasil, até 1822, o acesso à terra estava condicionado ao regime de sesmarias. Entre os anos de 1822 e 1850 (com o fim do regime de sesmarias e antes da Lei de Terras), a única forma de se chegar à terra livre era por intermédio do sistema de posse, o que permitiu que as pessoas, até então excluídas da possibilidade de ter terras, pudessem adquiri-la (MORENO, 1993).

Com a promulgação da Lei de Terras de 1850, o acesso à terra devoluta passou a ser exclusivamente via contrato de compra e venda, ainda que as posses continuassem a se proliferar. A Lei de Terras vigorou até 1891, quando foi promulgada a primeira Constituição Republicana, segundo a qual, com o sistema federativo, os estados passavam a ter o domínio sobre as terras devolutas situadas em seus territórios.

No ano de 1892 foi instituída a primeira Lei de Terras no estado de Mato Grosso (lei nº. 20) que dispunha sobre a revalidação de sesmarias, a legitimação de posses, as concessões gratuitas, o arrendamento de terras públicas e a venda de terras devolutas (MORENO; 1993). Com relação às sesmarias, essa Lei considerava para revalidação aquelas

²⁵ Por exemplo, PALMEIRA (1989a); HEREDIA (1996), CHAVES (1996), entre outros.

que não haviam sido demarcadas, mas que estivessem com pelo menos um terço de sua extensão cultivada e se constituísse em moradia do sesmeiro ou representante legítimo²⁶. Já para as posses, desde de que mansas e pacíficas e em poder dos primeiros ocupantes e/ou herdeiros antes da data de 15 de novembro de 1889, a Lei de Terras de Mato Grosso garantia a regularização do tamanho das áreas, contido nos títulos de posse, registrados até 1854, ou seja, não havia limite estipulado para o tamanho das áreas. Para as posses efetuadas entre 1854 e 1889, estipulava uma faixa de tamanho que poderia variar entre 450 e 3.600 hectares, dependendo do tipo de exploração a que se destinava²⁷ (MORENO; 1993).

Ainda segundo MORENO (1993), a venda de terras devolutas foi efetuada principalmente para a indústria extrativa da borracha, com direito de preferência de compra para os sertanistas que descobrissem os seringais. Já o arrendamento foi largamente utilizado com o objetivo de garantir a exploração da indústria extrativa vegetal, cujos principais produtos eram a borracha e a erva-mate²⁸. Ao término dos contratos, o direito de preferência de compra era assegurado ao arrendatário²⁹.

Por fim, com relação às concessões gratuitas, o Estado garantia a concessão em lotes que deveriam variar, de acordo com a utilização, entre 50 e 200 hectares, numa faixa de 60 quilômetros nas zonas de fronteira. Após cinco anos de moradia e cultivo comprovados na mesma terra, os beneficiários deveriam efetuar a legalização de suas áreas com recursos próprios, sem o que voltariam à condição de “invasores”. As concessões gratuitas também foram destinadas à política de colonização estadual, implementada a partir de 1907³⁰. Assim, foram repassadas a empresas e a particulares áreas devolutas com superfícies que chegavam até a um milhão de hectares. Nestas áreas, as empresas deveriam assentar, gratuitamente, no mínimo 500 imigrantes em lotes de até 50 hectares (o que significa aproximadamente 25.000 hectares do total recebido), sendo que o restante da terra poderia ser negociado com os possíveis colonos (MORENO; 1993)³¹.

Segundo MORENO (1993), em 1927 um novo regulamento (Decreto nº. 786) passou a vigorar, definindo questões, tais como as formas de reservas, as formas de venda, de aforamento, de concessão gratuita, de arrendamento e de legitimação, além de estabelecer critérios para medição, demarcação e estabelecimento de preços das terras de Mato Grosso. Essas regulamentações não alteravam, substancialmente, o conteúdo original da Lei de Terras estadual. Segundo essa autora, esse regulamento veio substituir uma infinidade de

²⁶ As sesmarias que não se enquadrassem nesses critérios poderiam ser legitimadas pelos dos parâmetros que definiam as posses.

²⁷ A Lei concedia ainda aos ocupantes a possibilidade de requerer uma parte de terreno devoluto contíguo, desde que não excedesse a área cultivada na posse e não ultrapassasse 150 hectares, excetuando-se os terrenos aproveitados pela indústria extrativa.

²⁸ O arrendamento mais famoso foi o realizado pela Companhia Matte-Laranjeira que, por mais de 50 anos, teve o monopólio de exploração dos ervais em uma área de três milhões de hectares ao sul do estado de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). O contrato de arrendamento com a empresa foi definitivamente cancelado, quando o governo federal fundou o Território Federal de Ponta Porã, com o objetivo de abrir as regiões de fronteiras via colonização. O antigo estado de Mato Grosso foi dividido pela lei complementar nº 31, de 11 de outubro 1977, dando origem ao Mato Grosso do Sul e ao Mato Grosso.

²⁹ Segundo MORENO (1993), a Lei de Terras de Mato Grosso, pelo regulamento nº. 38 de 1893, dispunha que essas terras deveriam ser arrendadas e posteriormente vendidas em hasta pública. Entretanto, esse regulamento foi modificado pelo regulamento nº. 118 de 1898 que dava garantias aos descobridores dos seringais e ervais, que poderiam adquirir as terras a título de arrendamento ou compra, prescindindo de hasta pública.

³⁰ A política estadual vinha em conformidade com a retomada da política de imigração no País, interrompida desde 1897, que visava promover o povoamento do território nacional (MORENO; 1993).

³¹ Essa política foi abandonada em 1925, aproximadamente, quando se constatou que a situação era insustentável, já que as normas não foram respeitadas e as concessões foram objeto de inúmeras irregularidades (MORENO; 1993).

normas que eram expedidas de acordo com as situações requeridas e que atendiam os diversos interesses dos agentes sociais envolvidos.

Assim, durante a Primeira República, a Lei de Terras de Mato Grosso orientou o repasse das terras devolutas do Estado para o domínio privado. Nesse processo, ainda que a Lei impusesse normas e parâmetros disciplinadores, segundo MORENO (1993), foram regularizadas extensas áreas acima dos limites permitidos.

Entre os anos de 1930 e 1945, o estado de Mato Grosso viveu sob intervenção federal, fruto da política do governo federal que passou a concentrar esforços no desenvolvimento industrial e na diversificação da agricultura por meio da expansão da pequena propriedade, sob o lema Trabalho e Colonização. Assim, foi lançado o programa Marcha para o Oeste, cujo projeto estava assentado na política de distribuição de terras a trabalhadores com experiência agrícola, que teriam a função de efetuar a ocupação do interior do país, dentro de uma estratégia geopolítica de ocupação dos chamados espaços vazios. Conforme LENHARO (1986:46),

... o Estado Novo imprimiu uma diretriz estatal, centralizada e nacionalista, nos seus ambiciosos projetos de ocupação dos ‘espaços vazios’ do oeste da Amazônia. Tal opção era politicamente orientada para criar no ‘novo’ espaço do país, a nova ordem social, lastreada no fazer coincidir as fronteiras políticas com as econômicas e no estabelecimento de uma ordem original de relações sociais ancoradas na pequena propriedade e na organização cooperativa dos associados – uma realidade nova e oposta às formas sociais da exploração do trabalho e do trabalhador no campo.

Neste projeto, a colonização foi o meio privilegiado pelo governo federal, e o projeto colonizador foi desenvolvido de maneira totalmente centralizada, sob administração direta do governo federal e tinha como objetivo e desafio “...fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental”. Esse desafio, imposto pelo próprio governo para articular o crescimento industrial e urbano com o campo, caracterizava-se “...pela associação entre o crescimento da pequena propriedade e o desenvolvimento de uma economia de mercado, favorecedora do incremento da produção industrial” (LENHARO; 1986:24-25).

Nesta estratégia, como lembra SANTOS (1993:26), o governo privilegiou a colonização em detrimento da questão agrária. Para este autor, o Estado Novo teve a função de integrar novas camadas sociais à vida econômica e à vida política, dentro dos limites necessários para que a transição do pólo dinâmico da economia, do setor agroexportador para o setor urbano-industrial se fizesse sem a ruptura dos esquemas de dominação.

Ou seja, eram necessários a abertura e o povoamento da fronteira para que o projeto nacionalista do governo federal de promover o desenvolvimento industrial e a urbanização do país pudesse ser levado a cabo, na medida em que o governo preconizava a união de todo o país, “como membros de um só corpo a serviço do ideal de engrandecimento comum” (LENHARO; 1986:24, citando um discurso de Getúlio Vargas).

Neste período, obedecendo à política de colonização do Estado Novo (1937-1945), foram implementadas as colônias agrícolas nacionais, sob o discurso do governo federal de apoiar a pequena propriedade que teria como missão estratégica destruir o latifúndio, instaurando aos poucos a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia (LENHARO, 1986:21). A mais famosa delas foi a Colônia Agrícola de Dourados,

implantada em 1943 em parte da área antes arrendada para a Companhia Matte-Laranjeira, localizada ao sul do estado de Mato Grosso, hoje estado de Mato Grosso do Sul. Essa experiência foi seguida pela implantação de outras colônias agrícolas no final da década de 1940 e início da década de 1950.

Durante este período, sob o qual o estado de Mato Grosso ficou sob intervenção federal, com exceção da política de colonização, há poucas informações disponíveis sobre a política de terras dos interventores para o Mato Grosso. Segundo FERREIRA (1986) e MORENO (1993: 180), as informações disponíveis estão ligadas ao Decreto-lei nº. 261 de 1939 que “...objetivava sanar algumas falhas a bem da defesa do patrimônio do Estado e da moralidade da administração”. Nesse sentido, o decreto instituiu as seguintes medidas saneadoras: limitou a possibilidade de acesso aos excessos de áreas, instituiu penalidades aos funcionários públicos e aos proprietários que cometessem falhas que lesassem o patrimônio do Estado, instituiu a caducidade dos processos parados por um período superior a 12 meses por culpa dos interessados e regulou a exploração vegetal em terras com títulos provisórios.

Em 1946 o governo de Mato Grosso criou o Departamento de Terras e Colonização (DTC) – em substituição à Diretoria de Terras e Obras Públicas – e, no ano seguinte, a Comissão de Planejamento e Produção (CPP). A nova estrutura do DTC contemplou a criação de órgãos setoriais de apoio, com o intuito de sanar os diversos problemas de terra no estado. Paralelo à política de colonização, os governos do estado retomaram a política de venda de terras públicas e/ou devolutas e a regularização fundiária³².

Os procedimentos utilizados para efetuar estas ações estavam prescritos no primeiro Código de Terras de Mato Grosso de 1949. Segundo MORENO (1993), no Código estavam sistematizadas as diretrizes legais que tratavam da questão da terra em Mato Grosso e que constavam das inúmeras regulamentações e leis existentes. Nesse sentido, o Código de Terras disciplinava a venda de terras devolutas, as concessões gratuitas, os arrendamentos e os procedimentos processuais para a medição e demarcação das terras públicas³³.

Entre 1946 e 1966, as terras devolutas de Mato Grosso foram negociadas basicamente mediante dois processos: a venda a particulares e a concessão às empresas de colonização. Segundo FERREIRA (1986), a política de colonização do estado neste período deu-se via os projetos oficiais e os particulares. Em ambos os casos, os projetos não cumpriram as condições mínimas necessárias para a manutenção dos colonos nos lotes. Nos projetos oficiais, foi comum a emigração dos colonos depois de um certo período nos projetos. Já nos particulares, a maior parte deles não foi implementada.

No que se refere à política de venda de terras, continua o autor, a transação imobiliária era efetuada sem as bases materiais necessárias. Assim, a documentação fornecida diretamente pelo próprio governo não obedecia às exigências e garantias legais. Nessas condições, foram fornecidos títulos de propriedade que definiam a área total do imóvel, mas que não estabeleciam os limites reais. “Esses títulos entraram no mercado de terra e passaram a ser denominados ‘Títulos Voadores’, cabendo aos seus adquirentes

³² Regularização fundiária é o processo pelo qual se procura arrecadar, legitimar ou adjudicar (dar, judicialmente, a posse a alguém) terras públicas que estejam ocupadas de forma irregular. Tem como instrumentos de execução a discriminação de terras devolutas e a arrecadação sumária.

³³ Segundo MORENO (1993:181; 245-250), o Código de Terras de Mato Grosso recebeu uma infinidade de emendas a partir de 1951 que ampliou o espaço para as manobras nas “transações ilegais” de terras e marcou, até 1964, um período em que a terra serviu aos mais diversos negócios nos quais, a “venda indiscriminada” e as “legalizações fraudulentas” das extensas áreas ocorriam generalizadamente via operações efetuadas pelos funcionários do DTC.

ajustá-los a alguma ‘terra livre’, desocupada, condição necessária à regularização da propriedade real do imóvel” (FERREIRA; 1986:69-70).

Esse foi um período marcado pelas irregularidades no DTC. Esse órgão nunca teve sua estrutura funcionando regularmente apesar de ter sido, institucionalmente, criada. Segundo MORENO (1993:244), a falta da determinação exata das fronteiras do estado, bem como de cartas cartográficas precisas, associadas ao intrincado jogo de interesses a que estavam sujeitos os funcionários do DTC, corroboravam para as irregularidades constatadas neste órgão. “As denúncias de corrupção e irregularidades fizeram com que o Departamento de Terras fosse fechado em diversas administrações, numa tentativa de ‘solucionar’ os problemas criados.” Assim, o DTC foi fechado temporariamente em 1951, em 1956 e em 1961.

Já em 1966, o total descontrole das operações e a falta de informações precisas sobre a quantas andavam os negócios com a terra em Mato Grosso levaram o governo do estado a fechar definitivamente o DTC. Segundo FERREIRA (1986), a fraude ostensiva nas transações imobiliárias podia ser verificada nos cartórios por intermédio da constatação da superposição de títulos da mesma área, o que acontecia devido à proliferação de títulos provisórios³⁴.

Somente em 1975 foi criado o Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), em substituição ao DTC. Segundo FERREIRA (1986) e MORENO (1993), durante o período de 1966 a 1975, sem um órgão estadual que se ocupasse da questão das terras no estado, proliferaram as transações fraudulentas. Entraram no mercado de terras títulos provisórios forjados e negociados por ex-funcionários do DTC; protocolos e procurações foram utilizados para negociar terras por esses funcionários; os títulos falsos, chamados de títulos voadores, entraram no mercado e eram disputados por grileiros para dar legalidade às áreas por eles obtidas ilegalmente. Esses documentos serviam para registrar as áreas nos Cartórios de Imóveis. “Com esse registro, dava-se conhecimento público da aquisição do imóvel e fixavam-se os limites de direito sobre a propriedade. Caso o registro fosse contestado, cabia recurso judicial (posterior) por parte da pessoa lesada nos seus direitos” (MORENO; 1993:249).

Como se pode observar, a história de ocupação da terra em Mato Grosso passou por vários estágios. Neste processo, as instituições do Estado deram suporte ao repasse das terras devolutas para o domínio privado. Ainda que as denúncias de irregularidades explicitassem um processo de descontrole do Estado em relação às suas terras, não se pode afirmar que o que ocorria se passava à margem do Estado. Tanto que foi por dentro destas instituições e obedecendo às leis existentes que as negociações de terras foram efetuadas. O momento de ruptura dessa institucionalidade, com o fechamento do DTC em 1966, deu início a um período de mais de 10 anos no qual, segundo FERREIRA (1986) e MORENO (1993), foi consolidada a estrutura fundiária de Mato Grosso que vinha sendo gestada desde a primeira lei de terras.

Segundo FERREIRA (1983), o fechamento do DTC não foi uma medida assumida ao acaso. Se por um lado essa decisão estava respaldada em constatações sobre as anomalias na estrutura e funcionamento do órgão, por outro, havia a política federal de ocupação da Amazônia Legal. Segundo esse autor, o risco a que estava se expondo o governo estadual em desaparecer o Estado, tirando-lhe os meios de controlar suas terras, tinha uma contrapartida grande que eram as linhas de créditos e os programas que seriam

³⁴ Segundo FERREIRA (1986), os títulos provisórios caracterizam a situação de determinado possessor em terras públicas ou particulares. Se em terras públicas federais, tem-se a licença de ocupação; se em terras estaduais, o título provisório. O título provisório pode expressar, também, uma situação intermediária da transação quando, por exemplo, o pagamento da compra não foi realizado. Em todas essas situações, expressa uma pendência, negócio realizado, mas não consumado.

implantados com os incentivos da Superintendência da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia (BASA) e posteriormente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), dos quais o estado usufruiria indiretamente.

Aliado a isso, a federalização de parte do território do estado com o Decreto-Lei nº. 1.164 de 1971, que colocava sob tutela do Conselho de Segurança Nacional (CSN) 100 km de cada lado das rodovias federais já construídas, em construção ou planejadas na Amazônia Legal e 100 km das fronteiras internacionais, criaria transtornos ao estado, pois incorporaria as terras em torno das rodovias federais BR-070 (Cuiabá – Cáceres), BR-174 (Cuiabá – Porto Velho), BR-158 (Barra do Garças – Pará), BR-163 (Cuiabá – Santarém) e BR-364 (Alto Araguaia – Rondônia), além daquelas em fronteira com a Bolívia. Por um lado abalaria o poder econômico e político em Mato Grosso, mas, por outro, levaria consigo boa parte dos conflitos por terra que já eclodiam naquele momento. Assim, segundo FERREIRA (1986:75),

...pode-se até concluir ter sido, senão sábia, pelo menos oportuna, a medida tomada em favor do fechamento do Departamento de Terras, mesmo porque não seria aquele órgão o mais adequado a imprimir confiabilidade e fidedignidade aos títulos de propriedade por ele mesmo expedidos.

De acordo com SANTOS (1993), a decisão do governo federal de federalizar parte das terras devolutas dos estados, segundo declaração do próprio governo, estava ligada a uma questão de segurança e de desenvolvimento nacional. Assim, a responsabilidade sobre as normas de implementação dos projetos de colonização, sobre as normas de concessão das terras devolutas, bem como qualquer decisão relevante sobre essas áreas estava sob a incumbência do Conselho de Segurança Nacional.

Segundo MARTINS (1984), a federalização de grande parcela do território amazônico era condição necessária à geopolítica de centralização dos governos militares a partir de 1971.

Era impossível sobrepor o poder federal ao poder local e regional sem confiscar a sua principal base de sustentação, que é a terra, e o controle dos mecanismos de distribuição de terras entre os membros das oligarquias. O combate à oligarquia implicava em expropriá-la do seu principal meio de poder, que é a terra. A federalização e a militarização das terras da Amazônia transformou-se na condição para que o desenvolvimento regional saísse das mãos da oligarquia, dos comerciantes e proprietários tradicionais, e abrisse espaço ao grande capital, cedesse terreno à acumulação dos grandes grupos econômicos, cuja escala de operação e de interesse faz deles justamente os efetivos agentes econômicos da centralização do poder. É a ação que dá envergadura nacional ao mercado de produtos agrícolas e industriais, ao mercado de capitais e, o que é particularmente importante neste caso, ao mercado de terras (MARTINS; 1984:50).

Para MARTINS, esse processo desarticulou as relações de poder na Amazônia ao comprometer seriamente (ou mesmo destruir) as formas tradicionais do poder local ao mesmo tempo em que impedia a organização de um poder popular, criando um “vazio de poder no campo”. Conforme esse autor, “foi o processo de recriação do vazio de poder local, de repressão continuada e crescente no campo, que impôs aos militares o crescente envolvimento na questão agrária e nas lutas pela terra” (MARTINS; 1984:57).

Entretanto, esse envolvimento militar crescente na questão agrária desfigurou a destinação da instituição militar na medida em que essa instituição não era uma base social

para sustentação do poder local, o que a fez assumir um caráter policial. Assim, um órgão como o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat) se tornou a manifestação local da centralização do poder. A alternativa de efetuar alianças com os remanescentes do velho poder local foi uma tentativa de manejar o vazio político criado pelos próprios militares. Nesse sentido, a intervenção junto aos agentes do poder tradicional pelos executores e interventores locais da política de centralização e de federalização serviu para conter e desmoralizar instituições como sindicatos, partido e a Igreja que representavam a possibilidade de construção de uma expressão política dos trabalhadores do campo e, conseqüentemente, poderiam ocupar o vazio político criado pelo governo (MARTINS; 1984:59-60).

Ao efetuar uma discussão sobre a atuação dos Grupos Executivos de Terras, em especial sobre o Getat, ALMEIDA (1982) destaca a questão da segurança que norteou a atuação do governo federal na ocupação da Amazônia. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que as terras que ficaram sob a jurisdição do Getat incluíam a maioria dos projetos agropecuários aprovados pela Superintendência da Amazônia (Sudam) desde o ano de 1966. Ou seja, a atuação do Getat visava garantir a implementação de tais projetos cujos donos eram os grandes empresários do centro-sul do país e do exterior. Assim, se de um lado o governo federal desarticulou o poder dos empresários e fazendeiros locais na medida em que os deixou de fora dos incentivos fiscais e creditícios, por outro lado tratou de neutralizar a ação organizada de segmentos como posseiros, seringueiros, grupos indígenas, entre outros.

Todavia, para ALMEIDA (1982:25-26), o governo central, em face da intensificação das forças políticas oposicionistas e “... numa conjuntura que, em termos político-jurídicos, vem sendo definida pelo campo de poder como de transição gradativa de uma forma de regime autoritário para uma forma ‘democrático-parlamentar’” passou a ter que redefinir suas relações com o poder regional. Segundo esse autor, o controle efetivo do voto ganhou novamente importância a partir do final da década de 1970, o que tornou necessária a reativação da política regional visando aumentar o número de diretórios municipais face da “imperiosa premência” do partido oficial sair-se vitorioso. Essa necessidade, para além de mobilizar os grupos de poder local e regional, conduziu o governo a engendrar mecanismos apropriados de mobilização política que absorvessem diferentes segmentos sociais. Assim, a ação de órgãos como o Getat e o envolvimento por ele de instituições como sindicatos e a Igreja – voltados para a questão da terra –, por exemplo, visava cindir possíveis articulações que pudessem pender para o lado oposicionista. Para ALMEIDA (1982:41), o Estado não estava empenhado em realizar confrontos de natureza militar, mas sim mobilizar os grupos de poder regional. Pretendia assim “uma base política local capaz de fortalecer suas medidas autoritárias”, o que alterava as regras de ocupação da Amazônia naquele período que privilegiavam o empresariado do centro-sul do País em detrimento dos detentores do poder regional.

Analisando a atuação do Estado no processo de modernização durante os governos militares, PALMEIRA (1989) afirma que a presença do Estado do campo brasileiro teve, num âmbito mais amplo, o sentido de alterar os esquemas de dominação preexistentes. Nesse sentido, o autor chama a atenção para alguns fatores que ocorreram concomitantemente ao processo de modernização (ou foram acentuados por ele) e que contribuíram para o desmonte do poder dos antigos detentores do poder local.

Conforme o autor, os principais instrumentos dos quais o Estado se valeu para implementar a modernização foram o crédito subsidiado, os incentivos fiscais e a política de terras públicas com a transferência do patrimônio fundiário da Nação para particulares, sobretudo na Amazônia Legal. O estilo de intervenção do Estado, para além de beneficiar os “latifundiários” e de atrair para o campo capital oriundo de outros setores da economia,

provocou um outro efeito: atraiu para dentro da máquina do Estado – que é onde passaram a se dar as decisões e os ajustes econômicos – os interesses ligados a esses capitais.

Se, no passado, os interesses da grande propriedade rural se faziam sentir através do Legislativo e da articulação de clientelas pessoais dentro da burocracia estatal, agora é a própria garantia da condição de proprietário e a própria criação de oportunidade econômica que passam por dentro da máquina estatal. [...] Isso fortalece o velho capital agrário, que já dispunha de suas articulações, mas sobretudo propicia uma coalizão de interesses, qualquer que seja a origem dos grupos que expressem ou dos recursos que manipulam, em torno da especulação com a terra (PALMEIRA; 1989:23).

Assim, para este autor, a atenção que foi dada a uma ação planejada e intencional do Estado no campo, de um lado foi decisiva para a modernização técnica de setores importantes da agricultura e, de outro, alterou os esquemas de dominação preexistentes. Trata-se de uma presença do Estado que em si não é nova,

...mas que não passa mais, necessariamente, pela mediação dos chefes locais, diminuindo-lhes o poder, através do esvaziamento de suas funções ou pelo reconhecimento ou criação de novos mediadores. [...] A patronagem exercida pelos grandes proprietários [...] deixa de ser um mecanismo exclusivo de articulação dos camponeses com o Estado e com a sociedade. Abre-se a possibilidade de ‘patrões alternativos’ e de ‘padrões alternativos’, ao mesmo tempo que se amplia o espaço para organizações estranhas ao sistema tradicional de dominação (PALMEIRA; 1989:24).

Uma outra questão importante para a qual este autor chama a atenção e que concorreu para essa reformulação, por assim dizer, da patronagem, é que um conjunto de leis criadas especificamente para o campo (Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, Estatuto da Terra em 1964 e posteriormente a Legislação Previdenciária) passou a ter “existência social” e permitiu a reordenação das relações entre grupos. Assim, ainda que a via de desenvolvimento tomada pelo Estado fosse outra,

...os pressupostos legais da ação do Estado, articulados às próprias transformações por ele sofridas enquanto ‘máquina administrativa’, além dos efeitos provocados por sua presença direta no campo, impuseram uma mudança das relações Estado/grandes proprietários/camponeses. O reconhecimento social, operado legalmente pelo Estatuto do Trabalhador Rural, e a possibilidade, aberta pelo Estatuto da Terra, de uma intervenção direta do Estado sobre os grupos reconhecidos como compondo o ‘setor agrícola’ ou a ‘agricultura’, permitiram a elaboração e aplicação de políticas próprias para cada um desses grupos. O camponês – o trabalhador rural – tornou-se objeto de políticas, o que até então era impensável, criando-se condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e Estado até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações (PALMEIRA; 1989:24-25; grifo no original).

Os estudos acima citados indicam que, durante o período governado pelos militares, o Estado centralizou sua atuação e costurou um esvaziamento do poder local. Para isso concorreram fatores que fizeram parte de uma estratégia que visava garantir a centralização efetiva do poder, já que, “... do ponto de vista da instituição militar, que é um ponto de vista corporativo, quanto maior a centralização, maior a segurança nacional” (MARTINS; 1984:49). A questão principal para a qual os autores chamam a atenção era a

necessidade da quebra do poder regional e local, tradicionalmente nas mãos das oligarquias regionais, para que o governo central pudesse estabelecer um novo projeto de desenvolvimento, garantindo a ocupação dos espaços vazios do território nacional e, conseqüentemente, a segurança nacional.

A implementação de uma política federal que abria as portas da Amazônia Legal para os investidores (de capital nacional e internacional), colocando 64% das terras devolutas do estado de Mato Grosso sob jurisdição da União por meio do CSN, restringiu a atuação do governo estadual a menos de 40% das terras devolutas do seu território. O governo de Mato Grosso efetuava a gestão destas, via Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat) e, posteriormente, do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat).

Foi também na década de 1970 que se criou um novo Código de Terras³⁵ em Mato Grosso, com o objetivo de retomar o controle do processo de acesso às terras e colocá-lo sob jurisdição do governo do estado. Esse código se adequava à legislação federal, especialmente à Lei 6.383 de 1976 que dispunha sobre o processo discriminatório das terras devolutas da União³⁶. Essa lei federal visava tornar mais fácil, mais ágil e mais econômica a aplicação da discriminatória com o objetivo de obter com exatidão o potencial das terras devolutas existentes nos estados para atender a demanda crescente de terras que ocorria por meio dos programas de desenvolvimento para a região. Assim, com estas leis, Estado e União restabeleceram os procedimentos de discriminação de terras pelas vias administrativa e judicial, além da chamada discriminação branca³⁷. Em Mato Grosso, além do Código de Terras, foram elaboradas diversas normas e resoluções internas, objetivando a solução de problemas de ocupações irregulares e a ultimação de processos pendentes desde o fechamento do DTC.

A criação de um novo Código de Terras neste período, no qual o governo federal passou a intervir diretamente nas negociações de terras, parece ter sido bastante conveniente, pois cabia ao estado proporcionar ao governo federal condições de implementação de um projeto nacional de ocupação da Amazônia. Assim, para além da federalização de parte do território de Mato Grosso, o restante das áreas devolutas passou a ser regido por um conjunto de leis que visava facilitar o rapasse das terras às empresas interessadas em investir na região.

1.2 – Os surtos de ocupação do Vale do Guaporé

O Vale do Guaporé, até meados do século XVIII, foi ocupado somente por populações indígenas. No ano de 1748 os portugueses ocuparam a região, buscando defender o território contra a Coroa Espanhola e delimitar as fronteiras do Brasil. Segundo NEVES (1988), a característica de “antemural da colônia” conferida a Mato Grosso devido à sua extensa fronteira com o território espanhol determinou a estratégia a ser adotada pela Coroa Portuguesa para a ocupação da região. Seu potencial aurífero e a sua localização foram importantes para estabelecer o caráter militar dado ao processo de ocupação (fortins avançados na luta contra os vizinhos espanhóis), bem como

³⁵ Criado pela Lei nº. 3.922 de 20 de setembro de 1977, regulamentada pelo Decreto nº. 1.260 de 1978.

³⁶ Discriminação de terras é o processo adotado pela União, estados e municípios para separar, extremar ou deslindar as terras devolutas das terras de propriedade particular (MORENO; 1993).

³⁷ Na discriminação pela via judicial, as ações são propostas por meio dos representantes judiciais dos municípios, estados ou União que procederão o julgamento de acordo com juízo competente. Já na discriminação administrativa, municípios, estados e União propõem as ações por meio de Comissões Especiais de discriminação que agirão como parte interessada e como árbitro ao mesmo tempo. No que se refere à discriminação branca, trata-se da arrecadação sumária da área sobre a qual já se tinha conhecimento prévio de localização e dimensão (MORENO, 1993).

determinou a característica da economia da região: associada à atividade itinerante da exploração aurífera, a Coroa tomou outras medidas para garantir que a população da região continuasse itinerante, tais como a proibição da expansão de criação de gado e da monocultura da cana-de-açúcar. A Coroa entendia que a existência de uma população itinerante era importante para a segurança do território, bem como para conquista de “áreas à Espanha” e os novos achados de ouro contribuíam para que novos pequenos núcleos populacionais se formassem em torno de descobertas bem-sucedidas³⁸ (NEVES;1988).

Ainda que a vila mais próspera de toda aquela região fosse Cuiabá, a Coroa Portuguesa determinou a fixação da capital da nova capitania no extremo Oeste, no Vale do Rio Guaporé. Assim foi criada a Capitania de Mato Grosso, e sua capital foi planejada e construída segundo orientação de Portugal. A planta da capital, a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, foi trazida da Europa pelo oficial que orientou pessoalmente a construção da cidade, fundada em 1752.

Neste processo, grandes extensões de terras foram cedidas para exploração dos garimpos, mas a ocupação da região não foi bem-sucedida. Apesar dos incentivos e privilégios concedidos para atrair a população para a região (tais como a isenção de dízimos e do pagamento de direitos de entrada), foram poucos os que se propuseram a ocupar a região, fato que se deve, principalmente, à fama de insalubridade – com incidência de doenças como febre amarela e varíola – e aos constantes ataques dos índios e de colonos espanhóis. A maioria da população que ocupou essa região nesse período foi composta por escravos e trabalhadores livres (em sua maioria negros e mulatos) que eram necessários à exploração das minas e à edificação da cidade de Vila Bela. Eram poucos os brancos e, assim que a capital foi transferida para Cuiabá e que a extração do ouro entrou em decadência, a maioria deles emigrou³⁹ (CABAN; 1999).

Após a independência do Brasil e da Bolívia, os riscos da delimitação da fronteira diminuíram, e a região perdeu a importância estratégica para o Império brasileiro. Aliado a isso, a decadência das minas de ouro, as precárias condições de comunicação e de comércio com a capital do Império, a insalubridade do terreno onde estava localizada Vila Bela da Santíssima Trindade e as disputas de interesses das elites cuiabanas levaram o Império a transferir a capital da província para a cidade de Cuiabá em 1820⁴⁰ (PUHL; 2001).

Neste momento, Vila Bela e toda a região do Vale do Guaporé sofreram um refluxo de ocupação. O interesse político e econômico da população branca pela região foi completamente perdido. Parte desta população se transferiu para Cuiabá, e alguns voltaram para suas regiões de origem como o Pará e mesmo para Portugal. Assim, além dos índios que voltaram a ter acesso livre à maior parte de seu antigo território, a população predominante na região passou a ser os antigos escravos e os trabalhadores livres que se concentraram em Vila Bela da Santíssima Trindade e nas margens do rio Guaporé e seus afluentes, buscando fugir das doenças e dos ataques dos índios⁴¹ (PUHL; 2001).

³⁸ Nesta estratégia, a Coroa Portuguesa também proibiu a exploração das minas de diamantes descobertas, hoje no município de Diamantino.

³⁹ Em 1769, a proporção de escravos para a população livre era de 2.343 para 1.147 pessoas em Vila Bela, sendo que apenas 333 eram brancos (CABAN; 1999).

⁴⁰ Ainda que até 1820 a capital da Província fosse Vila Bela da Santíssima Trindade, o poder estava realmente centralizado em Cuiabá, principal centro urbano e comercial da província.

⁴¹ Pode-se dizer que, nesse processo, teve grande influência a estratégia de ocupação adotada pela Coroa Portuguesa que, como já observado anteriormente, promoveu um caráter itinerante da economia que caracterizou uma ocupação descontínua e isolada da região.

Assim, durante quase todo o século XIX até 1940, a região do Vale ficou praticamente sem exploração. As principais atividades econômicas desenvolvidas pela população neste período foram a coleta de produtos da floresta, a agricultura de subsistência e a produção de açúcar e aguardente que eram comercializados na fronteira. Segundo os documentos pesquisados por CABAN e PUHL, a terra não era considerada por essa população como um bem privado, mas fazia parte do comunato e era utilizada por toda a comunidade⁴². Segundo esses autores, são raros os registros e documentos sobre a região do Vale neste período. Exceção a isto são as informações sobre a expedição comandada pelo Marechal Cândido Mariano Rondon que traçou e construiu a rede telegráfica que chegou até o estado do Acre entre 1907 e 1915. Nesta expedição foi traçada a trilha que ligava a atual cidade de Pontes e Lacerda à Vila Bela da Santíssima Trindade. Nestes dois pontos foram instalados postos telegráficos, um dos quais foi o marco fundador de Pontes e Lacerda (que se chamava Vila Guaporé ou Vila dos Pretos).

Essa ação integracionista proporcionou a criação de novos núcleos populacionais de brancos na região, aumentou o conhecimento sobre ela e despertou o interesse, tanto de empresas como de pessoas que passaram a enxergar na região a possibilidade de desenvolvimento, pois as terras eram aparentemente livres e sua fama de alta fertilidade já se espalhava⁴³ (PUHL; 2001).

Assim, a expedição Rondon nos primeiros anos do século XX marcou o início do segundo momento de exploração econômica mais acentuada do Vale do Rio Guaporé. Neste período, a descoberta da possibilidade de exploração da poaia⁴⁴ e da borracha na região atraiu grandes empresas que arrendaram as terras do governo e passaram a explorá-las. O auge desta exploração ocorreu na década de 1940, e a exploração era efetuada por trabalhadores contratados pelos administradores dos empreendimentos nas comunidades negras e mesmo nas aldeias indígenas na região (BANDEIRA; 1988, *apud* CABAN; 1999). Como a exploração da poaia e da borracha foi contemporânea, a mesma mão-de-obra era utilizada nas duas atividades, já que uma tinha sua extração feita na época da seca, durante os meses de maio a outubro/novembro (borracha) e a outra na época das chuvas, nos meses de outubro/novembro a abril (poaia).

Segundo BANDEIRA (1988:257, *apud* Caban; 1999:51), a extração da poaia e da borracha na região do Vale do Guaporé transformou-se em veículo de diferenciação na comunidade negra a partir da desigualdade que ocorreu em função das relações de produção pela apropriação do trabalho de muitos por uns poucos. Assim, “... introduziu-se na comunidade a instituição do patronato” a partir da figura do administrador que, no caso de Vila Bela, era da comunidade negra. A família desse administrador foi, também, a única família negra da região que requereu junto ao Estado a posse de terras no início da década de 1950. As outras perderam as terras no processo de concessão efetuado pelo Estado a partir desta década e que expulsou os negros, que foram se estabelecer na cidade de Vila Bela. Segundo CABAN, esta família de negros passou, também, a ter

⁴² Segundo CABAN (1999), no período mais recente de ocupação desta região, esta população negra, com exceção de apenas uma família, teve sua terra arrecadada pela União e repassada aos fazendeiros e às empresas.

⁴³ As terras do Vale do Guaporé são consideradas as mais férteis de todo o estado de Mato Grosso.

⁴⁴ Nome vulgar que designa planta em formato de arbusto – a *Cephaelis Ipecacuanha* – de folhas esverdeadas e que possui propriedades medicinais (MORENO; 1993). Planta nativa no Brasil e na região do Vale do Guaporé. A extração da raiz desta planta era efetuada nas matas nativas localizadas entre a bacia do rio Paraguai e do rio Guaporé, numa extensão que vai do município de Barra do Bugres e Cáceres até Vila Bela da Santíssima Trindade.

influência política na região e chegou a ocupar algumas vezes a prefeitura municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade⁴⁵.

Voltando aos reflexos desse processo na ocupação da região, o que aqui interessa registrar deste período é o fato de que não houve uma migração acentuada para a mesma durante o período de exploração da borracha e da poaia. Nem de trabalhadores contratados para a extração (o que era efetuado pelos negros e índios) e nem de administradores e/ou proprietários que tenham ali se instalado e que pudessem ter influência política e econômica. Ou seja, o Vale do Guaporé não incentivou a permanência de uma população que viesse a disputar entre si as terras ou o poder na região. Mesmo no período de exploração dos seringais e da poaia, as grandes extensões de terras para exploração foram arrendadas, na maioria, para empresas estrangeiras (CABAN; 1999:49).

Ainda que, no auge da extração destes produtos, muitas atenções tenham se voltado novamente para as terras do Vale do Guaporé – na época sob jurisdição do DTC –, somente na década de 1950, quando a extração já havia entrado em franca decadência, é que se acentuou a ocupação. Esta década marcou o início da entrada maciça de grandes capitais e de uma população num movimento orientado pelo programa Marcha para o Oeste.

Quanto à questão política, como já assinalado anteriormente, mesmo durante o período em que Vila Bela da Santíssima Trindade foi a capital de Mato Grosso, era em Cuiabá que efetivamente se concentrava a elite política e econômica. Assim, com a transferência da capital para este município, Cuiabá se transformou de fato e de direito no centro hegemônico das decisões políticas e administrativas. Do ponto de vista econômico, quando da queda da mineração aurífera, as frentes produtivas foram direcionadas para a extração da borracha e, principalmente, para a produção açucareira, o que transformou os antigos engenhos manuais da região de Cuiabá em usinas equipadas com maquinaria importada da Europa que passaram a produzir açúcar, álcool, aguardente e rapadura. Esse processo fortaleceu as elites cuiabanas que detinham grandes extensões de terras e dominavam, também, todo o comércio da região. É essa elite política que disputava entre si o poder em Mato Grosso.

Como visto anteriormente, de um modo geral, as políticas fundiárias de Mato Grosso estiveram sempre ligadas às estratégias do governo federal – nos diferentes momentos históricos – de incorporação de novas áreas ao processo produtivo nacional. Nos distintos contextos em que essas estratégias foram colocadas em prática, o governo do estado respondeu às expectativas do governo federal de forma a garantir a implementação das políticas para essas regiões. No Vale do Guaporé, esse processo se acentuou a partir da década de 1960, mais especificamente, com as políticas dos governos militares de incorporação da região amazônica ao processo produtivo nacional.

Assim, a ocupação do Vale do Guaporé teve um novo impulso na década de 1950 e ganhou força a partir da década de 1960, quando o processo de concessão de terras pelo governo estadual atingiu seu auge. As terras do Vale encontram-se na faixa de 150 km da fronteira com a Bolívia, o que colocou este território sob jurisdição federal a partir de 1971. Até então essas terras estavam sob domínio do estado de Mato Grosso onde, corroborando com a política de concessão de terras já explicitada anteriormente, os diferentes governos estaduais cederam títulos para vários grupos econômicos e para

⁴⁵ Ao que se apurou, a atuação política desta família restringiu-se ao município de Vila Bela e não se refletiu na região onde hoje se localiza Pontes e Lacerda, até então uma pequena vila.

particulares por meio do extinto DTC, o que se refletiu em problemas de titulação das terras que são encontrados até hoje.

Na década de 1950, foram cedidas pelo DTC as duas primeiras grandes faixas de terras da região. A primeira delas foi para dois fazendeiros do interior de São Paulo (Júlio George e Aristides Saião). Eram 100.000 ha divididos em 10 títulos de 10.000 ha. Segundo documentos pesquisados por CABAN (1999), essas terras nunca foram, de fato, apropriadas por esses proprietários e na década de 1960 foram vendidas e passaram a ser exploradas por fazendeiros menores que compraram áreas de até 10.000 ha.

A segunda grande concessão de terras desta década (localizada bastante próxima de onde se fundou a sede do município de Pontes e Lacerda) foi para uma colonizadora do Sul do País – a Sulbrasil – que não chegou a implementar o projeto de colonização e na década de 1960 também repassou a particulares os 200.000 ha de terras cedidos pelo Estado. Essa área foi vendida em lotes que variaram entre 5 e 10.000 hectares para fazendeiros individuais residentes no Paraná e no sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). Segundo CABAN (1999:58-59), é desse processo que se iniciou o povoamento da Vila Guaporé (em 1965 aproximadamente) que veio a se constituir na cidade de Pontes e Lacerda, pois algumas das famílias que se estabeleceram na região compraram suas terras da colonizadora Sul Brasil. Com a venda de suas terras nas regiões de origem, essas famílias migraram para o Vale do Guaporé e inicialmente investiram em lavoura que posteriormente deu lugar à pecuária.

É nesse período, também, que o transporte aéreo para esta região possibilitou a ampliação do comércio local e o intercâmbio com o mercado regional, o que chamou a atenção dos possíveis interessados na aquisição de terras, já que a sua incorporação começou a ser vista como viável por grandes grupos econômicos e por particulares. O processo de apropriação de grandes extensões de terras era o mesmo: vários lotes de 10.000 ha eram concedidos pelo governo estadual, o que era conseguido via registro em nome de vários familiares. Segundo CABAN (1999), essas terras foram apropriadas como reserva de valor, pois, possuidores de outras fazendas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (principalmente dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás), ligadas a grupos industriais e financeiros de capital nacional e internacional, esses proprietários não chegaram a se apropriar de fato da terra, o que aconteceu somente na década de 1970 e 80 a partir da capitalização da pecuária na região⁴⁶.

Com o fechamento do DTC em 1966, esse processo de concessão de terras pelo governo estadual no Vale do Guaporé foi suspenso e foi retomado novamente, sob outras políticas implementadas pelo governo federal, na década de 1970. Como se pode observar, esse processo de apropriação das terras na década de 1950 e 60 não chegou a assumir a ocupação efetiva do Vale do Guaporé, pois a aquisição das áreas não estava acompanhada dos incentivos e infra-estrutura necessários à exploração das mesmas. Na maioria dos casos, o interesse pelas terras do Vale parecia se restringir a tê-las como reserva de valor para a venda ou investimento futuros.

O grande momento de distribuição das terras do Vale do Guaporé ocorreu na década de 1970, assim como a efetiva ocupação do espaço territorial. A partir desta década, as terras foram apropriadas por dois tipos de proprietários: os fazendeiros individuais, dos quais muitos eram produtores rurais capitalizados, vindos do Paraná e de São Paulo que venderam suas terras nas regiões de origem, adquiriram títulos de propriedade no Vale do Guaporé, migraram e passaram a gerenciar seu novo empreendimento agropecuário. Mas também havia aqueles que adquiriram os títulos, mas

⁴⁶ As grandes empresas agropecuárias são pertencentes aos grupos Ovídio de Miranda Brito, Florêncio Bonito, Oscar Martinez, Zillo e Garon Maia (CABAN; 1999:60).

não foram se estabelecer nas áreas (no máximo mandaram administradores), e as grandes empresas de capital nacional ou multinacional que receberam incentivos (fiscais e financeiros) dos órgãos federais de desenvolvimento regional para se instalarem na região (CABAN; 1999).

Algumas diferenças marcaram a implementação desses dois tipos de empreendimentos rurais e são importantes para a compreensão do processo de luta pela terra que se desenrolou na região. No caso dos grandes empreendimentos agropecuários, as suas áreas variavam de 30.000 ha a 100.000 ha e, na maior parte dos casos, as empresas promoviam rapidamente o desmatamento e a colocação do pasto e do gado. No caso das fazendas particulares, estas tinham áreas que variavam de 1.000 ha a 20.000 ha e seus proprietários abriam suas áreas aos poucos, aproveitando a madeira nobre para a venda e entrando com a agricultura ou pastagem de forma mais lenta (CABAN; 1999).

Muitas destas áreas possuíam títulos de propriedade superpostos (os chamados beliches fundiários), ou seja, mais de um proprietário para a mesma área. Além disso, muitos títulos diziam respeito a áreas devolutas. Em 1975 a União promoveu um processo de ratificação – pelo Decreto-lei 1.414 que determinava, para as áreas de fronteira, a necessidade de validação dos títulos pela União –, e as terras tituladas pelos governos do estado de Mato Grosso foram excluídas desse processo. Deste modo, os proprietários não foram obrigados a efetuar a ratificação e muitos deles não o fizeram, visto que era justamente nestas áreas que surgiam os maiores problemas de superposição de títulos.

Os grandes empresários e grupos econômicos que adquiriram terras para a exploração de gado nunca chegaram a se instalar efetivamente no município. As áreas eram escolhidas de avião (a BR-174 só foi aberta em 1972) e, não raro, seus donos nunca chegaram a pisar em solo firme. Os negócios destes grupos eram administrados dos grandes centros do país e ainda o são, já que alguns destes empreendimentos ainda são dos mesmos proprietários (CABAN; 1999). É neles que muitos assalariados rurais do município encontram trabalho na produção de madeira e de gado de corte.

A abertura da BR-174 – que passa na sede do município de Pontes e Lacerda – em 1972 foi um marco na intensificação da ocupação do Vale do Guaporé. A abertura desta estrada fazia parte da política de ocupação de espaços vazios do governo federal que, neste momento, se volta para as regiões norte e noroeste mato-grossense. Parte importante desta política na região do Vale foi a criação, na década de 1980, do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil, o Polonoroeste (criado em 1981 e encerrado em 1986), financiado pelo Banco Mundial com o objetivo de criar condições para a ocupação dirigida na região oeste do país, garantindo o aproveitamento do potencial produtivo das áreas de floresta e cerrado. Os investimentos desse programa foram direcionados para a melhoria da rede de transportes regional (melhoria e abertura de estradas), para a proteção de territórios indígenas e para promover a regularização fundiária dessas regiões.

Entre os anos de 1985 e 1992 houve um novo ciclo de extração de ouro que atraiu levas de migrantes para trabalhar nos garimpos da região do Vale do Guaporé. Com um perfil bastante distinto das famílias que chegavam em busca de terras, geralmente esse migrante era do sexo masculino, com idade abaixo dos 30 anos e chegava desacompanhado. Com a decadência desta atividade a partir do ano de 1993, grandes empresas mineradoras de capital internacional passaram a atuar nestas áreas para a exploração deste minério em profundidade⁴⁷. O garimpo manual foi praticamente encerrado, o que levou essa população a migrar ou a investir em outras atividades,

⁴⁷ O garimpo da região de Pontes e Lacerda e do Vale do Guaporé, após a retirada do ouro de superfície – que pode ser alcançado via extração manual – passou a ser explorado por grandes empresas mineradoras, com recursos técnicos para retirada do ouro em grandes profundidades.

permanecendo no município como pequenos proprietários e posseiros ou como trabalhadores assalariados rurais residentes da periferia de Pontes e Lacerda.

1.3 – Ocupação e conflito: “...isso aqui não seria nada sem os grileiros de terras...”

Acompanhando a ocupação das grandes faixas de terras, a partir da década de 1970, principalmente, ganhou força o processo de colonização espontânea no Vale do Guaporé. Famílias de diversas regiões se dirigiram para lá, atraídas pelas propagandas oficiais e não oficiais de terras férteis, desocupadas e gratuitas. As propagandas oficiais sobre os projetos de colonização nas regiões Centro-Oeste e Norte do País incentivavam a migração para essas áreas e também criavam a expectativa de acesso a terras desocupadas. Aliado a isso, as próprias famílias que migravam oficialmente se encarregavam de fazer uma propaganda “boca a boca” que incentivava parentes e amigos das regiões de origem a migrarem em busca de terras livres.

O então povoado de Pontes e Lacerda, bem como toda a região do Vale do Rio Guaporé com seus solos férteis, estava na rota de migração dos que iam para os projetos de colonização em Rondônia e se transformou em um atrativo para que muitas famílias que se dirigiam para o Norte do país permanecessem na região. Além dessa corrente migratória, muitas famílias chegavam de outras regiões diretamente para Pontes e Lacerda, atraídas pelas ocupações que estavam se intensificando. Parte destas famílias chegou para ocupar uma nova área e outra parte chegou para comprar áreas já ocupadas e que estavam sendo vendidas pelos primeiros ocupantes.

Já na década de 1980 a implementação do programa Polonoroeste atraiu ainda mais famílias para a região, intensificando a migração espontânea. Como já assinalado, este programa financiou a melhoria e abertura de novas estradas e a execução do Projeto Fundiário Vale do Guaporé, criado em 1982 pelo Incra⁴⁸, quando esta instituição começou a intervir na região com o objetivo de promover um processo de regularização fundiária nas áreas federalizadas para legalizar a situação das terras apropriadas e levantar a quantidade de terras devolutas.

A melhoria das condições das estradas, facilitando o acesso e a circulação na região e, principalmente, a atuação do Incra chamaram a atenção de muitas famílias que viram na atuação deste órgão e nos conflitos que estavam explodindo a possibilidade de conseguir uma área regularizada.

Assim, durante a década de 1970 e, principalmente, na primeira metade da década de 1980, as ocupações de terras por famílias que chegavam na região se intensificaram e, com elas, os conflitos pela posse da terra. A maior parte das ocupações nas fazendas da região do Vale ocorreu de forma organizada e planejada e em áreas praticamente desocupadas, nas quais os proprietários não haviam investido. Como informa o executor da Unidade Avançada do Incra:

A maioria eram áreas documentadas, mas a maioria improdutiva, com mata fechada e pouca abertura em algumas...muitos fazendeiros que moravam em São Paulo e no Sul... de vez em quando aparecia um e largava aí algum administrador. Mas dificilmente aparecia... o pessoal foi chegando e invadindo.

PUHL (2001:38) demonstra como as pessoas que organizavam essas ocupações pesquisavam as áreas e como arregimentavam as famílias para executar as ocupações e

⁴⁸ O Projeto Fundiário Vale do Guaporé foi criado pelo Incra – pela Portaria nº 11/82 – com financiamento do Polonoroeste, do próprio Incra e do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND/BIRD). Em Mato Grosso são 6 projetos, criados entre os anos de 1973 e 1982 e cobrem 62,67% do território (MORENO; 1993).

consolidar as posses⁴⁹. O autor indica também como comerciantes e madeireiros financiavam as ocupações para, posteriormente, usufruir os benefícios das mesmas.

Segundo PUHL (2001: 38), havia várias pessoas na região reconhecidas como homens com “...valentia e coragem de empunhar uma arma para atocaiar e matar” se fosse preciso. Esses homens exerciam uma liderança nos processos de ocupação das terras da região e eram (e são) chamados de *lideranças dos grilos*⁵⁰. Em cada gleba⁵¹ surge um nome que se destacou no conflito pela posse das terras e que é reconhecido como a *liderança* que entrou na área e organizou a ocupação. Essas *lideranças* chegaram em Pontes e Lacerda e passaram a efetuar pesquisas sobre as áreas, primeiro coletando informações e observando a região, depois efetuando buscas nos cartórios para levantar o histórico da área e os possíveis donos e, por último, efetuando uma pesquisa no interior da área a ser ocupada, para verificar as condições de topografia, água, madeiras nobres etc.

Após esta fase, a que PUHL (2001) chama de “diagnóstico da área”, as *lideranças* passavam a arregimentar as famílias para promover a ocupação. As fontes consultadas por esse autor revelam dados sobre as reuniões de preparação para as ocupações, onde eram definidas as estratégias de segurança, de comunicação, de plantio das roças etc.. A arregimentação das famílias era efetuada em toda a região do Vale do Guaporé e, inclusive fora dela, como, por exemplo, no município vizinho, Cáceres. Além da arregimentação mais direta efetuada pelas *lideranças*, as informações sobre as áreas férteis, sobre a atuação do Incra, sobre as ocupações que estavam ocorrendo atraíam famílias inteiras que, com amigos e vizinhos, formavam grupos que se articulavam junto às *lideranças* para ocupar as áreas ou, muitas vezes, em ocupações já avançadas, para comprar o direito de posse⁵².

A ocupação em si e o processo de consolidação das posses eram o momento mais arriscado e perigoso, por isso a necessidade de traçar as estratégias de ocupação das áreas, escolhendo períodos e locais estratégicos para a demarcação dos primeiros lotes para evitar, ao máximo, serem descobertos prematuramente⁵³. Segundo PUHL (2001), neste período de ocupação ocorriam os conflitos armados, os despejos, as violências, mas também os acordos. Estes eram efetuados entre as *lideranças dos grilos* e os donos da área ou administradores para deixar ocupantes em grandes lotes que posteriormente eram

⁴⁹ Essas ocupações são completamente distintas das que ocorrem atualmente, promovidas especialmente pelo MST, mas também por outros movimentos sociais, de caráter espetacular, com o objetivo de provocar a desapropriação das terras.

⁵⁰ O termo *lideranças dos grilos* ou simplesmente *lideranças* (em itálico quando referir-se a esse período e a esses atores) é comumente utilizado para designar os homens que se tornaram referência na região nas distintas áreas de ocupação. Como é possível perceber pela análise de Puhl (2001; 2003), bem como por intermédio das entrevistas realizadas por ele, não se trata de uma designação cunhada a partir de análises ou da interpretação por autores ou pelos movimentos sociais. Trata-se da identificação efetuada pelas pessoas que participaram daquele processo. O trecho de uma das entrevistas realizadas por Puhl (2003: 56) com pequenos agricultores que participaram das ocupações explicita esse reconhecimento: “Os três eram considerados as lideranças porque vinham de uma coisa que estavam cuidando, apoiando os outros a entrarem junto com eles e tirando um pedaço de terra para cada um. Também tiravam a parte deles, visto que não iam de graça. Foram as barras mais fortes para segurar as coisas ferozes que vinham.”

⁵¹ O termo “gleba” é utilizado a partir do seu significado como categoria oficial. É nesse sentido que ele é utilizado regionalmente.

⁵² Nas áreas ocupadas somente permaneciam os homens adultos, em razão da precariedade e dos perigos a que estavam expostos.

⁵³ Uma estratégia bastante comum era a tentativa de provar que as famílias já estavam ocupando as áreas há mais de um ano, mesmo que isso não fosse verdadeiro. Assim, provas eram comumente forjadas, tais como o plantio de frutíferas, como bananeira e abacaxi, já próximo de produzirem frutos, como revela este entrevistado: “Existem grileiros, antigamente, que carregava 5 km uma muda de banana desse tamanho [já quase adulta] nas costas pra plantar lá e dizer que já tem um ano... que mora lá”.

cortados e vendidos como posse ou ocupados novamente por outros grupos. Ou seja, era um processo complexo, envolvendo interesses de vários lados onde se estabeleciam relações – a que PUHL (2001, 2003) denomina “alianças” – as mais improváveis, desde que pudessem beneficiar os interesses do envolvidos naquele momento, o que tornava o processo mais conturbado ainda.

Um dos determinantes para a consolidação das posses neste contexto de enfrentamento foi a construção de uma cadeia de relações estabelecida entre os ocupantes com outros atores que ora eram “aliados” (cf. PUHL; 2001, 2003), ora representavam uma ameaça aos seus interesses. Tratava-se dos comerciantes locais e dos madeireiros, principalmente. A existência desses atores interessados na partilha das terras e nos benefícios diretos e/ou indiretos que as ocupações trariam criou o espaço necessário para a constituição das “alianças” que, segundo PUHL (2001), fortaleceram os ocupantes no enfrentamento com os donos das terras. Em muitos casos, informa esse autor, esses “aliados” tiveram mais benefícios que os ocupantes⁵⁴.

As primeiras serrarias se instalaram na vila de Pontes e Lacerda já no final dos anos 60. A ocupação das áreas era um fator importante que facilitava o acesso desses madeireiros da região às madeiras, pois o controle das terras por grandes empresários tornava-as praticamente inacessível a eles⁵⁵. Como todas as áreas ocupadas estavam em terrenos de mata com madeiras de interesse comercial e os ocupantes necessitavam de uma certa infra-estrutura para entrar e se manter, tornou-se relativamente “fácil e corriqueira” a “aliança”, para usar os termos de PUHL, entre os ocupantes e os madeireiros. Assim, esses acordos eram estabelecidos com os grupos de determinadas áreas, de forma que os madeireiros forneciam alguma infra-estrutura (abertura de estradas, construção de pontes, transporte de pessoal e mercadorias, fornecimento de madeira beneficiada para construções rurais etc.) e em troca compravam a madeira nobre dos ocupantes a preços bastante baixos⁵⁶. Em muitos casos, as *lideranças dos grilos* eram os intermediários entre os madeireiros e os ocupantes, o que, não raro, gerava conflitos entre eles⁵⁷ (PUHL; 2003).

Bastante semelhante ao que ocorria entre os ocupantes e os madeireiros, a relação dos ocupantes com os comerciantes locais ocorria basicamente com os varejistas de secos e molhados que forneciam alimentos e outros produtos industriais (ferramentas, equipamentos, insumos, roupas e calçados, armas, munição, remédios etc.) necessários nas áreas ocupadas⁵⁸. Se, por um lado, havia um interesse real dos comerciantes em fortalecer o comércio local e o seu próprio negócio com o aumento da população local, por outro (talvez mais importante) havia o interesse dos comerciantes em terem acesso, também, à terra. Como ressalta PUHL (2003), em muitos casos os comerciantes dirigiam seus recursos

⁵⁴ Para uma discussão detalhada sobre as “alianças” estabelecidas pelos ocupantes para a ocupação das áreas na região do Vale do Guaporé, ver PUHL (2001, 2003).

⁵⁵ Os madeireiros da região não tinham condições de (ou não queriam) competir com as grandes madeiras de outras regiões que exploravam a madeira em contrato com os empresários (PUHL; 2003).

⁵⁶ O início da produção agrícola era garantido pelos recursos da venda da madeira, pois, no geral, a maioria dos ocupantes não tinha nenhum recurso (PUHL; 2003).

⁵⁷ A década de 1980, com o asfaltamento da BR-174, marcou o auge da retirada de madeira da região. Nesse momento, muitos madeireiros passaram a residir em Pontes e Lacerda e a diversificar suas atividades. Segundo CABAN (1999), com o final do ciclo de extração da madeira, muitos proprietários das madeiras transferiram seu negócio para regiões de ocupação mais recente e substituíram seu negócio em Pontes e Lacerda por olarias para a fabricação de tijolos. Além disso, muitos desses comerciantes passaram a investir em terras para a produção pecuária e se constituíram em famílias de classe média na região.

⁵⁸ O comércio de cereais e produtos agropecuários somente começou a ser dinamizado em Pontes e Lacerda quando as primeiras ocupações se tornaram “posse mansa”, no final da década de 1970 e início da década de 1980, e seus ocupantes passaram a comercializar a produção (PUHL, 2003).

àqueles que pudessem pagar o empréstimo em dinheiro ou, de preferência, com a reserva de um lote. Assim, o retorno certo em forma de terra poderia ser conseguido fazendo o acordo direto com as *lideranças* que faziam a intermediação entre os ocupantes e comerciantes⁵⁹.

O depoimento do executor do Incra em Pontes e Lacerda confirma os dados de PUHL:

Aqui em Pontes e Lacerda, como uma região de fronteira, se não houvesse incentivo de uma classe mais alta por trás, dificilmente sairiam essas invasões... sempre existe alguém atrás financiando as invasões [...] A maioria das invasões que aconteceram a 10, 12 anos atrás, sempre tem os manipuladores... aqueles que dão mantimentos, mercadoria pro pessoal... então tem várias pessoas que a gente conhece... que são do ramo, que viveu disso aí. Até hoje vive disso...

Uma outra forma de inserção dos comerciantes e também dos madeireiros nesse processo era a contratação de pessoas que se faziam passar por ocupantes e faziam as posses para seus patrões. Segundo PUHL (2003), esse tipo de relação era comum e nela o trabalhador era um “peão assalariado” ou um “testa-de-ferro”, para usar as palavras do autor, que depois recebia um pedaço de terra em forma de pagamento. “Em glebas ocupadas mais recentemente e próximas das cidades, o interesse de comerciantes pela terra transformou algumas ocupações em verdadeiros negócios imobiliários. Os posseiros entravam na terra não em seu próprio nome, mas representando alguém que depois a venderia por um bom preço”⁶⁰ (PUHL; 2003: 180).

São fartos os relatos sobre essas relações, como sugerem estas entrevistas com um técnico do extinto Projeto Lumiar e com o chefe de gabinete da prefeitura:

... a gente ouviu dizer que tem muita gente forte por trás. Porque o grileiro entrar e ficar lá 30 dias... ele tem que comer e beber. Alguém tá sustentando ele lá. A gente ouviu falar que é comerciante, madeireiro visando à madeira...

O que acontece é o seguinte... essas invasões eram feitas no campo, mas era a maioria do povo da cidade que promovia essas invasões... compreendeu? Então era uma coisa assim, você ia, mas não ia, entendeu como é?

A relação estabelecida entre os ocupantes, madeireiros e comerciantes propiciou o estabelecimento de um verdadeiro “mercado de terras” na região do Vale do Guaporé, um “...mercado de risco onde confluíam interesses e recursos de pessoas, empresas ou grupos sociais diferentes”. Nesse processo, as *lideranças* se constituíram em “verdadeiros *profissionais da posse*” ou “*profissionais do grilo*” (PUHL; 2003:177 e 180).

Ou seja, não apenas para os ocupantes, mas também para quem se aventurava a investir – de um modo ou de outro – neste negócio, havia a expectativa de que o conflito se transformaria em posse mansa e pacífica. As relações entre os atores se concretizavam por intermédio da confiança que se estabelecia entre os mesmos. Especialmente, confiava-se na *liderança do grilo*, figura central que aglutinava várias funções (estrategista, segurança,

⁵⁹ Segundo PUHL (2003), em muitos casos de “alianças” diretas entre ocupantes e comerciantes, os primeiros acabavam ficando sem lote algum, pois tinham de repassar o único que haviam garantido como pagamento ao comerciante.

⁶⁰ PUHL (2003:177) também registra nesse processo a presença de profissionais liberais e outras pessoas que dispunham de recursos para a “reserva de lotes”.

intermediário etc.) e a quem se atribuía e se cobrava vários atributos (coragem, inteligência, astúcia etc.).

Os políticos locais também tiveram papel importante nesse processo, mas não nos mesmos moldes dos comerciantes e madeireiros⁶¹. Conforme PUHL (2003), os interesses envolvidos nesta relação estavam mais relacionados à questão eleitoral e os investimentos políticos maiores eram efetuados depois que o Incra passava a mediar o conflito entre os ocupantes e os proprietários. Assim, os políticos passavam a atuar nas áreas, fornecendo maquinários para abertura de estradas, caminhão para transporte de pessoas, mercadorias e equipamentos, socorro às necessidades de saúde etc.. Para este autor, a atuação dos políticos e suas “...atitudes dependiam mais das posições que ocupavam nas organizações partidárias ou dos cargos que exerciam em órgãos públicos e seus interesses pessoais do que das posturas ideológico-programáticas das agremiações”⁶² (PUHL; 2003:181).

No que se refere à participação da Igreja nas ocupações, tanto as entrevistas quanto a bibliografia fazem apenas vaga referência. Ao que é possível perceber nos dados trabalhados por PUHL (2003), integrantes das Igrejas Assembléia de Deus, Cristã do Brasil e Católica participaram das ocupações e tiveram como referência o espaço da igreja de onde foram convidados a participar das ocupações por outras pessoas (da igreja ou de fora dela). Mas não há indicação de que estas instituições tenham participado ativamente, organizando os ocupantes. No caso da Igreja Católica, por intermédio do pároco da Paróquia Bom Jesus, de Pontes e Lacerda, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve uma espécie de “...retaguarda e de publicação das denúncias dos conflitos e violências contra os posseiros nos meios de comunicação e órgãos públicos”, além do encaminhamento de medidas judiciais (PUHL; 2003:139 e 192).

Articulados e orientados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso (Fetagri), os recém-fundados sindicatos de trabalhadores rurais da região sudoeste do estado – Mirassol D’Oeste, São José dos Quatro Marcos, Rio Branco e Vila Bela da Santíssima Trindade (este último com sede em Pontes e Lacerda) – tiveram participação nas ocupações de terras a partir do final da década de 1970 e durante a década de 1980, ainda que de forma bastante heterogênea. Segundo PUHL (2003), nem todos os dirigentes sindicais se envolviam da mesma forma nas ocupações e, conseqüentemente, nem todos os sindicatos. Entretanto havia, no mínimo, um apoio jurídico e político aos ocupantes. Ao que este autor relata, não houve organização direta dos sindicatos para a articulação da ocupação das áreas, mas estes organizavam reuniões que tinham o objetivo de traçar estratégias de defesa para os ocupantes, das quais algumas das *lideranças dos grilos* participavam.

As *lideranças dos grilos* não eram dirigentes sindicais e, ao que é possível perceber, não tinham atuação no espaço sindical, mas se apoiavam em seu aparato administrativo, jurídico e político como forma de legitimar as ações de ocupação. Por outro lado, os dirigentes sindicais não tinham ação direta nas ocupações e, segundo PUHL (2003:155), atuavam dentro “dos parâmetros da lei”, visto que a instituição legal do sindicato lhes proporcionava esse campo de atuação. Nesse envolvimento, não raro, os dirigentes sindicais e da Federação recebiam, como forma de recompensa pelo apoio, um lote nas ocupações vitoriosas.

⁶¹ É importante ressaltar que do mesmo modo que havia políticos que abertamente se posicionavam ao lado dos ocupantes, havia muitos outros totalmente contrários (PUHL; 2003).

⁶² Apesar de fazer esta ressalva, este autor lembra que havia uma estratégia de inserção e expansão do PMDB no estado de Mato Grosso na qual se inseria “...a organização de posseiros, a partir da década de 1980, e o apoio à aceleração dos processos de regularização fundiária das áreas ocupadas ou a desapropriação das que se encontravam em conflito.” (PUHL; 2003: 187)

Essa atuação do STR de Pontes e Lacerda, neste período, era o reflexo do processo pelo qual o sindicalismo rural brasileiro vinha passando desde o golpe militar de 1964. Segundo MEDEIROS (1989:91-92), depois de um contexto de dura repressão às organizações dos trabalhadores logo após o golpe, “... o sindicalismo rural se reestruturou, a partir de sua confederação, que tentava levar, nem sempre com sucesso, os sindicatos a se colocarem na condução da multiplicidade de conflitos que emergiam.” O desafio imposto neste momento era “... construir determinados parâmetros de ação sindical, em defesa das reivindicações dos trabalhadores, a partir de sindicatos em sua maioria controlados por intervenções, ou dirigidos por elementos muitas vezes distantes de suas bases e de suas demandas”.

Deste modo, continua a autora,

...a conjugação deste quadro interno ao qual se associava a desmobilização dos trabalhadores e um clima generalizado de medo, com uma conjuntura mais ampla marcada pela repressão, fez com que a luta pelos ‘direitos’, dentro dos parâmetros legais, se constituísse na diretriz básica da Contag. [...] Dessa forma, ia se constituindo um padrão de ação no qual o recurso à justiça era dominante. [...] Nos locais onde havia maior comprometimento dos sindicatos, as ações na justiça tornavam-se instrumento de seu próprio fortalecimento, atraindo os trabalhadores que estavam em conflito com os proprietários de terras. Onde tal não ocorria, a possibilidade de resistência dos trabalhadores era muito mais reduzida (MEDEIROS;1989:92 e 94).

O referencial legal para a “luta pelos direitos” era, de um lado, o Estatuto do Trabalhador Rural que regulava as relações entre capital e trabalho e, de outro, o Estatuto da Terra, regulador dos conflitos pela posse da terra. Como lembra esta autora, naquele contexto de repressão do regime militar,

...uma atuação mais combativa do sindicato imediatamente se traduzia em uma possibilidade de intervenção, prisões, e mesmo repressão policial aberta. Dentro desse quadro que se gera um determinado tipo de dirigente sindical, caracterizado pela ação prudente, que não desafiava o Estado (MEDEIROS; 1989:95).

Segundo MEDEIROS, o princípio que caracterizava esse dirigente sindical era: ‘É preferível fazer pouco do que não fazer nada’ (NOVAES *apud.* MEDEIROS; 1989:95).

Paralelamente a todo esse processo, a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) em 1971 e de uma legislação específica que visava instrumentalizar os sindicatos para a assistência médica, odontológica e para prestação de serviços na área cultural, recreativa e de formação, criaram

...as condições institucionais para que o sindicalismo assumisse funções de assistência sanitária e previdenciária. [...] Os resultados foram perversos. Propiciando atendimento ao trabalhador numa esfera onde as carências eram enormes, este era atraído para o seu sindicato, permitindo um contato com a entidade, mas, ao mesmo tempo, conformando uma imagem dela vinculada ao Funrural e não à defesa de seus interesses (MEDEIROS; 1989:97).

Neste quadro, continua MEDEIROS (1989:97),

...se considerarmos que o sindicato tem seu perfil real determinado pelo conjunto de relações em que ele nasce e se desenvolve, é fácil entender o que significou o fato de que, em muitos municípios, as entidades sindicais tivessem sido criadas pelas autoridades locais com a finalidade de colher os frutos políticos gerados na prestação de serviços, sem arcar com seu ônus. Em diversos locais, os sindicatos se tornaram apenas agência assistencial, espaço de arregimentação de votos e favores, numa reedição do clientelismo.

Ainda que não tenha sido a regra, lembra MEDEIROS (1989), esse processo teve, também, a sua outra face, e, em algumas situações, a prestação dos serviços assistenciais foi o caminho para a educação política do trabalhador. Assim, o momento de um atendimento se constituía em uma oportunidade para o esclarecimento dos direitos e sobre a possibilidade de conquistá-los.

Na região do Vale do Guaporé, conforme PUHL (*op. cit.*:157), a segunda metade da década de 1980 – com o PMDB (do qual a maioria dos diretores da Fetagri era militante) assumindo o Incra/MT, o governo estadual e a direção da Emater⁶³ – foi marcada pela mudança de postura no movimento sindical que, gradativamente, mudou de atitude e passou a se posicionar contrariamente às ocupações de terras. Segundo esse autor, apesar de se posicionarem publicamente contra as ocupações, os dirigentes sindicais continuaram a encaminhar documentos em defesa dos ocupantes em troca de lotes nas áreas em disputa, dando continuidade à antiga prática. Em Pontes e Lacerda, neste período, também a prefeitura municipal foi ocupada pelo PMDB, o que acentuou essa postura no STR local.

Um ponto que os entrevistados ressaltam é a importância que o processo de ocupação de terras assumiu em Pontes e Lacerda. O ocupante é visto como aquele a quem se deve o desenvolvimento e a emancipação do município⁶⁴. A ele é atribuído o crescimento de Pontes e Lacerda, como a entrevista concedida pelo chefe de gabinete da prefeitura sugere⁶⁵. Neste trecho, o entrevistado justifica a ausência do poder público nos conflitos que ocorreram em Pontes e Lacerda:

...como autoridade ele [o prefeito] não podia tomar um partido assim, porque é inconstitucional, porque o grileiro é inconstitucional. Porque o grileiro é inconstitucional, só que era uma necessidade, porque senão nós não teríamos essa cidade hoje, então se fazia vista grossa.

Nas entrevistas reproduzidas anteriormente, uma questão ganha destaque: a menção aos ocupantes das terras da região como *grileiros*. De fato, na maioria dos casos, os ocupantes de terras são denominados cotidianamente pela população local de *grileiros*, e muitos daqueles que permaneceram nas áreas se referem ao ato de ocupação como um ato de *grilagem* e ao seu lote como uma terra de *grilo*. PUHL (2001) analisa essa questão a

⁶³ O PMDB foi fundado em 1980 a partir do MDB. Em 1988 uma ala do PMDB fundou o PSDB.

⁶⁴ Segundo PUHL (2001:58), mesmo a área urbana do município foi objeto das ocupações irregulares. A vila de Pontes e Lacerda foi criada pela Codemat em 1969 e foi efetivamente demarcada em 1970, o que não impediu que a ocupação dos lotes urbanos fosse desordenada. Os lotes urbanos foram ocupados e revendidos para terceiros que o requeriam junto à Codemat.

⁶⁵ PUHL (2001; 54) chamou a atenção para esse fato em seu trabalho, ao realizar entrevistas com os comerciantes do município que exaltavam os ocupantes como aqueles que trouxeram o “futuro” para a cidade.

partir dos discursos dos ocupantes de terras e afirma que as diversas identidades são construídas por meio dos discursos dos atores sobre si mesmos e sobre o outro como forma do exercício do poder. Segundo esse autor, quando perguntados sobre o que diferencia um *posseiro* de um *grileiro*, os ocupantes se esforçam para construir argumentos que legitimem e que justifiquem o local que ocupam, buscando dar legalidade ao ato de ocupar a terra, ao mesmo tempo em que constroem para o opositor identidades que deslegitimem a sua prática.

Atentos ao significado jurídico dado ao termo *grileiro*, alguns entrevistados – sintomaticamente os dirigentes das entidades representativas dos pequenos agricultores – buscam justificar o uso comum do termo e adequar a cada ator envolvido no processo a identidade que lhe compete a partir do local que ocupa. É o que sugere a entrevista com o presidente do STR:

É verdade que eles se identificam como grileiros... na verdade isso é cultural, e é também uma falta de conhecimento desses agricultores... então prevalece o que a mídia fala... eles vêem todo dia no rádio e na TV que eles são grileiros... na verdade eles são posseiros que ocuparam terras devolutas que estavam nas mãos de grileiros que se diziam donos.

Entretanto, ao que foi possível observar em campo, a utilização do termo *grileiro* no cotidiano das pessoas não está referenciada na auto-identificação (ou na identificação do outro) como aquele que se apodera ou procura apossar-se de terras alheias mediante falsos títulos de propriedade, mas sim ao simples fato de que as terras que foram ocupadas já tinham um dono (legítimo ou não) e que, como tal, possivelmente ocorreria confronto. Assim, o *grilo* para eles era o processo pelo qual poderiam ter acesso a uma terra que já tinha um dono, mas que não estava sendo utilizada, o que justificava a ação, ainda que eles a entendessem como um procedimento incorreto, que burlava a lei. Não raro se identifica nas entrevistas realizadas com os pequenos agricultores uma postura contrária ao processo de *grilagem*, mas que em seu caso se justifica, pois a terra não estava sendo utilizada ou porque o dono da terra possuía um título duvidoso ou comprovadamente falso⁶⁶.

Ou seja, há uma re-significação do termo *grileiro*, que é arquitetada por intermédio do respeito e do reconhecimento às *lideranças dos grilos* e às suas ações. Essa re-significação ressalta os atributos positivos do termo; positividade esta alcançada na construção cotidiana da legitimidade da ação que estavam promovendo. Nesse processo, o papel das *lideranças dos grilos* foi fundamental na medida em que havia toda uma preparação e uma pesquisa sobre e nas áreas que seriam ocupadas que, para além de garantir que haveria um mínimo de possibilidade de sucesso na empreitada, tinham a função, também, de dar um mínimo de legalidade ao ato.

Essas *lideranças* tiveram trajetórias marcadas pelo personalismo, pelo autoritarismo e pela violência. Não é comum que elas tenham permanecido na mesma área por muito tempo, embora em alguns casos isso tenha ocorrido, pois a lógica de atuação era a de buscar áreas para a ocupação, mobilizar e organizar os ocupantes, promover o enfrentamento e a resistência e depois partir para novas áreas. A entrevista realizada com um ex-técnico da FASE esclarece melhor o perfil dessas lideranças do grilo:

... o Baiano do Rato era uma liderança que esteve na Scatolins, depois esteve na São Domingos e depois foi para Mirassolzinho [todas áreas de ocupação do final da década de 1970 e início de 1980] e ali sumiu...

⁶⁶ PUHL (2001:59) transcreve alguns depoimentos que revelam essa postura dos assentados: “se um grande fazendeiro pode mentir, trazendo um título falso ou menor do que a área que ele pretende, por que ele tem esse direito uma vez que não precisa de terra e nós sim?”

sumiram com ele, até hoje não se encontrou o corpo dele, não se sabe se morreu... Pelo que eu percebo no depoimento dos lavradores, ele não era uma pessoa que pensava em ser agricultor, mas ele foi muito importante no enfrentamento, porque ele era um cara rápido no gatilho, tinha coragem, sabia fazer estratégia de enfrentamento, de segurança. Dizem que ele tava com o grupo e de repente ele dizia ‘vamos dispersar, porque tá vindo aí...’ e ninguém tinha visto nada e ele já tinha percebido o movimento... e logo apareciam os jagunços ou a polícia na área. Então ele tinha uma visão. E a maioria dos lavradores, eles conseguiram seu lote, porque conversava com ele e ele levava no lugar e coordenava a ocupação... só que depois de liberado [quando termina o conflito armado e a área passa a ser vista como posse mansa e pacífica, em negociação], ele não se enquadrava no perfil desses agricultores e... ele ia para outra área... ele vendeu vários lotes ali.

Para PUHL (2001), o que estava em jogo para as *lideranças dos grilos* não era continuar na terra e se consolidar em uma *liderança* capaz de conduzir processos de organização das famílias na permanência e reprodução na terra. Em outras palavras, elas não pareciam estar interessadas em poder político e nem estavam orientadas por alguma questão ideológica. Tampouco disputavam outros espaços de inserção a não ser aquele que proporcionava ocupar a terra, vender lotes e madeira para, depois, ir para outro lugar – geralmente promover a ocupação de uma nova área. Todavia, elas cumpriram um papel de importância ímpar na história de ocupação do Vale do Guaporé, contribuindo para a ocupação de todo o Vale com um perfil de agricultor bastante distinto daquele que era estimulado pelas políticas oficiais de ocupação.

Nesse processo de ocupação do espaço rural do Vale do Guaporé, as configurações rapidamente se transformam, num movimento inquieto de atores cujo compasso é regido pelas ocupações (ou pelo *grilo*), e a confusa posse da terra é um enorme palco. Dois movimentos distintos e simultâneos ganham destaque, aquele ordenado pelo Estado no qual a posse da terra é repassada a grandes fazendeiros e empresários e o outro, que acontece à revelia do Estado, no qual uma população heterogênea, com um interesse comum – se estabelecer em um novo espaço que proporcione melhores condições de vida – e outros tantos divergentes, chega à região e desorganiza a suposta ordem pretendida pelo Estado. São duas configurações distintas, mas que a partir de determinado momento se interpenetram. Num espaço onde tudo é novo, onde novas relações são estabelecidas entre atores que estão rompendo com um passado e que buscam, no novo espaço, a construção de algo novo, as relações de patronagem e de clientelismo envolvendo ocupantes, comerciantes e madeireiros, acabam por se estabelecer com uma feição distinta daquela na qual elas se estruturam via laços cristalizados. Como as relações entre esses atores evidenciam, tudo está em movimento, e não há laços que os unam a não ser o interesse pelo processo de ocupação.

Foi a partir do aumento demográfico impulsionado pelas ocupações de terras na região que Pontes e Lacerda cresceu vertiginosamente neste período. É comum ouvir dos entrevistados, e mesmo em conversas informais com os habitantes da cidade, que Pontes e Lacerda não existiria se não fosse esse processo. PUHL (2001:54) transcreve trechos de entrevistas que revelam essa compreensão: “...‘isso aqui não seria nada sem os grileiros de terra’”.

Detendo-se um pouco no histórico de ocupação do Vale do Guaporé, é possível compreender esse discurso tão propagado na cidade de Pontes e Lacerda. Como visto anteriormente, os surtos ocupacionais por que passou a região foram impulsionados por políticas que incentivaram a ocupação por grandes empresas que, na maioria dos casos,

não traria o impulso que justificasse o crescimento observado em Pontes e Lacerda. A presença de um contingente muito grande de famílias trouxe, também, um conjunto de profissionais e comerciantes que contribuíram para promover o crescimento do município, mudando o perfil da região.

1.4 – Perfil das famílias de ocupantes em Pontes e Lacerda

Diferentemente das expectativas das “lideranças do grilo”, a maioria das famílias que chegavam no Vale do Guaporé o faziam para tentar se estabelecer. Assim, um grande contingente de famílias promoveu na região e no município de Pontes e Lacerda um crescimento bastante acentuado nas décadas de 1970 e 1980, estendendo-se até a primeira metade da década de 1990. Essas famílias que chegaram ao município têm origens bem distintas, mas todas possuem uma trajetória bastante comum.

CABAN (1999) analisa a origem das famílias que fizeram parte das correntes migratórias espontâneas que chegaram ao Vale do Guaporé nas décadas de 1970, 1980 e primeira metade da década de 1990. A partir do Censo Demográfico de 1980, a autora fornece alguns dados para o município de Pontes e Lacerda que estão resumidos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Origem da população imigrante no município de Pontes e Lacerda

Região de Origem	Número de Famílias	Percentual
Norte	26	0,20%
Nordeste	1.226	8,50%
Sudeste	4.468	31,20%
Sul	1.116	7,80%
Centro-Oeste	7.487	52,30%
Total	14.323	100,00%

Fonte: Censo Demográfico de 1980, *in*: CABAN (1999)

Como se pode observar, o maior contingente populacional migrante para o município de Pontes e Lacerda foi da região Centro-Oeste, onde o estado de Mato Grosso tem a maior representatividade. Em seguida está a região Sudeste, onde se destacam os estados de Minas Gerais e São Paulo. Na região Nordeste é do estado da Bahia que se origina a maioria dos migrantes e, no Sul, o estado do Paraná tem a maior representatividade.

Para a população que fez parte dessas correntes migratórias, Pontes e Lacerda foi o final de um percurso que teve duas ou três migrações anteriores. Os dados constantes na tabela acima levam em consideração o último local de moradia antes da residência no momento da pesquisa do Censo. Assim, as famílias que o Censo indica serem originárias do estado de Mato Grosso muito provavelmente vinham de outros estados, como revelaram as entrevistas realizadas em Pontes e Lacerda. O depoimento de um agricultor, liderança do STR, ilustra uma história bastante comum entre a população rural do município:

Meu pai é pernambucano, minha mãe é cearense. Eles se encontraram no Paraná, casaram e vieram para o Mato Grosso em 1954 e criaram ali uma família de 10 filhos. Eu nasci lá em Fátima do Sul [MS]. Nós saímos de lá em 1979... Meu pai foi contemplado pelo Assentamento do Getúlio Vargas, uma colonização em 1954, na Colônia de Dourados. Tinha 12 alqueires. Em 79 nós saiu de lá porque a família começou a crescer, as condições de vida não conseguiu superar e tava endividado com o banco. Nós entramos em financiamento no Banco do Brasil para custeio e a gente ficou endividado... a gente, com a idéia de que pra cá, pro Norte, a gente teria mais chão e maiores facilidades para produzir, a gente entrou

nessa ilusão e veio para cá, mas nós paramos 4 anos em Coxim [MS] [...] Lá em Dourados a gente vendeu, quitou a dívida no Banco e comprou um sítio em Coxim, de 14 alqueires... mas com terra fraca, a maior parte era cerrado... Aí a gente vendeu lá e veio pra cá e foi para o Scatolins, compramos uma posse de 8 alqueires... [...] E tem muita gente de Dourados aqui⁶⁷.

Assim como no caso deste agricultor, outros entrevistados revelam a passagem pela Colônia de Dourados antes de chegarem a Pontes e Lacerda, o que proporciona indícios sobre a discussão já traçada por outros autores (SANTOS; 1985 e LENHARO; 1986) que explicitam as dificuldades enfrentadas pelas famílias dentro do projeto das Colônias Agrícolas Nacionais⁶⁸. Ainda que não tenha sido objeto desta pesquisa aprofundar a discussão sobre as Colônias, as entrevistas indicam que as condições de permanência dentro das propostas de fixação nas mesmas dificultaram a permanência e a reprodução das famílias, o que promoveu a busca por novas possibilidades de aquisição de terras⁶⁹.

O caminho percorrido por essa família de pequenos agricultores é apenas um exemplo de muitos outros efetuados por outras famílias da região, como, por exemplo, a passagem pela região vizinha ao Vale – da qual o município de Cáceres era a referência – que passou por um processo de colonização anterior ao do Vale do Guaporé (CABAN, 1999). Os caminhos percorridos pelos ocupantes do Vale seguiram o traçado da ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia Legal pelos grandes proprietários e grupos econômicos incentivados pelas políticas públicas de incorporação da região no processo produtivo nacional, como demonstra FERREIRA (1986)⁷⁰.

Era comum que as famílias chegassem com muitos membros em busca de terra farta para que todos pudessem se estabelecer e que atraíssem outros parentes ou amigos para a região. Assim, mesmo que pais e filhos não chegassem ao mesmo tempo, a

⁶⁷ O entrevistado refere-se às famílias que vieram da Colônia de Dourados, implementada no bojo do projeto das Colônias Agrícolas Nacionais, que faziam parte do Programa Marcha para o Oeste, no Governo de Getúlio Vargas. Entretanto, há uma confusão de datas em seu depoimento, pois a Colônia de Dourados foi implementada a partir de 1943. CABAN (1999) e PUHL (2001, 2003) também registraram essa trajetória das famílias de pequenos agricultores na região do Vale do Guaporé.

⁶⁸ A política de colonização deste período (1937-1945), na qual se incluía as Colônias Agrícolas Nacionais, teve como propósito orientar as correntes migratórias de um contingente de “trabalhadores nacionais pobres” que constituíam um “excedente populacional” com potencial para promover “tensões sociais” para regiões de terras devolutas do Centro-Oeste e da Amazônia não apropriadas pelos grandes proprietários. Essa população foi instalada em pequenas propriedades, baseadas no trabalho familiar sob responsabilidade oficial ou particular. Segundo SANTOS (1985), essa política teve como objetivo orientar as correntes migratórias para novas terras fixando as famílias sob controle estatal, a fim de ocupar novos territórios com uma população cujas condições de vida e trabalho poderiam significar a futura eclosão de tensões sociais nas regiões onde viviam anteriormente. Para um aprofundamento sobre as Colônias Agrícolas Nacionais ver, LENHARO (1986) e SANTOS (1985).

⁶⁹ É nesse período, também (início da década de 1980), que a soja começa a se expandir pelo sul do estado de Mato Grosso do Sul (MUELLER & BUSTAMANTE; 2002). Essa expansão promoveu a valorização das terras desta região, o que pode ter intensificado o processo migratório devido à expropriação.

⁷⁰ Este autor traz uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelos posseiros e as constantes expulsões das terras ocupadas – no que ele chama de uma “via-sacra” em busca da terra – durante o processo de incorporação do estado de Mato Grosso pela Colonização Oficial e particular e pela chegada dos grandes grupos econômicos incentivados pelas políticas governamentais.

família acabava se reunindo num curto espaço de tempo, como sugere a entrevista com um agricultor, presidente da Associação Rio Branco:

Eu nasci em Pernambuco, em 15 de dezembro de 1939 [...] Eu saí de lá em 1952, com 13 anos, fui para o interior de São Paulo trabalhar de arrendatário... de São Paulo, fomos para o Mato Grosso do Sul em 1955. Conseguimos requerer um lote na área da colonização, na Colônia de Dourados. Eu morei lá até 1973, trabalhando com meu pai. Aí meu pai veio para aqui primeiro, e depois de um ano e meio eu vim também. Eu deixei o sítio lá e vim fazer um teste aqui. Aí me dei bem aqui, apesar de que aqui era posse brava na época, e vendi lá [...] Eu comprei a posse do finado Abelardo.

Um ponto para o qual essa entrevista chama a atenção é sobre a capitalização das famílias que chegavam a Pontes e Lacerda. De modo geral, observou-se nas entrevistas e nas conversas informais que aqueles que chegavam minimamente capitalizados partiam inicialmente para a compra de uma posse já ocupada e aqueles que chegavam sem nenhum capital partiam para a ocupação direta, orientada pelos *profissionais do grilo*.

Não raro, a compra de uma posse pequena, de acordo com o capital que a família dispunha, era o início de um processo em que os membros da família partiam para outras ocupações em novos *grilos* ou para a troca desta posse por outra maior em um local mais distante e com enfrentamentos armados. A entrevista abaixo, com o presidente da Associação Unidos da Mina do Ouro, esclarece como esse processo se desenrolava:

A gente saiu do Paraná [em 1972], procurando uma melhora... chegamos em Pontes e Lacerda, encontramos muita dificuldade na época... existia muito grilo. A gente começou a ter muita cisma, porque no Paraná não existiam esses problemas... aí a gente conseguiu comprar uma área já escriturada aqui mesmo, mas a gente não conseguiu manter e tivemos de vender. Isso foi quando liberou... amansou a Scatulins aqui no Vale dos Cágados e nós conseguimos comprar 8 alqueires na Scatulins [...] foi comprado de grileiro pelo meu pai. Mas aí a gente decidiu que os 8 alqueires tava sendo pouco... Nisso surgiu outro grilo... eu pensei: “- bom, essa terra é dele, eu vou ter que apelar prá arrumar a minha...” Nesse grilo eu fui baleado, por conta de briga pela posse da terra [...] Esse grilo foi abandonado por causa dos pistoleiros... Aí surgiu outro grilo, uns nove meses depois, lá na Cel. Ari. Aí, lá eu consegui 10 alqueires e convivi lá 6 anos, vendi e comprei aqui na Pecuária, onde comprei 15 alqueires.

Mesmo aqueles que chegavam na região com algum capital, este era o suficiente somente para a compra de posses que, no geral, não eram grandes o bastante para a reprodução de toda a família. Além disso, a busca por constituir sua própria família levava os filhos (que chegaram à região bastante jovens) a buscar alternativas para ter sua própria terra.

No geral, os recursos que as famílias dispunham eram oriundos da venda de áreas em outras regiões, fossem áreas de colonização (como, por exemplo, no caso das famílias oriundas da Colônia de Dourados), fossem posses (como no caso das famílias procedentes da vizinha região de Cáceres) ou mesmo pequenas propriedades (como é o

caso de famílias que vieram de outros estados, como Minas Gerais e Paraná, por exemplo). É importante reter que se tratavam de pequenos ocupantes, que adquiriam posses pequenas e que se constituíram no que hoje em Pontes e Lacerda se denomina como os pequenos agricultores do município, muito distinto dos fazendeiros que se estabeleceram na região.

A herança deste período mais recente de ocupação do Vale do Guaporé e, conseqüentemente, do município de Pontes e Lacerda foi, por um lado, a superposição de títulos de propriedade na região e, por outro, a geração de inúmeros conflitos de terras, causados pela ocupação dessas áreas pelas famílias que chegavam em busca de terras, sendo que as áreas ocupadas pelos posseiros foram preferencialmente aquelas dos grandes fazendeiros que residiam em outras regiões do país, já que estes demoravam mais tempo para desmatá-las, bem como para ocupá-las.

Alguns dados do Censo Agropecuário de 1995/96 e do Incra ajudam a caracterizar minimamente esses agricultores no município de Pontes e Lacerda. Como se pode observar na tabela abaixo (Tabela 2), do total de 1.664 estabelecimentos agropecuários do município, 1.107 (66%) possuem áreas inferiores a 100 ha, que também é o módulo rural do município. *Grosso modo* (já que os únicos dados precisos a que se teve acesso são aqueles relativos aos projetos de assentamento⁷¹) pode-se afirmar que a maioria dos pequenos agricultores em áreas que foram fruto dos *grilos* de Pontes e Lacerda se enquadra nesta faixa de tamanho de estabelecimento, já que os dados informam que, com exceção de uma única área (Fazenda Casalvasco, área em processo de regularização fundiária), a média de tamanho dos lotes nas outras (sejam assentamentos, regularizações fundiárias ou posses) é inferior a 100 ha, que é o módulo rural do município.

Nos oito assentamentos rurais do município, por exemplo, a média geral do tamanho dos lotes é de 39,4 ha. Em três das quatro áreas em processo de regularização fundiária, foi possível obter esses dados que informam que, em duas delas, as médias dos lotes são de 79 ha e 67 ha aproximadamente e, em outra (Gleba Fazenda Casalvasco), os lotes são de 714 ha em média. Já no que diz respeito às áreas de posse, apesar da imensa precariedade dos dados, em 7 das 12 áreas relatadas pelos funcionários do Incra a média dos lotes não ultrapassa 91 ha. Estes dados estão detalhados mais à frente. Ou seja, somente em uma das áreas os lotes ultrapassam o módulo da região, o que corrobora os dados do Censo de 1995/96 de que são os pequenos estabelecimentos que prevalecem no meio rural de Pontes e Lacerda.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha) – Pontes e Lacerda

Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais
73	1034	231	167	108	51

Fonte: IBGE; Censo Agropecuário 1995/96.

Contudo, ao se analisar a Tabela 3, sobre a condição dos produtores do município, surgem algumas dúvidas. Como se pode observar, a categoria assentado não aparece especificada, o que deixa dúvidas sobre onde esses produtores estariam encaixados. Em 1995, quando da realização do Censo, eram 532 lotes distribuídos em 3 assentamentos, segundo os dados do Incra, como se pode observar na Tabela 4. A

⁷¹ No processo de intervenção do Incra na regularização das glebas na região do Vale do Guaporé, algumas áreas foram transformadas em projetos de assentamento e outras em áreas de regularização fundiária.

diferença entre esse número de famílias e o número das atualmente assentadas (1.497 em 8 assentamentos) é de 965 famílias. Subtraia-se disso 300 famílias de um dos assentamentos (Triunfo) – que, segundo o Incra foi a exceção de toda a região do Vale do Guaporé que recebeu as famílias após a desapropriação – e ainda tem-se um saldo de 665 famílias que, naquele período, eram ocupantes e que não aparecem no Censo como tal. Se se somar a esse número, as possíveis 703 famílias que ocupam – segundo uma estimativa do escritório da Unidade Avançada Casalvasco do Incra em Pontes e Lacerda – as áreas ainda sem resolução no município, os dados tornam-se ainda mais confusos.

Tabela 3 – Condição de produtor em hectares – Pontes e Lacerda

Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
1.644	598.776	5	871	1	1.204	14	1.204

Fonte: IBGE; Censo Agropecuário 1995/96

Tabela 4 – Projetos de assentamentos existentes até 1995 – Pontes e Lacerda

Assentamento	Ano de Criação	Número de Famílias/lotês	Área Total em ha	Média dos Lotes em ha
Coronel Ary	1987	200	7.500,0000	37,5
Córrego da Onça	1986	83	1.578,2400	19,0
Sararé	1986	249	13.500,0000	54,2
Total		532	22.578,2400	42,4

Fonte: Incra – Unidade Casalvasco e Superintendência MT

Segundo o Estudo da Realidade Municipal de Pontes e Lacerda, efetuado pela Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Empaer) em 1996, os imóveis rurais estavam assim distribuídos no município:

Tabela 5 – Distribuição dos imóveis rurais em Pontes e Lacerda – 1996

Área em ha	Número de Imóveis	Área Total em ha
Até 10	60	430
11 a 50	1.703	52.602
51 a 100	1.073	70.035
101 a 200	394	62.533
201 a 500	197	55.266
Acima de 500	439	1.093.734
Total	3.866	1.334.600

Fonte: Empaer-MT – Escritório de Pontes e Lacerda

Como se pode observar, esses dados são bastante distintos daqueles apresentados pelo Censo. Segundo os dados do Censo, o número de estabelecimentos

com área inferior a 100 ha é de 1.107, enquanto os dados da Empaer indicam 2.836 imóveis para esta mesma faixa, o que se aproxima mais dos dados apresentados pelo Incra. Essa diferença não é fácil de ser explicada, especialmente numa região de processo migratório intenso e com a posse da terra indefinida.

Os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 devem ser analisados com cautela, pois ele guarda reflexos de mudanças metodológicas importantes – ligadas ao período de referência que passou a ser o ano agrícola, em vez do ano civil e à época de coleta dos dados, efetuada no segundo semestre, a partir de agosto de 1996 – que, segundo o IBGE, fazem com que as informações contidas neste Censo não sejam estritamente comparáveis aos Censos Agropecuários anteriores, já que, no Brasil, há um número não desprezível de estabelecimentos de “natureza precária e transitória” que são identificados apenas no período entre o plantio e a colheita, o que dificultaria a coleta precisa dos dados⁷². (IBGE *apud*. HOFFMANN & GRAZIANO DA SILVA; 1999:1).

Para HOFFMANN & GRAZIANO DA SILVA (1999:2),

Ao comparar o Censo Agropecuário de 1995/96 com os anteriores, é necessário sempre ter em mente a possibilidade de mudanças nos resultados serem devidas, no todo ou em parte, à alteração no período de coleta dos dados. Uma maneira de obter conclusões mais seguras é examinar a seqüência dos Censos de 1975, 80, 85 e 95/96. Se a série de dados mostrar uma tendência de variação sempre com o mesmo sentido, podemos ficar mais confiantes de estar captando um fenômeno real. Por outro lado, mudanças bruscas no último censo, particularmente quando possam ser associadas com a não-captação de estabelecimentos de natureza precária, provavelmente são devidas à alteração no período de coleta dos dados.

A análise dos dados referentes ao estado de Mato Grosso, efetuada por esses autores, indica que o comportamento do número de estabelecimentos de arrendatários, parceiros e ocupantes é muito diferente da tendência observada nos três Censos anteriores e radicalmente diferente do comportamento verificado para os estabelecimentos cujo responsável é proprietário. Assim, o número de estabelecimentos de arrendatários em 1995/96 se reduz a menos de 1/6 do número observado em 1985, o número de estabelecimentos de parceiros se reduz a menos de 1/5 no mesmo período e o de ocupantes se reduz a aproximadamente metade (HOFFMANN & GRAZIANO DA SILVA; 1999).

Contudo, há que se estar atento para o fato de que, como afirmam esses autores, essa mudança metodológica afetaria com mais intensidade os dados referentes a

⁷² Sobre isso assinala o IBGE: “Na entressafra, muitas vezes são poucos os vestígios da atividade agrícola que se desenvolveu na área na safra anterior, e freqüentemente o responsável pela produção não pode ser encontrado na região em que se localiza o estabelecimento, pois terminou seus trabalhos e deixou o local. Isso pode acontecer, por exemplo, com estabelecimentos operados por parceiros e arrendatários, que recebem um pedaço de terra para cultivar, mas que, depois da colheita, devolvem essa terra ao dono, desfazendo seu vínculo com a mesma. ... Em zonas mais remotas, até proprietários que exploram a terra muitas vezes residem longe do estabelecimento e registram presença apenas ocasional no período da entressafra ... Em suma, embora a coleta de dados feita a partir de agosto de 1996 tenha captado informações referentes a uma única safra, o que por si só representa um avanço em relação ao que ocorreu nos censos anteriores, o período de coleta correspondeu à época em que aqueles estabelecimentos de existência temporária, que tiveram produção na safra de 1995-1996, não mais existiam” (IBGE *apud*. HOFFMANN & GRAZIANO DA SILVA; 1999:1-2).

parceiros e arrendatários que são os estabelecimentos de natureza precária que na entressafra deixariam de existir. Nesse sentido, as diferenças observadas entre os dados do Censo de 1995/96 e os dados do Incra e da Empaer para o município de Pontes e Lacerda podem estar relacionadas a esse fato, mas também podem refletir um outro aspecto que diz respeito à dinâmica local, na qual a indefinição da posse da terra e a disputa judicial em muitas delas podem ter feito com que o registro por parte do Censo tenha considerado um só proprietário em detrimento de muitos ocupantes nas glebas que estão sem regularização.

Segundo dados do escritório da Empaer, de Pontes e Lacerda, os principais produtos agrícolas produzidos no município no ano agrícola 1995/96 foram o milho (3.400 ha), seringueira (2.700 ha), arroz (1.600 ha), banana (1.500 ha), algodão (1.500 ha), feijão (1.100 ha) e café (200 ha). Com exceção da seringueira e do café, todos os outros faziam parte da produção dos pequenos agricultores.

No que se refere à produção pecuária, existiam no município um plantel de 430.000 cabeças de gado de corte e 20.000 de gado de leite. A produção leiteira chegava a 4.704.000 litros/ano. A produção do gado de corte se limitava aos grandes empreendimentos do município, e o leite era produzido, na maior parte dos casos, em propriedades de porte médio⁷³. Entretanto ela vinha ganhando espaço entre os pequenos agricultores do município, o que, como se verá adiante, estava gerando preocupações dentro das suas entidades de representação.

1.5 – A atuação do Incra na regularização da posse da terra

Em 1982, o Incra criou o Projeto Fundiário Vale do Guaporé e passou a atuar diretamente na região, efetuando a regularização das terras do Vale.

A atuação deste órgão concentrou-se nas áreas que ficaram sob jurisdição da União a partir do Decreto-lei 1.164 de 1971, já referido anteriormente. Não cabe aqui discutir a legalidade do processo de incorporação destas terras por fazendeiros e empresários, pois outros autores já o fizeram com propriedade⁷⁴, mas apenas resgatar que este período marcou a redescoberta do Vale do Guaporé, bem como a ocupação de seus espaços por empresários, fazendeiros, posseiros, entre outros.

A área sob jurisdição do Projeto Fundiário Vale do Guaporé é de 5.915.000 há, e o objetivo da atuação do Incra era o de regularizar a situação das terras apropriadas e, por meio de um levantamento, promover a discriminação e arrecadação das terras devolutas. Dos dados disponíveis para pesquisa, até 1990, o Incra havia discriminado 2.299.710 ha. Deles, havia arrecadado 1.710.742 ha e titulado 695.457 ha, restando 1.015.284 ha (do arrecadado) para sofrer regularização e/ou titulação⁷⁵.

Assim, aproximadamente 10% da área sob jurisdição do Incra havia sido regularizada ou titulada em 8 anos de atuação do órgão, o que indica que a maioria das

⁷³ Para detalhes sobre esse processo, ver CABAN (1999).

⁷⁴ Para detalhes sobre a apropriação das terras em Mato Grosso ver, FERREIRA (1986) e MORENO (1993).

⁷⁵ Segundo CABAN (1999), muitas áreas acima do limite permitido por lei (2.500 ha) na fronteira foram regularizadas, utilizando-se o artifício de dividir a terra em nome de vários familiares. No caso das grandes empresas agropecuárias (com áreas que chegam a ultrapassar 20.000 ha), cujos títulos de propriedade haviam sido outorgados pelo governo do estado de Mato Grosso, estas puderam solicitar a ratificação do título junto ao Incra, sendo os distintos casos julgados na sede do Incra em Brasília.

áreas que estavam em conflito durante a década de 1980 continuaram sem resolução. Os dados colhidos durante o trabalho de campo junto à Unidade Avançada Casalvasco do Incra demonstram o saldo da atuação do órgão no município de Pontes e Lacerda: 8 áreas haviam sido convertidas em assentamentos rurais; 4 estavam em processo de regularização fundiária e em 12 áreas ainda continuava a situação de posse. Embora os conflitos armados não existam mais, são áreas cujo processo judicial ainda estavam distantes de serem resolvidos, segundo as informações do diretor da Unidade Casalvasco do Incra, em Pontes e Lacerda.

A atuação do Incra visou à regularização das posses, via dois instrumentos legais: a regularização fundiária e a desapropriação para fins de reforma agrária.

Nos processos de regularização fundiária, a maior parte dos casos ocorreu por meio da adjudicação⁷⁶. Segundo o diretor da Unidade Casalvasco do Incra, as áreas que foram arrecadadas pela União para esse fim não foram totalmente regularizadas, pois os processos de regularização ocorrem individualmente para cada posseiro. Assim, é possível encontrar dentro de uma área que já foi arrecadada pela União famílias que já possuem o título de propriedade da terra e famílias que não o possuem.

O segundo instrumento utilizado pelo Incra foi a desapropriação de áreas ocupadas para fins de reforma agrária a partir de 1985, após a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA). Durante a vigência do PNRA e posterior a ele, vários projetos de assentamentos foram implementados em Pontes e Lacerda e no Vale do Guaporé e, em todos os casos, em áreas que já se encontravam em conflito. Neste contexto, duas questões esclarecem o que determinou qual dos dois instrumentos de regularização seria utilizado nas áreas ocupadas – se a desapropriação ou a regularização fundiária.

A primeira delas é normativa e está ligada ao fato de que o processo de regularização fundiária ocorre somente em terras devolutas que são arrecadas e matriculadas em nome da União. Isso permite inferir que as áreas que foram desapropriadas para fins de reforma agrária em Pontes e Lacerda já tinham seu título reconhecido pelo Estado e, portanto, não poderiam passar pelo processo de regularização, o que explica em parte o critério adotado pelo Incra para estabelecer qual o procedimento que determinada área ocupada deveria receber para sua regularização⁷⁷.

Contudo, apesar desta norma justificar e explicar o critério adotado, a segunda questão que ajuda a esclarecer as ações do Incra é política e tornou-se de suma importância para entender o aumento das ações desapropriatórias e de projetos de assentamentos em áreas de ocupação e conflitos no período que corresponde à segunda metade da década de 1980. Se, durante a década de 1970 e primeira metade da década

⁷⁶ Ato judicial que dá a alguém a posse e a propriedade de determinado bem.

⁷⁷ O processo de regularização fundiária arrecada, legítima ou adjudica terras públicas que estejam ocupadas por boa-fé ou de forma irregular por terceiros, tendo como instrumentos legais de execução a discriminação de terras devolutas e a arrecadação sumária. Assim, o ato de regularização fundiária implica a prévia realização de procedimentos discriminatórios que permitem levantar as áreas devolutas existentes no perímetro determinado. Finalizado este ato, as terras devolutas são arrecadadas e matriculadas em nome da União, e somente depois de cumpridas essas formalidades é que se procede a regularização fundiária, na qual legitimam-se as posses que preenchem os requisitos básicos de moradia habitual e cultura efetiva, legitimam-se os domínios particulares existentes sem vícios e ratificam-se os títulos expedidos pelos estados quando se tratarem de áreas em região de fronteira. Terminado esse processo, as terras devolutas restantes são destinadas aos ocupantes da área ou pretendentes à compra das mesmas. Portanto, a regularização fundiária é um ato que perpassa todo e qualquer processo de titulação de terras devolutas (MORENO; 1993).

de 1980, os procedimentos de regularização fundiária eram utilizados como principal instrumento de reforma agrária e de repasse de terras públicas ao domínio privado, entre os anos de 1986 e 1988 o governo de transição, respondendo à pressão dos movimentos populares e de setores ligados à luta no campo, refreou as ações de regularização fundiária e deu prioridade aos instrumentos de desapropriação contidos no PNRA. Os processos de regularização voltaram a ocorrer após 1988 como um instrumento complementar (MORENO; 1993).

De qualquer modo, é importante ressaltar que, mesmo nas áreas que passaram pelo procedimento de desapropriação e cujo estatuto jurídico é o de projeto de assentamento, na prática, são áreas que não corresponderam aos critérios que a lei impõe aos projetos de assentamento, como, por exemplo, a distribuição dos lotes, obedecendo a um recorte da área efetuado a partir de um estudo prévio sobre a capacidade do assentamento, a distribuição de água, o tamanho dos lotes segundo o módulo rural do município, a clientela específica dos assentamentos etc. Ou seja, até o momento em que o trabalho de campo deste estudo foi realizado, em todos os assentamentos do município a terra havia sido desapropriada e repassada às famílias que a estavam ocupando, desconsiderando os critérios e normas que regem a implementação dos projetos de assentamentos⁷⁸. Na verdade o que ocorreu foi um processo de regularização fundiária por meio do instrumento jurídico da desapropriação para fins de reforma agrária o que, diga-se de passagem, não é uma exclusividade do município de Pontes e Lacerda ou do Vale do Guaporé, pois esse é um fato registrado em várias situações e em distintos estados do país nas quais os assentamentos surgiram em áreas de conflitos.

Os depoimentos com duas lideranças do Assentamento Rio Alegre confirmam algumas informações de que os critérios que nortearam a implementação dos assentamentos não consideraram a lei:

No início [do processo desapropriatório], o Incra informou que quem tinha área grande podia distribuir em nome dos parentes.

Tem produtores de até 140 alqueires [...] tem um que é médico, Dr. Osmar. É até meu vizinho. [...] o executor do Incra que deixou. Ele tem umas 5 ou 6 cartas [lotes]. [...] Igual a ele têm muitos por aí, tem até funcionário público.

O executor do Incra na região, à época dos trabalhos de campo, confirma essas informações e sugere que, por serem áreas que já estavam “invadidas”, havia uma dificuldade do órgão em aplicar a lei, já que criaria um “problema social dentro da cidade”:

...quanto a essa presença de políticos, médicos, em áreas de assentamento, são irregulares. E por incrível que pareça, se você for mexer, você cria um problema social dentro da cidade, porque não foi nós que... foi uma área que foi invadida.

Em Pontes e Lacerda, além das áreas nestas duas condições referentes à posse da terra (8 projetos de assentamentos e 4 áreas de regularização fundiária), havia ainda as áreas ocupadas, em conflito ou não, cuja situação fundiária não estava oficialmente

⁷⁸ Segundo as entrevistas realizadas, nos lotes que excediam o tamanho máximo permitido a cada família do assentamento, os ocupantes regularizaram sua situação, colocando a área em nome de mais de uma pessoa da família.

definida. Elas somavam, no momento das pesquisas de campo, 12 áreas em disputa judicial.

Segundo dados colhidos na Unidade Avançada Casalvasco e na Superintendência do Incra, até o ano de 2000, eram 8 os assentamentos rurais em Pontes e Lacerda, numa área de aproximadamente 60.000 hectares e beneficiando aproximadamente 1.500 famílias. A tabela abaixo detalha as informações:

Tabela 6 – Projetos de assentamentos – Pontes e Lacerda

Assentamento	Ano de Criação	Número de Famílias/lotes	Área Total em ha	Média dos Lotes em ha
1.500 Alqueires	1996	78	3.630,0000	46,5
Aerorrancho	1996	155	7.327,6700	47,3
Coronel Ary	1987	200	7.500,0000	37,5
Córrego da Onça	1986	83	1.578,2400	19,0
Lagoa Rica	2000	40	1.996,0173	49,9
Rio Alegre	1996	392	12.506,7864	31,9
Sararé	1986	249	13.500,0000	54,2
Triunfo	2000	300	11.026,9810	36,7
Total		1.497	59.065,6947	39,4

Fonte: Incra – Unidade Casalvasco e Superintendência MT

Quanto às áreas que sofreram processo de regularização fundiária, os dados fornecidos pelo Incra não eram tão precisos. Por se tratarem de processos individuais (a regularização da posse é feita por famílias), estas áreas não estavam completamente regularizadas, existindo famílias que já possuíam o título há vários anos (em alguns casos mais de 10 anos) e outras que ainda não o possuíam. Assim, segundo este órgão, eram 4 as áreas nesta situação: Fazenda Casalvasco, com 700 famílias em 500.000 hectares; Gleba Cerro Azul, com 442 famílias em 29.978 hectares; Gleba Scatolins com 448 famílias em 35.454 hectares; e Gleba Veado (sem informações detalhadas).

No que se refere às áreas de posse, as informações eram ainda mais precárias. Segundo o Incra, eram 12 áreas: Nativo-Amâncio, com aproximadamente 46 famílias em 1.800 ha (39 ha); Primavera-Bananal, com aproximadamente 85 famílias em 5.784 ha (68 ha); Santa Margarida com aproximadamente 42 famílias em 3.825 há (91 ha); Sararé II, com aproximadamente 40 famílias em 2.529 há (63 ha); Sararé III em 3.500 ha; Estiva Velha, com aproximadamente 200 famílias em 8.802 ha (44 ha); Lavrinha com 18.000 ha; São Domingos II, com aproximadamente 40 famílias em 1.200 ha (30 ha); Adriana com aproximadamente 250 famílias em 9.859 ha (39 ha); Miratinga, com 1.800 ha; Primavera I, com 4.000 ha; Primavera II, com 3.850 ha⁷⁹.

⁷⁹ Cabe ressaltar que essas informações foram conseguidas por meio de entrevista com o diretor (e acompanhada por uma técnica da Unidade Avançada Casalvasco). Entretanto, segundo estes interlocutores, além de uns poucos dados de relatórios, os processos das áreas em questão não estavam neste escritório. De acordo com eles, esse material estaria na Superintendência do Incra, em Cuiabá, ou na Unidade Avançada de Vila Bela da Santíssima Trindade. Na Superintendência Regional, em Cuiabá, teve-se acesso a processos jurídicos apenas das áreas desapropriadas. Os processos das outras áreas, segundo o diretor jurídico desta Superintendência, poderiam estar “caminhando” entre os diversos setores deste órgão e seria impossível localizá-los. No caso dos processos individuais de regularização fundiária, não foi possível obter nenhuma informação. A entrevista com um agricultor e presidente de associação de uma das áreas ocupadas explicita as dificuldades de obter informações sobre os processos de regularizações das áreas: “É uma área de ocupação ainda. Eu ocupei no ano de 1986. O Incra já foi lá e não tão conseguindo a documentação lá daquela terra. Eles tão dizendo que vão fazer um projeto de assentamento. [...] Nós tivemos uma reunião com o Incra lá em Cuiabá

Pelos números acima informados é possível verificar que em Pontes e Lacerda, assim como ocorria em todo o Vale do Guaporé, o processo de regularização das terras estava longe de ser concluído. Apesar da intensificação dos conflitos na década de 1980 e da intervenção do Incra na região, a maioria das áreas não havia sido regularizada⁸⁰, de tal modo que, da área sob jurisdição do Projeto Fundiário Vale do Guaporé, até 1990, apenas 11,75% das terras haviam sido tituladas. Conforme as informações obtidas na pesquisa de campo deste trabalho, no município de Pontes e Lacerda, 12 áreas ainda estavam em conflito, em alguns casos há mais de 15 anos como revela o executor da Unidade Casalvasco do Incra:

Houve muitos conflitos, morreu muita gente... que não é mais o caso de hoje. [...] O Incra começou a atuar mais diretamente. É o seguinte, há uns 10 anos atrás existiam processos de regulamentação, tentando negociar direto com os fazendeiros... eles não negociavam... então tem áreas invadidas há 15 anos ou mais e não regularizadas. Ou por falta de interesse do fazendeiro ou do governo.

Ou seja, grande parte das áreas em litígio dentro do município continuava sem nenhum encaminhamento relativo à sua regularização, o que colocava as famílias ocupantes dessas áreas em condições precárias de acesso a qualquer política pública, fosse no âmbito municipal, estadual ou federal.

O *status* dos pequenos agricultores em relação à posse da terra em Pontes e Lacerda permite efetuar uma distinção entre os mesmos: os pequenos agricultores de áreas de assentamento rural – os assentados; os pequenos agricultores que obtiveram seus lotes, via o processo de regularização fundiária – os proprietários; e os pequenos agricultores cujas áreas não sofreram nenhuma intervenção visando à sua regularização – os posseiros⁸¹.

Essa distinção é fruto da intervenção do poder público federal por meio das ações de regularização das terras. Todavia, não se trata de mera denominação, pois inerente ao *status* das famílias em relação à posse da terra é a diferenciação imposta por essa intervenção.

É fato que a interferência estatal pressupõe alterações que, teoricamente, trariam influências profundas para as famílias na medida em que criariam condições legais para que essas áreas passassem a ser objeto de políticas públicas municipais, estaduais e federais, como por exemplo, os recursos federais destinados à infra-estrutura nos projetos de assentamentos, as políticas públicas municipais na área de saúde, educação, obras, transportes etc. que seriam destinadas às áreas que não se encontrassem mais em litígio, entre outros benefícios. Aliado a isso, esses agricultores usufruiriam as políticas de crédito agrícola específicas, no âmbito federal e estadual e municipal.

durante o Grito da Terra, e eu falei com o superintendente do Incra, em 1995. Ele falou que tinha feito o levantamento da terra, mas deu o telefone dele e pediu pra gente ir ver no Incra de Vila Bela da Santíssima Trindade [município vizinho] se esse levantamento estava lá... e que era pra gente ligar para ele. Que caso estivesse lá ele ia dar uma catracada no funcionário de lá e caso não tivesse lá, ele ia ver o que ia fazer.”

⁸⁰ Para maiores detalhes sobre a situação legal da terras na região do Vale do Guaporé, ver CABAN (1999).

⁸¹ Faz-se a opção de usar o termo “pequenos agricultores” e não a denominação que os classificaria segundo a posse da terra, devido ao fato de que é essa a forma utilizada pelos próprios agricultores, bem como pelas suas entidades representativas. As definições que os distinguem (“posseiros”, “proprietários” e “assentados”) serão utilizadas nas situações em que haja necessidade de singularizá-los para explicar determinados fenômenos.

Nas áreas que foram regularizadas por meio dos projetos de assentamentos, as famílias tinham maiores chances de melhorar as condições socioeconômicas, visto que para elas eram dirigidas políticas públicas específicas, proporcionando infra-estrutura básica e, sobretudo, créditos agrícolas e assistência técnica direcionada. Um projeto de assentamentos é, em si, uma política pública dirigida a um público específico. Como tal, faz parte desta política oferecer não somente o acesso à terra, mas também a um conjunto de benefícios que proporcionem às famílias as condições necessárias para se viabilizarem inicialmente e permanecerem produzindo na terra. Nesse sentido, esse público tornou-se distinto de outros pequenos agricultores que não tinham esse mesmo acesso, independentemente da qualidade e/ou eficiência com que o Estado viesse a implementar os projetos de assentamentos.

No caso das áreas que foram e/ou estavam sendo submetidas a processos de regularização fundiária, apesar das possibilidades de acesso às políticas públicas serem bastante distintas das áreas de assentamento, de uma forma ou de outra, as famílias passavam a ter meios legais para a busca de financiamentos e crédito agrícola, bem como para cobrar do poder público uma maior intervenção nestas áreas. Ou seja, esses agricultores tinham, legal e formalmente, possibilidades concretas de competir na busca pela melhoria de suas condições de produção e reprodução.

Finalmente, nas áreas em que permanecia a indefinição sobre qualquer procedimento regulatório, as famílias de *posseiros* não tinham acesso a nenhuma política pública, já que as áreas se encontravam em litígio. Mesmo as posses sendo mansas e pacíficas, as condições legais que proporcionariam a esses agricultores terem acesso a crédito agrícola, a infra-estrutura etc. não estavam dadas, como sugerem os depoimentos abaixo, com um agricultor e presidente de associação em área de posse (Gleba Amâncio) e com o presidente do STR:

Isso aqui, essa área, a gente não tem direito nenhum, tá tudo confuso. Até por isso, nem apoio a gente não tem... por causa disso. A gente, quando tenta alguma coisa, acho que nossas leis são meio fracas, a gente não consegue legalizar nada.

...as terras aqui não estão próximas da regularização não... a única coisa que tranquiliza os agricultores é que eles sabem que depois de 15 anos na terra, ninguém vai chegar aqui e tirar eles...

Apesar das novas possibilidades próprias às formas como se deu a regularização da posse da terra para parte dessas famílias, na realidade, fazer com que elas tomem corpo e se concretizem faz parte de um outro processo. Os assentamentos são casos exemplares, pois, como tal, eles deveriam ter recebido todo o aparato de infra-estrutura e de políticas específicas contidos nos projetos. Contudo, durante o trabalho de campo em Pontes e Lacerda, raramente se observou a materialização da maioria desses benefícios, como confirma a entrevista com o executor do Incra no município:

...no que se refere às políticas públicas que deveriam receber enquanto projetos de assentamentos, está um pouco a desejar. Não tá assim em dias, não... Então, tem área que é projeto de assentamento há 4 anos que não foi feito topografia... tem outra que não recebeu crédito habitação...

Se os projetos de assentamentos, que são objeto de políticas específicas, enfrentavam essa situação, nas áreas de regularização fundiária as condições não eram diferentes, de tal modo que a escassez de políticas públicas e de infra-estrutura aproximava essas áreas às condições daquelas de posse.

De qualquer modo, independentemente da concretização das possibilidades criadas a partir do processo de regularização, o fato em si da intervenção do Estado já era suficiente para diferenciar os pequenos agricultores de Pontes e Lacerda, ainda que isso não fosse inicialmente visível ou perceptível na medida em que o cotidiano das famílias era pouco afetado. Assim, na verdade o que muda com a intervenção do Estado é que são criadas novas possibilidades para o acesso às políticas e isso não é visível, na maior parte dos casos, no curto prazo.

Alguns fatores colaboraram para dificultar a percepção sobre o processo de diferenciação criado a partir da intervenção do Estado nas áreas de conflitos em Pontes e Lacerda. Como visto anteriormente, neste município, como em todo o Vale do Guaporé, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela ocupação maciça da região e pela explosão dos conflitos em torno da posse da terra. Assim, o que o Incra encontrou na região quando começou a atuação direcionada à regularização das terras no Vale foi um perfil homogêneo de ocupações e das famílias que lá estavam.

Um primeiro aspecto que contribui para entender esse processo se refere à história de vida dos pequenos agricultores que ocuparam essas diferentes áreas. Como assinalado, a trajetória dessas famílias se confunde, pois todas elas realizaram um percurso de migração que, ainda que vindos de diferentes estados do país, envolveram histórias similares na busca pela posse da terra. Deste modo, por exemplo, no caso dos projetos de assentamentos, que na prática também são oriundos de um processo de regularização, uma das características que comporia o *status* diferenciado do assentado, na verdade não o distingue do posseiro ou do pequeno proprietário das áreas de regularização fundiária.

Um segundo componente que permite a compreensão do perfil das famílias diz respeito ao processo de reprodução das mesmas após a chegada em Pontes e Lacerda. A maioria dessas famílias chegou praticamente sem recursos ou, em alguns poucos casos – daqueles que venderam posses ou pequenas propriedades em outras regiões –, possuíam o suficiente para comprar uma posse. Como sugerem as entrevistas, a primeira fonte de renda das famílias provinha da madeira retirada das áreas recém-ocupadas, que era vendida aos madeireiros da região, além do trabalho sazonal de alguns membros das famílias nas grandes fazendas e nos garimpos. Eram essas atividades que compunham uma renda mínima para o início da produção agrícola.

Um terceiro elemento que compõe esse quadro do perfil das famílias está relacionado ao tipo de produção agrícola efetuado pelos pequenos agricultores. Dados do IBGE resgatados por CABAN (1999) demonstram que na década de 1980, quando o processo de ocupação foi o mais intenso, as lavouras de ciclo anual (ou lavouras brancas) – arroz, feijão, milho, algodão, entre outras – eram tradicionalmente produzidas por esses agricultores, e o excedente era comercializado com os atravessadores. Aliado às lavouras de ciclo anual, os agricultores passaram a inserir outras atividades como a produção de leite e a produção de algodão, ambas atreladas a contratos com os atravessadores que vendiam para os laticínios e para as algodoceiras⁸².

Ao que as entrevistas levam a crer, a forma de regularização da terra não provocou distinções no que toca à forma de produção dos pequenos agricultores. Mesmo nas áreas que foram convertidas em projetos de assentamentos, o padrão de

⁸² Segundo CABAN (1999), a década de 1990 foi marcada pelo aumento do rebanho bovino e da produção leiteira, principalmente a partir da chegada de dois laticínios e de um frigorífico no município de Pontes e Lacerda.

produção continuaria o mesmo. Os dados coletados e trabalhados por CABAN (1999) corroboram essa afirmação. Essa autora afirma que a pequena produção, de forma geral, está dedicada à agricultura de subsistência e à pecuária leiteira. Com uma baixa produtividade e atrelados aos laticínios pelo fornecimento de insumos para a produção e de vales-compra, esses agricultores não conseguem competir com os produtores maiores e, não raro, acabam também atrelados a estes que assumem o papel de atravessadores.

Finalmente, um quarto aspecto que parece interferir neste quadro está ligado a uma identificação da maioria das famílias com o processo pelo qual passaram desde o momento da chegada em Pontes e Lacerda, enfrentando situações de conflitos pela posse da terra, pois mesmo aqueles que compraram suas posses, enfrentaram dificuldades e perigos na medida em que a comercialização das posses pelos *profissionais do grilo* era efetuada com as áreas ainda em conflito. A entrevista abaixo com o presidente do STR e filho de um assentado reflete o que se constatou nas entrevistas e nas conversas informais durante o trabalho de campo:

Dentro dos assentamentos que têm em Pontes e Lacerda, são muito poucos os agricultores que se identificam como assentados. Até porque muitas das vezes eles se revoltam com isso, porque eles enfrentaram conflitos, tiroteio... pra agora ser chamado de assentamento... porque o Incra só interveio depois que houve conflito. Eles sofreram e lutaram. Aí chega o Incra dizendo que vai fazer assentamento.

Se esse sentimento reflete a identificação com uma trajetória passada, na qual se forjaram esses pequenos agricultores (como eles se identificam), também é reflexo da forma como o Incra atua na região, como sugere a entrevista. Na implementação dos projetos de assentamento, uma das primeiras informações levadas aos agricultores das áreas que serão objeto da proposta é o novo recorte que será dado ao futuro assentamento, ainda que isso não seja implementado, como é o caso de todos os assentamentos do município. É certo que fazer parte de um projeto de assentamento traria algumas vantagens para os agricultores, mas as mudanças que seriam provocadas no meio físico, nas relações de vizinhança, nos lotes etc., também influenciariam na identificação das famílias com a situação pela qual passaram e que não os identificam com a imagem do assentado típico do Incra⁸³. A entrevista abaixo, com um agricultor assentado e secretário do STR reforça este argumento:

O Incra demarca o lote que está lá. É difícil o Incra chegar lá pra alguém que comprou a posse e dizer que vai mudar tudo... isso não é justo, porque o cara olhou, gostou e comprou. [...] O processo se é regularização ou assentamento, vem de cima para baixo... o Incra decide e chega aqui e diz: vai ser isso ou aquilo.

Por outro lado, os pequenos agricultores sabem que o fato de a regularização das áreas ocorrer por meio do instrumento jurídico desapropriatório proporciona benefícios que são importantes, como sugere esse mesmo entrevistado:

Os agricultores aceitam tranqüilamente os assentamentos porque junto com isso vem aquilo que os agricultores mais almejam, que é a questão

⁸³ Esse não é um procedimento que ocorre exclusivamente em Pontes e Lacerda. Em Mato Grosso, durante o PRRA, grande parte dos assentamentos era oriunda de áreas de ocupação e conflito e passaram por esse mesmo processo, como aponta a pesquisa “Reforma Agrária em Mato Grosso: avaliação dos Projetos de Assentamentos” (GERA; 1995), como também SOUZA (1996).

do crédito... existem vantagens.[...] porque os agricultores em áreas regularizadas, a maioria nunca conseguiu nenhum tipo de crédito.

Ao que parece, os pequenos agricultores não enxergam os outros como diferentes nem se autodiferenciam pelo fato de estarem em uma área de regularização fundiária, ocupada ou de assentamento. A diferenciação está ligada aos aspectos que a condição de relação com a posse da terra proporciona. Deste modo, as entrevistas sugerem que as principais diferenças observadas estão ligadas aos aspectos econômicos e de infra-estrutura que são proporcionados aos assentamentos e não o são para as outras áreas e, também, à possibilidade de acesso a políticas públicas dada aos agricultores das áreas de regularização fundiária em relação aos das áreas de posse.

A diferença entre uma área de regularização fundiária e uma de assentamento é grande. O dinheiro que vai para o assentamento, a gente nunca consegue. Mesmo com avalista é capaz da gente não pegar o dinheiro. O pessoal dos PAs, tão em melhor situação que os outros, porque se ele souber trabalhar, todo ano ele tem dinheiro para trabalhar. (agricultor e presidente da associação da Gleba Scatulins – área regularizada)

... entre uma área como a Amâncio [ocupação] e um assentamento... É bastante a diferença. Por exemplo, a área que já é regularizada, tendo a [carta de] anuência, ele pode assinar qualquer documento, tem aposentadoria, um financiamento, outros contratos... a gente aqui não tem jeito, não consegue nada. (agricultor e presidente da associação da Gleba Amâncio – área de ocupação)

Nesse processo é possível perceber que, se por um lado, como afirmam os entrevistados, a ação do Incra desconsiderou os beneficiários na discussão sobre a regularização das glebas, por outro, tampouco os beneficiários se lançaram na disputa por interferir diretamente na mesma. Como já analisado anteriormente, as *lideranças* das ocupações não investiram esforços em nenhum processo de organização. Ainda que em alguns casos as *lideranças do grilo* tenham ficado nas áreas após o término dos conflitos, e, independentemente se a intervenção do Incra ocorreu durante os conflitos abertos ou após o término dos mesmos (em áreas de posse mansa e pacífica), essas *lideranças* não se constituíram como importantes na organização das famílias para a discussão desta intervenção com o Incra.

A discussão acima coloca em evidência um certo desencontro entre a forma de proceder do Incra, pautada pela rotinização das regras e normas – construídas a partir de uma concepção específica do Estado –, e o desejo, as expectativas, as necessidades etc. das pessoas que constituíam aquele grupo⁸⁴. Tratava-se de pessoas que vinham de um passado de rompimento de relações e que estavam constituindo novos laços, numa nova configuração onde as ocupações proporcionavam as interações e as interdependências. As entrevistas transcritas anteriormente, ao apontarem uma certa recusa destes sujeitos em se identificarem como assentados, bem como a recusa em reorganizarem (conforme as normas do Incra) o espaço escolhido e conquistado, não apenas explicitam esse desencontro, mas sugerem que o grupo construía, a partir daquela nova configuração, uma identidade própria que deveria explicitar a história de luta pela qual estavam

⁸⁴ MARTINS (2003:54) registrou o desencontro entre os agentes da reforma e os destinatários dela e, sobre isso, afirma: "...o sujeito da reforma agrária [...] é um sujeito social peculiar, bem diferente do sujeito do contrato, individualizado, que pode pactuar com o Incra seu ingresso num programa de assentamento."

passando. Naquele momento de luta, talvez o termo que melhor expressasse isso fosse o de *grileiro*, o que ajuda a compreender melhor a re-significação dada a este termo, como já discutido anteriormente⁸⁵.

Um último ponto importante a ser registrado aqui é que as primeiras associações de agricultores que se formaram nas áreas de posse mansa datam da primeira metade da década de 1980 e foram incentivadas pelo governo do estado de Mato Grosso dentro de uma política de estímulo ao associativismo que distribuía alguns benefícios para as comunidades que se reunissem em torno destas formas organizativas, como relata um dos técnicos da FASE:

Na época... o governador de Mato Grosso – Carlos Bezerra – partiu para uma ofensiva com a questão do associativismo no estado. Aí o pessoal de lá [da região do Vale do Guaporé] começou a ficar sabendo que em outras regiões tinham surgido associações e que tinham conseguido muitos benefícios... máquina de arroz.... O governo distribuiu muito esse benefício na época.

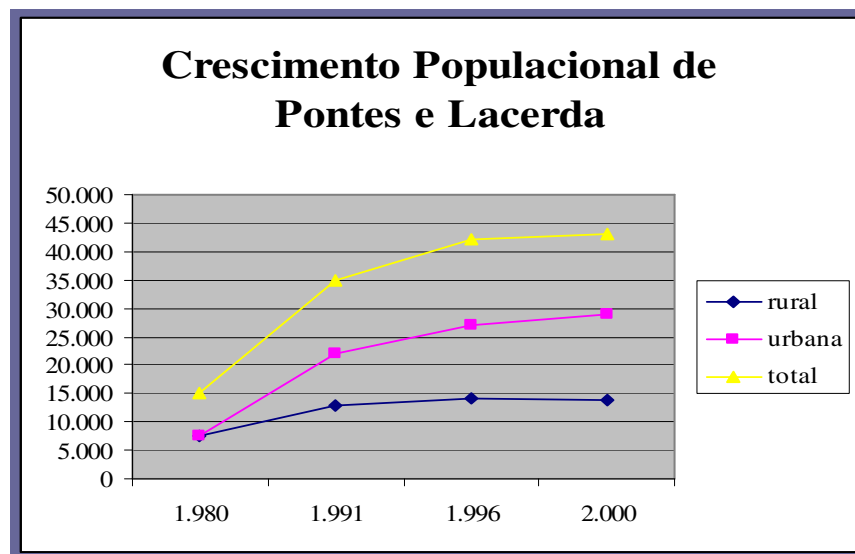
No entanto, essas associações não se tornaram referências organizativas para as famílias e, no geral, em pouco tempo tinham seu pequeno patrimônio abandonado por falta de manutenção. Nas poucas associações que foram formadas com o incentivo do Estado no município de Pontes e Lacerda, após sua constituição formal e o recebimento do benefício (geralmente uma máquina para beneficiar arroz e um galpão), a mobilização das famílias se dissipava, o que levava essas organizações a serem apenas uma formalidade, segundo as entrevistas.

1.6 – O crescimento de Pontes e Lacerda e a conformação dos representantes do poder local

Como já assinalado, nas décadas de 1970 e 80 o crescimento de Pontes e Lacerda foi bastante acentuado, e vários foram os fatores que impulsionaram este crescimento. A ocupação rural da região criou espaço e passou a demandar uma infraestrutura urbana que desse suporte ao crescimento populacional que o povoado assistia. A localização privilegiada, à margem da BR-174 (Cuiabá – Porto Velho), facilitou e foi um atrativo para que pessoas em busca de alternativas melhores de vida se estabelecessem ali. Aliado a isso, como já assinalado, o ciclo do ouro que ocorreu na segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990 atraiu para lá uma população que, na maioria dos casos, se fixou na região e se transformou em consumidores potenciais. Deste modo, se nas décadas de 1970 e 1980, a ocupação da região por fazendeiros e por famílias migrantes em busca de terras livres movimentava e promovia o crescimento da região, também o garimpeiro influenciou profundamente o crescimento de Pontes e Lacerda.

⁸⁵ Ao discutir as dificuldades do processo de construção da identidade social e individual do assentado, MARTINS (*op. cit.*:65-66) afirma que a “...condição de assentado não é suficiente para criar uma identidade individual e social, que assegure a inserção positiva do assentado na realidade que o assentamento cria e possibilita. O fato de serem clientes do programa de reforma agrária e por ele beneficiados não é fato de identidade[...] Assentamento não é base nem condição de identidade, não é uma instituição, é uma invenção externa no curso de um processo social, de um desenrolar da vida que se nutre de outros eixos de referência, próprio da sociedade inclusiva. Neste caso a inventividade social do assentado é menor do que se supõe, embora seja real.”

Com toda essa movimentação regional, neste período a população de Pontes e Lacerda teve um crescimento intenso como é possível verificar a partir do gráfico abaixo.



Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e Contagem Populacional 1996: IBGE

Entre os anos de 1980 e 1991 o crescimento populacional de Pontes e Lacerda foi de aproximadamente 140%, sendo que o crescimento urbano (196%) foi superior ao rural (82%). CABAN (1999) explica essa diferença entre o crescimento rural e urbano do município como consequência da migração rural/urbana causada pela rápida expropriação do pequeno produtor. Contudo, ainda que a expropriação e a migração rural/urbana sugerida por CABAN tenha ocorrido, não parece residir aí o principal fator que explicaria a diferença de crescimento entre a população rural e a urbana.

Uma primeira questão que explica essa diferença é que a década de 1980 ainda foi um período de intenso processo de ocupação das áreas rurais do município. Até onde os dados de campo indicam, ainda que tenha sido uma década na qual ocorreram muitos conflitos, a maioria das áreas não foi desocupada, e a população ocupante nelas permaneceu. Aliado a isso, mesmo constatando-se que muitas famílias que chegaram na região compravam o direito de posse, como já discutido anteriormente, as áreas eram adquiridas dos *profissionais do grilo* o que, por si só, exclui a possibilidade de expropriação de uma grande parcela de agricultores, pois esses *profissionais* vendiam lotes que, usualmente, ainda não estavam ocupados.

A segunda questão é que não se pode ignorar que o crescimento urbano na década de 1980 está ligado fortemente à reativação da atividade garimpeira que atraiu para a região uma população que passou a residir na periferia da cidade. E um terceiro elemento é que esta foi uma década em que, com a emancipação do município e a necessidade de infra-estrutura para dar conta do aumento produtivo da região, Pontes e Lacerda recebeu profissionais liberais e pessoas ligadas aos mais variados ramos do comércio que começaram a se estabelecer e a gerar empregos urbanos.

O gráfico acima indica ainda que, mesmo após o período de intensa migração (década de 1980), entre os anos de 1991 e 1996, observa-se que houve um pequeno crescimento da população rural e, entre 1996 e 2000, há um pequeno decréscimo, que deve ser relativizado na medida em que, nesta última década, dois municípios se emanciparam de Pontes e Lacerda (São Domingos e Nova Lacerda).

Contudo, todas essas questões sobre a dinâmica populacional rural e urbana em Pontes e Lacerda podem (e devem) ser matizadas, tendo-se em conta que se trata de um município cuja economia se encontra fundada nas atividades rurais ou ligadas à utilização direta de recursos naturais, tais como a agricultura, a pecuária, a mineração, extração de madeira etc. Nesse sentido, grande parte da população do município está envolvida, direta ou indiretamente, nas atividades relacionadas ao rural. Isso remete para a preocupação traçada por VEIGA (2003) sobre as tendências de urbanização no Brasil e a influência que elas sofrem em consequência do entendimento de que toda sede de município e de distrito é urbana, sejam quais forem suas características, desconsiderando a sinergia entre atividades rurais e urbanas que caracteriza a economia local⁸⁶.

Das pessoas que chegavam em Pontes e Lacerda nas décadas de 1970 e 1980, muitas viam no município a possibilidade de se estabelecerem como prósperos comerciantes ou como profissionais liberais em uma região na qual havia carência desses serviços e espaço para crescimento. O depoimento do prefeito do município, à época do segundo trabalho de campo, esclarece qual era a expectativa de quem chegava no município:

Eu era de Andradina, em São Paulo. Cheguei aqui em agosto de 1983 [...] vim para o Mato Grosso para mexer com alguma atividade particular... um negócio. Eu vim para Cáceres a convite do meu irmão e peguei uma região que eu achava que tinha uma condição de desenvolver. Aí eu vim pra cá e comecei com um pequeno comércio na área de alimentação que depois se tornou um supermercado [...] Eu tenho uma propriedade rural, em paralelo ao comércio.

Se em muitos casos as pessoas chegavam com capital suficiente para montar seu negócio, em outros, atraídos pelas propagandas sobre a possibilidade de crescimento pessoal, elas viam no trabalho a possibilidade de construir esse investimento, como sugere a entrevista com um vereador:

Eu sou mineiro de Aimorés, em Minas. Vim para o Mato Grosso em 1974, para Pontes e Lacerda por ser uma região nova e ter uma perspectiva melhor de vida. Porque minha região, especialmente, era uma região já bastante sem espaço para a pessoa ter um crescimento [...] Tinha um amigo meu que abriu loja aqui nesta região, a gente tinha um pouco de experiência com comércio ...eu trabalhei 7 anos de empregado nessa empresa, no comércio varejista de tecidos e confecções. [...] Em 80 eu me casei e fui para Rondônia, onde fiquei três meses [...] nós voltamos e começamos a trabalhar com comércio próprio. Em 1981 começamos e tivemos o privilégio de ter um sucesso, porque ainda era um período bastante proveitoso, porque estava em desenvolvimento. Pontes e Lacerda tinha acabado de emancipar, tinha muita madeira, abertura de fazendas, a agricultura era muito boa, a pecuária estava no

⁸⁶ Segundo VEIGA (2003), é urgente a renovação do pensamento sobre as tendências de urbanização que têm implicação direta sobre as políticas de desenvolvimento. Segundo este autor, abandonando-se essa regra e utilizando-se de critérios como densidade demográfica e localização, conclui-se que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes e de que há ainda 13% dos habitantes que vivem em 10% dos municípios que não pertencem nem ao Brasil indiscutivelmente urbano nem ao essencialmente rural. Para maiores detalhes sobre a problemática envolvendo as questões entre rural e urbano ver, entre outros, WANDERLEY (2000) e CARNEIRO (2002).

auge e o garimpo... nós pegamos uma fase bastante proveitosa. Aí eu opinei também pela pecuária.

Um outro perfil de pessoas que se estabeleceram na região são os profissionais liberais que chegaram vindos da região Sudeste, principalmente, para oferecer serviços, tais como os médicos, advogados e agrônomos. Tratava-se de profissionais recém-formados que buscaram se estabelecer profissionalmente no município de Pontes e Lacerda e se transformaram em empresários, tais como médicos que montaram clínicas e hospitais, advogados e como o executor do Incra, um agrônomo:

Eu sou residente em Pontes e Lacerda há 16 anos, desde 1983 [...] trabalhei num grupo agropecuário do Ovídio Miranda Brito, que são proprietários aqui na região... Eu sempre ligado à agricultura e ao transporte... sempre no meio rural [...] Eu tenho empresa de ônibus... pequeno empresário [...] Minha empresa de ônibus é mais na área rural. Eu tenho convênio com a prefeitura para fazer transporte escolar.

Ao que foi possível perceber por intermédio das entrevistas, esse público saiu de suas regiões de origem em busca de se estabelecer em condições que proporcionassem melhores oportunidades, principalmente econômicas. No geral, enfatizam a busca por melhoria de qualidade de vida e a possibilidade de que uma região nova, em franco crescimento, forneceria maiores chances para um desenvolvimento pessoal.

Esses profissionais e empresários urbanos começaram a influenciar fortemente o poder local que até então era constituído pelos fazendeiros que se instalaram no Vale nas décadas de 1960 e 1970, vindos de outras regiões do país, bem como pelos primeiros comerciantes da região ligados aos negócios de extração de madeira e posteriormente ligados a outros comércios e à agropecuária. No que diz respeito aos proprietários das grandes empresas que se fixaram na região (para produção pecuária e extração de ouro), estes não parecem ter nenhuma influência na questão política local. Assim como CABAN (1999) já havia constatado em seu trabalho, também aqui se verificou que esses empresários não residem na região e nem mesmo no estado de Mato Grosso (são grupos econômicos do Centro sul e de capital internacional) e que, aparentemente, não há relação dessas empresas e seus proprietários com o poder local municipal⁸⁷.

As entrevistas citadas anteriormente evidenciam a trajetória de conformação de um grupo de políticos locais que foi se forjando durante a ocupação e o crescimento do município, diferenciando-se de outras regiões onde a hegemonia política local está tradicionalmente assegurada por poucas famílias que detém o mando regional, como é possível verificar no próprio estado de Mato Grosso⁸⁸. Assim, a história política desse

⁸⁷ Não foi objeto das entrevistas realizadas neste trabalho esse perfil de empresário, mesmo porque não é possível encontrá-lo facilmente. No entanto, nas entrevistas com outros atores locais, a participação e/ou influência destes empresários foi sempre negada. Segundo CABAN (1999), esses empresários estabelecem suas relações comerciais com o Centro sul do país e com outros países, já que os produtos de suas empresas visam ao comércio exterior.

⁸⁸ Segundo NEVES (1988), a conformação da “elite política” mato-grossense é marcada pela hegemonia de grupos familiares ligados à “aristocracia rural”. Como demonstra esta autora, apesar das constantes crises econômicas e políticas pelas quais o estado de Mato Grosso passou, o poder regional foi mantido nas mãos destas “elites”. Segundo esta autora, foi a partir do declínio da atividade de mineração na então capitania que se iniciou um lento processo de reordenamento das forças produtivas e da dominação política em Mato Grosso. Esgotado o esplendor das minas de ouro, aqueles que detinham os meios de produção redirecionaram os mesmos para outras atividades, requerendo sesmarias que iriam conformar os grandes latifúndios no estado e associando as atividades de agricultura e pecuária ao comércio. Por outro

grupo é bastante recente. Entretanto, ainda que se considere essa especificidade que, de resto, não é uma marca somente de Pontes e Lacerda, mas também de outras regiões e municípios que tiveram sua incorporação ao processo produtivo nacional neste período de ocupação recente do Centro-Oeste e Norte do país, o que marca o perfil desses representantes do poder local em Pontes e Lacerda é, também, a relação com a terra e com a estrutura fundiária da região.

Se por um lado, as famílias que primeiro ocuparam o município (nas décadas de 1960 e 1970) e que passaram a fazer parte do poder local chegaram na região para se estabelecer como agropecuaristas, por outro, aqueles que chegaram para investir em atividades urbanas, como os comerciantes e profissionais liberais, ou para trabalhar no comércio ou no serviço público, posteriormente passaram a investir na formação de fazendas e sítios para produção agropecuária. Assim, o que se observou é que a maioria dos representantes do poder local em Pontes e Lacerda tem suas atividades ligadas ao meio urbano, mas também vinculadas à produção agropecuária, ainda que como segunda atividade em parte dos casos.

Assim como nas entrevistas apresentadas acima, outros políticos entrevistados informam sobre a sua trajetória, evidenciando a inserção em atividades urbanas ao chegar em Pontes e Lacerda e posteriormente investindo nas atividades agropecuárias. Como informa um dos interlocutores, vereador pelo terceiro mandato e ex-presidente do STR:

Eu vim de Goiás, em 1979. Eu e meu irmão, com uma loja de tecidos. Era tudo muito difícil. Eu já era comerciante em Iporá – GO [...] Paramos com o comércio, e meu irmão foi embora, e eu comprei uma área sem documento. [...] Já tive terra no Cerro Azul, na Funai, no São Domingos e agora tenho na Lavrinha. Fui vendendo para comprar melhor e mais. Hoje tenho 50 alqueires com gado e planta. [...] comecei mexer com política... Primeira vez fiquei como suplente e na segunda vez fui o segundo mais votado.

O presidente da Câmara de Vereadores, à época do primeiro trabalho de campo, e posteriormente reeleito vereador⁸⁹, também informa no relato de sua trajetória as condições de conformação dos políticos de Pontes e Lacerda:

Saí de Minas em 72 para São Paulo, capital. Para trabalhar como programador. Em 82 vim para Pontes e Lacerda, onde abrimos uma imobiliária e fizemos 2 loteamentos urbanos aqui. Terminando a venda destes lotes, eu desliguei da imobiliária e fui ser oficial de justiça, sou até

lado, emergiu um outro grupo de origem urbana – os comerciantes – que passou a se dedicar às atividades de produção agropecuária. Para esta autora, “... esse desdobramento de atividades, caracterizado pela complementaridade de funções, reduziu a camada dominante a um grupo de famílias que constituiu uma verdadeira ‘oligarquia urbano-rural’...” (NEVES; 1988:63). Segundo ALCIR LENHARO (citado por NEVES), esta “oligarquia de feição urbano-rural” terá sua maior expressão nos proprietários de terras que se tornarão os produtores de açúcar no estado.

⁸⁹ Este é o único dos políticos entrevistados que negou possuir terras. No entanto, registrou-se em algumas entrevistas informações sobre a posse de uma área no Assentamento Córrego da Onça – o que é proibido por lei, já que ele é um funcionário público – e informações sobre a propriedade de uma empresa de ônibus que serve a população rural. Segundo o presidente da Associação do Assentamento Córrego da Onça: “Tem um político aqui, que tinha terra no nome dele antigamente... a terra tava no nome dele, mas teve um controle aí e a terra ficou no nome da mãe dele, a mãe dele morreu e agora tá no nome de um sobrinho [...] É o Chiquinho... Uma terra muito boa aqui dentro do Córrego da Onça... ele tem essa terra [...] Tem até um ônibus que carrega o povo aí que é dele, ele dá uma mão pro povo...”

hoje... e... atuando como oficial de justiça apareceu a oportunidade de sair candidato a vereador, onde me elegi e estou aqui hoje, batalhando pelos menos favorecidos, como presidente da Câmara.

Em Pontes e Lacerda, as décadas de 1970 e 1980, principalmente, foram períodos nos quais o acesso à terra era simplificado por vários fatores. Para além daqueles já relatados anteriormente, a compra era bastante facilitada. Por se tratar de uma região com uma dinâmica de fronteira na qual o espaço rural estava sendo incorporado ao processo produtivo, a oferta de terra era abundante, fosse fruto de ocupações regulares ou irregulares, como já observado anteriormente. Como tal, o preço da terra era bastante acessível e, para quem dispunha de um pequeno capital, possuir um lote de terra significava um investimento, fosse para a revenda futura após a regularização e conseqüente valorização da área, fosse para começar um negócio agropecuário. Assim, para quem chegava no município a terra exercia uma possibilidade a mais de investimento e de capitalização. Não à toa, todos os políticos entrevistados possuíam terras, seja em áreas legalizadas ou em áreas não regularizadas. Como informa um dos vereadores entrevistados:

A terra era bastante fácil de ser adquirida, através do Incra, de loteamentos, até pela própria... pelos assentamentos... nós já tínhamos uma área adquirida, através de compra, uma parte era também de direito de posse. E nós trabalhamos nesta área e fomos ampliando as duas coisas, o comércio e o sítio.

A terra exerce uma função importante para os políticos em Pontes e Lacerda quando se trata de examinar as relações estabelecidas entre estes e a população rural, pois a posse da terra para o político é um componente de sua estratégia de atuação. Ela proporciona estabelecer uma identificação com as famílias do meio rural e a construção de laços e relações sociais importantes para o processo político eleitoral. Ainda que alguns dos representantes do poder local não tenham admitido abertamente serem proprietários ou terem a posse de terras, todos os entrevistados têm, neste elemento, um dos pilares da sua atuação e estruturação política, já que a inserção em áreas rurais proporciona ao político um espaço de atuação privilegiado para suas ações.

Se por um lado a posse da terra exerceu (e exerce) uma função importante para que uma camada de migrantes se transformassem na elite econômica do município, por outro, o fato de possuir a terra proporcionou aos interessados em participar da política municipal estabelecer uma relação de identificação com o meio rural bastante valorizada pelo político e pelos eleitores. O fato deles terem sua trajetória política construída no bojo do processo de ocupação do Vale do Guaporé é usado por eles para justificar sua identificação com o povo e, especialmente, com a população rural. Em seus discursos enfatizam um passado de lutas e sofrimentos conjuntos, de auxílio às famílias nos momentos mais difíceis das ocupações por intermédio da doação de alimentos e gêneros de primeira necessidade etc.

A construção dos laços que fazem parte das redes de relações entre esses atores tem na posse da terra um elemento essencial para a estratégia de atuação desses políticos. Contudo, diferentemente do que representava o latifúndio para os detentores do poder local – como tratado pela literatura clássica no Brasil –, aqui a posse da terra adquire outro significado. Ela confere ao político local a legitimidade de um igual junto aos outros trabalhadores rurais.

Como já assinalado anteriormente, no processo de ocupação mais recente da região do Vale do Guaporé destaca-se o movimento, o deslocamento. São pessoas de diversas origens, marcadas, de uma forma ou de outra, por um certo espírito de

aventura, por uma disposição em correr certos riscos, maiores ou menores, dependendo da bagagem social e econômica de cada um, bem como das suas ambições e/ou aspirações.

No caso das famílias que chegaram na região em busca de terras livres e passaram a ocupar os *grilos*, as histórias por eles relatadas indicam trajetórias que tinham em comum várias imigrações, envolvendo duas ou três gerações. Ao mesmo tempo, se eles se unem por isso, também apresentam uma grande diversidade de origens sociais⁹⁰.

Essa população deixou para trás relações que foram rompidas. Chegaram sem muitos laços, no máximo aquele que o possibilitou chegar na região⁹¹, mas que muitas vezes não estava no mesmo espaço físico das áreas ocupadas. Assim, o principal laço comum que os unia era com a *liderança do grilo*. Era em torno desta figura que uma nova rede de relações se constituía, envolvendo além deste público, o comerciante, o madeireiro, o dono da terra, o administrador, as pessoas interessadas nos grilos e que pagavam para outros ocuparem, os políticos, o sindicato, a Igreja, o Incra⁹². Esses personagens davam à ocupação regional uma dinâmica frenética, regulada pelo *grilo*, numa movimentação constante com a entrada desses novos atores, mais ou menos ao mesmo tempo. Era a partir da interdependência desses personagens que uma determinada configuração social se constituía.

Nesta configuração característica desse processo de ocupação, as relações de patronagem e de clientelismo se estabelecem com uma roupagem diferenciada, pois, diferentemente das relações descritas pela literatura clássica que trata desses fenômenos no Brasil – que os descrevem como fenômenos que ocorrem entre pessoas de *status* econômico, social e político muito diferentes e que têm no latifúndio um dos seus pilares de sustentação – aqui elas se estabelecem envolvendo atores que estavam chegando onde tudo era novo, com uma diferenciação entre eles muito pequena, onde o latifúndio estava sendo questionado e que deixavam para trás o rompimento com um passado que, na maioria dos casos, era caracterizado pelos laços presentes nessas relações. Ou seja, num cenário bastante distinto daquele no qual aquela literatura se sustenta.

Deste modo, as bases sobre as quais a patronagem e o clientelismo se estabeleceram em Pontes e Lacerda neste período parecem estar assentadas em um processo de múltiplas possibilidades no qual aqueles que se saíram melhor, seja por qual motivo for, acabaram ocupando os espaços que lhes possibilitou se diferenciar dos

⁹⁰ Ao analisar os “clientes” da reforma agrária a partir dos assentamentos, MARTINS (2003) afirma que o público da reforma agrária não pode ser reunido em apenas uma categoria unificadora, numa uniformidade de situações de origem, seja de “pobre”, “excluído” ou mesmo “sem-terra”. Para este autor, a diversidade deste público “...sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregaram em consequência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura, nos últimos 50 anos: colonos do café, [...] pequenos arrendatários, [...] moradores das fazendas de cana-de-açúcar no Nordeste, [...] pequenos agricultores e proprietários do Sul do país, pequenos posseiros na Amazônia...” (MARTINS; 2003:34).

⁹¹ Não se pode ignorar que, nesse processo, a rede por onde se espalhava a notícia de “terras livres”, “baratas”, de *grilos* etc. que atraíram milhares de pessoas para a região do Vale – como também para toda a fronteira agrícola em expansão naquele período – passava por amigos, conhecidos, vizinhos, parentes etc. Esse “boca-a-boca” envolvia uma dose de conhecimento entre as pessoas, como as entrevistas deste trabalho permitem observar.

⁹² Outros atores fizeram parte do processo de ocupação da região do Vale, tais como os grandes grupos empresariais e os garimpeiros, como já citado, como também os índios. Entretanto, não foram atores que apareceram como fazendo parte diretamente do processo que esta tese analisa. É claro que indiretamente eles fazem parte desta história, mas para o recorte aqui proposto, e por limitações óbvias do trabalho, a pesquisa não se estendeu a eles.

demais e, a partir disso, criar as condições para que os laços presentes nestas relações fossem estabelecidos.

Se na relação entre os ocupantes e as *lideranças do grilo* a patronagem era menos evidente, o mesmo não pode ser dito na relação entre os ocupantes e os comerciantes e os madeireiros. Como visto, o que caracterizava as “alianças” (cf. PUHL; 2003) entre esses atores era a troca de benefícios, na qual os laços que se estabeleciam evocavam valores que eram garantidos pela moralidade. Ou seja, relações que reproduziam valores que caracterizavam as relações pretéritas da maioria da população.

O mesmo pode ser dito da relação entre essa população ocupante com os representantes do poder local que, em muitos casos, eram os mesmos comerciantes e madeireiros ou ex-madeireiros. No município de Pontes e Lacerda isso é muito observável, pois ele é fruto de todo esse processo. Em alguns relatos é possível verificar que, quando o município foi emancipado de Vila Bela da Santíssima Trindade, no final da década de 1970, em plena ebulição dos conflitos de terras, os políticos locais estavam diretamente envolvidos com o processo de ocupação e com os ocupantes, como relata esta entrevistada, ex-técnica da FASE: “...o Dionir era um toureiro, tinha um caminhão e carregava toras. Foi o primeiro prefeito, era o grande pai, um compadre...” As informações de PUHL corroboram a constatação deste envolvimento: o “...Boca Rica foi eleito vereador pelo PMDB utilizando o seu caminhão no transporte dos posseiros de Pontes e Lacerda para São Domingos [uma fazenda ocupada]” PUHL (2003:182).

Tendo em conta essas questões, como explicar o que proporciona que estas relações de patronagem e de clientelismo, que foram rompidas quando essa população partiu em busca de construir algo melhor para suas vidas, se estabeleçam sobre novas bases, em um novo contexto? Trata-se de relações que se constituem a partir de determinadas regras, práticas e modos de vida, que conformam um *habitus* social que se reproduz apesar das rupturas. O que permite a continuidade desse *habitus* mesmo em meio às mudanças inerentes à dinâmica dos processos sociais é que as características que o compõem não mudam no mesmo ritmo que os processos sociais (ELIAS; 1994). O *habitus*, como um saber social incorporado, como composição específica de cada pessoa, tem um arraigamento que não permite que ele se altere facilmente. Quanto mais comprida a cadeia de gerações na qual ele foi passado de pai para filho, maior será esse arraigamento, aquilo que o autor denomina de “efeito de trava”, que faz parte do equilíbrio entre continuidade e mudança e que proporciona que o *habitus* seja transmitido de geração para geração de modo a conformar uma identidade grupal.

Ao exemplificar o “efeito de trava” o autor traz, entre outras referências, as mudanças que dizem respeito à incorporação de “um grupo-nós de ordem inferior” a um “grupo-nós de ordem superior” (como, por exemplo, uma tribo indígena a uma sociedade urbana). ELIAS, afirma que a “resistência” à mudança, o “arraigamento” do “grupo-nós de ordem inferior” ao seu *habitus* social, não pode ser compreendida como um “problema de pensamento”, como uma “questão de valores” ou como um “problema intelectual” (que tende a achar que a integração num nível superior tende a ser inevitável e vantajosa). Para ELIAS (1994:183) o “...problema concerne à fixação dos sentimentos e comportamentos individuais numa associação humana com importantes funções de sobrevivência, mesmo depois de essa associação haver cedido boa parte de suas funções a um nível mais elevado de integração.” Assim, afirma o autor, “no que tange a sua identidade grupal e, num sentido mais amplo, a seu *habitus* social, as

pessoas não têm escolha. Essas coisas não podem ser simplesmente trocadas, como roupas”.⁹³

Deste modo, é essa formação tão sólida do *habitus* social que permite que essas características se reproduzam mesmo em situações extremas em que a estrutura social tenha desaparecido quase por completo. Segundo ELIAS, como lembra BRUNO (2002:32),

...mesmo que ‘a forma social que dá função social ao *habitus* e aos costumes tenha desaparecido, há uma preservação da identidade-nós tradicional’. Existem várias modalidades de preservação do *habitus* que por sua vez dependem de inúmeros fatores sociais e políticos: integrarem-se aos novos processos sociais; renunciarem a uma parcela de sua identidade e, portanto, do *habitus* tradicional de seus membros; ou preservarem a identidade, por meio de um processo de ‘encapsulação social’, mantendo de uma forma ‘cristalizada’ os seus modos de vida, religião, tradição, estrutura de poder etc., mas, ao mesmo tempo, estabelecendo alguma relação com a sociedade.

E é essa possibilidade de, apesar desse arraigamento, estabelecer alguma relação com a sociedade que compõe o outro lado do *habitus*, qual seja, aquele que faz com que ele também seja mutável, num constante equilíbrio entre continuidade e mudança. Como lembra ELIAS (1994:172), o *habitus* social é, “...semelhante à língua, sólida e firme, mas também flexível e está longe de ser imutável. A rigor, está sempre em fluxo.” Intimamente ligado às configurações pretéritas e presentes, ele é fruto da interdependência entre os atores dessas configurações, fruto do equilíbrio dessas configurações que é regulado pelas distintas necessidades sociais que levam aos vínculos e ao equilíbrio de poder nas configurações.

São essas questões que permitem entender o que possibilitou que os ocupantes do Vale do Guaporé tenham rompido relações nos seus locais de origem e que as recomponham sob um novo contexto, sob outras bases, com outros atores. Ou seja, é essa maleabilidade, por assim dizer, possível do *habitus*, que permite que as relações sejam rompidas e reconstruídas e que elas carreguem, em maior ou menor grau, a depender dos processos sociais em curso, uma bagagem histórica, uma preservação da identidade grupal e pessoal.

⁹³ Em a *Sociedade dos Indivíduos*, ao se referir às diferentes formas de sobrevivência de “grupos pré-estatais” à inserção ao “modelo Estatal” em diferentes países (as tribos indígenas na África, a máfia norte-americana, seitas cristãs no Canadá, etc.), ELIAS afirma que o mais importante dos traços figurativos que têm em comum essas formas de preservação do *habitus* “...é a permanência maior e comumente vitalícia de muitas relações humanas, se não de todas, e de uma balança nós-eu em que o nós tem clara preponderância sobre o eu, e que freqüentemente exige a subordinação incondicional do eu ao nós, do indivíduo ao grupo-nós [...] a inclinação da balança nós-eu em favor do eu não é uma coisa a ser simplesmente tomada por certa, menos ainda um dado da natureza humana. Também subjacente a ela, há uma forma particular de vida comunitária; também ela é característica de uma estrutura social específica. A atual forma de individualização, a aparência que hoje vige da imagem nós-eu, não está menos condicionada pelo padrão social do processo civilizador e pelo processo correspondente de civilização individual do que essas formas pré-estatais do *habitus* social” (ELIAS; 1994: 177).

É no contexto de conformação desta nova configuração, dessa rede de interdependências envolvendo diversos atores que participaram do processo de ocupação mais recente da região do Vale do Guaporé que é possível compreender a conformação do que atualmente se constitui nos pequenos agricultores do município de Pontes e Lacerda e nos representantes das forças políticas hegemônicas locais.

Nesse sentido, o próximo capítulo explora as condições que permitiram, a partir dessa configuração, que os pequenos agricultores se organizassem e quais os limites e condicionantes impostos pelo *habitus* desse grupo e pelas relações de interdependência presentes nessa configuração, para a implementação de uma proposta organizativa que buscava se constituir a partir de critérios totalmente distintos daqueles que orientavam as relações sociais dos atores locais.

II – EM BUSCA DO “MOVIMENTO PURO”: A ORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO VALE DO GUAPORÉ

No capítulo anterior resgatou-se o processo de ocupação e exploração do Vale do Guaporé e buscou-se traçar o perfil dos imigrantes que se instalaram no município de Pontes e Lacerda. Como visto, foi a partir da década de 1970 que se configurou a estruturação daqueles que se constituíram, por um lado, nos representantes das forças políticas hegemônicas, e, por outro, nos pequenos agricultores que ocuparam a região.

Este capítulo será dedicado a entender a conformação da organização dos agricultores no Vale do Guaporé a partir da intervenção da FASE que, na região, se iniciou no ano de 1987. O objetivo é explorar como, a partir do projeto educativo da FASE, formou-se um grupo de lideranças e foram constituídas as entidades representativas dos pequenos agricultores que deram sustentação à proposta político-organizativa do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé. Busca-se explicitar os problemas enfrentados nesse processo e explorar criticamente o significado da representação dessas lideranças e dessas entidades para os pequenos agricultores.

2.1 – A atuação da FASE e a conformação do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé

A intervenção da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) no Vale do Guaporé começou em 1987. A equipe regional da FASE, em Mato Grosso, foi constituída a partir de um grupo de profissionais que formavam a Associação de Solidariedade às Comunidades Carentes de Mato Grosso (ASCMT), ligada à Igreja do Rosário – paróquia da Igreja Católica em Cuiabá. Esta equipe da ASCMT iniciou sua atuação no Vale do Guaporé entre os anos de 1984 e 1985, por meio de ações pontuais com o intuito de apoiar os ocupantes na luta pela terra e iniciar um trabalho de organização dos pequenos agricultores que estavam chegando à região. Como relata uma entrevistada, ex-técnica da ASCMT e da FASE:

Era uma Associação com poucos recursos, os agentes não tinham salários, mas apenas ajuda de custo e [ela] vivia de pequenos projetos [...] Nós da Associação queríamos começar a desenvolver um trabalho mais sistemático, mais de médio/longo prazo [...] era um trabalho basicamente político educativo, que era esse trabalho de grupalização, de fortalecimento das organizações sociais e políticas dos trabalhadores. Mas já pensando – e por isso eu fui chamada, enquanto agrônoma mesmo, pra começar a trabalhar política agrícola – algumas unidades demonstrativas. [...] Desde o começo já estava se pensando... já existia enquanto estratégia, a definição de estar aliando o trabalho político-administrativo com o trabalho tecnológico.

Segundo esta mesma entrevistada, a opção desta Associação por priorizar sua intervenção na região do Vale do Guaporé teve várias razões:

[...] nós optamos por trabalhar na região Sudoeste, no Vale do Guaporé, por vários motivos: um deles é que era onde a pequena produção estava melhor distribuída no estado de Mato Grosso. Outro motivo é que era a

região de terras mais férteis de Mato Grosso, [o que] era um indicador que a gente avaliava que era desejável para que os agricultores se fixassem lá; a outra questão que a gente avaliava... que do ponto de vista geopolítico estratégico... porque é uma região de fronteira internacional, de fronteira com outros estados da Amazônia... [havia] uma atenção especial do Estado na região, com a implantação do Polonoroeste, vários grandes projetos de financiamento multilateral.

A Associação, na busca por viabilizar mais concretamente seus objetivos – incentivar a organização política e produtiva dos pequenos agricultores da região do Vale do Guaporé –, buscou junto à FASE uma interlocução sobre o trabalho que estava desenvolvendo e uma mediação junto às agências de cooperação internacional para viabilizar o financiamento de um projeto que proporcionasse um trabalho mais sistemático.

Essa busca coincidiu com a discussão no interior da FASE sobre a expansão do seu trabalho no Brasil. “Era um momento de diálogo com as agências de cooperação internacional, e havia o interesse delas em que a FASE ampliasse as áreas geográficas”, relata uma entrevistada, diretora da FASE Nacional. Dentro desse quadro de interesse das agências, informa a entrevistada, havia duas ordens de discussão dentro da FASE que concorreram para que o trabalho fosse expandido para o Mato Grosso. A primeira delas era que, segundo a entrevistada, havia um “...vazio do trabalho na região Centro-Oeste [e] já naquele período, como a FASE tinha um trabalho com campesinato, nós tínhamos uma matriz de pensamento que era de priorizar as áreas de expansão de fronteira agrícola.” A segunda era sobre a importância de atuar em duas frentes que tinham relação com a questão agrária no país: os assalariados rurais e o campesinato. Ainda segundo essa mesma entrevistada, no caso do campesinato, decidiu-se que,

se havia uma possibilidade de expandir algum trabalho com o campesinato, deveria ser no Mato Grosso porque um dos critérios que presidia as decisões da FASE, naquele período, era estar presente onde fosse mais frágil o movimento popular, onde fosse menor a presença de agentes, como a Igreja... porque a FASE sempre conviveu, quando foi criando os escritórios, com uma leitura da demanda, não só dos movimentos, mas de agentes outros, como a Igreja. No caso em particular do Mato Grosso, nos ocorreu uma situação ímpar, porque não houve uma demanda direta da Igreja e nem de movimento, como a Contag ou outro... como em outros locais...

É nessa conjuntura que a ASCMT os procura em 1986. Como informa a diretora da FASE

... a Associação tomou conhecimento da FASE e nos procurou com uma motivação muito interessante, porque queria ter uma relação institucional com a FASE para ser uma oportunidade, também, de troca sobre a metodologia de trabalho da FASE, que tinha trabalho de educação popular. Isso foi de uma importância muito grande porque coincidiu com essa discussão que os fazíamos [...] e foi ímpar por essa questão... foi a única vez na história da FASE que foi incorporada uma entidade dentro da FASE... quero dizer, que foi incorporada e transformou-se em um programa da FASE.

Deste modo, no ano de 1987 a equipe da ASCMT foi incorporada à FASE e passou a se chamar Programa Regional de Mato Grosso da FASE (também chamada de FASE-Guaporé), atuando na região do Vale do Guaporé.

2.1.1 – A intervenção da FASE e seu significado

A inserção inicial da FASE no Alto Vale do Guaporé aconteceu em continuidade à estratégia traçada pela ASCMT, e a equipe direcionou suas preocupações para as condições materiais e organizativas, visando à fixação dos agricultores à terra, bem como para a construção de um referencial organizativo na região⁹⁴ (WOHLFAHRT; 1997).

Como lembra a diretora da FASE Nacional,

As bases do trabalho já estavam dadas [...] A Associação quando se incorporou à FASE tinha muito claro o caráter político organizativo do seu trabalho. Tinha muito claro que criar formas associativas era a forma de se aproximar daquela população grande, porque isso era um desafio, ali era um ponto de passagem, não era um ponto de chegada.

Nesse sentido, o trabalho que a Associação vinha desenvolvendo já tinha uma perspectiva muito próxima daquela da FASE, que tinha a organização sindical como uma questão muito forte na sua história, mas sem perder de vista outras formas de estímulo à vida associativa⁹⁵. Ainda segundo essa mesma entrevistada, uma característica que marcava fortemente a equipe regional, mas também a postura da FASE naquele período, era que

... havia uma leitura muito... muito rígida da política mesmo... na FASE. E eu vou te dizer, eu não sei se eu não influenciei esse debate, porque o meu estudo, eu estudei sobre as camadas do campesinato... e aquela região, ela tem uma particularidade... o processo de ocupação das terras tem uma particularidade ali. Setores prósperos da região, camadas médias, por assim dizer, tinham interesse que as terras fossem apropriadas... Eu diria que a equipe fazia uma leitura classista [...] uma leitura classista ortodoxa e dentro dessa leitura classista ortodoxa, essas figuras que tinham uma ligação mais direta com o comércio eram vistas como, também, classe dominante local, como apropriadores do excedente do camponês e tudo isso.

Essa postura da FASE pode ser observada em alguns textos produzidos por pessoas de seu quadro e publicados na revista *Proposta* na década de 1980. Como afirma PACHECO (1987: 33), “... em um trabalho de **intervenção social**, como se caracteriza o trabalho da FASE, trata-se de pensar uma ação planejada que visa fortalecer a capacidade de resistência e luta de uma determinada ‘população’ para que se realize seus interesses de classe”. Assim sendo, o instrumento para realizar uma ação como esta é a análise da realidade sob seus diversos ângulos, o que “... significa partir da **prática social**, baseando-nos em seus elementos objetivos e subjetivos. (grifos no original)

⁹⁴ De 1987 a 1990 a FASE-Guaporé sediou seu escritório na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Em 1990 a sede foi transferida para Pontes e Lacerda, lá permanecendo até 1993. A partir de 1994 o escritório central está na cidade de Cáceres, com postos avançados em Pontes e Lacerda e em Cuiabá.

⁹⁵ No final da década de 1980, a FASE já discutia a relação entre sindicalismo e associações. Sobre isso, ver PACHECO & LEROY (1991).

Ao destacar as dificuldades de utilização do conceito de comunidade, PACHECO (1986: 49) expõe mais claramente a influência marxista na construção da proposta educativa da FASE.

... ao falar e ao perceber a realidade enquanto comunidade, não apreendemos suas diferentes dimensões. O sindicato, por exemplo, nunca teve uma concepção de comunidade. Ele trabalha com a concepção de classe. E classe, por definição, implica diferenciação, enquanto a comunidade, bem ou mal, sempre vai ter uma referência geográfica, ocultando muitas vezes essas diferenças.

Deste modo, a autora afirma que o problema de vários projetos é considerar os povoados como comunidades no seu sentido social, ignorando as funções diferentes dos produtores na estrutura econômica e social e nas relações com o poder local. Assim, há a necessidade de se incorporar na proposta educativa, a análise de como a população se insere na estrutura econômica e de poder, como ela se compõe e se diferencia, quais foram suas experiências organizativas, de participação e de luta, visando identificar que tipo de organização importa fortalecer por intermédio do trabalho educativo que a FASE propõe.

Ao analisar a implementação de projetos direcionados para o desenvolvimento econômico dos trabalhadores, PACHECO (1986) expõe a relação de enfrentamento com o Estado e de oposição ao modelo econômico vigente naquele período que marcava a proposta educativa da FASE. Para essa autora, os “projetos econômicos” não poderiam entrar na “lógica do Estado” e deveriam ser pensados “a partir de uma lógica de resistência”, de modo que permitissem aos grupos elaborarem uma crítica sobre a situação que enfrentavam no sentido de se posicionarem frente ao mecanismo diferenciador que incorporava uns e excluía outros.

Uma das condições para estes projetos terem um certo alcance social é a necessidade de dar a eles um tratamento político claro. Devem abrir alternativas de fato, inclusive econômicas. Devem ser pensados mais do que uma ação que resolve um problema imediato, mas como proposta que permite o desvendamento das relações e aponta para mudanças possíveis (PACHECO;1986:52) (grifos no original)

A postura que marcava a atuação da FASE naquele período só pode ser compreendida, tendo-se clara a trajetória de constituição da entidade e as influências que sofreu. Segundo LANDIM (1993:86), numa classificação consensual, tornada “oficial” na entidade, pode-se distinguir três etapas na história da FASE:

... a *‘puramente assistencialista’*; a de *‘promoção social’*, já com *‘preocupação participativa’*, mas envolvendo as práticas despolitizadas do chamado *‘desenvolvimento comunitário’*, que não colocava os grupos populares em relação com o Estado *‘num processo de conquista de direitos e de cidadania’*; e, finalmente, a da *‘educação popular’*, em que a FASE estabelece laços privilegiados com os movimentos populares e define seu compromisso com transformações estruturais da sociedade⁹⁶. (LANDIM; 1993:86)

Se nos seus primórdios⁹⁷, informa LANDIM, a FASE expressava a vocação de servir à Igreja (ainda que fosse uma entidade totalmente autônoma e independente da

⁹⁶ Para um aprofundamento sobre a história da FASE, ver LANDIM (1993), especialmente parte II.

⁹⁷ A FASE foi criada em 1961.

Igreja) e era marcada, em seu quadro funcional, pela presença de pessoas ligadas à Igreja e ao campo da assistência social, por volta de 1967 ela “... se dedica de forma mais assumida e consistente ao chamado ‘Desenvolvimento Comunitário’, ou ‘Criatividade Comunitária’, sua marca e sua bandeira até meados dos anos 70...” (LANDIM; 1993:88)⁹⁸.

Segundo essa autora, neste período a FASE desenvolveu esforços junto às bases a partir da máxima “*Se dás o peixe ao pobre, mata-lhes a fome por um dia; se o ensinas a pescar, mata-lhes a fome por toda a vida*”, buscando diferenciar-se da caridade missionária presente nos projetos assistencialistas marcados pelo caráter emergencial (LANDIM; 1993: 89).

Se por um lado, até este período de atuação da FASE, podia-se identificar uma certa recusa às ações de caráter puramente assistencialista executadas pela Igreja (ao mesmo tempo em que se afirmava sua independência e autonomia em relação a esta), por outro, diferentemente de outras organizações que se articulavam (e que se constituiriam em futuras ONGs), a FASE não se posicionava no “campo da política” (não fazia oposição à ditadura militar) nem tampouco questionava a Igreja em sua postura rigidamente hierárquica e nas alianças efetuadas pelas alas “radicais” fortalecidas neste período. Deste modo,

... na virada dos anos 70, sem dúvida a FASE transitava por terrenos nada clandestinos na sociedade e suas alianças forjavam-se nas camadas médias e empresariais, em órgãos do governo, da Igreja e, internacionalmente – embora já houvesse um ou outro projeto por entidades de origens diversas – basicamente na ação filantrópica dos Estados Unidos, comprometida com as políticas governamentais desse país para o Terceiro Mundo (LANDIM; 1993: 94).

Em meados da década de 1970, com a saída do fundador da FASE da entidade, já estava em curso, no campo de forças interno, um esforço para transformar o que era Desenvolvimento Comunitário em Educação Popular. Assim, na segunda metade desta década, a FASE rompe determinados laços construídos internacionalmente e com setores da sociedade e do governo brasileiro – que a mantinham afastada dos “terrenos clandestinos” da sociedade, para usar os termos de LANDIM – e posiciona-se de modo diverso com relação ao campo político, ao campo das igrejas e ao campo acadêmico. Deste modo, “começa a entrar na ‘rede horizontal’” de relações que caracterizava as relações estabelecidas pelas organizações que atuavam neste meio e que viriam a se conformar nas futuras ONGs (LANDIM; 1993:97).

Segundo DIAS (2004) foi durante o período mais repressivo do regime militar, em meados da década de 1970, que surgiram os movimentos populares representados principalmente pelo clamor reivindicatório e, por vezes, contestatório das associações comunitárias:

Multiplicam-se as associações de moradores, associações de amigos de bairro e, no ABC paulista, surge o ‘novo sindicalismo’. No entorno

⁹⁸ Segundo LANDIM (1993:89), “Grosso modo, pode-se então dizer que o ‘Desenvolvimento Comunitário’ compõe um ideário pedagógico modernizador e um conjunto de técnicas de intervenção social bastante difundidos nos anos 50 e 60 pelo país, sobretudo nas áreas rurais. É ainda na década de 50 que a OEA define uma política de assistência técnica a programas de ‘Desenvolvimento Comunitário’ para as Américas e cria, junto à Divisão de Assuntos Sociais, uma unidade responsável pelo impulso do ‘DC’ no Continente. Investe-se, simultaneamente, nas instituições acadêmicas de Serviço Social, onde vão-se forjar disciplinas ligadas ao tema, divulgar idéias e formar-se quadros teóricos e agentes para essa ‘ida às comunidades’”.

destes movimentos cresce também o número de organizações não-governamentais que lhes prestavam apoio, serviços e assessorias (DIAS; 2004:39).

Para este autor, o quadro referencial comum que parece ter marcado a identidade das ONGs pode ser compreendido, inicialmente, a partir da análise das diversas trajetórias individuais de seus fundadores e das suas relações com as também diversas trajetórias institucionais que caracterizaram os campos relacionais que deram suporte ao surgimento e à legitimação destas organizações. Estas trajetórias direcionaram suas estratégias de ação e seus esforços cognitivos à viabilização de uma alternativa institucional à conjuntura política adversa e aos modos de inserção das instituições tradicionais naquela conjuntura⁹⁹.

A transformação da FASE nesse período é marcada, também, pela retirada dos seus agentes de uma relação privilegiada com o campo religioso e com a assistência social para inseri-los no campo dos movimentos sociais e sindicais, acompanhando de perto determinadas mudanças na conjuntura do país. Assim, há a opção de assumir uma posição no campo da política (no pólo onde transitava, também, a Igreja Popular), muito próxima aos movimentos sociais (LANDIM; 1993:106).

Na conjuntura em que se processavam essas mudanças, a leitura que os atores que participavam da fundação das ONGs faziam da realidade daquele momento era a de que aqueles que decidiam os rumos políticos e econômicos do país tinham uma interpretação totalizadora da dinâmica social que influenciava, de forma determinante, as compreensões sobre os modos de desenvolvimento econômico, compreensões essas que se desdobravam nos grandes projetos nacionais de desenvolvimento. Deste modo, segundo essa leitura, o setor industrial era privilegiado ao mesmo tempo em que se colocava em segundo plano as iniciativas que vislumbrassem o desenvolvimento social, até porque a melhoria das condições sociais era vista como decorrente do crescimento econômico. Como consequência deste entendimento, as ONGs assumiam “...posições políticas demarcadamente opostas à assim diagnosticada ‘posição do Estado’ e, em consequência, opostas ao modelo de desenvolvimento que a institucionalidade governamental possibilitava.” (DIAS; 2004:46)

A partir dessa leitura, que evidenciava uma concepção monolítica do aparato estatal, continua DIAS (2004:46),

o Estado era compreendido como um instrumento político da classe dominante, um aparato burocrático e administrativo construído para

⁹⁹ Segundo DIAS (2004:28), citando LANDIM, “... as ONGs gravitam em um espaço relacional que processualmente conforma a sua institucionalidade à medida que se aproximam em maior ou menor grau de outras instituições sociais, como as igrejas, as universidades, os partidos políticos, os sindicatos etc.. Neste processo o seu discurso vai construindo sua identidade e conformando os limites deste espaço de inter-relações. Para tornar possível seu trabalho de elaboração crítica a respeito da ordem social instituída, reconstroem, de modo peculiar, determinadas capacidades profissionais, na tentativa de oferecer respostas alternativas aos problemas que identificam nos contextos nos quais atuam e para adequar sua inserção no ambiente macrosocial de interação. É neste contexto que as ONGs de desenvolvimento discursam estar a serviço dos movimentos sociais, das camadas oprimidas, exploradas ou excluídas da população, compreendendo seu papel a partir de ‘uma perspectiva de transformação social’”. Para uma leitura aprofundada sobre a constituição das ONGs no Brasil, ver LANDIM (1993) e DIAS (2002 e 2004).

impor e para legitimar, naquela conjuntura, um modelo geral de desenvolvimento para a sociedade. Essa compreensão fornecia o contraponto à construção de propostas e à consolidação da identidade institucional das ONGs que trabalhavam com a temática dos processos de desenvolvimento.

Esse é um período de mudanças radicais dentro da FASE. Além das mudanças assinaladas acima, marcou profundamente esse período e as mudanças nele processadas, a alteração radical no perfil do quadro funcional da entidade. Houve uma saída de quadros técnicos em busca de trabalhos mais seguros, “ortodoxos” (tendo em vista os “riscos” que a nova proposta de trabalho da entidade envolvia) e adequados ao seu preparo e postura profissional, informa LANDIM (1993:108).

Concomitantemente a esse processo, passou a fazer parte do quadro de pessoal da entidade, por um lado, pessoas ligadas à Igreja Católica (ex-padres, ex-freiras, leigos...), mas identificadas com o novo projeto da FASE e, por outro, pessoas oriundas das universidades e/ou com passado vivido na clandestinidade ou prisões (especialistas na política, intelectuais de esquerda). Como afirma LANDIM (1993), tratou-se de uma leva de pessoas de origem marxista que se tornou, em determinado momento, constitutiva das diversas entidades, aí incluída a FASE.

De modo geral, nesse período marcado pelo final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, é que muitos centros que depois se constituiriam em ONGs passaram a firmar um posicionamento que privilegiava relações no campo da política. E é também, nesse processo, que eclodem crises internas, numa época

em que vem à tona os processos de ‘aparelhamento’ dessas entidades por tendências e partidos políticos, na clandestinidade ou não; ou os riscos do ‘a serviço dos movimentos’ resumir-se à existência dos ‘Centros’ enquanto meros espaços de profissionalização de quadros já inseridos nos movimentos e entidades representativas [...] Ou seja, processos em que se coloca em questão a dissolução de sua institucionalidade e autonomia não mais a serviço da Igreja, mas do ‘movimento’ (LANDIM; 1993:114-115).

É desse momento, continua esta autora, em que está em jogo a institucionalidade própria dessas instituições, que acabará por se constituir o espaço privilegiado de afirmação de sua identidade. Assim, elabora-se, de modo prático, cuidadoso e sistemático, as distinções destas entidades com relação a movimentos, organizações representativas, tendências políticas e partidos. Em outras palavras, elabora-se o como estar “a serviço do movimento” sem subordinar-se ou confundir-se com ele. No que diz respeito especificamente à FASE,

... no início dos anos 80, às voltas com diferentes ‘aparelhamentos’ de equipes distribuídas pelo país em função de seu formato federativo, a crise que teria então ameaçado sua sobrevivência, é contada e interpretada por seus agentes mais antigos como o momento de construção de – finalmente – uma identidade de ‘educação popular’ com perfil autônomo e definido, nacionalmente (LANDIM; 1993:115-116).

Foi o momento, como afirma LANDIM (1993:117), de

... resgate do caráter educativo da FASE (...) a educação popular e, depois, desenvolver novas concepções com relação à educação popular. [...] O marxismo vai dar, quanto a essas concepções, uma contribuição

definitiva através do pensamento de Gramsci, que unia gregos e troianos na educação das bases... [...] Desde a década anterior vemos o resgate de concepções gramscianas sendo acopladas ao acervo de idéias de ‘educação popular’, resgate sobretudo feito através da geração de educadores pré-64 que se formou em inspirações cristãs e de Paulo Freire. (grifos no original)

É neste contexto que se iniciou o trabalho da FASE no Vale do Guaporé. Como se verá no decorrer deste capítulo, o projeto educativo implementado pela equipe da FASE naquela região é profundamente marcado por essas concepções. Ao mesmo tempo em que as posturas da FASE como instituição influenciava as atitudes da equipe regional em Mato Grosso, esta, por seu lado, sustentava um comportamento que coadunava com esta marca da instituição. Parte da equipe era formada por pessoas com uma história de vida revolucionária que tinham posturas extremamente críticas com relação ao modelo de agricultura e de desenvolvimento implementado pelo Estado e que sustentavam suas discussões e intervenções a partir da necessidade de se contrapor a esse padrão.

2.1.2 – STR ou Associações? “... o importante é que o pessoal tenha um espaço onde discuta coletivamente seus problemas”

Segundo um dos coordenadores da FASE no Guaporé, no período em que se iniciou o trabalho, a equipe avaliava a necessidade de organizar os agricultores em torno do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), visando à fixação das famílias:

... era uma região com concentração de pequenos agricultores que tinha muita disputa pela terra e muita gente migrando para lá... porque é uma região de terra fértil, uma das mais férteis de Mato Grosso para a prática da lavoura branca. Então nós avaliávamos que ia chegar mais gente. Na época, a intenção era iniciar um trabalho organizativo, via Sindicato. Formar a oposição sindical, porque já havia um movimento nacional desde 78 de oposição aos sindicatos. Então, formar um grupo de agricultores... [...] para a gente fazer uma oposição sindical e conquistar o sindicato para, a partir daí, começar a fazer um trabalho de conscientização. A idéia inicial, então, era um trabalho mais político.

A identificação da problemática ligada à questão sindical e a intenção e opção por intervir em um processo que pudesse levar a cabo a constituição de um sindicato que, segundo a visão da equipe da FASE, estivesse mais identificado com os problemas daqueles agricultores (problemas políticos, econômicos, relacionados à posse da terra etc.) era fruto não só de uma análise efetuada pela equipe que já conhecia a região, mas também coadunava com a postura mais geral do trabalho educativo proposto pela FASE. Nesse sentido, a proposta deveria buscar, também, a “... luta pela transformação dos sindicatos”, quer daqueles onde já havia uma direção forte e organizada, quer daqueles nos quais o investimento passaria pela organização de uma oposição sindical (PACHECO; 1986:54).

Assim, continua essa autora, “...cabe ao sindicato não só ter posições críticas face à política econômica vigente como também formular propostas alternativas de organização econômica.” Deste modo, ao defender a implementação de projetos econômicos a um grupo de agricultores, PACHECO afirma que estes “... deveriam ser pensados **como um lugar de aprendizado para definir uma política sindical que dê conta das questões de ordem econômica vividas pela categoria**”. Ou seja, o sindicato

era visto como um espaço estratégico no desenvolvimento das atividades educativas das equipes da FASE: seja de forma a buscar que eles assumissem, também, uma postura que desse respostas às questões econômicas da categoria que representava, seja de forma a fazer com que os projetos econômicos se transformassem em alternativas organizativas que viabilizassem, em algum momento, a compreensão da importância da “transformação do sindicato” e, conseqüentemente, a necessidade de organizar uma oposição sindical (PACHECO; 1986:54). (Grifo no original)

A descrição efetuada por um dos interlocutores que participaram de todo esse processo, sobre os caminhos percorridos, buscando iniciar um trabalho de intervenção junto aos agricultores com vistas à organização de uma oposição sindical, remete, novamente, à postura mais geral da FASE segundo a qual, em um trabalho de “intervenção social” é fundamental que se efetue a análise da realidade tendo sempre em conta a premissa “... de que a educação popular baseia-se na situação concreta da ‘população’ que se pretende atingir” (PACHECO; 1987:33).

Sob a perspectiva de que a prática social de um grupo popular com o qual se trabalha não é uma realidade homogênea nem estática e está permeada por contradições objetivas e subjetivas, PACHECO (1987) chama a atenção para a necessidade de que o processo de conhecimento da realidade deva ser orientado no sentido de se considerar os trabalhadores como sujeitos concretos e determinados por relações específicas. Em outras palavras, em vez de se efetuar levantamentos e pesquisas “sobre”, deve-se fazer isso “para”, buscando subsídios que orientem a elaboração de planos com vistas a executar determinados objetivos. Deste modo, a proposta deve evitar que se incorra em análises que considerem as estruturas mais amplas e abrangentes em detrimento dos sujeitos que são os objetos da proposta.

Nas palavras de um dos coordenadores da equipe regional da FASE:

A gente gastou todo o ano de 87 tentando se legitimar junto aos agricultores, participando de cultos religiosos, futebol etc. porque o pessoal não conhecia a FASE. Só que, na realidade, como a gente começou fazendo uma pesquisa-ação, a gente começou a ver que precisava, antes, conhecer mais profundamente esse agricultor: quem ele é, em que ele acredita, o que ele quer, quais são... um pouco, os referenciais desse agricultor. Foi aí que a gente fez um levantamento profundo em todas as comunidades...

Uma das questões identificadas no trabalho inicial da equipe foi a dificuldade de se iniciar uma intervenção mais concreta a partir dos STRs. Como já assinalado, de modo geral, este período entre o final da década de 1970 e início da de 1980 foi caracterizado por muitas mudanças, nem sempre com garantia de homogeneidade geográfica, no campo do sindicalismo rural brasileiro. Como lembra MEDEIROS (1989), se em algumas regiões os sindicatos estavam identificados com a multiplicidade de conflitos que surgiam, em outras, eram controlados por interventores ou dirigentes distantes das demandas das suas bases. Somado a isso, havia uma legislação que contribuía, por um lado, para a construção de uma imagem entre os agricultores de um sindicato voltado ao assistencialismo e, por outro, para a instrumentalização do sindicato por políticos locais e dirigentes nada identificados com os trabalhadores rurais¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Trata-se do Funrural e de uma legislação que instrumentalizava os sindicatos para a assistência médica e sanitária e para prestação de serviços nas áreas cultural e recreativa e de formação (cf. Cap. I).

Se esse era o quadro mais geral que caracterizava o sindicalismo rural, no Vale do Guaporé – num período era marcado pelo arrefecimento dos conflitos pela posse da terra e pela chegada de inúmeras famílias –, os sindicatos de trabalhadores rurais tinham uma postura que era bastante heterogênea, tanto no que se refere às entidades quanto aos seus dirigentes. Se, por um lado, havia um apoio administrativo, jurídico e político às ocupações de terras, por outro, a relação dos dirigentes sindicais (que recebiam lotes como pagamento pelos serviços prestados) com os ocupantes de terras também envolvia relações nas quais a troca de benefícios estava presente, como já assinalou PUHL (2003).

Como já explorado no primeiro capítulo, os STRs de toda a região sudoeste de Mato Grosso eram recém-fundados pela Fetagri que era controlada, majoritariamente, por trabalhadores filiados ou simpatizantes do MDB que, a partir de 1980, passou a ser PMDB. Se nesse período (entre 1975 e 1985 aproximadamente), a atuação dos sindicatos na região do Vale tinha essas características, na segunda metade da década de 1980, quando o PMDB assume o governo em Mato Grosso, esses sindicatos assumem uma postura crítica e de oposição às ocupações de terras, apesar de continuarem a fazer encaminhamentos burocráticos em favor das ocupações em troca de lotes nas áreas em disputa. Especificamente em Pontes e Lacerda esse processo foi bastante acentuado na medida em que, além das instituições estaduais estarem ocupadas por representantes do PMDB, a prefeitura foi ocupada, também, por esse partido (PUHL; 2003).

O que marca a história dos STRs da região do Vale do Guaporé é que o público que se filiava não era, necessariamente, de trabalhadores rurais. Sobre isso, escreve PUHL (2003: 140-141)

O movimento sindical rural no sudoeste de Mato Grosso não associava apenas trabalhadores rurais. Há diversos indícios de que também comerciantes e outros profissionais se filiavam aos sindicatos por interesses diversos, entre eles a possibilidade de acesso à terra, a consultas médicas, internações hospitalares, remédios, dentista e, às vezes, assistência jurídica. Quase todos esses benefícios provinham do FUNRURAL administrado pelos dirigentes sindicais. O exercício da direção sindical, por isso, também se tornava um espaço de construção de uma clientela política, em que muitos aproveitavam para tornar-se candidatos a vereadores e outros cargos político-partidários¹⁰¹.

Esta situação que permeava os sindicatos da região os colocava, segundo a visão da equipe regional da FASE, em oposição aos interesses e às necessidades dos trabalhadores rurais que a equipe julgava serem as prioridades. Como lembra um dos técnicos da FASE ao referir-se ao sindicato de Pontes e Lacerda, “... o Sindicato de Trabalhadores Rurais fazia muito conchavo com os fazendeiros e latifundiários. E o pessoal não queria saber.”

A leitura dos técnicos da FASE – que deve ser compreendida a partir do lugar que ocupavam e da lógica que regia sua proposta de intervenção – os colocava em oposição aos dirigentes sindicais, como relata a ex-técnica da equipe regional da FASE, ao referir-se aos dirigentes sindicais de Pontes e Lacerda

¹⁰¹ Segundo PUHL (2003), havia situações em que diretores dos sindicatos eram comerciantes, como era o caso do dono de um supermercado no município de Quatro Marcos que era diretor do sindicato e, também, ocupante de uma área.

As lideranças que já existiam na época eram lideranças sindicais que cederam totalmente... elas não conseguiam dar conta das demandas dos agricultores e acabavam se reproduzindo no poder com o apoio dos políticos locais. [...] a estratégia no começo foi não conflitar, pois nas regiões onde nós entramos em conflito direto com a questão sindical, nós desencadeamos uma série de suspeitas, de pessoas contra – que foi o que aconteceu em Nova Brasilândia – e desestabilizou todo o trabalho.

A partir deste depoimento é possível perceber que se estabelecia naquele momento uma disputa, na qual a equipe da FASE era o dado novo. Para além do argumento dos técnicos de que o sindicato não representava os interesses dos trabalhadores rurais, percebe-se que não havia espaço, naquele momento, para que esse novo ator no campo de intervenção que o sindicato fazia. Intervenção que ia desde o apoio à luta pela terra (independentemente da leitura que se fizesse – ou que se faça – do caráter desse apoio), passando pela assistência médica, dentária, trabalhista, jurídica e indo até a luta política partidária.

Não à toa, os dois entrevistados anteriores referem-se à necessidade de se legitimarem junto aos agricultores, bem como às suspeitas que a tentativa de levantar a questão sindical provocou. Na verdade, eles chegavam de fora, com uma nova proposta, distinta de tudo o que acontecia na região, e buscando implementar um trabalho que colocava em cheque todas as relações estabelecidas entre os pequenos agricultores e os outros atores regionais¹⁰². Em outros termos, a equipe da FASE buscava entrar numa configuração onde o equilíbrio de poder era mais ou menos estável para tentar desequilibrar essas relações, o que inicialmente provocava reações adversas e os levou a reorientar sua intervenção.

Neste mesmo período, começavam a surgir na região as primeiras associações de agricultores, oriundas de duas políticas distintas. A primeira era o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), implementado a partir de 1986 no contexto da Nova República, dentro da qual foram implantados assentamentos rurais em todo o país. Segundo esta política, às famílias assentadas impunha-se a formação de associações para que tivessem acesso ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá). Em Pontes e Lacerda, neste período foram implantados três projetos de assentamento (PA Sararé e PA Córrego da Onça, em 1986, e PA Coronel Ari, em 1987). A segunda política foi levada a cabo pelo governo de Mato Grosso que, por meio da doação de equipamentos – máquinas de beneficiamento de arroz, mais especificamente – incentivava grupos de famílias a fundarem essas entidades associativas. Essas políticas tinham espaço em um ambiente nacional de proliferação de associações de pequenos produtores por iniciativas diversas, seja dos próprios produtores, seja do Estado, seja das entidades de representação nacional de grupos específicos, como, por exemplo, o MST e o Conselho Nacional de Seringueiros (FRANCO; 1991:68).

A identificação, por parte da equipe da FASE, de que havia uma maior abertura daquele público para essas experiências – abertura esta que, inicialmente, segundo a equipe da FASE, estava exclusivamente relacionada à possibilidade de obter benefícios e de melhoria das condições de vida – associada às dificuldades para o desenvolvimento de ações que estivessem ligadas ao movimento sindical levou ao diagnóstico por parte da equipe de que o caminho proposto inicialmente, via sindicato, deveria ser reavaliado. Como relembra este técnico da FASE:

¹⁰² Como se verá mais à frente, a equipe da FASE, na implementação de sua proposta, buscou formar um novo quadro de lideranças ignorando, ou melhor, excluindo aquelas *lideranças dos grilos*.

... o pessoal de lá começou a ficar sabendo que em outras regiões tinham surgido associações e que tinham conseguido muito benefícios... máquina de arroz... – o governo distribuiu muito esses benefícios na época. Aí, a gente começou a perceber que o pessoal tinha uma abertura maior para as associações, do que pensar no sindicato. Então nós pensamos: ‘o que é mais importante? É que o pessoal tenha um espaço onde se encontre e onde discuta os problemas deles. Se isso se chama sindicato, associação ou cooperativa ou seja qual for a forma, não é importante. Importante é que o pessoal tenha um espaço onde discuta coletivamente seus problemas’. [...] Em 1988, a gente acabou começando a organizar a primeira associação.

Assim, a equipe priorizou a intervenção a partir tanto do incentivo à constituição de associações de pequenos agricultores nas diferentes comunidades quanto na influência naquelas que já estavam constituídas, com o objetivo de “... contribuir na criação das condições para que os agricultores familiares se constituíssem sujeitos sociais coletivos e fortalecessem sua organização política, social e econômica, afirmando a cidadania”¹⁰³ (PUHL; 1998:29).

Essa avaliação, exposta na entrevista anterior com um técnico da equipe regional da FASE, está assentada na discussão que se iniciava dentro do debate sobre o sindicalismo rural como consequência da propagação das associações no campo brasileiro naquele período (PACHECO & LEROY; 1991; FRANCO; 1991).

Ao construir uma crítica à dissociação entre política agrária e política agrícola levada a cabo pelo sindicalismo, pelas representações de posseiros, sem-terra, trabalhadores rurais em geral e setores progressistas que os apoiaram, bem como à burocratização da organização sindical ocorrida na década de 1980 e às dificuldades da CUT em incorporar a diversidade das questões e lutas ligadas ao sindicalismo rural, PACHECO & LEROY (1991) buscam explicar os impasses da relação entre associações e sindicatos.

Segundo esses autores, o dilema que se colocava para o sindicalismo era de como lidar com essas entidades que surgiam com o propósito principal de dar respostas às questões econômicas de seus associados e que, de uma forma ou de outra, passavam a se constituir em entidades de representação deste público. Enquanto a postura de alguns sindicalistas era a de que estas entidades deveriam assumir, também, a proposta política e a luta dos trabalhadores, fortalecendo os sindicatos, para outros, estas organizações colocavam em risco a condição de representação dos sindicatos e, desta forma, não deveriam ser estimuladas. Para outros ainda, dever-se-ia garantir a subordinação destas entidades aos sindicatos (PACHECO & LEROY; 1991).

A postura dos autores em relação a esse debate é a de que na organização sindical o que deveria estar em questão era a discussão sobre a relação entre as dimensões política e econômica:

¹⁰³ Diferentemente de todo o processo em que foi incentivada a formação de associações por intermédio do PNRA e do governo do estado de Mato Grosso, as associações que foram inicialmente formadas a partir da atuação da FASE no Vale do Guaporé não sofreram influência de órgãos e técnicos do Estado em sua conformação. Muito pelo contrário, segundo os técnicos da FASE, a atuação foi direcionada no sentido de diferenciar a sua proposta daquela implementada pelo Estado nas novas associações, mas também de intervir naquelas que já existiam, buscando reorientá-las segundo sua concepção.

O que faz a força do sindicato não é isoladamente conseguir atender ao imediato ou ter um projeto de mudança da sociedade, mas conseguir articular essas duas dimensões. O dilema que se coloca para a organização sindical no campo não é associação ou sindicato, mas sindicato, com projeto ou sem projeto. Um sindicato com projeto é um sindicato que encara a questão econômica como constitutiva dele nos dois pólos de sua ação: trabalhando a diversidade de sua base social e na formulação de propostas alternativas ao modelo vigente, o que significa redefinir e ampliar o significado da questão econômica (PACHECO & LEROY; 1991:61).

Deste modo, continuam esses autores, o

sindicato deve investir sim para que se multipliquem as iniciativas associativas, buscando sua articulação em instâncias de grau superior, não como meros programas assistenciais, mas como lugares de aprendizado, espaços reais de resistência econômica e elaboração de propostas alternativas, alavancadas para um progresso real do campesinato (PACHECO & LEROY; 1991:61).

Ao se levar em conta que, na medida em que as pessoas falam e assumem determinadas posturas, elas carregam o ônus (e o bônus) do cargo e do espaço que as legitimam, arrisca-se a inferir aqui que, a postura destes autores exprime, em grande medida, a postura da FASE, já que eles fazem parte daquela instituição e que foram atores na trajetória de construção da sua identidade. Ao incorporar esse debate, a equipe regional da FASE em Pontes e Lacerda encaminhou sua intervenção, via premissas que iam ao encontro da postura destes autores.

No Vale do Guaporé, se, por um lado os pequenos agricultores tinham uma abertura maior para se organizar em torno de associações, por outro, a equipe da FASE via na proposta de desenvolvimento de projetos econômicos, a possibilidade de "... fortalecer a organização, ampliar a participação social e contribuir para o avanço da consciência das categorias ou grupos por eles atingidos", o que poderia ser alcançado desde que esses projetos fossem executados, tendo em conta uma análise da organização social e sua dinâmica presente para que não acabassem por repetir a lógica de exclusão que caracterizaria a maior parte das políticas governamentais (PACHECO; 1986:50).

Portanto, nessa proposta de trabalho, era priorizada uma perspectiva que buscava inserir as famílias como atores do processo, conduzindo-os a identificar os problemas que atingiam internamente o grupo, mas vinculando-os às questões gerais. Tendo como base essa perspectiva, segundo a proposta da FASE, os projetos de desenvolvimento econômico eram entendidos como alternativa para fortalecer a organização dos grupos atingidos, de modo a aumentar a participação social e ampliar a noção crítica sobre a realidade que colocava os pequenos agricultores numa situação de exclusão em face das políticas públicas. Nas palavras de um dos coordenadores da equipe regional:

A gente chamou a primeira comunidade para identificar e discutir os primeiros problemas da comunidade e fomos trabalhando o que poderia ser resolvido coletivamente e o que não era possível. A coisa mais imediata que eles queriam era uma máquina de beneficiar arroz. Porque eles entregavam 50% do arroz para o maquinista, era longe, ou então socar o arroz no pilão. [...] A associação começou com 12 sócios, porque tinham regras, tinha que contribuir com uma taxa para administrar o patrimônio... isso selecionou as famílias. Nós dissemos que poderia ter

mais sócios, desde que respeitassem as regras [...] A gente começou a trabalhar também uma questão mais política, de que o problema dos agricultores não se resumia à máquina de arroz... eles tinham outros problemas... com a comercialização, eles plantavam algodão para empresas e eram tremendamente explorados no preço da semente... etc. aplicação de venenos... o preço da comercialização. Começamos a trabalhar essas questões e buscar alternativas para os vários problemas dessa comunidade... e legitimando a FASE.

Ao que as entrevistas indicam, o processo de legitimação da FASE e da sua equipe regional significava não apenas ganhar a confiança daquele público, mas investir em um projeto idealizado pela entidade e que, segundo seu ponto de vista, era a alternativa correta para as camadas excluídas das políticas públicas naquela conjuntura. Assim, “refazer” – para ser fiel às suas palavras – associações que haviam sido constituídas em outras situações, tais como aquelas constituídas por intermédio das políticas do Estado, também foi um investimento efetuado pela equipe, como informa o mesmo entrevistado:

Na medida em que essa associação foi dando certo, nós começamos a trocar experiências com uma outra comunidade – a de Máquina Queimada – que tinha sua associação incentivada pelo governo estadual, com 120 sócios, que não ia para frente... A gente fez uma discussão sobre o fundo de reserva, sobre as cotas etc. Assim, houve uma seleção e caiu para 40 sócios, que toparam continuar e refazer essa associação [...] A partir da primeira associação organizada, a nossa prática era de que as lideranças dessa associação e sua base iam visitar outras comunidades. O pessoal narrava como funcionava... etc. [...] A partir disso, e além disso, as comunidades ficavam sabendo, pelo boca a boca, da atuação da FASE, que passa a ser procurada pelas comunidades para ajudar na organização e na compra de máquinas de arroz... Aí tava feito o contato, a primeira abertura. Aí formou outras associações, a de Vila Bela, a de Furna Azul, Coronel Ari, Barreirão, Lagoinha etc.

Como se pode observar no depoimento acima, também estava presente neste investimento da FASE junto aos agricultores o benefício econômico imediato. Ou seja, a equipe, na busca por se legitimar, investia na doação de equipamentos que trouxessem aos agricultores algum ganho imediato. Ao mesmo tempo em que investia nisso, trabalhava com a noção de solidariedade entre as comunidades de forma a viabilizar a criação de laços entre aqueles que enfrentavam as mesmas dificuldades. Deste modo, incentivava os agricultores a discutirem seus problemas visando à resolução dos mesmos de forma coletiva, sem perder de vista a conjuntura que os envolvia e que influenciava diretamente sua situação. Nas palavras do entrevistado:

[Na comunidade de] Máquina Queimada, fizemos a proposta de que eles doariam a máquina de arroz que eles tinham – e que era muito pequena – para uma outra comunidade, e com o apoio da FASE comprariam outra. A questão era trabalhar com o discurso da solidariedade, da união, para conseguir outros benefícios, maiores... construir a força política [...] A gente ia à comunidade, fazia discussão sobre os princípios de que associativismo não era uma forma de receber coletivamente, mas de trabalhar conjuntamente, construir as coisas coletivamente... essa era a questão política que a gente trabalhava [usando] o exemplo da associação

da Máquina Queimada que tinha sido criada [pelo governo estadual] para receber o benefício.

Paralelamente ao incentivo dado à organização das associações – que tinham por objetivo principal organizar a produção e melhorar o retorno econômico e a vida das famílias –, a equipe investiu na organização social e política desses agricultores. Assim, quando o entrevistado acima se refere a “construir a força política”, isso significava ir além do econômico. Ou melhor, atender à condição que PACHECO & LEROY (1991:61) explicitam quando afirmam que “... o político deve estar presente dentro do econômico e muda o que seria qualificado como econômico e assim reciprocamente.”

No investimento da equipe regional em buscar articular essas duas dimensões a partir das associações, a ênfase era dada na discussão sobre como suprir outras necessidades para além das máquinas de beneficiamento de arroz e na discussão sobre a necessidade de unir forças entre as associações de forma a viabilizar uma articulação maior entre os agricultores para “construir a força política”. Assim sendo, os cursos de formação implementados pela equipe buscavam proporcionar, aos agricultores, informações sobre questões consideradas fundamentais para dar encaminhamento a esse processo. Deste modo, eram priorizados três aspectos nos eventos de formação. O primeiro ligado ao estudo da luta pela terra e da reforma agrária com o intuito de proporcionar elementos para que os agricultores compreendessem essas problemáticas. O segundo aspecto visava estabelecer uma discussão crítica sobre o modelo de agricultura predominante no Brasil e qual a real possibilidade de inserção do pequeno agricultor neste padrão. Por último, discutia-se o processo de organização dos movimentos sociais, buscando demonstrar aos agricultores, de forma crítica, o papel desses movimentos nas lutas implementadas por eles, bem como a inserção dos partidos políticos nesse processo e o projeto político dos mesmos. Segundo a leitura do coordenador da equipe regional da FASE, os resultados concretos desse investimento puderam ser observados por volta do terceiro ano de atuação na região:

Em 1989/1990, a gente começou a perceber que as primeiras associações estavam insatisfeitas com os seus benefícios... só tinham a máquina em três anos. Começaram a pensar que queriam outras conquistas. Eles começaram a falar do “nosso movimento”... “esse nosso movimento”. E a gente começou a refletir sobre o que era esse “movimento”... E eles começaram a falar que era “o movimento de união entre os lavradores”. Aí começamos a trabalhar essa idéia... pensando que seria importante projetar alguma coisa de referência... Então era o “movimento de união”. Feito por quem? Pelas associações, futuramente pelos sindicatos... Aí eles começaram a trabalhar a questão da simbologia, fizeram uma discussão de que tinha que ter uma bandeira... que começasse a identificar, a criar um corpo para o pessoal...

Assim, no final da década de 1980 tomou corpo o Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé (MUL – ou simplesmente Movimento, como todos se referem na região). O MUL é uma organização que se iniciou com a participação das associações de pequenos produtores rurais em que a FASE tinha atuação – posteriormente englobou outras entidades – e que se mantém unida por meio de alguns princípios: “... democracia, transparência administrativa, honestidade, solidariedade e coragem na defesa dos interesses da categoria” (PUHL; 1998:29).

Um aprofundamento e uma problematização da conformação das associações e do MUL serão efetuados mais à frente. Por enquanto, seguir com uma discussão sobre a concretização do investimento da FASE na região do Vale do Guaporé – e em Pontes e

Lacerda – é importante para proporcionar uma visão do quadro geral de organização dos pequenos agricultores.

2.1.3 – O CTA: base de um projeto alternativo de agricultura

Colada a esse processo de constituição do MUL e impulsionada pelos cursos de formação implementados pela equipe da FASE regional, a discussão sobre a crítica ao modelo de agricultura predominante no país deu início a um conjunto de questões ligadas à implementação de um outro padrão produtivo que proporcionasse aos pequenos agricultores, segundo a leitura da equipe, novas possibilidades de inserção ao processo econômico.

Essa discussão está ancorada em uma proposta mais ampla que, de modo geral, orientou os caminhos trilhados pelas ONGs ligadas ao desenvolvimento rural. Segundo DIAS (2002), no campo das propostas para o desenvolvimento rural, as ONGs foram ativas construtoras da identidade opositora destas instituições em relação ao Estado no contexto dos anos de 1980, defendendo o argumento da falência da doutrina econômica desenvolvimentista como instrumento para possibilitar a melhoria das condições de vida da maior parte da população¹⁰⁴.

De modo geral, continua DIAS (2002:24-25), os discursos e a análise das práticas das ONGs de desenvolvimento rural permitem perceber que a proposta alternativa ao desenvolvimento do meio agrícola

...estava principalmente relacionada: (a) à identificação e ao estudo de tecnologias de produção mais baratas e menos agressoras dos condicionantes agroecológicos dos sistemas de produção – revelando-se aqui o forte conteúdo ecológico a determinar a construção da sua narrativa sobre os processos de desenvolvimento; (b) à identificação e à difusão de tecnologias de produção que fossem melhor apropriadas às condições dos agricultores que não dispunham de recursos econômicos à conversão de seus sistemas de produção aos moldes propostos pelo ideário da revolução verde; (c) à valorização do conhecimento popular em todo o processo de ação dos atores na tentativa de superação da situação desfavorável vivenciada pelos agricultores; (d) à geração de autonomia para os grupos trabalhados em relação à sua leitura, o seu diagnóstico e o seu poder de negociação diante dos próprios agentes das ONGs que lhes prestavam assessoria e diante da institucionalidade política que compunham seus contextos de ação; (e) à tentativa de viabilizar economicamente os grupos trabalhados via utilização dos mercados já estruturados ou via criação de novos espaços (geralmente cooperativos) de produção de renda.

Além disso, frisava-se a luta contra o uso político das realidades desfavoráveis dos agricultores para a reprodução e manutenção de grupos de interesse no poder. Conforme DIAS (2002:25),

...este ideário era perpassado pelo caráter educativo das metodologias de trabalho, em seu objetivo de tentar aproximar o ‘que-fazer’ (a práxis) dos agricultores ao ‘porque-fazer-ideológico’ da proposta, tentando construir um método de intervenção que buscasse fundar um diálogo há muito

¹⁰⁴ Das ONGs que dedicaram suas propostas ao desenvolvimento rural, a FASE foi uma das primeiras instituições a fomentar a organização de iniciativas direcionadas a esta temática, ainda na década de 1960.

perdido entre as soluções tecnológicas e organizacionais da produção e os conhecimentos e racionalidades dos agricultores; e também perpassado pela determinação ideológica de representar um *locus* institucional de oposição ao Estado, de estar ‘de costas’ para ele. O caráter propositivo da agência das ONGsDR parecia estar tão-somente direcionado aos seus parceiros institucionais, para que lhes fossem garantidas legitimidade e sobrevivência institucional.

Com a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) da FASE em 1983, o que se caracterizava por iniciativas isoladas, localizadas no entorno das áreas de atuação da Igreja Católica, principalmente, no campo das propostas de atuação no meio rural, começou a mudar. A idéia de criação de um projeto para difusão de tecnologias alternativas para a agricultura nasceu da crítica, e, em oposição, ao processo de desenvolvimento agrícola conduzido pelas agências governamentais. Segundo DIAS (2002), guardadas as diferenças institucionais determinadas por conjunturas locais ou pelos tipos de serviços prestados, as ONGs de desenvolvimento rural e sua identidade foram marcadas pela experiência do PTA - FASE. Desta forma,

...surgiram referenciais teóricos e aportes práticos que nortearam (e ainda norteiam) a intervenção das ONGsDR, localizando-as em uma identidade comum a partir da qual passa a ser defendida uma proposta alternativa à proposta governamental para o desenvolvimento do agro, organizando intenções antes dispersas (DIAS; 2002:24).

A entrevista com o coordenador da equipe regional da FASE explicita como essa concepção sobre o modelo de agricultura foi introduzida na região e permite observar como a proposta reflete esse debate na medida em que busca, junto ao seu público, desvelar os conflitos (sociais, econômicos e ambientais), que, sob seu ponto de vista, estavam contidos na proposta de desenvolvimento da agricultura defendida pelo Estado, bem como valorizar a implementação de práticas alternativas a essa proposta que, também sob seu ponto de vista, seriam mais adequadas social, econômica e ambientalmente ao perfil daquelas famílias e à realidade local na qual se inseriam. Nas palavras do entrevistado:

[...] a gente queria que eles compreendessem um modelo de agricultura, para mostrar que... é que no fundo, um dos desejos deles era ter um trator e uma máquina colheitadeira... porque era a referência que eles traziam... – porque mesmo os nordestinos tinham passado pelo Sudeste, e depois Mato Grosso do Sul, antes de chegar aqui... essa é mais ou menos a trajetória de migração deles – então, eles viram essa prática da agricultura mecanizada. [...] Então a gente começou a trabalhar essa questão do modelo de agricultura, de uma forma crítica, mostrar que, se essa agricultura era tão boa e tão almejada por eles, porque eles não tinham ficado lá... onde ela é mais avançada. Na verdade, mostrar para eles que eles tinham sido expulsos por essa agricultura para a fronteira agrícola. E mostrar os efeitos nocivos, sociais, econômicos, ambientais dessa agricultura e, nisso, colocar a questão das tecnologias alternativas – que vai mudando de nome e hoje é mais comum agricultura sustentável. Então, começávamos, nos encontros de formação, a introduzir um debate sobre isso. E sentíamos o ânimo do pessoal em querer praticar isso. E aí que fizemos toda a discussão da criação do Centro de Tecnologias Alternativas. Ele surge no bojo dessa discussão...

Como informou este entrevistado, “... a decisão política de criar o Centro foi em 1989” e em 1991 o Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) teve sua sede inaugurada em uma área de 14 hectares¹⁰⁵, onde passaram a ser desenvolvidas experiências educacionais na área de agricultura alternativa. Nestes 14 hectares, além da sede – composta por um prédio com toda a infra-estrutura necessária para cursos, treinamentos e alojamento dos agricultores – há um horto, um viveiro, uma área destinada à pastagem e uma reserva de floresta.

Com o intuito de garantir um corpo jurídico próprio para o CTA, fundou-se, em 1992, a Associação do Centro de Tecnologias Alternativas (ACTA), responsável jurídica pelo Centro e que congrega cerca de 30 associados entre agricultores e técnicos ligados à entidades identificadas com a proposta do Centro. Essa organização conta com uma diretoria (formada por agricultores e técnicos) e um quadro técnico próprio, responsável pela formulação e desenvolvimento de projetos e pela assistência técnica aos projetos demonstrativos implementados pelo CTA. A partir da criação da ACTA, a FASE se desvinculou formalmente do CTA e passou a ser uma entidade parceira do mesmo. Segundo os técnicos do CTA, a FASE é a principal parceira no desenvolvimento dos programas desenvolvidos pelo Centro. Além disso, os técnicos da FASE são associados da ACTA.

O CTA é mantido por financiamentos de agências de cooperação internacional e, além disso, são elaborados projetos às visando linhas de crédito direcionadas para o desenvolvimento de comunidades e para a preservação da biodiversidade¹⁰⁶.

Em 1992 foi criado o Programa de Manejo e Conservação da Biodiversidade (PMCB), elaborado pela FASE e ACTA, a ser desenvolvido em caráter demonstrativo junto às famílias articuladas em torno das associações de pequenos agricultores. O PMCB tinha o objetivo estratégico de

...influenciar para alterar os sistemas de produção dos agricultores familiares, introduzindo tecnologias adaptadas e auto-sustentáveis. Produzir uma proposta para o desenvolvimento de uma agricultura regional agroecológica, sustentável nas esferas ambiental, econômica, política e social (PUHL; 1998:32).

Segundo os técnicos da FASE e da ACTA, o PMCB representou uma investida mais consistente na área da produção agrícola fundamentada na agroecologia e proporcionou um direcionamento mais consistente nos caminhos a serem trilhados pelo Movimento e suas entidades. Nesse sentido, dentro do PMCB, o CTA tem três programas estratégicos: (1) o Programa de Conservação da Diversidade, que são os projetos demonstrativos implementados nas áreas dos pequenos agricultores e tem seu custo dividido entre o CTA e o agricultor; (2) o Programa de Manejo e Difusão de Tecnologia, que visa difundir os Projetos Demonstrativos; (3) e o Programa de Estágios, que incorpora alunos de universidades e escolas técnicas interessados em desenvolver trabalhos nesta área de estudo.

O CTA desenvolvia seus projetos em quatro municípios do Vale do Guaporé: Comodoro, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade com

¹⁰⁵ A compra da área e a construção do prédio onde funciona a sede do CTA foram financiadas por uma entidade parceira da FASE – a Misereor.

¹⁰⁶ O governo de Mato Grosso, dentro do programa Prodeagro financiado pelo BIRD, disponibilizava recursos para o desenvolvimento do estado dentro de vários subprogramas, tais como nas áreas indígenas, na preservação ambiental, no desenvolvimento de comunidades, entre outros. Um dos subprogramas no qual o CTA teve projetos aprovados foi o Programa de Apoio Direto à Iniciativa Comunitária (Padic).

um total de 31 Projetos Demonstrativos implementados nas áreas dos pequenos agricultores destes municípios. Ainda que o CTA trabalhasse na perspectiva dos Projetos Demonstrativos e sua difusão, de forma geral, os técnicos prestam assistência técnica a outros pequenos agricultores, independentemente de sua inserção nos projetos.

2.1.4 – A Central das Associações: comercialização e articulação organizativa

No bojo da discussão sobre o questionamento ao modelo econômico vigente e sobre a necessidade de um outro padrão de agricultura, o problema da comercialização dos produtos agrícolas surgia como uma das questões a ser resolvida. Segundo os entrevistados, a avaliação sobre a necessidade de uma organização que viabilizasse a melhoria das condições de comercialização estava presente desde o início da intervenção da FASE, já que esse era um dos entraves à implementação de um projeto de desenvolvimento econômico alternativo. Como lembra um dos técnicos da FASE,

produção existia, de 1987 a 1989 tinha uma grande produção de lavoura branca – café, banana, arroz, feijão, milho... o preço é que era ruim, pois dependia de intermediários. Então, iniciamos a reflexão sobre como poderia ser resolvido esse problema, tendo em conta que uma associação sozinha não daria conta, pois precisa de volume de produção e de infra-estrutura... [...] nos espelhamos em uma experiência de Rondônia, de uma central de associações estadual, com centrais municipais, toda uma organização. Fomos lá, conhecemos a experiência. Fizemos uma discussão com o pessoal e decidimos fundar uma central de associações.

Assim, com o objetivo de reunir as associações de produtores para efetuar a comercialização coletivamente foi fundada, em 1992, a Central de Abastecimento e Vendas dos Trabalhadores Unidos do Mato Grosso – a Central de Associações. Participaram da fundação 12 associações de 3 municípios do Vale do Guaporé (Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade e Comodoro)¹⁰⁷ nas quais havia um trabalho de intervenção da FASE como lembra a liderança do MUL, presidente da Fetagri à época do trabalho de campo:

... tinha sido feito um processo muito bonito na região de criação de várias associações, onde uma associação assumia o compromisso de ajudar a constituir outras, fazendo um elo de ligação entre si, até chegar em 92... com 12 ou 13 associações, não só para desenvolver a luta dos trabalhadores rurais na região, mas também com o objetivo de buscar mecanismos que viabilizassem a comercialização com melhores preços. Em 92 foi criada a Central, na qual eu fiz parte da criação – eu era presidente da Associação da Máquina Queimada – e eu fui indicado para ser o primeiro gerente de comercialização de cargas da Central.

Em 1993 foi construída a sede da Central, próxima ao centro da cidade de Pontes e Lacerda, quando também se adquiriu um caminhão para o transporte dos produtos. No período em que foram realizados os trabalhos de campo, a Central contava com 22 Associações em seu quadro: 11 do município de Pontes e Lacerda, 3 em Comodoro, 4 em Vila Bela da Santíssima Trindade, 3 em Nova Lacerda e 1 em São Domingos, sendo

¹⁰⁷ Neste período, os municípios de São Domingos e Nova Lacerda ainda não haviam se emancipado de Pontes e Lacerda.

que esses dois últimos foram emancipados de Pontes e Lacerda na década de 1990. Possuía dois caminhões para transporte de cargas e dois prédios, nos quais em um funcionava um depósito e uma feira permanente para a venda de produtos agropecuários produzidos pelos associados e no outro estava se iniciando o funcionamento de uma fábrica para beneficiamento de produtos agrícolas.

A função da Central de Associações era a de promover a comercialização dos produtos agrícolas dos pequenos agricultores e também fazer a revenda de produtos para o consumo das famílias dentro das associações. Esta última jamais chegou a ser implementada, como lembra uma outra liderança, gerente da Central à época do primeiro trabalho de campo:

O primeiro objetivo era comercializar carga fechada, o segundo, a feira de comercialização direta na Central, e o terceiro era vender produtos industrializados nas associações. Esse último nunca foi implementado...

Segundo a avaliação das lideranças do MUL, nos primeiros anos de atuação, a Central obteve bastante sucesso ao eliminar a maior parte dos atravessadores que efetuavam a comercialização de produtos como banana, algodão, arroz, milho, milho-pipoca, entre outros, e ao obter melhores preços para esses produtos no mercado, visto que eram comercializados em grande volume, ou em “carga fechada”, como lembra uma liderança – ex-gerente de cargas da Central,

...de 1992 a 1995, praticamente, a Central eliminou todos os atravessadores da região [...] Ela chegou a ter, nesse período, uns 450 associados que faziam a comercialização [...] em termos de volume, a Central chegou a comercializar por dia, 4 cargas fechadas...

O número de associados que efetuavam a comercialização via Central neste período, quando comparado ao Censo Agropecuário de 1995/96 representava 20,34% dos estabelecimentos com área inferior a 100 ha, que era de 2.212, nos três municípios em que o MUL atuava (Vila Bela da Santíssima Trindade, Comodoro e Pontes e Lacerda)¹⁰⁸. Essa representação não é pouca, tendo em conta todo o histórico desses agricultores, bem como o espaço de tempo em que esse processo organizativo se estruturou. Contudo, a leitura efetuada pelas lideranças de que nesse processo a maior parte dos atravessadores da região foram eliminados parece refletir uma certa idealização, pois, mesmo tendo em conta que era uma representação considerável, não se pode ignorar que, primeiro, a Central não comercializava todos os tipos de produtos e, portanto, aqueles que ela não atendia, como, por exemplo, o leite, era destinado a esse canal, entre outros. Segundo, os pequenos agricultores que não eram associados da Central continuavam a vender seus produtos por intermédio de canais tradicionais de comercialização, dentre os quais, os atravessadores.

Sobre a presença e atuação dos atravessadores ou intermediários na qualidade de canal de comercialização acessado por pequenos agricultores, vários trabalhos já problematizaram esta questão. Um dos mais recentes e importantes trabalhos sobre os impactos dos assentamentos – a pesquisa “Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”, realizada em seis estados do país – ressalta o significado da mediação comercial dos atravessadores para os produtos agropecuários oriundos de regiões com precariedade de condição para o acesso direto ao mercado. Nesse sentido, este estudo demonstrou que a percentagem do volume de

¹⁰⁸ Ainda que os dados do Censo, como já analisado, sejam divergentes daqueles informados pelo Incra e pela Empaer, são aqueles que permitem uma comparação mais segura.

produção comercializada por meio deste canal nos assentamentos era de 71,85% no Acre, 90,98% em Sergipe, 48,58% em São Paulo, 37,74% em Mato Grosso, 29,77% no Rio de Janeiro e 5,14% no Rio Grande do Sul (MEDEIROS & LEITE; 2004:40). Como se pode observar, com exceção dos assentamentos pesquisados no Rio Grande do Sul, nos demais esse canal de comercialização se apresentava com um grau de importância bastante elevado, demonstrando que os atravessadores desempenhavam um papel essencial em algumas áreas e significativo em outras¹⁰⁹.

De qualquer modo, é inegável que a Central de Associações tinha, no Vale do Guaporé, uma importância fundamental e se constituía em uma opção vantajosa para aqueles agricultores que eram associados. Se, por um lado, a Central obtinha o sucesso na área da comercialização, seja vendendo os produtos em grande volume, seja vendendo diretamente ao consumidor, por outro, ela passou a ser, também, uma referência no campo de atuação política, como ressalta o entrevistado, técnico da FASE:

A Central, por falta do STR assumir suas funções, ela acabou sendo um espaço de atuação política... de representação política, de participar de mobilizações para conseguir crédito.

Ao que as entrevistas indicam, a fundação da Central de Associações representou a possibilidade de materialização da proposta de que as associações se constituíssem em um todo que viabilizasse uma ação conjunta. Deste modo, ela representava, naquela conjuntura, uma espécie de ponto de referência em torno do qual a “construção da força política”, para usar as palavras de um entrevistado, poderia ser concretizada a partir da união das associações em busca de objetivos coletivos. Assim, mais que dar solução aos problemas direta e/ou exclusivamente ligados à comercialização, a Central era o elo entre as células menores (as associações) e o exterior, agregando as diversas demandas daquele público, como lembra uma das lideranças atuantes na Central à época do primeiro trabalho de campo, ao criticar o excessivo papel político educacional da Central, em detrimento, segundo seu ponto de vista, do objetivo principal que seria a comercialização:

... [a Central] atuou muito na questão da formação, na questão política, de 1992 até 1999 [...] Recentemente, a Central está passando por um processo meio difícil... porque ela foi fundada... o objetivo dela era dentro das três coisas que eu já falei: venda na feira, carga fechada e revenda nas associações... E ela nunca fez esse papel... quer dizer, ela fez esse papel, mas fazendo o papel de formação, de assessorar o sindicato... a gente fazia a formação geral, de conscientização dos produtores, formar associação e tudo... Agora, é o que eu te falo, estamos passando por um momento difícil. A Central está voltando todas... hoje a gente tem o Sindicato que é só desse Movimento, né?, que é administrado todo por pessoas que já passaram pela Central e que vai hoje fazer todo esse trabalho, e a Central vai voltar a praticar somente a comercialização... a função da Central hoje é comercializar, disputar mercado.

Independentemente das distintas avaliações sobre qual seria o papel da Central, bem como das críticas às suas posturas, um ponto tinha unanimidade entre os entrevistados: o de que a Central exercia o papel que deveria ser dos sindicatos de trabalhadores rurais. Deste modo, para os entrevistados, enquanto o investimento para a “conquista” dos STRs da região não fosse possível, era a Central que deveria encaminhar as questões, demandas e problemas do público que ela representava. Assim,

¹⁰⁹ Sobre a importância dos atravessadores na comercialização dos produtos dos assentamentos, ver, também, LEITE *et alii* (2004).

a atuação da Central de Associações na década de 1990 foi marcada por ações que iam desde a criação de novas associações e formação de lideranças até a comercialização dos produtos, passando por viabilizar a busca por linhas de créditos, elaborar projetos técnicos, fazer transformação de produtos (produção de polpa de frutas), lutar por infraestrutura como estradas e energia elétrica, articular parcerias, organizar eventos de luta da categoria (como, por exemplo, o Grito da Terra), entre outras questões.

A atuação dos STRs neste período não se diferenciava daquela da segunda metade da década de 1980 que, como visto anteriormente (cf. Cap. I), era marcada pela postura contrária dos dirigentes sindicais às ocupações de terras e estava alinhada com o poder político local e estadual. Aliado a isso, a atuação dos dirigentes dos STRs na região em que a FASE e o MUL atuavam era marcada pela priorização do trabalho de assistência social, mais especificamente nas questões relacionadas à saúde e à previdência, o que provocava um afastamento do MUL que tinha uma outra concepção sobre o papel do STR. A postura do MUL e das entidades que o compunham era a de fortalecer a organização das associações para, depois, buscar a inserção no espaço sindical, como sugere um dos documentos do MUL que resgata a inserção do Movimento no primeiro sindicato da região, que ocorreu em 1993:

Paralelamente ao surgimento das ferramentas citadas [associações, Central e CTA], o Movimento começou a discutir e articular a “tomada” do espaço sindical no município de Pontes e Lacerda. Após a avaliação do processo optou-se pela composição paritária com a diretoria da situação. Em maio de 1993 aconteceu as eleições com a vitória desta chapa. Após a posse tentou-se, através dos diretores ligados ao Movimento, implementar as propostas de campanha em busca de um sindicato comprometido com a luta/direitos dos trabalhadores rurais (Formul; 1994a).

Neste quadro, a Central das Associações se constituiu em um instrumento de luta para as lideranças do MUL e dos técnicos envolvidos. Ainda que as associações fossem fortes e organizadas como sugerem as entrevistas, foi com a criação da Central que um conjunto de questões formou um só corpo.

A postura dos entrevistados, de que seria papel do sindicato assumir as diversas lutas daqueles agricultores, remete novamente à discussão já efetuada anteriormente sobre o papel dos STRs e das associações. A postura que imperava no MUL era a de que o sindicato deveria ter um projeto que atentasse tanto à dimensão política quanto à dimensão econômica, articulando o “local e o geral”, o “imediato e o estratégico”, a “diversidade e a unidade”, de modo a construir projetos alternativos ao modelo socioeconômico vigente (PACHECO & LEROY; 1991). Na impossibilidade de atuar, no mínimo conjuntamente, com os sindicatos da região, o MUL transformou a Central de Associações na entidade que abarcou o conjunto dessas questões em Pontes e Lacerda e no Vale do Guaporé.

2.2 – O Movimento de União dos Lavradores: de quem e para quem?

Tendo traçado um quadro geral sobre a história de constituição do MUL e sobre a estruturação das entidades que são seu sustentáculo, cabe agora aprofundar a discussão e buscar problematizar a atuação dos protagonistas desta história, bem como as opções do Movimento nos caminhos que foram trilhados.

Se, por um lado, a discussão realizada acima de forma um tanto quanto fragmentada sobre a conformação das associações, do CTA e da Central facilita o

trabalho de elaboração, por outro, pode levar a compreensão de que elas sejam, e atuem, independentemente uma das outras. Distante disso, é importante ressaltar que elas fazem parte de um mesmo processo, que aconteceu num dado momento histórico e, como tal, constituem um todo que atua em conjunto e dá concretude ao MUL. Tanto as associações quanto o CTA e a Central foram fruto do projeto educativo implementado pela FASE e, em pouco tempo, assumido também pelas lideranças que iam sendo formadas durante a execução desse projeto.

Em outros termos, e como relata PUHL (1998:29), o MUL

...é fruto do trabalho educativo desenvolvido pela FASE/MT [...] Inicialmente, o Movimento era uma articulação política informal, entre associações de lavradores e pequenos produtores rurais. A união manteve-se em torno de alguns princípios, tais como: democracia, transparência administrativa, honestidade, solidariedade e coragem na defesa dos interesses da categoria. Atualmente, continua uma articulação informal, em torno dos princípios, mas ampliou o número de organizações que participam dos fóruns de definições coletivas, das políticas e ações a serem implementadas por cada organização. Participam: Associações de agricultores familiares, a Central de Associações, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ACTA e a FASE.

O conjunto dessas entidades constitui o Fórum do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé (Formul) no seio do qual as deliberações do Movimento ocorrem. Participam do Formul as lideranças que são dirigentes das entidades, os seus técnicos e a FASE, como assessoria. O Formul é a instância máxima de decisão do Movimento e se reúne de forma periódica para avaliar a atuação das entidades e para definir as estratégias de atuação. Segundo documento do MUL, o Formul foi constituído em outubro de 1994 a partir de uma avaliação das lideranças do Movimento e da FASE que detectaram “... a falta de mecanismos de articulação, na prática, entre as ferramentas.” Conforme documento do MUL, este fórum

... é composto pelas lideranças do Movimento com a coordenação formada por representantes de cada ferramenta e um assessor da FASE. É uma instância de coordenação e monitoramento do Planejamento das ferramentas do MUL. O Papel desse fórum é promover formas de capacitação das lideranças no sentido de:

- desenvolver uma metodologia de trabalho (articulada entre as ferramentas) para conhecer os sistemas de produção na região;
- buscar elementos para um projeto de desenvolvimento da pequena produção da região;
- pensar projetos de sustentação financeira das ferramentas (permanente, duradouro/a, médio e longo prazos) e também das lideranças;
- pensar forma de “garimpar” novas lideranças;
- elaborar propostas/reivindicações para cobrar dos órgãos públicos e condições para elaborar projetos de fomento agrícola (pesquisa voltada para a pequena produção, técnicos para acompanhar projetos...) (Formul; 1994a).

Como já visto, a proposta de trabalho da FASE foi sendo desenvolvida dentro de um processo mais geral de formação desta instituição, bem como das ONGs no Brasil e

da conjuntura na qual se constituíram. Ao focalizar a intervenção desta ONG no Vale do Guaporé, essa questão pode ser mais bem visualizada. Dentro do projeto educativo implementado pela FASE em Pontes e Lacerda e no Vale do Guaporé, uma questão central, da qual o sucesso da proposta dependia diretamente, era a formação de lideranças que fossem capazes de dar o suporte necessário à implementação daquela proposta. O decurso de formação dessas lideranças, principalmente nos primeiros anos de atuação da FASE, foi marcado por uma concepção sobre a intervenção que a equipe deveria ter que, para além dos traços característicos já assinalados, segundo um ex-técnico da equipe, carregava uma forte influência das experiências pessoais de parte daquela equipe cujo passado estava ligado à guerrilha, tortura e ao exílio durante o regime militar¹¹⁰.

Tratava-se de uma concepção que passou, também, a marcar o perfil das lideranças formadas pela equipe. Um dos pontos que marcava essa concepção era a opção por não construir uma face pública desta intervenção, limitando seu trabalho ao contato com os agricultores e evitando a relação direta com outros atores da região. Nas palavras de um ex-técnico da FASE:

Eles tinham o que a gente chamava de “síndrome da clandestinidade” [...] a equipe da FASE não tinha uma imagem pública... assim, não tinham uma ação de intervenção no espaço público. As únicas pessoas com quem eles se relacionavam eram os agricultores, era com eles que se procurava construir uma relação de confiança e não com a sociedade. Não interessava o que a sociedade podia pensar. Ninguém conhecia eles em Lacerda... conhecia porque andava de Toyota pra cima e pra baixo, mas não tinha... eles não conheciam praticamente as pessoas da cidade e as pessoas da cidade também não sabia do que se tratava. Isso fazia parte da concepção de movimento que eles tinham.

Sem desconsiderar a influência direta das experiências pessoais de membros da equipe nas decisões tomadas, mas indo além dela, essa postura pode ser entendida ao se considerar duas questões já assinaladas anteriormente. A primeira delas diz respeito a um dos pontos que marcavam a proposta de intervenção da FASE naquela conjuntura, que era a crítica ao Estado e às suas políticas que excluía os pequenos agricultores. Nesse sentido, a estruturação do projeto educativo da FASE não passava por estabelecer relações com o Estado ou com suas instituições, fossem essas locais ou não. Pelo contrário, a equipe da FASE buscava se legitimar justamente a partir da construção de uma postura de oposição ao Estado e ao que ele representava naquele momento. A segunda questão que compõe esse quadro é que a história de ocupação da região – envolvendo diversos atores como, por exemplo, comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos nas ocupações de terras – não permitia que os técnicos da FASE pudessem enxergar neste público pessoas que se interessassem pelo seu trabalho e, menos ainda, possíveis aliados. Muito pelo contrário, esses atores eram percebidos como agentes que representavam justamente aquilo que os técnicos condenavam.

¹¹⁰ LANDIM (1993) e DIAS (2002) resgatam em seus trabalhos a influência das experiências e trajetórias individuais das pessoas que fizeram parte da constituição das ONGs no Brasil. Segundo LANDIM (1993; 112-122), pessoas com distintas trajetórias, em diferentes momentos, tiveram papéis fundamentais na conformação das ONGs e na elaboração e reelaboração de discursos e práticas, mas também tiveram, em alguns momentos, participação no aparelhamento das ONGs por tendências e/ou partidos, clandestinos ou não.

Deste modo, nos primeiros anos de atuação da FASE, no Guaporé, não havia interesse em estabelecer laços, nem com o poder público local ou com aqueles que o representavam nem com a sociedade em geral. Segundo esse entrevistado, essas pessoas carregavam marcas muito fortes desse período que se expressavam no cotidiano do trabalho por intermédio de ações que priorizavam um pequeno grupo de agricultores nos quais, segundo o ponto de vista desses técnicos, se podia confiar.

Assim sendo, o objetivo da proposta educativa não era atingir diretamente os agricultores, mas sim trabalhar com a formação de lideranças que constituíssem um grupo capaz de fazer uma “intervenção de base”, segundo as palavras deste entrevistado. Deste modo, trabalhava-se com uma intervenção diretamente junto ao público mais geral de agricultores no processo de incentivo à constituição das associações e por intermédio da promoção de eventos culturais e esportivos que tinham o objetivo de aproximar os técnicos e os agricultores e, deste modo, ganhar a confiança deles. Paralelamente, a equipe atuava no processo de formação das lideranças que compunham, em cada comunidade, o que era chamado de “núcleo de base”. Eram nas reuniões das lideranças nos “núcleos de base” que se discutia e se traçava a estratégia de intervenção que deveria ser feita nas assembléias das associações. Segundo o entrevistado acima, o processo de formação das lideranças foi, também, fortemente marcado pelo que ele chama de “síndrome da clandestinidade”:

Então, tinha uma face pública, que eram as intervenções nas associações, os torneios de futebol, os festivais de música que eles promoviam. E tinha uma outra face que era clandestina, que era o que eles chamavam de núcleo de base [...] E esses sim, eram formados, eram preparados, passavam por cursos, passavam por toda uma formação, mas eles se reuniam sem as pessoas saberem. E isso causou um problema sério entre os lavradores, de desconfiança. [...] Gerava intriga e desconfiança entre as próprias pessoas das associações... Então levantou uma série de suspeitas sobre quem era essa gente, por que faziam reuniões secretas...

Conforme relata este ex-técnico da equipe, a escolha das pessoas que passariam pelo processo de formação obedecia a alguns critérios, e a equipe da FASE excluía de imediato as pessoas com perfil natural de liderança ou aquelas que estivessem ligadas ao processo de ocupação das áreas (as *lideranças dos grilos*) ou a algum incentivo estatal para a constituição de associações, pois elas eram consideradas “viciadas”, “antidemocráticas”, “autoritárias” e “personalistas”, segundo suas palavras. De acordo com este entrevistado, os técnicos da FASE buscavam

detectar pessoas que pudessem ser formadas num novo espírito organizativo, democrático, que aceitassem esse processo, prestação de contas etc.. [...] Como a FASE precisava construir esse movimento muito puro, democrático e tal, uma das coisas que eles analisavam, e isso está em documentos que eu li depois, era utilização de critérios para você convidar uma pessoa para participar dos cursos de formação etc. Era identificar nelas alguns... chamavam de “núcleos de bom senso”. [...] Então, convidavam para os cursos as pessoas que eles achavam que tinham mais compreensão. Em geral, o que acontecia, era exatamente as pessoas que não tinham uma liderança natural, que não eram reconhecidas como lideranças no seu meio. [...] Isso, acho que é um outro elemento que faz com que as lideranças que vão sendo formadas... elas vão demorar para serem reconhecidas como lideranças. Isso, acho

que é um dos fatores que faz com que esse Movimento leve muito tempo para... as pessoas deslancharem.

O que a reconstituição desses fatos revela é que a construção do que o entrevistado chama de “movimento puro” passava por estimular a criação de novas relações entre os agricultores, que repelissem os resquícios – que a equipe técnica da FASE julgava existir – dos vínculos do passado desses agricultores, quais sejam, aqueles constituídos durante a ocupação das áreas e aqueles constituídos nas associações incentivadas pelo Estado. Como visto no primeiro capítulo, as *lideranças dos grilos*, que estiveram à frente das ocupações na região, tinham um perfil bastante distinto daquele percebido pela equipe da FASE como ideal, e estavam ligadas aos mais diversos atores regionais por laços e alianças nada convencionais, e indesejáveis, segundo os critérios da equipe.

A partir desta análise é possível ter uma visão mais ampla sobre o significado dos princípios que regem as ações do MUL desde a sua formação: “...democracia, transparência administrativa, honestidade, solidariedade e coragem na defesa dos interesses da categoria” (PUHL; 1998:29). Em que pese toda a retórica contrária, a prática da equipe da FASE revela uma postura dos técnicos na qual as experiências dos agricultores eram percebidas como negativas e, como tal, recusadas na estruturação do seu projeto educativo. Ou seja, uma prática em que os técnicos se colocavam como os portadores do conhecimento sobre o que era melhor para os pequenos agricultores. Isso pode ser mais bem entendido ao se ter em conta a trajetória de constituição das ONGs na qual, segundo DIAS (2004), ao longo do processo de construção de sua identidade, durante a década de 1980, essas instituições legitimaram seu papel social e ganharam maior visibilidade defendendo o argumento da falência da doutrina econômica desenvolvimentista como instrumento para possibilitar a melhoria das condições de vida da maior parte da população. A leitura marxista que parecia informar as ações das ONGs apontava na direção da necessidade de transformações estruturais, como único caminho possível à superação da conjuntura adversa.

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido pelas ONGs de desenvolvimento, na maioria dos casos, era “...concebido como um tipo de assessoria externa, por intermédio da qual se opera uma relação de transmissão de informações e conhecimentos – baseada em confiança e propósitos mútuos – que objetiva fortalecer, em determinadas capacidades, as organizações locais” (DIAS; 2004:26).

Documentos pesquisados nos arquivos do MUL revelam detalhes que corroboram a análise sobre o objetivo de construção do que o interlocutor acima classifica como “movimento puro”, bem como proporcionam vislumbrar a postura de oposição ao Estado e suas instituições, sustentada pela equipe da FASE e pelas lideranças formadas por ela. Em um relatório do Formul observa-se a seguinte afirmação dos objetivos da luta do MUL, explicitados em um cartaz exposto por um dos coordenadores da FASE durante um seminário:

... construir a nova sociedade justa, igualitária, participativa, o mundo novo, o Reino de Deus, ou seja, um sistema diferente do capitalismo, o socialismo... [sendo que] ... os principais pontos do acordo entre as pessoas que assumem a luta destes objetivos, para colocá-los em prática na organização e na sociedade [são]: **democracia, solidariedade, respeito, amizade, companheirismo, coerência, igualdade, compromisso, honestidade, ativo/iniciativa, confiança, transparência** (Formul; 1995e: 1). (grifo do original)

A criação do MUL ocorreu em meio a esse processo de formação destas lideranças e refletia essa concepção sobre a intervenção da FASE junto aos agricultores de que as lideranças deveriam ser formadas de modo a serem capazes de intervir junto à sua base, buscando a construção de um novo projeto de sociedade. Como revela o entrevistado, o Movimento se estruturou marcado pelo processo no qual as lideranças eram formadas e carregava um pouco do que ele classifica como “clandestinidade”, já que era composto pelas lideranças que participavam dos “núcleos de base”:

o que se tornou o Movimento seria esse movimento desses núcleos de base, que seria na verdade uma articulação de lideranças. [...] O Movimento acabava se reduzindo a essas lideranças que, depois em 1989, eles se reuniram na primeira assembléia e formaram o que eles chamaram de Movimento de União dos Lavradores. Que era uma base de 80, 90 lideranças das comunidades de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Pontes e Lacerda que se constituíram publicamente no que eles chamaram de Movimento de União dos Lavradores. Mas não era na verdade um movimento de massa, era um movimento de vanguarda, um movimento de lideranças...

Segundo o que explicita este entrevistado, a construção do MUL como um “movimento puro” teve por base, então, as lideranças formadas neste processo. Ou seja, a idealização do MUL, sua conformação, estrutura, funcionamento etc. foi um projeto do qual participou as lideranças das associações, mas não parece ter sido discutido com os pequenos agricultores de forma mais ampla. Assim, continua este entrevistado:

Houve uma visão bastante purista, de um movimento puro, democrático e tal... se cuidava muito disso, se zelava por isso. Se cuidava para que houvesse solidariedade entre essas lideranças dos núcleos de base. Mas o problema era a articulação mais orgânica, tanto com as instâncias de base, para que se promovesse um movimento mais amplo, quanto internamente, esse movimento não era orgânico, porque os núcleos não tinham uma representação na coordenação... Isso dificultava, porque até a decisão da coordenação chegar nos núcleos...

Como assinalado, a escolha das lideranças que seriam formadas era criteriosamente efetuada, buscando a construção do projeto da FASE nos moldes acima.

A proposta de que essas lideranças viessem a intervir junto à base, articulando os agricultores para uma participação real junto ao MUL, entrou em crise ainda nos primeiros anos quando as deliberações da assembléia do MUL não lograram êxito devido à falta de articulação entre as diferentes instâncias, entre as lideranças e os agricultores e mesmo entre as associações. Na verdade, o que se explicitou nesse período foi a baixa de representatividade das lideranças que participavam dos “núcleos de base”, bem como o distanciamento do Movimento da sua base. A reavaliação desse processo começou a ser efetuada na equipe da FASE por volta de 1991 quando houve uma renovação de parte dos quadros da equipe regional:

Isso, durante o ano de 91, provocou uma série de debates internos na FASE no sentido de que era preciso transformar esse Movimento em um movimento que tivesse uma base organicamente articulada... [...] Então, é um Movimento que não representa todos... A tentativa, na criação da Central [em 1992], foi exatamente essa passagem. Acabou-se com os núcleos e agora todas as lideranças dos núcleos de base têm que estar

dentro das associações e ser eleito na assembléia para participar das instâncias da Central. Só que demorou para as lideranças perceberem essa mudança, de que iam ter que disputar a representação na associação e não mais no núcleo onde todos concordavam com a representação daquela liderança. Então teve várias pessoas que não conseguiram reconhecimento dentro da associação, por exemplo. Foram eleitas para o Conselho da Central, outras pessoas. Aí a Central acaba tendo uma ligação mais orgânica no campo das associações.

Os documentos pesquisados também explicitam a preocupação com as questões expostas por este entrevistado. Assim, em uma avaliação sobre os progressos das metas traçadas para o ano de 1994, uma liderança do MUL faz a seguinte avaliação sobre a atuação das lideranças: “Nós estamos isolados da base. Quando vamos às associações, as pessoas sentem vontade de conversar. Nós não conseguimos envolver a base [...] Estamos (as ferramentas) atirando cada um pro seu lado”¹¹¹ (Formul; 1994:1). Este mesmo documento explicita que um dos objetivos principais do MUL para o ano de 1994 era a formação de novas lideranças e a aproximação com a base o que, avalia-se, não foi alcançado, devido ao acúmulo de trabalho para poucas pessoas realizarem. Ao mesmo tempo, segundo este documento, as entidades do MUL não tiveram uma articulação conjunta, o que dificultou o encaminhamento de várias ações.

Os relatos e avaliações contidos nos documentos do MUL indicam que as dificuldades enfrentadas no campo da formação de novas lideranças e de articulação com as bases continuaram sendo freqüentes. Assim, nos relatórios e avaliações sobre o MUL nos anos de 1994, 1995, 1997 e 1998, aos quais esta pesquisa teve acesso, observa-se a constância dos seguintes relatos: “distanciamento das lideranças das suas bases”, “falta de articulação conjunta das ferramentas”, “projeto claro para as lideranças, mas falta clareza para as bases”, “lideranças sobrecarregadas”, “pouco surgimento de novas lideranças”, “falta clareza por parte dos associados sobre as dificuldades das ferramentas”, “necessidade de investir na participação e ampliação da base do MUL”, “falta de entendimento do papel do CTA por parte dos lavradores”, “a Central não conseguiu conscientizar os lavradores da importância da existência dela”.

Ao que é possível abstrair dessa discussão, as dificuldades das lideranças em intervir junto aos seus representados, visando ao repasse do conteúdo formativo delas e articulando a construção do projeto do Movimento como uma proposta que envolvesse mais que as lideranças, continuaram presentes, mesmo após as constantes avaliações sobre sua atuação. Nesse sentido, pode-se admitir que havia um desencontro entre a proposta do MUL e de suas lideranças e as expectativas das famílias que representavam. Desencontro esse que tem sua explicação no processo de constituição das ONGs de desenvolvimento, quando sua atuação era orientada para buscar mudanças estruturais na doutrina econômica desenvolvimentista, como já explorado anteriormente.

Segundo DIAS (2004), é neste período e neste processo de constituição que as ONGs de desenvolvimento passaram a enfrentar as contradições que surgiam da sua própria atuação, na medida em que o cerceamento dos canais tradicionais de atuação política permitia somente o desenvolvimento de ações em contextos localizados, impelindo-as a um tipo de agência pautada em pequenos projetos de desenvolvimento comunitário, muitas vezes de caráter meramente assistencial. Ao mesmo tempo em que as ONGs elaboravam uma perspectiva de transformação social, ancorada na contestação

¹¹¹ As “ferramentas” são as entidades que compõem o MUL: CTA, Central de Associações, Associações e STRs.

do “caráter excludente do Estado capitalista”, elas interpelavam o lado provedor deste mesmo Estado, reivindicando a maior integração social dos grupos organizados a partir de demandas ou carências específicas.

Um último elemento importante sobre o processo de formação das lideranças que compõe este quadro analítico está ligado às estratégias adotadas visando buscar a legitimação da equipe regional da FASE junto a esses agricultores. Nesse processo, a FASE atuou diretamente no apoio à aquisição de equipamentos e na aplicação de recursos que viabilizassem o início de alguns trabalhos. Como relatado por um dos coordenadores da equipe regional,

fizemos a proposta de que eles doariam a máquina de arroz que eles tinham para um outra comunidade e com o apoio da FASE, compraria outra... A questão era trabalhar com o discurso da solidariedade, da união [...] as comunidades ficavam sabendo, pelo boca a boca, da atuação da FASE, que passa a ser procurada pelas comunidades para ajudar na organização e na compra de máquinas de arroz... Aí tava feito o contato, a primeira abertura.

PACHECO (1986:55), analisando o trabalho das equipes regionais da FASE, chamou a atenção para os problemas advindos de atuações das equipes de projetos que possuíam recursos para serem aplicados diretamente junto a públicos pauperizados. Nesse processo, escreve a autora, “**...se coloca então uma das implicações dos recursos financeiros, sob dois ângulos: o risco de um novo tipo de clientelismo e da centralização do projeto na figura do agente ou de lideranças.**” (Grifo do original) Esta autora cita um trabalho desenvolvido por uma das equipes regionais da FASE no Nordeste, nos anos 70, onde os trabalhadores se referiam à FASE como “mãe FASE”, e chama a atenção para a necessidade de se estar atento para os efeitos causados pelos recursos viabilizadores da proposta educativa, de forma a evitar uma relação paternalista ou clientelista entre a equipe e os agricultores.

Segundo uma das coordenadoras da FASE Nacional, esta entidade destinava recursos para serem aplicados diretamente nas comunidades, por meio de um programa para implementação de projetos econômicos, e o debate acerca deste tema estava, naquele momento, em evidência na própria FASE, quando se discutia em que medida a aplicação de recursos diretamente pela entidade não incorreria no risco de criar relações clientelistas ou de que esses projetos adquirissem um caráter assistencial. Sobre isso, relata a entrevistada,

... isso era um debate na FASE, porque algumas pessoas achavam que não era por aí, que tinha que repensar a atuação no campo da FASE porque ela não deveria ser uma entidade de executar projetos... Ela tem que preparar mais para a autonomização do campesinato, para ele buscar seus recursos...

Em Pontes e Lacerda, ao que as entrevistas indicam, de certa forma a atuação da equipe acabou por estimular o aparecimento de laços de dependência, principalmente nos primeiros anos de atuação da FASE, como lembra um ex-técnico:

...a atitude da FASE, que precisava da confiança dos agricultores... nesse processo, ela de certa maneira... houve uma política de clientelismo, paternalismo e tal, superprotegendo [...] O que emperrou muito esse trabalho foi essa atuação paternalista da FASE no começo. Havia toda uma preocupação, que precisava conseguir a confiança das pessoas, e

como a equipe dispunha de recursos, fazia-se todo um esforço, porque os lavradores eram pobres e não podiam gastar do dinheiro deles... então a FASE dava transporte nas reuniões, com o carro, recolhia todo mundo, depois levava todo mundo embora... alimentação, hospedagem, tudo bancado.[...] Isso tudo foi criando uma dependência muito grande dessas lideranças iniciais da FASE: financeira, ideológica, política.

Quando o entrevistado se refere ao tipo de dependência criada entre as lideranças e a FASE, ele remete a discussão para uma outra questão que PACHECO (1986:55) já mencionara em seu trabalho e que diz respeito ao tipo de influência exercida pelos agentes e as lideranças dos grupos. Segundo essa autora, muitas vezes

... os agentes estão mais dispostos a ouvirem aquelas lideranças que foram feitas ou se fizeram à sua imagem e semelhança. E essas lideranças passam a ser muito mais representantes dos agentes junto ao grupo do que vice-versa. (Grifo do original)

Na intervenção da FASE em Pontes e Lacerda, a escolha criteriosa das lideranças que seriam formadas para que elas assumissem os “pontos do acordo”, para usar os termos da equipe da FASE, que proporcionariam levar a cabo os objetivos do MUL, buscava formar um quadro de pessoas plenamente afinado com os propósitos do projeto educativo da FASE e com a proposta de desenvolvimento da região que seria implementada. Como lembra uma ex-técnica da FASE: “...a origem dessas lideranças do Movimento, todas elas surgiram deste trabalho”.

Nesse processo de formação das lideranças pela FASE, buscando escolher pessoas que, segundo a visão da equipe, estivessem livres de quaisquer posturas e atitudes que indicassem vícios e que ao mesmo tempo estivessem abertas para assumir o projeto educativo da FASE, vislumbrando a construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento regional e de sociedade, criou-se um grupo que, respondendo às expectativas e ao investimento da equipe, incorporou as propostas deste trabalho, mas, não necessariamente, representavam as expectativas dos agricultores de modo geral. Assim, a formação das lideranças com o intuito de articularem as suas bases dentro de uma proposta de educação popular, visando à construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para os pequenos agricultores da região, estava esbarrando nas dificuldades oriundas do próprio processo de formação destas lideranças e, conseqüentemente, das próprias entidades do MUL.

O que é importante demarcar aqui é como essa equipe da FASE chegou na região do Vale do Guaporé alterando as configurações lá estabelecidas. As configurações são alteradas não apenas pela sua presença, mas especialmente pelas mudanças implementadas junto aos pequenos agricultores da região por intermédio da sua atuação. A criação de várias associações de produtores, da Central e do CTA alterou as relações antes colocadas, se não para todos os pequenos agricultores, pelo menos para aqueles que se dispuseram, de uma forma ou de outra, a participar desse processo. Nesse sentido, essa equipe chegou propondo novas formas organizativas, impondo novos parâmetros de relacionamento e buscando formar lideranças que tivessem o perfil que ela julgava adequado ao projeto educativo que pretendia implementar. Nessa nova configuração, a FASE e as instituições de representação do MUL passaram a disputar espaços antes ocupados somente pelos atores que participaram do processo de ocupação, tais como a comercialização e a representação dos pequenos agricultores.

Deste modo, para além de uma mudança configuracional causada pela entrada de novos atores e, mais importante que isso, todo esse processo representava uma mudança no potencial de poder dos atores interdependentes. Como já assinalado anteriormente (cf. Introdução), ao elaborar os conceitos de *habitus* e de configuração, ELIAS (1999) ressalta a importância do poder como um elemento constitutivo das relações sociais. Onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas, há sempre um equilíbrio de poder. Assim, o poder deve ser entendido não como uma ocorrência extraordinária, mas como uma ocorrência cotidiana. Para ELIAS, o poder tem um caráter relacional e como tal ele é, pelo menos, bipolar e, usualmente, multipolar.

Assim sendo, o poder desempenha um papel fundamental nas relações humanas e, como tal, deve ser considerado nas reflexões relativas aos problemas sociais

...de um modo inequívoco, como sendo uma característica estrutural de uma relação, que a penetra totalmente; como uma característica estrutural que é, não é boa nem má. Pode mesmo ser boa e má. Dependemos dos outros e os outros dependem de nós. Na medida em que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, em que somos mais dirigidos pelos outros do que eles são por nós, estes têm poder sobre nós, quer nos tenhamos tornado dependentes deles pela utilização que fizemos da força bruta ou pela necessidade que tínhamos de ser amados, pela necessidade de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira ou simplesmente de estímulo. Seja qual for a razão, numa relação direta entre duas pessoas, a relação que A tem para com B é também a relação que B tem para com A. Neste tipo de relações, a dependência de A relativamente a B está sempre relacionada com a dependência de B relativamente a A, exceto em situações marginais. (ELIAS, 1999:101)

Deste modo, para o autor, o equilíbrio de poder está sempre presente nas relações sociais – seja entre duas ou mais pessoas –, pendendo ora para um lado, ora para o outro. Ter isso claro é importante para perceber que todas as relações são processos e, portanto, dinâmicas. Como lembra ELIAS (1999), há que se estar atento para como se utiliza o conceito de relação, buscando corrigir o hábito bastante comum de considerá-lo como um conceito estático.

Conforme este autor, a interdependência entre as pessoas em uma relação pode ser expressa como num jogo de xadrez onde, “...cada ação decidida relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo – ou, na realidade, de muitos outros indivíduos –, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência” (ELIAS; 2001:158). Para que se possa entender como essas relações de interdependência se processam e, conseqüentemente, como as configurações se alteram e são alteradas, é importante ter claro que

...a interdependência de seres humanos devido à sua hostilidade não constitui menos uma relação funcional do que a que é devida à sua posição como amigos, aliados, especialistas ligados uns aos outros por meio de uma divisão de trabalho. A função recíproca que desempenham baseia-se na coerção que exercem mutuamente devido à sua interdependência.” (ELIAS; 1999:83-84)

Deste modo, uma hipótese importante a ser considerada aqui é que, mais importante que o número de agricultores atingidos pela atuação do MUL e da FASE, foram as novas possibilidades criadas a partir destas intervenções. Ao introduzir

alternativas para que os pequenos agricultores pudessem ter a opção de aderir (ou não) às mesmas, ainda que o número de aderentes tenha sido pequeno, a alternativa estava dada e, somente isso, já mudava completamente o arranjo social, econômico e político ou, dito de outro modo, mudava o equilíbrio de poder presente nas configurações.

2.3 – O MUL e uma nova proposta de desenvolvimento do Vale: o Plano de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Vale do Guaporé

A orientação que marcou a proposta de desenvolvimento para os agricultores do Vale do Guaporé e a implementação dos projetos econômicos tinham suas bases nos princípios agroecológicos, e sua implementação visava promover uma mudança na conjuntura socioeconômica por intermédio da diversificação do sistema produtivo e, conseqüentemente, da renda das famílias, de forma a contribuir para um manejo sustentável do ecossistema da região. Tal orientação foi concebida de acordo com o projeto educativo da FASE que carregava em suas origens os marcos fundamentais de um projeto alternativo ao do Estado naquela conjuntura. Regionalmente, a equipe da FASE teve grande influência na definição e direcionamento desta proposta, visto que parte dos técnicos tinha uma postura marcadamente agroecológica, como lembra a coordenadora de um dos programas da FASE nacional,

...o fato de ter dentro da equipe uma profissional como [ela], ...uma agrônoma recém-formada no contexto dos EBAA's¹¹² ... extremamente crítica, com uma visão interessante sobre o campo... então ela entrou como uma educadora agrônoma... Ela teve um papel importante na equipe, de puxar para esse lado [...] As bases do trabalho já estavam dadas e [ela] trazia esse cabedal e essa visão política da agricultura alternativa também...

Como já foi explicitado, todo esse processo foi construído dentro de um conjunto de cursos de formação nos quais aspectos ligados aos fatores econômicos e políticos que, segundo a visão da FASE, colocavam esses agricultores em uma situação de exclusão, eram demarcados e aprofundados. Conforme PUHL (1998:11), o debate que marcou a orientação agroecológica de todo esse processo foi precedido “... pela reflexão crítica sobre a ‘modernização’ da agricultura brasileira, pela análise do atual sistema de produção regional e da base de fundamentação da agricultura agroecológica.”

Emoldurando este quadro, discutia-se a postura política do Estado e seu projeto de sociedade como uma proposta que excluía a maioria dos pequenos agricultores do país. Ou seja, tentava-se buscar, no trabalho educativo, a formação de lideranças capazes de juntar os conhecimentos de uma proposta alternativa de agricultura a uma postura ideológica que justificasse o por que de encampá-la. Explicitava-se, então, a postura “anti-Estado”, ou, nos termos da equipe, uma postura que buscava “... construir a nova sociedade justa, igualitária, participativa, o mundo novo, o Reino de Deus, ou seja, um sistema diferente do capitalismo, o socialismo...” (Formul; 1995e).

Nesse processo começou a ser gestada uma proposta de modelo regional de desenvolvimento da agricultura para o Vale do Guaporé. A criação, em 1991, do CTA e do Programa de Manejo e Conservação da Biodiversidade (PMCB) em caráter demonstrativo era o início do desenvolvimento da proposta alternativa nos moldes

¹¹² Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa.

agroecológicos. A concretização destas idéias veio no ano de 1995, após uma avaliação sobre as dificuldades enfrentadas pelo MUL, com a formulação do 1º Plano de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Vale do Guaporé (PDAF/VG).

O PDAF nasceu em 1994, quando o MUL fez um seminário de avaliação e sentiu que havia muitos problemas e dificuldades no trabalho conjunto das associações, da Central de Associações, dos sindicatos e do CTA, onde nem sempre todos trabalhavam no mesmo rumo. A partir daí se definiu que era preciso ter um PLANO melhor articulado para que o MUL reunisse todos os seus esforços de forma conjunta [...] O PDAF seria o guia orientador do trabalho das organizações do MUL. Realizou-se assim o I Seminário da Agricultura Familiar do Vale do Guaporé em março de 1995 onde definiu-se o 1º PDAF – 1995-1998 (CADERNOS AGROECOLÓGICOS 1; s.d.: 10).

O 1º PDAF foi composto por quatro programas: fomento à produção sustentável na agricultura familiar; apoio ao beneficiamento e comercialização da produção agropecuária, manejo e conservação da biodiversidade e formação técnica e política dos agricultores familiares do Vale do Guaporé. Dentro deles, vários projetos foram implementados.

A idéia motivadora do PDAF era trabalhar para dar alternativas à pecuária que estava crescendo muito nos sítios e incentivar a diversificação da produção. Também de continuar organizando o MUL. O objetivo geral do PDAF – 1995-1998 era alimentar o debate e criar as condições para implantar uma proposta de agricultura sustentável para os agricultores familiares do Vale do Guaporé (CADERNOS AGROECOLÓGICOS 1; s.d.: 10-11).

Nessa perspectiva, os projetos técnicos que fizeram parte do 1º PDAF estavam voltados especialmente para o incentivo à produção agroecológica. A articulação deles se dava em torno dos Projetos Resistência II e do Resistência III¹¹³. Esses projetos, como o nome sugere, carregavam uma forte conotação de embate com o modelo de desenvolvimento proporcionado pelo poder público. Como assinala PUHL (1998:7), eles demarcam a postura dos pequenos agricultores do Vale do Guaporé que “...afirmam que *‘é importante e necessário resistir em nossas terras’*”. (Grifo do original)

Numa sequência temporal lógica, esses projetos deram o suporte à infraestrutura das entidades do MUL e proporcionaram os recursos necessários ao investimento no PDAF traçado para os pequenos agricultores do Vale do Guaporé. Dentro desses projetos, nos diferentes momentos em que foram formulados, foram acionados recursos oriundos de diversas fontes, desde o extinto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) até o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), passando por linhas especiais de crédito do governo de Mato Grosso – como, por exemplo, o Programa de Apoio Direto à Iniciativa Comunitária (Padic) e os recursos vindos do Prodeagro (Fundagro), entre outros.

Os componentes básicos que constituíam os projetos dentro do 1º PDAF (cuja referência central eram os projetos Resistência II e III) estavam direcionados para a

¹¹³ Segundo PUHL (1998), o primeiro Projeto Resistência foi elaborado e implementado em 1991 e buscou recursos para a estruturação das associações em cada comunidade, para incrementar e potencializar os sistemas agrícolas convencionais, dotando-os de equipamentos e tecnologias, e para a infra-estrutura necessária para viabilizar a comercialização da produção.

implementação de Sistemas Agro-Florestais (SAF)¹¹⁴, produção de mudas, apicultura, além da infra-estrutura para o beneficiamento e para a comercialização da produção¹¹⁵ (CADERNOS AGROECOLÓGICOS 1: s.d.). A implantação do SAF visava proporcionar alternativas à prática da pecuária extensiva em curso na região, implementada após dois ou três anos de produção da lavoura branca. Assim,

... a introdução e o investimento em culturas perenes era colocada como uma forma de mudança na conjuntura socioeconômica porque diversificaria o sistema de produção e conseqüentemente a renda, e mudaria o sistema de cultivo, contribuindo para um manejo mais sustentável do ecossistema regional. [...] O Resistência II se propõe a introduzir princípios agroecológicos no estabelecimento familiar e representa um passo para a construção de um modelo de agricultura agroecológica na região (PUHL; 1998:9).

Não é objetivo aqui analisar a viabilidade técnica e econômica dessa proposta do Movimento, mas apenas traçar os caminhos pelos quais o projeto educativo proposto pela FASE foi executado e o seu impacto no processo organizativo dos pequenos agricultores¹¹⁶. Nesta linha de argumentação, é possível observar que os projetos econômicos – entendidos como alternativa possível de fortalecer os grupos com os quais se trabalha nos aspectos econômico, social e político –, presentes na proposta educativa da FASE foram, aos poucos, sendo implementados.

No relatório do seminário no qual o 1º PDAF foi definido (Formul; 1995a), um dos pontos de pauta, intitulado “formulação do projeto político”, pode-se observar a reafirmação da postura de embate com o Estado e a disposição dos participantes em formular um projeto que fosse alternativo ao proposto pelas instituições deste Estado. Durante a discussão deste item no seminário, vários pontos foram colocados como necessários “... para dar condições melhores para os lavradores”, tais como a “terra”, o “crédito”, “infra-estrutura”, “educação e saúde”, “organização da categoria”, “melhores salários nas cidades para ter consumidores para nossos produtos”, “planejamento do sítio com sistema integrado” etc. Na sequência, a pergunta aos participantes é a seguinte: “É possível conseguir isto numa sociedade capitalista?” e em seguida a resposta:

Nosso ideal é chegar a um sistema de funcionamento de sociedade diferente, que nos proporcione tudo isso [...] Tudo o que precisamos deverá ser conquistado na luta. As nossas conquistas provocarão

¹¹⁴ O SAF é definido como sendo “...formas de uso e manejo da terra, nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal e devem introduzir, pelo menos, uma espécie florestal arbórea ou arbustiva. Essa espécie pode ser combinada com uma ou mais espécies agrícolas e/ou animais.” (SEBRAE *apud*. PUHL; 1998: 8)

¹¹⁵ O financiamento advindo do componente direcionado ao beneficiamento e comercialização proporcionou à Central de Associações ampliar sua sede, construindo um outro prédio para o funcionamento da fábrica para industrialização da produção (beneficiamento de café, produção de palmito em conserva, despulpadora de frutas, armazém refrigerado) cujos produtos seriam comercializados no mercado local e regional. Essa infra-estrutura de industrialização e comercialização visava dar sustentação à produção agrícola que viria deste projeto (PUHL; 1998).

¹¹⁶ Uma discussão aprofundada sobre o Projeto Resistência II pode ser encontrada em PUHL (1998). Não é objetivo aqui explorar os pormenores desses projetos, mas apenas demarcar os princípios sobre os quais eles foram implementados.

mudanças no sistema capitalista como a desconcentração da terra e a democratização dos recursos públicos. Com estas mudanças estaremos construindo uma nova sociedade (Formul; 1995a:13).

Com esse projeto político formulado, os participantes do seminário definiram o 1º PDAF, nos moldes já assinalados, cujo carro-chefe no campo da produção, beneficiamento e comercialização era a implementação, dentro do grande projeto denominado Resistência II e, na sequência, do Resistência III, dos SAFs¹¹⁷.

Participaram deste seminário e da elaboração do 1º PDAF 21 pessoas, das quais sete eram lideranças da diretoria da Central de Associações, seis eram lideranças e técnicos da diretoria do CTA, três eram lideranças da diretoria do STR de Pontes e Lacerda, dois eram lideranças de associações e três eram técnicos da FASE. Assim, estavam representadas as entidades que constituíam o MUL naquele momento (CTA, Central de Associações, parte da diretoria do STR de Pontes e Lacerda ligada ao MUL)¹¹⁸, a FASE (no papel de assessoria) e duas das 12 associações ligadas à Central. Das 21 pessoas, 15 eram lideranças e seis eram técnicos. Entre essas lideranças, apenas duas eram representantes diretas das 12 associações que, naquele momento, tinham 350 famílias associadas. Como o reconhecem os próprios participantes do seminário, ao avaliarem que o convite para aquele evento deveria ter sido mais enfático na importância da participação, o número de pessoas presentes foi aquém do esperado (Formul; 1995a).

Ao analisar a implementação do 1º PDAF junto ao seu público-alvo é possível perceber o impacto da frágil participação dos agricultores na elaboração da proposta. O 1º PDAF foi executado nos três municípios do Vale do Guaporé em que a FASE trabalhava (Comodoro, Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade), e a meta era atingir 150 famílias. Após a definição do Plano, as lideranças e técnicos das entidades do MUL partiram para o processo de “apresentação” e “sensibilização” da proposta aos pequenos agricultores da região. Segundo PUHL (1998:11), analisando a implementação dos SAFs, a “sensibilização” para participar do Resistência II (que nada mais é que os projetos técnicos dentro do PDAF) atingiu “...em torno de 190 famílias de agricultores. Destas, 174 participaram do projeto, entre as quais 134 adotaram o componente SAF e 40 não o adotaram, optando por outros componentes.”

As 174 famílias a que se refere este autor representavam, naquele momento, aproximadamente 50% das famílias associadas às 12 associações que eram filiadas à Central de Associações (350). Ao comparar esses números com o Censo Agropecuário de 1995/96, temos que essas 350 famílias representavam 15,82% dos estabelecimentos com áreas abaixo de 100 ha nos três municípios atingidos pelo MUL (que era de 2.212 estabelecimentos)¹¹⁹.

Independentemente do que esse total de famílias do MUL representava estatisticamente na região naquele momento, interessa explorar aqui qual o alcance e o significado do 1º PDAF/VG (e do Resistência II) para o público que participava do MUL. Voltando aos números apresentados por PUHL, a “apresentação” e a

¹¹⁷ Toda a infra-estrutura de beneficiamento dentro do 1º PDAF foi pensada, na sua maior parte, para a produção oriunda dos SAFs (máquinas para beneficiamento de café, despulpadora de frutas, equipamentos para produção de palmito em conserva, câmara fria e armazém).

¹¹⁸ Como assinalado anteriormente, o STR de Pontes e Lacerda, a partir de 1993, passou a ser dirigido por uma diretoria composta pelos antigos dirigentes e pelas lideranças do MUL.

¹¹⁹ Ainda que, como analisado anteriormente (cf. Cap. I), os dados deste Censo apresentem divergências com os dados apresentados pelo Incra, é o número que possibilita algum tipo de comparação.

“sensibilização” para a participação no Resistência II não chegaram a atingir a totalidade das famílias das associações, atingindo aproximadamente 190 famílias ou 54% daquelas filiadas à Central. Deste total, 174 (ou 49% das 350) participaram do Resistência II e, destas, 134 adotaram o SAF, ou seja, aproximadamente 77% das famílias que participaram do projeto adotaram o SAF. Como a meta do 1º PDAF era atingir 150 famílias, verifica-se que ela foi ultrapassada em 16%¹²⁰.

Deste modo, em termos do número de famílias que deveria ser atingido, pode-se considerar que o PDAF obteve um resultado bastante positivo. No entanto, ao se explorar a forma de execução do projeto, assim como seus resultados, é possível problematizar essa questão. A começar pelos procedimentos de “apresentação” e “sensibilização” dos agricultores para o Resistência II. Essas etapas de implementação do Projeto caracterizam, por si mesmas, que o Projeto não era fruto de uma discussão anterior com as famílias. Contudo, isso fica apenas como uma suposição caso não se explore, minimamente, a forma de abordagem efetuada nestas etapas e quais os resultados do Projeto.

Segundo PUHL (1998:70), durante o período de “apresentação” e “sensibilização” do projeto, as atividades realizadas nas associações foram “entre um e dois seminários de sensibilização” ou “reuniões de debates” para discussão, definição e redefinição do projeto, e, durante a implantação, as famílias receberam em média dois treinamentos.

O conteúdo destes seminários e reuniões nas associações passava pelos seguintes tópicos: (a) análise do sistema de produção dos agricultores da região, buscando demonstrar que a bovinocultura que estava se alastrando na região era inviável para eles; (b) demonstração das vantagens econômicas da diversificação da produção; (c) defesa da importância dessa diversificação para a sustentabilidade do estabelecimento familiar e para a alimentação; (d) reflexão sobre a necessidade de um novo modelo de agricultura para a região; (e) apresentação de espécies vegetais economicamente e ambientalmente viáveis; (f) defesa da importância de se trabalhar com culturas adaptadas ao ambiente natural e semelhantes às florestas recentemente derrubadas; (g) debate sobre um projeto de sustentação da produção familiar; (h) defesa do argumento de que, no futuro, culturas perenes contribuiriam para a diminuição da mão de obra no estabelecimento familiar.

Uma rápida olhada nos tópicos que foram abordados com os agricultores permite formular a hipótese de que esse público deveria, realmente, ser “sensibilizado” para a proposta de um projeto alternativo ao sistema agrícola da região. Ou seja, este conteúdo fornece indícios de que o que as lideranças estavam propondo não era do conhecimento dos agricultores e não representava, necessariamente, suas ansiedades e aspirações. Não à toa era necessário convencê-los da “inviabilidade” da bovinocultura e “apresentar-lhes” as espécies vegetais que eles iriam produzir, entre outras questões.

Ao analisar a forma como esse conteúdo foi abordado nos seminários de “sensibilização” e “apresentação” do projeto junto aos agricultores, PUHL (1998:75) constata que, apesar da amplitude do conteúdo, a ênfase dada – pelos técnicos e lideranças – aos aspectos econômicos da proposta foi o principal fator que influenciou na adoção do SAF pelos agricultores. Assim, segundo esse autor,

¹²⁰ Quanto às famílias que não aderiram ao 1º PDAF, essas continuaram com a produção a que vinham se dedicando e participando das ações que não estavam diretamente relacionadas a este projeto.

apesar de abordarem intensivamente o assunto da diversificação da produção, do consórcio, que é uma das características essenciais da agroecologia, o acento da importância ficou por conta da demonstração de cálculos das vantagens econômicas desta. As dimensões política, social, cultural e ambiental intrínsecas da proposta agroecológica foram pouco desenvolvidas.

Com base nos dados coletados em sua pesquisa, PUHL (1998:76) afirma que

o debate em torno da construção de um modelo de desenvolvimento agrícola regional sustentável, que é o objetivo estratégico do Projeto Resistência II, foi pouco mencionado pelos técnicos (as) e lideranças e menos ainda pelos agricultores (as) entrevistados.

Ainda segundo seus dados, tanto os agricultores que adotaram o SAF quanto os que não adotaram referem-se à proposta dos SAFs e à diversificação da produção como “...importante para aumentar a renda do estabelecimento familiar” e, ainda segundo este público, a participação no Resistência II foi incentivada como forma de “...garantir o acesso aos recursos públicos”. Segundo a análise deste autor, a

ausência de debate mais sistemático e equilibrado, em torno de fatores das diversas esferas, compromete a abordagem da dimensão da sustentabilidade do projeto e do modelo de desenvolvimento da agricultura que o Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé quer implantar (PUHL; 1998:77).

Como informa este autor, ainda que

... o SAF não fosse o único componente do Resistência II, a sua adoção era estimulada pelos técnicos (as) e lideranças das entidades coordenadoras, pois o SAF havia sido definido como o componente básico no campo da produção da agricultura familiar para a região... (PUHL; 1998:11).

Ou seja, para além de “sensibilizar” o agricultor para o Resistência II como um todo, o objetivo era fazer com que ele, de preferência, adotasse os SAFs como proposta de sistema de produção. Ao que os dados indicam, o argumento que teve mais peso na adesão dos agricultores ao projeto foi a demonstração das vantagens econômicas da proposta.

Não que a ênfase na questão econômica ou os resultados econômicos da proposta fossem menos importantes, mas toda a discussão sobre o projeto político e sobre o quão estratégico ela seria na contribuição para a construção da “nova sociedade”, bem como sobre as dimensões social, econômica e ecologicamente sustentáveis foram, segundo PUHL (1998), abordadas precariamente pelos técnicos e lideranças e pouco absorvidas pelos agricultores. O trecho do depoimento de um técnico entrevistado por este autor retrata esta questão:

...apresentávamos as culturas, algumas culturas de interesse econômico e ecológico, para o desenvolvimento de uma agricultura nova, relativamente nova para estes produtores. Então se apresentava o desenvolvimento da planta, o tempo de desenvolvimento, tempo de retorno e as possibilidades de aumentar a renda dos produtores... a motivação maior foi a demonstração dos cálculos, demonstração de rendimentos dessas culturas que foram incluídas, considerando que isto

não fosse talvez a melhor metodologia a ser adotada mas foi o que nós dispúnhamos para apresentar para os produtores naquela época (PUHL; 1998:73).

Se, por um lado, a postura do técnico na entrevista acima é de uma autocrítica à forma como a “sensibilização” foi efetuada, por outro, ela é indicativa de que os agricultores não conheciam as culturas para as quais estavam sendo “apresentados” e que permitiriam que eles desenvolvessem uma “agricultura nova”. Sobre isso, o depoimento de um agricultor entrevistado por PUHL (1998:81) é revelador:

... eu fiz a proposta achando que não era pra isso aí. Eu tinha feito pra, na época eles aí falaram que podia fazer pra, eu fiz até parece que foi pra um desmate, um triturador e parece que umas vacas saía também, e aí veio esse consórcio, veio as mudas, e eu até plantei, mas morreu. O cupuaçu morreu a metade, a pupunha perdi tudo, quase sobrou só uns pezinhos.

Para PUHL (1998:81), essa distância entre o

... interesse particular do agricultor em relação aos objetivos do projeto em execução [...] seria suficiente para um profundo investimento na tentativa de fazer os agricultores familiares compreenderem melhor a crítica ao atual modelo agrícola, ou seja, compreenderem criticamente a realidade na qual estão inseridos para levá-lo a atuar na transformação. Para concretizar essa postura seria necessária a mais ampla participação ativa e consciente.

Na avaliação deste autor – que deve ser compreendida tendo-se em conta que ele era um dos técnicos da equipe da FASE e, enquanto tal, um dos idealizadores dessa proposta –, o desempenho dos projetos foi fortemente influenciado pela incompreensão dos agricultores e pela dificuldade da equipe técnica e das lideranças de passarem ao seu público sua importância. Contudo, o autor não avança na análise sobre a representatividade das expectativas e interesses dos agricultores dentro da proposta do 1º PDAF. Nesse sentido, diferente do que PUHL avalia, a distância entre o interesse do agricultor e os objetivos do projeto sugere que a elaboração da proposta do 1º PDAF não contemplava uma discussão efetuada junto aos agricultores e que o modelo de desenvolvimento da agricultura que o MUL desejava implementar na região foi construído pelas lideranças e pelos técnicos como uma idealização de um projeto no qual os agricultores não haviam participado efetivamente. Tanto o conteúdo abordado nos seminários quanto o depoimento do técnico registrado acima permitem que se chegue a essa hipótese ao demonstrarem que o processo de “apresentação” do projeto e “sensibilização” para a adoção do mesmo passava por, praticamente, desenvolver a completa formação dos agricultores dentro dos moldes indicados na proposta educativa da FASE. Em outros termos, os agricultores desconheciam a proposta.

Essa discussão remete para a análise efetuada anteriormente sobre o processo de formação das lideranças e a representatividade delas e para a preocupação levantada por PACHECO (1986) sobre a possibilidade de que, num processo de formação de lideranças, essas passassem a ser mais representantes da proposta dos técnicos das agências junto aos agricultores do que o contrário. A avaliação de PUHL sobre a necessidade de “...fazer os agricultores familiares compreenderem melhor a crítica ao atual modelo agrícola [...] para levá-lo a atuar na transformação” contribui para a hipótese de que a preocupação de PACHECO estava presente na proposta do 1º PDAF.

Segundo PUHL, o que estava em jogo no desempenho dos projetos implementados durante o Resistência II não era a representatividade do projeto em relação às expectativas e interesses dos agricultores, mas sim a incompreensão dos agricultores em relação ao projeto e ao que ele representava. Ou seja, tem-se daí que o projeto educativo da FASE de formação de lideranças que atuassem junto às “suas bases”, formando-as para a promoção de alterações estruturais que as tirasse de uma “situação de exclusão”, não obteve o êxito almejado e ficou restrito ao grupo das lideranças.

Mesmo que, como afirmam as lideranças, os Resistência II e III tenham sido discutidos na base, essa discussão girava em torno do 1º PDAF – do qual esses grandes projetos eram oriundos –, que estabelecia os parâmetros dentro dos quais os projetos deveriam se encaixar. Assim, o que se discutia na base eram as possibilidades e o interesse do agricultor dentro daquilo que o Plano determinava como sendo o padrão de desenvolvimento para a agricultura da região. Os financiamentos poderiam ser acessados, desde que os projetos se adequassem ao padrão do Plano. Era em função disso que a “apresentação” e a “sensibilização” eram implementadas.

Ainda que não seja o objetivo aqui discutir a viabilidade técnica e financeira dos projetos do 1º PDAF, é impossível não fazer referência aos seus resultados – ainda que superficialmente – para que se possa avançar na análise. Ao que as entrevistas e documentos do MUL indicam, o ano de 1998 foi marcado por um processo de avaliação do 1º PDAF e do próprio MUL, fruto dos resultados negativos dos projetos Resistência II e Resistência III que levaram a uma crise nas instituições do Movimento, especialmente na Central de Associações, diretamente envolvida na execução dos projetos.

A Central passou por uma crise... ela está passando por uma crise de gestão... financeira nem tanto, porque ela tem capital, imóveis... mas de gestão mesmo, de pensar o projeto dela, de pessoas para dar continuidade ao projeto de comercialização. Teve uma diretoria que a gestão inteira ficou parada [...] E agora tem uma gestão que foi empossada recentemente, mas que tem uma dificuldade muito grande... por causa da questão do projeto econômico que o Movimento lançou e que teve alguns fracassos. O projeto Resistência II e o Resistência III que a gente previa uma produção “X”, e que não aconteceu. Então a Central tinha uma infraestrutura para beneficiar produtos que os projetos não produziram. Tinha uma câmara fria para armazenar 12 mil quilos de produtos que não existiram. Aí começou a dar prejuízo... Aí logo se tomou a decisão de fechar a mini indústria de polpa. A Central fechou uma das atividades.

O depoimento acima, de uma das lideranças do MUL, aponta duas questões importantes. A primeira está relacionada à viabilidade técnica e econômica dos projetos que não obtiveram os resultados esperados, o que afetou diretamente a relação entre os agricultores e a Central de Associações, responsável direta pela implementação da proposta em campo, pela transformação e comercialização dos produtos. As entrevistas citam vários motivos que afetaram o desempenho dos projetos relacionados à questão técnica, tais como prazos de desembolso dos financiamentos; problemas com os cuidados com as culturas, como queimadas e ataques de animais; falhas/ausência na prestação da assistência técnica; entre outros. Entretanto, segundo a avaliação dos entrevistados, a questão central dos problemas enfrentados estava ligada à essência dos projetos técnicos: um planejamento que viabilizasse a proposta no seu conjunto e que

proporcionasse um retorno econômico rápido às famílias. A entrevista de uma outra liderança, ex-gerente da Central, esclarece esta questão:

A gente pecou principalmente porque... primeiro, os produtos que foram incentivados a produzir, não se tinha uma garantia que aqueles produtos iam ter uma adaptação ao solo e ao clima. E os aspectos de industrialização e comercialização... tinha que ter esses aspectos considerados desde o início do projeto. Porque acabou tendo alguns produtos dentro dos sistemas agroflorestais que entraram em produção e que não tinha a agroindústria para transformar. E quando teve, não tinha uma escala suficiente para conseguir comercializar e atender uma demanda do mercado em seqüência... o mercado é exigente, tem que ter produto para manter uma seqüência de entrega. Então esses aspectos influenciaram, mas o principal de todos é que, geralmente, o sistema de produção alternativa, com sistemas agroflorestais como está sendo implantado na região, ele tem uma perspectiva de longo prazo e a gente não analisou que as famílias que aderiram ao programa tinham uma urgência em ter uma renda... melhorar a renda desde o início do projeto.

Essas questões levaram ao descrédito dos agricultores em relação ao projeto do MUL e suas entidades, principalmente a Central de Associações que, segundo a avaliação de um dos entrevistados, entrou em uma crise de gestão após os resultados negativos da proposta do MUL. Essa é a segunda questão importante à qual se referem esses depoimentos e que remete para um outro aspecto dentro da problemática sobre a concepção e elaboração da proposta do 1º PDAF. A proposta técnica dos projetos que fizeram parte do Plano desconsiderou parâmetros importantes que foram decisivos na sua viabilidade. Assim, ao que se pode perceber, houve um descolamento entre a proposta política e estratégica do Movimento de construir um modelo de agricultura alternativa e sustentável para a região e a base técnica necessária à implementação do mesmo. Um outro trecho de entrevista com uma das lideranças do MUL é revelador:

O CTA, na verdade, trabalhava com experimentos. Esses experimentos, depois de dois anos, mesmo sem ter conclusões muito positivas dos experimentos, a gente, o Movimento, resolveu investir em um projeto maior, que era o Resistência II e o Resistência III, que foi o que fracassou. Não significa que a experiência do CTA fracassou. O projeto maior, que era para produção, fracassou, por uma série de outras coisas.

Segundo a avaliação do presidente do STR, todo esse processo causou uma paralisia das atividades da Central de Associações e as lideranças não encontravam caminhos que levassem a uma solução para o descrédito dos agricultores, após a crise gerada a partir da implementação dos projetos.

Ela ficou paralisada, não fez trabalho nenhum de formação, nem de... nem nas associações já filiadas... ela deixou de fomentar os trabalhos... as reuniões do Conselho da Central (que reúne um representante de cada Associação) começou a não dar quorum... as coisas começaram a ser atropeladas [...] a Central não deu conta de manter informado, qual o papel dela e os fracassos, o que ela não dava conta [...] a comercialização é muito difícil, principalmente de uma Central de pequenos agricultores... e a Central não deu conta de informar aos agricultores esses problemas... aí, qualquer problema, o agricultor joga pedra. Hoje a Central não é mais defendida pelos agricultores [...] então essa é crise de gestão que não

consegue pensar como voltar à base e repensar um novo projeto para a Central.

Para além da discussão já efetuada sobre a inadequação do PDAF aquilo que os agricultores almejavam, os relatos acima indicam que o MUL e suas instituições não estavam tecnicamente preparados para a implementação da sua proposta. Assim, na busca por implementar um projeto de desenvolvimento para os pequenos agricultores da região que fosse alternativo aos padrões proporcionados pelo Estado, e de levar adiante um projeto político para promover mudanças que levassem à “construção de uma nova sociedade”, o MUL deixou em segundo plano a base técnica e administrativa necessária para a implementação de um projeto desse porte. Ao se referir à elaboração dos projetos técnicos que fizeram parte do PDAF, PUHL (1998:69) fornece elementos que corroboram esta afirmação ao revelar que foram realizados “mutirões” para a elaboração da proposta, “... porque o componente SAF é um elemento novo, também para a maioria dos técnicos. A elaboração coletiva foi definida para sanar as deficiências técnicas individuais”. Associado a isso, todo o acompanhamento técnico aos agricultores que aderiram aos SAFs deixou a desejar, na medida em que, segundo entrevistas, uma parceria realizada com a Empaer para esse fim não obteve o resultado esperado e os técnicos do MUL não davam conta de mais essa atividade.

Voltando à discussão sobre o principal motivo que levou os agricultores a adotarem a proposta que, como visto, foi o argumento sobre a viabilidade e o retorno econômico e ainda a possibilidade de acesso ao crédito, compreende-se mais facilmente o descrédito dos agricultores em relação às entidades após os resultados negativos da proposta. Não havia outro determinante na adesão ao projeto, como o queria o MUL. A compreensão da perspectiva estratégica e política da proposta de construir um modelo de agricultura alternativo e sustentável para os pequenos agricultores do Vale do Guaporé não se constituía num projeto dos agricultores.

É compreensível que a questão econômica e a possibilidade de acesso ao crédito tenham sido um dos motores que incentivaram os agricultores a adotarem a proposta dos SAFs, já que até aquele momento, a maioria deles não havia tido acesso a qualquer tipo de crédito. A iniciativa do Movimento, ao propor um projeto que viabilizaria o acesso a financiamentos com juros muito baixos – ou mesmo sem juros, dependendo da fonte do recurso – promoveu uma rápida aceitação da proposta do Movimento para a implementação dos SAFs, mesmo que isso não refletisse o perfil e o interesse da maior parte daqueles agricultores, o que levou, no limite, ao desvio de finalidade de recursos que, em vez de serem investidos nos SAFs, foram destinados à aquisição de gado leiteiro e à formação de pastagens por alguns agricultores, como o relato de um dos técnicos do CTA informa:

Hoje nós não temos muita coisa para mostrar como a gente achava que ia ter não... É difícil falar, porque se for pensar, todos os projetos... a quantidade de mudas que foram plantadas, se tivesse... todo mundo cuidado, hoje teria uma produção que a Central não estaria dando conta de comercializar... Porque nós fomos ingênuos na nossa avaliação, nós poderíamos ter notado que eles iam ter a estratégia para ter acesso a crédito para fazer o que eles queriam que era a pecuária. Nós achávamos que eles poderiam fazer isso com o resultado dos projetos, com o que eles vendessem dos projetos... só que não. Tiveram muitos agricultores que não cuidaram das mudas e que receberam recursos para custear a mão-de-obra que ele ia ter, para comprar adubo e tal, e esses recursos, nós

sabemos que eles desviaram para comprar gado... pensando que depois iam pagar com recursos de bezerros ou de leite, o que seja [...] eles não cuidaram das mudas mesmo... E isso foi meio generalizado... infelizmente foi.

Esse tipo de problema relatado neste depoimento somente reforça a questão sobre a inadequação da proposta aos desejos dos agricultores. Ao que as avaliações efetuadas pelas lideranças e técnicos levam a crer, o Movimento, ao elaborar a proposta de desenvolvimento para a região, não considerou uma questão importante para a qual autores como PACHECO & LEROY (1991) chamam a atenção, que é a importância de se considerar os interesses imediatos dos agricultores. Assim, por exemplo, ao se estabelecer que a pecuária era nociva para a região e para os agricultores, eliminou-se a possibilidade de incentivá-la, mesmo que ela constasse como uma das atividades que poderiam ser envolvidas na proposta de diversificação da produção no 1º PDAF.

A avaliação institucional do 1º PDAF e da atuação do MUL documentada no relatório do II Seminário da Agricultura Familiar do Vale do Guaporé, realizado em dezembro de 1998, aponta essa questão como um dos principais obstáculos enfrentados no desenvolvimento dos projetos, ao assumir as dificuldades do MUL em levar em consideração que a questão da pecuária na região estava colocada e deveria ter sido discutida. Segundo este relatório:

A proposta inicial não levou em consideração a realidade dos agricultores em relação à pecuária; os projetos Resistência II e III pecaram por desconsiderar os problemas que tem a pecuária para a construção de sistemas agroflorestais; é necessário discutir melhor as questões relacionadas à pecuária e sua relação com a agricultura familiar e com o modelo do PDAF (Formul; 1998a:3-5).

Ao relacionar o desencontro entre as propostas do PDAF e os interesses dos agricultores, uma das lideranças do MUL levanta a seguinte questão:

Será que alguns insucessos do PDAF não são porque nós estamos reproduzindo o erro da extensão rural, de levar algo que seja moderno ou melhor para a realidade do agricultor, de levar alguns pacotes, é muito importante refletir sobre como levar estas questões na base... (Formul; 1998a:5).

Essa questão levantada por essa liderança após uma discussão na plenária do seminário que apontou para a ignorância dos agricultores em relação à proposta do 1º PDAF corrobora a análise efetuada anteriormente sobre o caráter da representação das lideranças do MUL. Nesse sentido, vale o regate de algumas frases do documento:

Falta de informação dos companheiros causando resistência na adesão ao Plano; Falta de entendimento e compreensão do PDAF pelos agricultores; A proposta do PDAF é nova para a maioria dos agricultores; Poucas pessoas entendem a proposta de agricultura que nós queremos; Falta de compreensão das bases sobre o PDAF (Formul; 1998a:2-3).

Uma questão que permeia essas falas, como também boa parte das entrevistas realizadas, refere-se à avaliação de que os agricultores não compreenderam a proposta. Assim, percebe-se que, ainda que as lideranças façam uma autocrítica, pouco se avança nas avaliações sobre o interesse dos agricultores no projeto do MUL e coloca-se como o centro do debate, a ignorância do público em relação à “agricultura que nós queremos”.

Assim, volta-se à questão sobre se essas lideranças estavam representando os agricultores perante as agências e seus técnicos ou vice-versa. A fala de uma liderança na plenária deste seminário indica que o MUL estava caminhando no sentido de colocar essa questão em discussão:

...esse círculo vicioso de falta de produção e de venda acontece porque isso não nasceu dos agricultores e sim das lideranças. A questão é como colocar isso para os agricultores. É um momento de parar para ver como levar estas informações aos agricultores (Formul; 1998a:6).

O objetivo deste seminário foi o de avaliar o 1º PDAF e a atuação do MUL e elaborar o PDAF (1999-2002), ou, segundo o documento, “...elaborar um novo plano de ação participativo e esclarecedor para dotar o MUL de uma estratégia de luta e organização discutida e consensuada.” Ao que os dados indicam, a formulação do 2º PDAF seguiu os mesmos moldes do primeiro, mantendo os quatro programas anteriores (fomento à produção sustentável na agricultura familiar, apoio ao beneficiamento e comercialização da produção agropecuária, manejo e conservação da biodiversidade e formação técnica e política dos agricultores familiares do Vale do Guaporé) e acrescentando um programa de comunicação, além de diversificar os projetos internos aos programas incorporando alguns pontos que expressavam a avaliação efetuada no seminário, tais como um projeto demonstrativo na área agrossilvopastoril, um projeto de estudo comparativo entre pecuária e SAFs e um projeto na área de organização empresarial¹²¹ (CADERNOS AGROECOLÓGICOS 1; s.d.:13).

Essa experiência de implementação dos projetos que fizeram parte do 1º PDAF traz elementos para que se possa aprofundar a compreensão das dificuldades inerentes a um processo organizativo de um público heterogêneo que, se por um lado, apresentava semelhanças em determinados aspectos – especialmente na trajetória de vida marcada pela exclusão – por outro, guardava histórias e experiências que o diferenciava. Considerar um público como esse, a partir de uma suposta homogeneidade de interesses, é um problema pois, como lembra MARTINS (2003:35), ao analisar o público cliente da reforma agrária no Brasil, trata-se de um público muito diversificado, “... uma categoria residual de vários setores da economia...” que, como tal, guarda singularidades que referenciam, em grande parte, o modo como essas pessoas vivem suas experiências, suas expectativas, as tensões, os conflitos, os abandonos de terra, o repasse de lotes¹²².

Em Pontes e Lacerda, assim como no Vale do Guaporé, as famílias de pequenos agricultores, apesar de uma trajetória de migração bastante parecida, representavam uma diversidade de situações, marcadas pelo rompimento de laços, pela desvinculação de grupos sociais e que estavam unidas, inicialmente, pelo instável vínculo que o processo

¹²¹ O 2º PDAF estava começando a ser implementado quando esta pesquisa foi realizada.

¹²² Para Martins (2003:50-51), as condições que permitiram a “... gênese do que veio a ser a difusa massa daqueles aos quais nada mais resta senão a demanda de terra para trabalhar...” deve ser entendida por intermédio das peculiaridades que marcaram o processo de crise e transformação das velhas modalidades de economia e de emprego nas diversas regiões. Essa “difusa massa” é formada por “... diferentes categorias de reivindicantes de alguma modalidade de nova relação com a terra e com o direito de propriedade [...] que o senso comum e a mídia reduziram a uma categoria só e abstrata, a de sem terra, uma designação que acoberta diferenças de propósitos, de necessidades e de reivindicações dos próprios trabalhadores, tanto os que reivindicam quanto os que são atendidos. E que, por outro lado, dificulta a compreensão dos processos sociais da crise e das contradições envolvidos na diversidade dos conflitos e pressões fundiários”.

de ocupação proporcionava (cf. Cap. I). Ao incentivar o processo organizativo nas comunidades, a equipe da FASE buscou construir junto a esse público disperso, algo que lhe desse uma substância coletiva, construir um trabalho de “grupalização”, para usar o termo de uma ex-técnica. É desse processo que surgiu o MUL, suas lideranças e entidades de representação, bem como o suposto interesse coletivo e homogêneo pelo projeto de desenvolvimento traçado pelo MUL.

Se, por um lado, o sucesso desse trabalho pode ser diagnosticado por meio de todo o processo organizativo dos pequenos agricultores em Pontes e Lacerda e na região, por outro, as dificuldades também se apresentaram e, até onde os dados deste trabalho permitem inferir, a maior delas estava no desencontro entre a proposta do MUL e de suas lideranças e as expectativas e desejos da sua base. As famílias que chegaram em Pontes e Lacerda ocupando terras e que se constituíram nesse público junto ao qual a FASE passou a intervir tinham expectativas bastante distintas daquilo que o projeto educativo da FASE buscava implementar. Como lembra um técnico da FASE em um trecho do depoimento já citado no início deste capítulo, esse público trazia como bagagem uma história de vida na qual a busca pela melhoria de suas condições e a própria imagem que se tinha dessa melhoria, passava por adquirir bens e praticar uma agricultura que era percebida como a expressão do progresso. Não se pode esquecer que a maioria dessas famílias vinha de uma trajetória de migração na qual, de uma forma ou de outra, se criaram expectativas em relação a isso. Vale a pena relembrar um trecho da entrevista:

[...] a gente queria que eles compreendessem um modelo de agricultura, para mostrar que... é que no fundo, um dos desejos deles era ter um trator e uma máquina colheitadeira... porque era a referência que eles traziam... – porque mesmo os nordestinos tinham passado pelo Sudeste, e depois Mato Grosso do Sul, antes de chegar aqui... essa é mais ou menos a trajetória de migração deles – então, eles viram essa prática da agricultura mecanizada. [...] Então a gente começou a trabalhar essa questão do modelo de agricultura, de uma forma crítica, mostrar que se essa agricultura era tão boa e tão almejada por eles, por que eles não tinham ficado lá? onde ela é mais avançada...

Como já explorado, esse projeto da FASE alcançou as lideranças, formadas à sua imagem, mas não as suas bases. Base essa que não chegou à região em busca de um novo projeto, ou de novos experimentos, ou mesmo de uma “nova sociedade”, para citar um dos documentos do MUL. Ao discutir sobre os conflitos existentes na conformação da identidade individual e social dos assentados, MARTINS (2003:34; 66) afirma que o público da reforma agrária, constituído “pelos resíduos de várias categorias sociais” desagregadas em decorrência das transformações econômicas no país, tem em sua gênese a marca de quem, vivendo num processo de “anomia”, se identifica com o que é dominante, em termos econômicos e sociais, já que aí estaria o “curso certo” de inserção numa sociedade de mercado. Para esse autor, essa identificação com o dominante – fruto do curso de um processo social, de um desenrolar da vida que se nutre de eixos de referência próprios da sociedade inclusiva – demonstra a fragilidade do que é alternativo e das possibilidades trazidas por esse alternativo. Nesse sentido, MARTINS (*op. cit.*:45) destaca o “... desencontro entre agentes da reforma e destinatários da reforma...”.

Em Pontes e Lacerda, o que caracterizava as famílias que ocuparam a região era a busca por mais uma alternativa, entre tantas outras já deixadas para trás. Nesse caminho, muito do seu passado se perdeu ou simplesmente foi recusado na perspectiva

de melhorar suas condições. A tentativa de juntá-los, a partir da lógica dos excluídos, de construir uma proposta inovadora, revolucionária, parece ter sido abstrata demais para lutar contra o que os havia trazido para a fronteira agrícola, que era a possibilidade de se enquadrar naquilo que nos outros lugares onde passaram não havia sido possível.

Ao iniciar o trabalho junto aos agricultores da região de Pontes e Lacerda, a equipe da FASE buscou – a partir do pressuposto de que o fato de serem ocupantes, demandantes de terras, pobres, excluídos etc. seria suficiente para aglutiná-los em torno de um projeto único – construir uma proposta que rompesse com aquilo que os tinham jogado na exclusão. Mas essa era a concepção da equipe do que poderia ser a solução para os problemas daquele grupo. A sua intervenção buscou produzir uma consciência coletiva a partir de parâmetros não reconhecíveis ao grupo. Daí vem o desencontro, um desencontro entre os projetos de vida e as expectativas das famílias e projeto dos técnicos e das lideranças. Os primeiros querendo melhorar suas condições de vida, almejando obter aquilo que era a representação dessa melhoria: o trabalho menos penoso, o conforto, uma reserva de valor, o *status* de pecuarista e da posse de outros bens; os segundos, com uma proposta marcada pela inovação tecnológica alternativa, por uma nova agricultura, pela construção de uma sociedade diferente da que estava dada, ou seja, uma proposta totalmente desconhecida para a trajetória que tinha o grupo.

A expectativa de ter gado, de ter trator, de ter colheitadeira era a reprodução de um *habitus* dessas famílias e estes bens representavam a reserva de valor, o trabalho menos penoso. Era essa a imagem da melhoria de suas vidas, reafirmada em toda a sua trajetória, nas constantes migrações. Tentar desconstruir essa lógica, por intermédio do argumento de que o padrão de desenvolvimento que eles almejavam era justamente o que lhes havia expulsado de outras regiões, era abstrato demais para uma população que se julgava desenquadrada e que buscava o enquadramento, que buscava, como lembra MARTINS, achar o “curso certo” de inserção na sociedade.

E o que MARTINS chama de “curso certo”, para as famílias que chegaram ao Vale do Guaporé ocupando terras, era a busca por se adequar a um padrão produtivo que durante toda a sua trajetória de vida foi construído como sendo o caminho para o progresso. Trata-se de um conjunto de condicionantes que colocou o conhecimento tradicional desses agricultores, a enxada, a roça de toco, o trabalho manual etc. como a expressão do atraso e da pobreza e o avanço tecnológico, o trator, o arado, a colheitadeira, como a expressão do crescimento, do moderno. Ou seja, um *habitus* formado a partir de um processo social no qual o processo produtivo que levaria ao desenvolvimento era aquele modelo de produção dominante e no qual ele não se enquadrou, mas que ele almejava se enquadrar.

Do mesmo modo que esse *habitus* levou décadas para ser conformado, acompanhando as transformações econômicas que marcaram a história do país, num processo longo de mudança de um conjunto de práticas tradicionais que conformavam um outro *habitus*, mudar esse novo *habitus* não poderia ocorrer de uma hora para outra. Nesse sentido, é importante ter claro que, como assinalado anteriormente (cf. Introdução e Cap. I), o conceito de *habitus* implica um equilíbrio entre continuidade e mudança que depende dos processos sociais em curso e requer um período muito longo (ELIAS; 1997).

Como visto, a chegada da FASE à região alterou o padrão de relacionamento dessas famílias no que diz respeito ao processo produtivo, à comercialização, ao acesso a crédito etc. e, conseqüentemente, ao equilíbrio de poder das configurações. Assim, apesar dos percalços e problemas enfrentados, e independentemente do sucesso ou fracasso dessa ou daquela experiência, alteraram-se substancialmente as configurações

das quais esses agricultores faziam parte em Pontes e Lacerda. Eles passaram a ter um outro tipo de inserção socioeconômica e política no município e na região, na medida em que foram criadas condições para a disputa de novos espaços e para a participação em outros, com uma inserção diferenciada. Ou seja, abriram-se outras possibilidades a essas famílias sem que, no entanto, elas tivessem que romper com aquelas já criadas ou com os sonhos e expectativas anteriores.

É nesse processo que se insere a necessidade, identificada pelo MUL e pela própria FASE, de buscar fortalecer suas ações e investir mais concretamente na alteração da configuração política local, o que passava por disputar os espaços de representação dos pequenos agricultores que eram reconhecidos como formais pelos representantes do poder público municipal. Assim, o STR passou, em determinado momento desta trajetória de constituição do MUL, a ser o foco de disputa entre o MUL e representantes do poder local. Do mesmo modo, uma outra instância de representação junto ao poder público municipal – o CMDRS – se constituiu em um espaço privilegiado para a negociação e enfrentamento com as instituições públicas na formulação e implementação de políticas. É sobre esse processo e suas consequências que o próximo capítulo trata.

III – ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS PEQUENOS AGRICULTORES: POTENCIALIDADES DO STR E DO CMDR

Este capítulo irá explorar como, no município de Pontes e Lacerda, ocupar o espaço do Sindicato de Trabalhadores Rurais se tornou estratégico para o fortalecimento político do Movimento, que buscava dar mais eficácia na disputa por políticas públicas e o diálogo mais direto com o poder público municipal. Explora-se, ainda, como a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) se tornou importante como um campo institucional de enfrentamento e negociação com as instituições públicas e possibilitou às entidades representativas dos pequenos agricultores intervir efetivamente na discussão e na elaboração de políticas públicas já que este fórum, a partir de 1996, passou a ser a referência para a elaboração de políticas públicas municipais para a pequena produção. Por último, busca-se problematizar, por intermédio da experiência do CMDR, como a implementação de uma política de caráter descentralizador se cruza com as práticas políticas locais, calcadas em um *habitus* social que está sedimentado e que não condiz com as regras de conduta desejáveis para que haja êxito na implementação de uma proposta descentralizadora.

3.1 – O MUL e o STR de Pontes e Lacerda: “Ou ficamos de fora de vez, ou conquistamos de vez esse espaço!”

Como visto anteriormente (cf. Cap. II), um dos pontos que marcou a atuação da FASE no Vale do Guaporé foi a estruturação de uma proposta alternativa de organização dos pequenos agricultores de forma que esse segmento pudesse se contrapor à proposta de desenvolvimento implementada pelo Estado que, segundo a concepção da sua equipe, colocava esses agricultores em uma “situação de exclusão”. Nesse processo, nos primeiros anos de intervenção, priorizou-se estabelecer e concretizar as relações com o público que seria atingido diretamente por seu trabalho e colocou-se em segundo plano a constituição de relações com outros atores locais. A partir da avaliação de que, por intermédio dos STRs a implementação da proposta seria dificultada, já que seus dirigentes, segundo a visão daquela equipe, não estavam alinhados com a problemática vivida pelos pequenos agricultores, optou-se por investir numa outra estratégia de intervenção, construída a partir das associações.

A estratégia adotada pela FASE foi, então, não entrar em conflito com os STRs da região. Como lembra uma ex-técnica da equipe: “...a estratégia no começo, foi não conflitar” para evitar que o embate direto com a questão sindical “desestabilizasse todo o trabalho”. Um outro entrevistado, também ex-técnico da FASE, relata:

Todas as lideranças durante os anos de 1986 até 1992, 1993, praticamente, essas lideranças foram educadas para seguir uma estratégia separada do movimento sindical. Um movimento autônomo, distante do enfrentamento [...] não tinham essa percepção que estavam numa realidade maior, que teriam que enfrentar situações com outras pessoas do campo que tinham pensamentos diferentes, que tinham propostas, estratégias diferentes...

Em meio a esse processo, como também já visto, moldou-se o projeto político do MUL, cuja característica principal era organizar os pequenos agricultores para construir um projeto de produção alternativo ao proporcionado pelo Estado, buscando provocar “mudanças no sistema capitalista, como a desconcentração da terra e a democratização dos recursos públicos” de forma a construir uma “nova sociedade”, “o socialismo” (Cf. cap. II).

Se inicialmente a estratégia de atuação da FASE e, conseqüentemente, das lideranças, visava não entrar em conflito com os STRs, essa postura se alterou nos primeiros anos da década de 1990. Como relata um entrevistado, técnico da FASE:

Esse Movimento de União, em 1993, disputa em Pontes e Lacerda a direção do STR. Porque, a princípio, a posição era ignorar o STR, pois o Movimento tinha outras ferramentas que representavam os agricultores, que vai para mobilizações, que cumpre o papel do STR. Mas o pessoal começou a refletir: “...olha, o STR, querendo ou não, no Conselho Municipal de Agricultura tem vez, no da saúde tem vez...” Então é um espaço que, na avaliação do pessoal, é mal representado... Aí que se toma a decisão: “...olha, temos de ocupar esse espaço!”

Como a entrevista acima sugere, a postura inicial de isolamento, de “ignorar” o STR foi substituída pela avaliação de que aquele era um espaço importante para se levar adiante o projeto político do MUL, na medida em que possibilitaria uma maior inserção do Movimento no cenário municipal, pois era a entidade formalmente reconhecida como representante dos trabalhadores rurais.

Se as outras entidades do MUL (CTA, associações e Central) foram constituídas durante o próprio processo de organização implementado a partir da intervenção da FASE, com o sindicato isso era diferente: tinha que “ser conquistado”. Enquanto essas entidades foram forjadas à imagem da proposta educativa da FASE e se tornaram atores diretos no processo de construção do projeto político do MUL, “conquistar” o sindicato passava por investir em uma disputa por um espaço no qual o Movimento não tinha a menor experiência, como sugere um dos entrevistados acima.

A disputa pelos STRs da região do Vale do Guaporé se iniciou em 1993 no município de Pontes e Lacerda, quando o MUL passou a investir na disputa por este espaço.

3.1.1 – Assistência à saúde e previdência: a carência da população como combustível para a legitimação dos dirigentes sindicais

Entre as décadas de 1970 e 1980, momento em que explodiu a maioria dos conflitos na região do Vale do Guaporé, o que marcava a atuação do STR de Pontes e Lacerda era o investimento em ações pontuais relacionadas à ocupação de terras e em ações de assistência médica e previdenciária que, como também já ressaltado, era o que predominava em grande parte dos sindicatos rurais no Brasil, dada a história de constituição do sindicalismo rural, bem como a conjuntura em que estes se inseriam. Durante a década de 1980, o sindicalismo rural ainda era influenciado pela trajetória que marcou principalmente a década de 1970 como um período de reestruturação do sindicalismo rural, após a repressão sofrida durante o golpe militar de 1964. Como lembra MEDEIROS (1989:91-97), nesse processo de reestruturação, ao mesmo tempo em que o sindicalismo rural se debatia para construir parâmetros de ação que incorporasse as lutas dos trabalhadores rurais e colocasse o sindicalismo na condução dos múltiplos conflitos que emergiam, a

instituição do Funrural e de uma legislação de assistência sanitária e previdenciária atribuía aos sindicatos de trabalhadores rurais a função de assistência em um domínio no qual as carências de seu público eram gritantes.

Em Pontes e Lacerda, os dados apontam para uma atuação do STR na década de 1980 e na primeira metade da década de 1990 completamente voltada para ações relacionadas à assistência à saúde e à previdência. Como lembra um ex-dirigente do STR de Pontes e Lacerda e vereador à época do primeiro trabalho de campo:

Não atendia só rural não. O sindicato tinha médico, farmácia... aqui era muito difícil naquela época. Na década de 70 e 80, Lacerda tinha 20% comerciante e 80% produtor... Então o cara era da cidade, mas tinha sítio, então ele filiava no sindicato e nunca ninguém impediu. E aí continuou esse processo, não sei como está hoje, se estão tentando virar esse processo, mas é muito difícil, era trabalhador rural, mas tinham comércio na cidade, então ficava difícil. E tinha o assistencialismo... no processo antigo do Funrural... e a Santa Casa sempre foi ligada ao STR.

Como o depoimento acima sugere, para além do investimento nas ações de assistência à saúde, o STR atendia a um público bastante variado e que não necessariamente era composto somente por trabalhadores rurais. Num município com uma população de perfil rural como era Pontes e Lacerda naquele período, bem como de infra-estrutura na área da saúde bastante precária, é compreensível que a população buscasse no STR o socorro para suas carências, independentemente do que se caracterizava como sua principal ocupação, se urbana ou rural. Dito de outro modo, num município com atividades fundamentalmente ligadas ao rural, a maioria das pessoas acabava por se ligar ou se identificar a esse meio, de uma forma ou de outra. Esse fato foi de fundamental importância na forma de atuação do STR, pois proporcionava uma população considerável para os sindicalistas desenvolverem as ações do sindicato que, como se verá à frente, possibilitava rendimentos políticos. A título de ilustração, segundo dados colhidos no STR, entre as décadas de 1980 e 1990, a entidade chegou a registrar aproximadamente 6.000 filiados, enquanto a população de Pontes e Lacerda era de aproximadamente 15.000 e 35.000 habitantes, respectivamente segundo os Censos de 1980 e 1990 (cf. Cap. I).

Segundo NOVAES (1997:112), no período marcado pela ação dos STRs na área de assistência sanitária e de previdência, ainda que se considere o argumento de algumas lideranças sindicais de que

...o encargo previdenciário foi aceito pelo movimento sindical como uma tática para evitar o controle da assistência por políticos locais, este fato teve também repercussões na configuração do sindicalismo no campo, seja no que diz respeito à caracterização de seus dirigentes, seja no que diz respeito às formas de recrutamento e expectativas dos associados. [Assim] ...a partir dos convênios, não serão mais os “treinamentos” os principais responsáveis pela implantação de sindicatos e a constituição de quadros de associados. [...] E é na procura de atendimento médico, dentário e da aposentadoria que esta população desassistida chega ao sindicato.

Em Pontes e Lacerda, ao que as entrevistas indicam, um componente a mais nesta problemática era a possibilidade de filiação ao STR de pessoas que não necessariamente se enquadravam na categoria trabalhador rural, mesmo considerando as várias possibilidades embutidas neste termo: de pequeno proprietário a assalariado temporário, passando por posseiro, arrendatário, parceiro,

meeiro, assalariado permanente. Assim sendo, fosse proporcionado pela indefinição de identidade de uma população pretensamente rural em busca de assistência médica e previdenciária, fosse por possibilidades propositadamente abertas pelos dirigentes sindicais, o STR tinha filiações das mais variadas, como sugere a entrevista anterior. Com uma estrutura composta por médicos, dentistas e assessoria nas aposentadorias, além da distribuição de remédios, o STR em Pontes e Lacerda passou a ser a referência para boa parte da população do município.

Para NOVAES (1997), a dimensão de assistência médica e previdenciária dos STRs favoreceu disputas pelo controle do sindicato por parte de facções políticas locais, além de troca de favores entre diferentes atores locais, como políticos, autoridades municipais, entidades patronais e grandes proprietários, por intermédio da manipulação de encargos e recursos públicos transferidos pelo Estado. Segundo esta autora, há que se considerar que

...em um sindicalismo de base municipal onde – via de regra – existem poucos recursos em termos de assistência de saúde pública, os convênios com o Funrural potencializam e até predispõem à consolidação de um tipo particular de clientelismo. Ao presidente do sindicato é colocada a possibilidade de se diferenciar da categoria que representa, não apenas pela linguagem, pelo vestuário e pelos gestos corporais que vai adquirindo no curso de sua carreira mas, sobretudo, pelo papel que assume de administrador de recursos públicos. Contrata secretários, médicos e dentistas, permanece na frente dos sindicatos por várias gestões consecutivas, transformando, muitas vezes, aquele órgão de representação em um tipo de ‘empresa familiar’, pois ali trabalham quase todos os membros de sua família. Em falta de melhor nome poderíamos classificar esse conjunto de práticas como ‘clientelismo sindical’ (NOVAES; 1997:112).

A análise da trajetória de alguns dos sindicalistas de Pontes e Lacerda que atuaram no STR nas décadas de 1980 e 1990 e que também se tornaram vereadores, aponta para a discussão sobre a permanência destas lideranças se alternando nos principais cargos da diretoria do STR por várias gestões consecutivas, independentemente do que os levou a se envolverem com a questão sindical:

Eu vim de Goiás, em 1979. Eu e meu irmão com uma loja de tecidos. Era tudo muito difícil... paramos com o comércio e meu irmão foi embora. [...] E eu comprei uma área sem documento.[...] através dos companheiros... a gente foi adquirindo bastante companheiros... acharam por bem colocar eu na política do Sindicato de Trabalhadores Rurais. A primeira vez como vice-presidente, depois como tesoureiro, depois vice de novo e depois presidente. Foram quatro gestões.

Eu sou de filho de pernambucanos que vieram para o Mato Grosso do Sul em 59. Meus pais vieram para a Colônia de Dourados.[...] Eu vim com um irmão para cá em 85 comprei uma área em São Domingos de 6 alqueires com meu irmão. Em 86 eu mudei para Pontes e Lacerda e trabalhei de empreita, bastante, na construção civil... mantendo o lote lá. Em 87 eu mudei para o sítio. [...] me nomearam [a Fetagri] como tesoureiro por um ano, na criação do STR de Pontes e Lacerda [até então delegacia sindical de Vila Bela da Santíssima Trindade]. Aí fui conquistando meu espaço. Eu fui tesoureiro diretor do STR em 89, por

um ano. Em 90 fui secretário-geral e em 93 fui presidente. Em 96 fui vice-presidente.

Se por um lado, um ponto comum entre as trajetórias destes dirigentes é o fato de serem migrantes em busca de prosperidade, por outro, o atrativo que os trouxe para Pontes e Lacerda os diferencia: o comércio e a terra. Mas uma coisa é comum em seus discursos: ambos afirmam que iniciaram a atuação no STR por terem sido, de um modo ou de outro, indicados: o primeiro, pelos seus “companheiros” e o segundo, pela Fetragri. Em outras palavras, ambos tentam passar legitimidade à representação que detinham ao enfatizar que seus cargos lhes foram, inicialmente, delegados. Entretanto, independentemente da forma como chegaram ao STR, bem como da sua trajetória e mesmo de sua ocupação principal, a atuação a partir de ações direcionadas para a assistência médica e previdenciária os legitimou nos cargos por vários anos.

NOVAES (1997), ao discutir o papel desempenhado pelos dirigentes sindicais, sobretudo na década de 1970, chama a atenção para o fato de que, se por um lado, as diferentes trajetórias destes dirigentes produziram práticas distintas que disputavam legitimidade entre si, por outro, a atuação destes produziu um “denominador comum” entre os associados que

...consagram o seu presidente na posição de novo mediador que lhes possibilita aposentar-se ou ter acesso a serviços médicos. [...] Os dirigentes tornaram-se assim mediadores entre a base sindical e o conjunto de leis, instâncias e políticas públicas que estabelecem ‘direitos’ para os trabalhadores em relação à regulação de relações de trabalho, à terra e aos benefícios daí decorrentes. (NOVAES; 1997:113)

Em Pontes e Lacerda, esse tipo de atuação dos dirigentes sindicais os levou à participação na política local, bem como a ocuparem cargos públicos em diferentes gestões municipais. Os mesmos ex-diretores do STR citados anteriormente resumem assim a sua inserção na vida política local:

Eu comecei mexer com política há uns 8 anos. Na primeira vez fiquei como suplente e na segunda vez fui o segundo vereador mais votado. Eu era presidente do STR e fazia reuniões freqüentes e a gente era muito conhecido.

Quando fui eleito vereador, eu era vice-presidente do sindicato. Em toda urna eu tive voto, no meio rural e na cidade. Tive muito voto em São Domingos e aqui na cidade mesmo. [...] Setores que não são do meio rural votaram em mim. Setores que não eram de trabalhadores rurais... pessoas que trabalhavam em hospitais, porque na época eu era diretor da Santa Casa.

Diferentemente das questões colocadas no debate em torno do sindicalismo na década de 1980, sobre a importância ou não de ocupar espaços políticos visando à construção de um projeto político-partidário e que alçou lideranças sindicais como concorrentes dos agentes do poder local em muitas regiões do país¹²³, em Pontes e

¹²³ ESTERCI (1991:32) lembra que, em muitos casos, a concepção segundo a qual a construção do projeto político-partidário justificava o descaso em face da tarefa de fortalecer os sindicatos como instâncias organizativas levou ao desfalque diretorias e projetos de formação e de fortalecimento da base organizativa dos trabalhadores. Assim como esta autora, POLETTTO (1991:24) chama a atenção para as dificuldades enfrentadas pelos sindicatos e lideranças locais que passam a assumir a criação de

Lacerda, ao que as entrevistas indicam, os dirigentes que partiram para a disputa de cargos políticos, bem como para a ocupação de cargos públicos na administração municipal estavam alinhados com os representantes das forças políticas hegemônicas. Não à toa, como se verá mais à frente, esses representantes investiram recursos na eleição sindical que marcou a saída desses dirigentes do STR do município.

Se, como lembra NOVAES (1997), os cargos ocupados na direção dos sindicatos levava à “consagração” desses dirigentes, em especial a figura do presidente, como mediadores entre a base sindical e um conjunto de leis, instâncias e políticas públicas enquanto atuavam nos sindicatos, a pesquisa realizada em Pontes e Lacerda aponta também que esses dirigentes, que se consagraram naqueles cargos podem carregar consigo essa legitimação para outro campo de atuação, como o campo político, mesmo não ocupando mais aquele espaço. Isso não significa que essa questão seja nova ou exclusiva de Pontes e Lacerda, já que o envolvimento de sindicalistas com a política e com os detentores do poder local, ou mesmo o próprio sindicato tendo sido criado por estes atores – principalmente nas décadas de 1970 e 1980 – foi indicado em vários outros trabalhos¹²⁴.

Entretanto, a pesquisa em Pontes e Lacerda aponta para a continuidade desse processo, mesmo após a saída desses dirigentes do STR. Aponta para se pensar que essa “consagração” como mediador se cristaliza na pessoa e não no cargo. Sobre isso, ao discutir a representação política, BOURDIEU (1989a:190-191) afirma que o

...capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’ – firmado no facto de ser *conhecido* e *reconhecido* na sua pessoa (de ter um ‘nome’, uma ‘reputação’, etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma ‘boa reputação’ – é freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência.

Deste modo, ainda que seja na pessoa que se cristalizem esses atributos, isso é fruto de uma transferência ou delegação desse capital – mesmo que provisória e limitada, mas renovável, por vezes vitaliciamente –, que é controlado e detido pela instituição que investiu a pessoa destes atributos, seja um partido, seja um sindicato. Segundo esse autor, a aquisição de um capital delegado obedece à lógica da investidura que é, na verdade, a contrapartida de um investimento de tempo, trabalho e devoção daquele que está recebendo esse capital à instituição que o delega. Contudo, continua BOURDIEU, (1989a:189) “...esse capital supremamente *lábil* só pode ser conservado mediante o trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito”.

Nesse sentido, como lembra NOVAES (1997:113), é necessário que o dirigente continue a investir nisso de alguma forma, pois essa relação envolve a “gratidão” dos trabalhadores rurais em relação ao dirigente. Enquanto tal, a noção de reciprocidade é um forte componente. Assim sendo, se como diretor do STR, em troca dos benefícios conseguidos como mediador, ele recebe, entre outras coisas, os votos que o mantêm como diretor do sindicato, fora dele esse retorno pode se dar de várias

uma estrutura político-partidária local visando à organização política das lutas para “conquistar o poder” e “transformar a sociedade”.

¹²⁴ MEDEIROS (1989); NOVAES (1997); ALMEIDA (1991); POLETO (1991), entre outros.

formas como, por exemplo, em votos nos pleitos municipais para o próprio dirigente e/ou para seu candidato.

A entrevista com um ex-dirigente do STR de Pontes e Lacerda e vereador fornece subsídios para essa discussão:

Eu nunca mais voltei lá no sindicato. As pessoas me procuram aqui na minha casa. Porque eles [a atual diretoria do STR] tinham de deixar uma pessoa lá pra correr atrás de uma aposentadoria pra uma pessoa que precisa. Eu que fazia isso, meu carro vivia cheio de velhos e velhas pra correr atrás de aposentadoria. Hoje parece que eles não têm. Eles não têm remédio, não têm médico, não têm dentista. Acho que têm falhas, porque o povo me procura, vem na minha casa... As pessoas que iam ao sindicato continuam vindo na minha casa. Amanhã mesmo, eu vou perder o serviço pra correr atrás do INSS pra encaminhar. Só na parte da manhã vêm umas dez pessoas aqui pra ver essas coisas. E isso, são eles [a atual diretoria do STR] que tinham de fazer. Eu faço isso ainda porque eu tenho dó do trabalhador rural, é gente muito sofrida... eles têm vergonha de falar com uma autoridade. [...] E você vê que eu tive o reconhecimento desse povo porque eu fui bem votado.

De fato, com a saída dos dirigentes que tinham o perfil de atuação pautado nas ações relacionadas à saúde e previdência, essas questões deixaram de ser o foco de atenção principal do STR, cuja nova direção passou a priorizar outros temas, como será discutido mais adiante.

Ao construir sua crítica à forma de atuação da direção do STR que o substituiu, este ex-dirigente reafirmava sua concepção sobre quais as questões que deveriam ser priorizadas pelo sindicato e que, na ausência disso, o trabalho continua a ser desenvolvido em sua casa. Deste modo, ele continuava a alimentar, por assim dizer, a relação que o qualificava como pessoa merecedora do crédito e da crença do público que, em outra conjuntura, o relacionava ao STR.

Se, inicialmente, os cargos que esses sindicalistas ocupavam no STR de Pontes e Lacerda possibilitavam a execução de um trabalho voltado para a assistência médica e previdenciária que, como lembra NOVAES (1997), poderia conduzir para um tipo de clientelismo, com a eleição de alguns desses diretores para a Câmara de Vereadores emergiram novas possibilidades de estabelecer uma mediação para além daquela entre os beneficiários do sindicato e as políticas públicas a eles direcionadas. Assim, ao mesmo tempo em que se diferenciaram ainda mais de seus representados, esses sindicalistas obtiveram, nos novos cargos, maiores possibilidades de barganha para benesses, aumentando a possibilidade das relações clientelistas para além daquilo que NOVAES (1997) classificou, em outro momento, de “clientelismo sindical”.

3.1.2 – O MUL e a “conquista” do STR: os impasses de uma proposta

A partir da crítica à atuação pautada nas ações de assistência médica e previdenciária e à postura dos dirigentes sindicais, o MUL definiu sua investida na busca por se inserir no STR de Pontes e Lacerda. Deste modo, nas eleições sindicais de 1993 – após seis anos do início da intervenção da FASE na região –, o Movimento assumiu uma estratégia de atuação para tentar se contrapor aos dirigentes sindicais do STR. Tendo em conta a avaliação de que não tinham força suficiente para uma disputa direta, mas também de que a diretoria do STR não teria como evitar uma composição já que o MUL estava fortalecido por parte dos pequenos agricultores do

município, as lideranças do Movimento propuseram à então diretoria do STR uma composição para a formação de uma chapa única para aquelas eleições.

A ofensiva do MUL sobre o STR de Pontes e Lacerda, primeiro com as diretorias em composição com os antigos dirigentes e posteriormente com uma diretoria exclusivamente composta por lideranças do Movimento, foi o início de um processo que envolveu, também, os outros municípios nos quais o Movimento atuava. Assim, ainda no ano de 1993, o MUL disputou o STR no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, onde perdeu as eleições. Em 1994, disputou e ganhou as eleições sindicais no município de Comodoro e, no ano de 1996, com a emancipação do município de Nova Lacerda de Pontes e Lacerda, o MUL assessorou e assumiu o STR do novo município.

Como relata uma das lideranças do MUL, presidente do STR, o Movimento passou a fazer parte da diretoria do STR de Pontes e Lacerda, e essa mesma composição foi repetida nas eleições sindicais de 1996. Assim, durante os mandatos de 1993/95 e 1996/98 as lideranças do MUL fizeram parte da diretoria do sindicato juntamente com os antigos dirigentes.

A gente tinha um certo peso e o pessoal que estava aqui tinha um certo receio, e isso possibilitou a negociação para fazer a composição de chapa em 93 [...] A partir do momento que parte da diretoria aceitou fazer a composição, houve um racha deles e acabou saindo duas chapas, mas aí a chapa de composição ganhou. Em 96, lideranças do Movimento dentro do STR viram que ainda não era possível montar um chapa, aí mais uma vez reconstituiu a chapa de aliança. Dessa vez foi chapa única... A composição era com o pessoal que já estava aí desde que o STR daqui era ainda delegacia de Vila Bela, ou seja, 1975 mais ou menos. Não eram agricultores, eram políticos, vereadores... eram pessoas que eram agricultores e depois que se envolveram no sindicato, acabaram entrando na política... vereadores...

Durante esses anos, enquanto os antigos dirigentes davam continuidade à atuação nas áreas de assistência à saúde e previdência, os diretores do STR que faziam parte do Movimento estabeleciam uma outra área de atuação voltada para os pequenos agricultores do município e objetivando a organização das comunidades e a luta por políticas de crédito. Ainda segundo o presidente do STR:

a gente vinha tentando fazer a outra parte da diretoria do STR se envolver nestas questões, mas não tinha jeito, eles não se interessavam... então, nós da diretoria do STR que fazíamos parte do Movimento, começamos a fazer nosso trabalho à parte. Porque nesse período, nas gestões de 1993 e 1996, a parte que nós do Movimento assumimos aqui no STR, foi a questão de políticas agrícolas e as organizações das comunidades, em nível de produção e de formação política, organização das associações, mobilizações... E o outro pessoal continuou no que eles já faziam antes, prestando assistência à saúde... Então, no final de 1998, a gente tinha coisas pra mostrar para as comunidades, o que as lideranças do Movimento tinham feito através do STR... E isso possibilitou, em 1999, fazer uma chapa nossa, para concorrer ao sindicato.

Ou seja, no período em que o Movimento atuou no STR em composição com os antigos dirigentes, optou-se por desenvolver um trabalho ligado à linha de atuação do MUL, priorizando-se o desenvolvimento de ações que levassem ao fortalecimento econômico, organizacional e político dos pequenos agricultores. Como já assinalado

no segundo capítulo, no desenvolvimento dos projetos implementados pelo MUL e pela FASE na região, o STR de Pontes e Lacerda vinha participando por intermédio dos dirigentes ligados ao MUL. Como também já visto, foi nesse período que se elaborou o 1º PDAF, dentro do qual se implementou os Projetos Resistência II e Resistência III, o que possibilitou uma aparição diferenciada do STR junto aos agricultores ligados ao MUL, como é possível verificar em documentos que relatam a importância do PDAF para a credibilidade das lideranças do Movimento no sindicato e para a “conquista” deste espaço: “o STR de Pontes e Lacerda ganhou credibilidade a partir do projeto Resistência”; “o Projeto pode facilitar a conquista do STR de Pontes e Lacerda e Vila Bela...” (Formul; 1995e:3-4). Segundo essas avaliações, durante esse período, com a atuação das lideranças que representavam o MUL, foi possível desvincular o STR das ações estritamente direcionadas à questão da saúde e da previdência, como informa o entrevistado anterior:

A partir da atuação do STR é que possibilitou puxar para as agências bancárias várias linhas de crédito. E o STR, em vários momentos teve de bancar mesmo... técnico para poder elaborar projetos, teve momentos que... junto com a Central, CTA... éramos nós que íamos para as comunidades colher propostas para os financiamentos... e aí trazia para os técnicos fazerem os projetos.

Paralelo a essa atuação, o outro foco de intervenção das lideranças do MUL no STR foi investir em um trabalho de sindicalização dos pequenos agricultores ligados ao Movimento, já que estes, na sua maioria, ou nunca tinham sido sindicalizados ou haviam abandonado o STR, como informa um dos entrevistados, presidente da associação do Assentamento Coronel Ary:

Olha, o STR na gestão anterior, eles tinham uma diretoria muito preocupada assim... muito voltada parece que pra eles... então muitos afastaram, ficou muito pouco... muitos afastaram. Agora depois de ter essa diretoria nova tomado, tem voltado muitas pessoas. Até, inclusive, tem pessoas que tem dado criação pra poder liquidar e voltar a ficar sócio.

Na investida por fortalecer o STR com associados que estivessem alinhados com a atuação do MUL, as lideranças do Movimento que compunham a diretoria do STR passaram a atuar junto aos agricultores que estavam organizados nas associações para, através destas, ampliar o quadro de sindicalizados¹²⁵, ao mesmo tempo em que promoviam uma revisão no quadro de sindicalizados, eliminando todos aqueles que não estavam em dia com as mensalidades e/ou que não podiam fazer parte do quadro, o que fez o número de associados despencar de 6.000 para aproximadamente 1.000 sindicalizados entre os anos de 1993 e 1998. Isso foi possível, segundo a avaliação do MUL, somente a partir do momento em que eles conseguiram mostrar que o STR poderia investir em ações que beneficiariam os agricultores, rompendo, desta forma, com a resistência que havia entre os pequenos agricultores em relação ao sindicato, como informa o presidente da associação da Gleba Scatulins, uma área de regularização:

São muito poucos os sindicalizados aqui. Eu luto muito por isso aí... mas o pessoal é meio devagar... dos nossos 19 sócios, só dois são

¹²⁵ Como visto anteriormente (cf. Cap. II), a maioria das famílias que participava das associações não era sindicalizada ou havia abandonado o STR por estarem descontentes com as ações desenvolvidas por esta entidade.

sindicalizados... Eles dizem que o STR até hoje não fez um bom trabalho pra poder atender o povo. Mas já tem núcleo sindical e o pessoal do STR sempre visita a gente aqui... para explicar as coisas.

Ao que foi possível apurar, a estratégia adotada nos seis primeiros anos de atuação do MUL no STR – entre 1993 e 1998 – logrou êxito, já que uma chapa composta somente por lideranças ligadas ao Movimento foi montada para o enfrentamento direto com os antigos dirigentes nas eleições sindicais de 1998 e foi eleita para um mandato de três anos após uma campanha conturbada na qual relatos informais revelam perseguições e ameaças de morte aos membros da chapa do MUL que, durante a campanha, denunciavam irregularidades no STR¹²⁶.

A atuação da diretoria eleita para a gestão 1999/2001 se pautou em dar continuidade ao trabalho iniciado nas gestões anteriores e que estava fundamentado na proposta de desenvolvimento para a região do Vale do Guaporé, implementada pelo MUL e pela FASE. Assim o STR passou, a partir de 1999, de uma atuação referenciada nas ações de assistência à saúde e previdência para uma atuação voltada para a organização social, econômica e política dos pequenos agricultores.

Secundariamente, atuava no encaminhamento dos problemas relativos às questões da educação, da saúde e da previdência social no meio rural¹²⁷. Durante os trabalhos de campo desta pesquisa, o acompanhamento aos processos de aposentadoria e, principalmente, a assistência à saúde, estavam sendo colocados pela nova diretoria como pontos nevrálgicos, visto que haviam sido historicamente utilizados como o caminho para o estabelecimento de relações de clientela. Para esta diretoria, estabelecer outros tipos de relações a partir destes problemas era um desafio para o qual a estratégia ainda não estava devidamente clara.

Segundo as lideranças do MUL, a idéia inicial foi a de dar mais qualidade para a assistência à saúde desenvolvida pela antiga diretoria do STR, que mantinha um consultório médico dentro do próprio sindicato. Como informa o presidente do STR:

...a questão da saúde, a partir do momento que nós assumimos o STR, como lideranças do Movimento, a gente tentou dar um pouco de qualidade para o que o STR tinha de assistencialismo, garantindo algumas consultas aqui no sindicato, mas que não eram priorizadas para os trabalhadores rurais. Porque quando eles, sejam produtores ou assalariados, chegavam aqui, o pessoal da cidade já tinha pegado as consultas... A gente deu um pouco de qualidade a isso. Nós não somos incentivadores do assistencialismo, mas decidimos garantir o que tinha e dar qualidade para que chegasse aos trabalhadores rurais.

¹²⁶ Os relatos sobre os bastidores da campanha nas eleições sindicais de 1998 foram feitos à pesquisadora sempre em conversas informais.

¹²⁷ O STR de Pontes e Lacerda estava iniciando, também, um trabalho junto aos assalariados rurais – num projeto juntamente com a Fetagri – visando aos acordos salariais. O perfil das lideranças no STR – pequenos agricultores – parecia influenciar para que a categoria dos assalariados rurais não estivesse entre suas prioridades. Ainda que as questões relativas a esta categoria fossem um dos objetivos daquela diretoria, elas apareciam, no discurso das lideranças, como um trabalho que seria desenvolvido devido à obrigatoriedade, como revela esta liderança do MUL “...é uma obrigação do STR trabalhar a questão dos assalariados rurais... e nós estamos começando a priorizar isso também... mais a questão de acordos... e vamos começar neste ano a priorizar uma ou duas empresas para trabalhar a questão coletiva, junto com a Fetagri”.

Entretanto, segundo esse mesmo interlocutor, essa estratégia não chegou a funcionar por muito tempo, devido aos desentendimentos entre os profissionais que prestavam esses serviços e a diretoria do STR no que se refere às novas regras que regeriam os convênios para o atendimento aos associados. Segundo o que se apurou, os profissionais alugavam esse espaço para seus consultórios particulares, e o pagamento era efetuado parte em recursos e parte em atendimento às consultas para os associados do STR. A falta de acordo entre as partes levou ao cancelamento deste serviço ainda nos primeiros meses de mandato da nova diretoria. O serviço de distribuição de remédios no STR também foi cancelado devido, segundo o secretário do STR, à ilegalidade desta ação.

...até esses dias o STR estava garantindo as consultas que tivessem demanda... hoje os convênios acabaram mas o STR está negociando com a Santa Casa. Hoje, se eles chegarem aqui, não tem consulta [...] Até quando nós assumimos, o STR mantinha uma farmácia aqui dentro... nós acabamos com ela, porque não tinha qualidade, não tinha controle, não tinha farmacêutico... era uma coisa complicada, com muitos remédios vencidos... nós acabamos com ela e fizemos convênios com as farmácias e também com laboratórios.

O impacto dessas alterações para a nova diretoria do STR ainda não estava devidamente avaliado pelas lideranças do MUL, mas havia indicativos do descontentamento de muitos associados, o que era perfeitamente compreensível dada a carência deste serviço público no município. Nesse sentido, alguns dados esclarecem a importância dos serviços prestados pelo sindicato na área da saúde em Pontes e Lacerda. No momento das pesquisas realizadas em campo, apenas um dos quatro postos de saúde espalhados pelo município estava em pleno funcionamento e fornecia algumas consultas por dia. No que se refere aos hospitais e clínicas de saúde, dos três existentes no município, apenas a Santa Casa possuía leitos do Sistema Único de Saúde (SUS)¹²⁸. Ou seja, a precariedade na área de saúde era reinante, o que colocava a população carente do município na dependência de outras fontes de acesso que não o SUS. Como informa um dos diretores do STR:

Pra se conseguir uma ficha de atendimento no posto de saúde de Pontes e Lacerda tem que chegar no máximo às 4:00 horas da manhã... então é complicado para o pessoal do campo. A Santa Casa não tem atendimento público, mas tem uma consulta mais barata... os vereadores acabam resolvendo isso... cada um dá uma ficha pra meia dúzia... mas não atinge a todos.

A questão central é que uma parcela da população mais carente do município tinha o STR como única possibilidade de acesso a alguns atendimentos na área da saúde. Com a nova diretoria, esses serviços foram alterados, provocando descontentamentos por parte dos sindicalizados. Segundo os dirigentes do STR, a

¹²⁸ Segundo vários entrevistados, tanto políticos, como ex-dirigentes do STR, como lideranças do MUL, havia denúncias sobre a cobrança de consultas para atendimento nos leitos do SUS na Santa Casa. Como relata um dos vereadores entrevistados: “Leito do SUS tem, mas aqueles médicos... eles dizem que o pobre tem acesso, mas chega lá vestida bem humildezinha pra ver! Atendem mal! Tem uma máfia branca aqui, todos são fazendeiros ou filhos de fazendeiros que foram fazer medicina fora e vêm enriquecer aqui.”

nova proposta a ser implementada era a de garantir que o poder público passasse a prestar a assistência necessária aos sindicalizados, como sugere a entrevista com o presidente do STR:

Algumas pessoas podem dizer que o STR não dá assistência na área da saúde... nós estamos numa fase de transição... foram dez anos de um STR que bancou o assistencialismo... Hoje é um STR que pensa em organizar os agricultores para que eles cobrem do poder público municipal essas questões...

De qualquer modo, essa era uma questão pendente para a diretoria, já que os pequenos agricultores esperavam que o STR pudesse encaminhar seus problemas, também no que se refere às questões relacionadas à saúde. Ao que as entrevistas deixam transparecer, havia um descontentamento dos pequenos agricultores em relação à atuação das diretorias anteriores, não porque eram contra os serviços prestados na área de saúde ou previdência, mas sim porque não tinham acesso aos mesmos, que acabavam sendo destinados para a população urbana, como sugere a entrevista abaixo, com o presidente da Associação Unidos do Rio Alegre:

O assistencialismo do STR foi muito bom para os aposentados, para os urbanos. Para o trabalhador rural não foi. Porque quando ele chegava lá, consulta, remédios o pessoal urbano já tinha pegado.¹²⁹

Como essa discussão evidencia, as ações ligadas à prestação de serviços médicos e previdenciários eram percebidas de forma bastante diferenciada entre os atores. Enquanto essa questão era encarada pelos dirigentes do STR ligados ao MUL como de caráter assistencialista, para os pequenos agricultores não era assim que ela aparecia: era percebida como essencial para a resolução das carências da população. Mesmo entre as lideranças das associações, ligadas ao MUL, verificou-se durante as entrevistas uma visão diferenciada daquela observada pelos dirigentes, como sugere o trecho de uma entrevista com o presidente de uma das associações do Assentamento Rio Alegre: “A gente procura mais o sindicato pra ver os direitos que nós temos, a questão da saúde.” Ou seja, como revela esse entrevistado, entre outras questões, a saúde era percebida como um direito dos sindicalizados e, portanto, como uma obrigação do STR.

Deste modo, esse problema aparecia para o STR como uma questão a ser resolvida, na medida em que a diretoria vinha sendo cobrada pelos sindicalizados para voltar a efetuar a assistência à saúde. Ao mesmo tempo, o Movimento estava se organizando no sentido de promover uma maior atuação e inserção no Conselho Municipal de Saúde, o que estava sendo dificultado pela atuação dos profissionais e dos prestadores de serviços da área de saúde neste Conselho. A opção encontrada pelo sindicato para resolver os problemas mais imediatos foi o estabelecimento de convênios entre o STR e as farmácias e laboratórios do município visando baratear os serviços e os medicamentos. Já o convênio com a Santa Casa, no momento da pesquisa, estava sendo negociado com algumas dificuldades.

Também na questão da previdência social, alterações nas formas de encaminhamento das aposentadorias estavam sendo implementadas pela nova diretoria. Enquanto nas diretorias anteriores todo o encaminhamento dos processos era efetuado pessoalmente pelos dirigentes, a nova proposta buscava fazer com que os beneficiários encaminhassem seu próprio processo. Assim, o STR preparava os processos e os

¹²⁹ Como informado pelos próprios ex-dirigentes do sindicato, os critérios de sindicalização no STR, durante muito tempo, foram bastante permissivos e muitas pessoas que não eram trabalhadores rurais, segundo a avaliação deles, eram sindicalizadas.

entregava aos beneficiários que deveriam ir, sozinhos, encaminhar a documentação nos órgãos competentes. A postura da diretoria do STR era a de incentivar os associados a buscarem e cobrarem seus direitos junto aos órgãos públicos, contrapondo-se à forma de atuação das diretorias anteriores, como informa o secretário do STR:

Nós fazemos um trabalho informativo, sobre como chegar lá, de quais são os seus direitos, como encaminhar... o STR organiza a documentação e eles vão ao INSS... Então, a gente só vai em último caso...

Ao deslocar as ações ligadas à assistência médica e previdenciária para um patamar no qual não pretendia atuar, a nova diretoria do STR passou a agir dentro dos parâmetros e propósitos estabelecidos pelo MUL. Nesse sentido, o STR se tornou mais uma das entidades que compunham esse Movimento, mais uma de suas ferramentas de atuação. Ainda que muitas atividades e projetos encaminhados pelo MUL já viessem sendo encampados por parte da diretoria do Sindicato nas gestões anteriores, somente a partir da eleição de uma diretoria composta exclusivamente por lideranças do Movimento é que o STR passou a significar, de fato, segundo a visão das lideranças do MUL e dos técnicos da FASE, um espaço de representação dos trabalhadores rurais. Como relata este entrevistado, coordenador da equipe regional da FASE:

Aí o pessoal tomou a decisão: – “Ou ficamos de fora de vez, ou conquistamos de vez esse espaço”. Essa foi a disputa mais acirrada de todas as que já teve. Aí ganharam a direção do STR e estão transformando o STR num espaço rural. Porque antes, o pessoal da cidade era que era sindicalizado. Era um curral.

Ainda que se considere a preocupação das lideranças e técnicos do MUL sobre a ocupação dos sindicalizados (se urbana ou rural) e sobre o papel que o STR assumia perante a população, há que estar atento para o fato de que, como já assinalado anteriormente (cf. Cap. I), num município como Pontes e Lacerda, de economia relacionada, direta ou indiretamente, ao rural, a maioria da população tem envolvimento com essas atividades, o que possibilita que elas se reconheçam como portadoras de uma identidade que as coloca em condições de estarem sindicalizadas no STR e de disputarem seus serviços e benefícios. Nesse sentido, as pessoas circulam em diferentes espaços e constroem suas estratégias com base nesses espaços. Ao assumir como verdade a retórica que aparece em seus discursos, as lideranças e os técnicos ligados ao MUL ignoram a preocupação evidenciada por VEIGA (2003) sobre as tendências de urbanização do Brasil e suas consequências para a economia local de municípios com características de sinergia entre as atividades urbanas e rurais.

Após a eleição desta diretoria, o STR passou a assumir, mais diretamente, funções específicas dentro do projeto de desenvolvimento mais geral do MUL. Juntamente com as outras entidades que compunham o Movimento, definiu como sua principal atividade as ações direcionadas para o desenvolvimento econômico dos pequenos agricultores da região, bem como para a formação política deste público. Como relata o presidente do STR à época do trabalho de campo:

O STR vem atuando diretamente nas questões de produção, comercialização, crédito... isso é histórico aqui. Os pequenos agricultores passaram a ter maior acesso a crédito público aqui, a partir do momento em que o STR entrou nesta questão, junto com a Central, CTA [...] Hoje o STR está formando os núcleos sindicais... a gente vai para a comunidade e concilia a Associação com a formação desses núcleos...

cria uma comissão sindical para discutir, dentro das associações, as questões sindicais lá dentro.

No relatório do II Seminário da Agricultura Familiar do Vale do Guaporé, realizado em dezembro de 1998, explicita-se quais os objetivos que o STR deverá assumir junto ao MUL e ao PDAF:

...objetivo geral: (a) fazer formação política, esclarecer e informar seus direitos como cidadãos, (b) fortalecer e organizar os trabalhadores, (c) mobilizar os trabalhadores rurais para reivindicar seus direitos

...objetivos dentro do PDAF: (a) mobilizar os trabalhadores para a busca de recursos públicos, (b) busca de assistência técnica, (c) fazer articulação regional (Formul; 1998a).

Dentro dessas funções atreladas à proposta do Movimento, o STR de Pontes e Lacerda passou a ter uma atuação que se estendeu para além do município. No momento em que o MUL assumiu o sindicato, ele passou a ser uma das suas ferramentas mais fortes de articulação política na região do Vale do Guaporé. A dimensão que o STR passou a ter dentro da proposta de desenvolvimento regional do MUL pode ser mais bem entendida a partir do depoimento de uma de suas lideranças, secretário do STR:

A nossa atuação é regional. O STR de Nova Lacerda, por exemplo, foi criado com nossa assessoria... a gente já fazia antes um trabalho regional, através do Movimento... então o STR tem essa obrigação de fazer um trabalho de assessoria. Nós agora estamos trabalhando para a eleição do STR de Vila Bela... [o entrevistado refere-se à articulação de sindicatos e de chapas de oposição em outros municípios do Vale do Guaporé].

No que se refere à articulação entre o STR e as associações, estas últimas se tornaram as principais parceiras no desenvolvimento dos trabalhos do STR, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento desta entidade junto aos pequenos agricultores. Como visto anteriormente, o investimento neste grupo era uma questão fundamental para a “conquista” do STR, bem como para a legitimação da atuação da nova diretoria. A maioria das associações do município havia sido fruto do investimento da FASE e das lideranças do MUL, o que, de certa forma, não apenas facilitava o trabalho do STR, como também descartava possíveis desentendimentos entre estas entidades e o sindicato na definição e condução das ações. Assim, o investimento do STR nas comunidades para a formação de núcleos sindicais e para ampliar e consolidar o número de sindicalizados passava diretamente pelas associações, como já assinalado por um dos entrevistados¹³⁰.

Nada mais óbvio nessa relação de proximidade, dado o próprio histórico de conformação do MUL em Pontes e Lacerda, no qual as associações foram a base de todo o processo organizativo implementado pela FASE e que, em determinado momento, atingiu a “conquista” do STR. Além disso, a diretoria do STR era composta por lideranças do Movimento, e a maior parte dos diretores ocupava cargos, também, nas outras representações dos pequenos agricultores como a ACTA; a Central de Associações e as Associações. Como lembra o secretário do STR:

A nossa relação com as associações é muito tranqüila, o que difere de muitas regiões do país onde existe uma crise entre o sindicalismo e o

¹³⁰ O STR contava, no momento da primeira pesquisa de campo, em 2000, com 23 núcleos sindicais no município, sempre ligados às associações nas comunidades.

associativismo. Nosso trabalho começou a partir das associações, então é muito tranquilo... de maneira nenhuma a gente desfaz de uma associação por conta do STR.

Como já discutido (Cf. cap. II), a postura da FASE, e conseqüentemente, das lideranças do MUL por ela formadas, explicitavam a busca por um sindicalismo que, de fato, articulasse as dimensões política e econômica e que tivesse, nas associações, a parceria para um projeto de desenvolvimento para o campo (PACHECO & LEROY; 1991).

Na busca por redefinir o papel do STR dentro da proposta mais geral do MUL e por adequar sua atuação dentro das ações por ele priorizadas, as lideranças, inicialmente, radicalizaram na eliminação das ações ligadas à saúde e previdência que, na avaliação deste grupo, naquele momento, mantinha o sindicato nas mãos de uns poucos dirigentes que usavam essas ações para estabelecerem relações de clientela. De fato, é farto o número de estudos que relatam e analisam como essas ações proporcionaram, em muitas regiões do país, o estabelecimento de laços de clientela envolvendo sindicalistas, políticos locais, sindicalizados, entre outros atores.

Contudo, em Pontes e Lacerda, a postura das lideranças do MUL em relação às prioridades que deveriam ser encaminhadas pelo STR estava sendo reavaliada já no segundo ano de mandato desta diretoria, na medida em que as demandas por ações na área da saúde acabavam colocando em questão a legitimidade da entidade e das lideranças. Nesse sentido, se por um lado essa nova diretoria estava respaldada pelos pequenos agricultores que apoiavam as propostas do Movimento, por outro, esses mesmos agricultores tinham a expectativa de que o STR pudesse dar respostas, também, às suas necessidades mais prementes, especialmente no que se refere à saúde. A entrevista com o presidente da associação de uma área de regularização (Serro Azul), ligada ao MUL, explicita o problema enfrentado:

Antes eu associei, mas abandonei, porque eles não me serviam. Eu ocupei eles uns dias lá... precisei de uns remédios eles não me serviram. Eu ganhei todo mundo aqui e abandonamos o STR. Agora é que vai voltando o pessoal, inclusive, todo dia das reuniões eu chamo o pessoal pra fazer as carteirinhas, pra ver se sindicaliza...O caminho é o sindicato, se eles ajudar nós... senão a gente sai fora também. Eles tão dando conta, por enquanto.

Se para os agricultores identificados com o Movimento esse era um problema pendente para o qual esperavam uma solução, também para aqueles não ligados ao MUL esse era um ponto nevrálgico. A entrevista com o presidente de uma das únicas associações não alinhadas com o MUL explicita a comparação entre as diferentes atuações do STR:

...o sindicato não está dando muita assistência. O que adianta pagar o sindicato e chegar lá e não ter um comprimido, não ter uma farmácia. Não adianta nada. Em outras épocas, já teve... na época do Manuel, do Domingos, agora não sei desses outros. A farmácia era boa, tinha todo tipo de remédio. Não era bem uma farmácia, mas tinha todo tipo de remédio e tinha médico também.

A avaliação efetuada por uma das lideranças do STR, em entrevista concedida após dois anos de atuação do sindicato dentro da proposta do MUL, explicita a polêmica em torno do debate sobre as funções que o STR deveria assumir, bem como a disposição em adotar as práticas cobradas pelos seus associados:

...há uns anos atrás, a gente pensava que quando chegasse no STR, não tinha mais que ter o assistencialismo... Nossa visão hoje não é esta. A gente acha que o assistencialismo não pode sair assim do campo... Assim, de uma hora para outra. Infelizmente, o cara quer chegar no STR e achar o dentista. Nós estamos repensando tudo isso. Por exemplo, há um ano decidimos que tinha que ter médico no STR, mas o STR não pode bancar isso. Então estamos tentando outras possibilidades, via CMDR... mas não conseguimos, as portas não se abrem facilmente.

O que estava sendo exposto naquele momento era parte do conflito entre o projeto de desenvolvimento do MUL para a região e sua proposta de mudança da sociedade e a realidade na qual aqueles pequenos agricultores viviam. É óbvio que qualquer mudança proposta pelo sindicato que atingisse diretamente a qualidade de vida, melhorando-a, era bem-vinda pelos beneficiários dos projetos. É óbvio, também, que, para uma população que nunca tinha tido acesso a nenhum tipo de crédito, a atuação do STR neste meio era completamente acolhida. Contudo, dentro do projeto político do Movimento, o objetivo de abolir ações que caracterizassem, segundo sua avaliação, posturas “antidemocráticas”, “relações individuais”, e que não coadunassem com sua proposta, não necessariamente ia ao encontro dos anseios dos agricultores.

No STR, a implementação de uma proposta que articulasse as dimensões econômica e política, de forma a construir e implementar um projeto de mudança da sociedade, expunha o conflito em torno de uma questão que não se limitava ao município de Pontes e Lacerda. Antes, era constitutiva de uma problemática do sindicalismo rural brasileiro que, especialmente na década de 1980, marcou o debate neste tema, tanto nos meios sindicais como acadêmico, como já assinalado nos capítulos anteriores¹³¹. A proposta que passou a ser implementada pelas lideranças do MUL no STR refletia o processo de formação dessas lideranças pela equipe da FASE, para a qual o econômico e o político deveriam caminhar juntos para fortalecer os grupos atingidos de forma que esses se conscientizassem da necessidade de promover mudanças na sociedade.

Ao reavaliar a postura do STR perante essas questões, as lideranças do MUL acabam fazendo uma auto-avaliação sobre sua própria formação e sobre o projeto elaborado por elas para o conjunto dos agricultores, como sugere este trecho de entrevista com um dos diretores do STR:

P.: Você não acha que a saúde, na precariedade existente em Pontes e Lacerda, principalmente para o meio rural, talvez seja mais importante que a questão do crédito, por exemplo?

R.: Com certeza... nós estamos seriamente reavaliando essas questões. O problema é que fere alguns conceitos que eu aprendi. Por exemplo, quando eu tinha oito anos, comecei a participar de grupos de jovens, depois fui fazer um curso, chamado Ciclo Básico, com a FASE, e aprendi que assistencialismo não presta. Então, foi difícil eu chegar no STR e pensar em fazer assistencialismo... entendeu... Agora eu estudei mais, fiz outros cursos... então é possível pensar outras coisas...

Na verdade o STR, como mais uma ferramenta de luta do MUL, juntamente com as associações, CTA e Central de Associações passava a incorporar o projeto que as lideranças do MUL haviam formulado e que, não necessariamente, havia sido objeto

¹³¹ MEDEIROS (1989); POLETO (1991), PACHECO & LEROY (1991), ESTERCI (1991), FRANCO (1991).

dos anseios dos pequenos agricultores da região, como já discutido no segundo capítulo. Nesse sentido, esse momento de reavaliação da atuação do sindicato vinha precedido de uma conjuntura na qual a implementação do 1º PDAF estava sendo reavaliada também. Assim sendo, não era uma questão isolada, tratava-se de um momento no qual se refletia sobre a real representação do 1º PDAF junto aos pequenos agricultores da região. Era um momento em que as lideranças do MUL avaliavam que a proposta como um todo “não nasceu dos agricultores, e sim das lideranças”, como já discutido no capítulo anterior.

Essa questão remete novamente para o debate em torno do sindicalismo na década de 1980, quando se discutia, entre outras coisas, segundo POLETTI (1991:24), o “afastamento das bases do STR ‘autêntico’”. Segundo esse autor, a problemática em torno do que provocava esse distanciamento se expressava através da seguinte formulação: esse afastamento é provocado pela “...‘inconsciência política’ das bases ou o descrédito do STR como ferramenta de luta? Formulando de outro modo: é o STR que tem sua ‘base’, ou são os camponeses e os trabalhadores rurais que têm o seu STR como ferramenta de luta? Qual o ponto de partida: a necessidade e a iniciativa popular ou a organização?”. POLETTI chama a atenção para o fato de que essa era uma questão pendente e que, tão problemático quanto a visão de muitos sindicalizados em relação ao STR (“‘como coisa de governo’, ou ‘focosa de comunista’, ou ‘coisa de um grupinho’”) era o julgamento negativo dos dirigentes em relação à postura dos sindicalizados.

Em Pontes e Lacerda, as lideranças do STR e do MUL, ao avaliar essas questões, recolocava no debate interno a problemática sobre a visão e a expectativa dos associados em relação ao sindicato e buscava soluções e caminhos para os impasses da sua organização. Nesse sentido, um dos pontos levantados era a perda de legitimidade do sindicato devido à nova postura assumida pela diretoria, sobretudo porque alguns dos antigos dirigentes continuavam atuando junto aos agricultores, como informa o presidente do STR:

Uma coisa que nós fizemos foi parar de ir ao posto do INSS para resolver a questão das aposentadorias. Ou ele assume isso, ou fica sem aposentadoria. O outro pessoal do STR pegava as pessoas, botava dentro do carro e ia lá resolver. Quer dizer... nós perdemos com isso? Acho que perdemos, em termos políticos, de confiabilidade... porque o Domingos continua fazendo isso... [o entrevistado refere-se ao ex-presidente do STR]

Essa discussão remete para a análise efetuada anteriormente, sobre a “consagração” dos dirigentes como mediadores entre as políticas governamentais e os sindicalizados (NOVAES; 1997:113). Em Pontes e Lacerda, a análise dos fatos permite sugerir que os dirigentes podem carregar consigo esse reconhecimento, mesmo após serem vencidos nas eleições sindicais. Como lembra NOVAES (1997:112), ao dirigente sindical é colocada a possibilidade de diferenciar-se (pela linguagem, pelo vestuário, pelos gestos corporais, e sobretudo pelo papel de mediador). Ao se considerar que esses são atributos que se vinculam à pessoa e não exclusivamente ao cargo, é possível compreender como um ex-dirigente continua sendo a referência para a execução de ações antes buscadas através do sindicato.

Essa atuação do vereador revela, também, a disputa em torno da questão da representação daquele público. É fato que isso somente é possível caso haja um investimento do dirigente neste sentido. A manutenção da sua legitimação somente ocorrerá caso ele crie alternativas socialmente possíveis para sustentar a relação antes proporcionada pelo cargo que ocupava. Em Pontes e Lacerda, a lacuna deixada

pela nova diretoria do sindicato permitiu aos ex-dirigentes continuarem atuando e disputando aquele público por intermédio das ações que antes eles efetuavam como dirigentes sindicais, como assinalou o entrevistado acima e como revela a entrevista com o ex-presidente do sindicato e vereador:

Meu trabalho eu nunca deixei de fazer, o povo não sai de minha casa... então meu trabalho eu não deixo de fazer, minha casa é cheia de gente direto, direto... então o povo sabe disso [...] Eles vieram aqui essa semana e eu marquei tudo para amanhã... pra tirar o dia para mexer com aposentadoria.

Se, por um lado, o fato de terem sido eleitos vereadores permitia que eles continuassem atuando dessa forma, por outro, as alterações promovidas pela nova diretoria do STR ofereciam, por assim dizer, munição, para que alguns dos ex-diretores continuassem com essa atuação. Ao mesmo tempo, mesmo para aquele público do STR que se mantinha afastado nas diretorias anteriores, como já assinalado, havia a expectativa de que a nova diretoria pudesse dar mais qualidade aos serviços prestados pelo sindicato. A falta de respostas para essa expectativa fazia com que a nova diretoria fosse questionada, independentemente do sucesso nos outros campos de atuação no qual o STR se empenhava.

O que está subjacente à disputa em torno do STR era, também, uma disputa por legitimar diferentes compreensões sobre o que eram os interesses dos pequenos agricultores e, conseqüentemente, legitimar a representação destes interesses. Se, de um lado, os antigos dirigentes sindicais buscavam construir, por intermédio de seu discurso e de suas ações, o que eram esses interesses – mesmo depois de estarem fora da diretoria do STR –, por outro, o MUL e suas lideranças também lutavam por legitimar o seu entendimento, impondo novas regras, eliminando práticas antes abonadas, ou seja, definindo o que era correto ou incorreto segundo as normas que orientavam suas posturas. Assim, em ambos os lados desta disputa, pesavam a capacidade de ter os instrumentos que poderiam proporcionar a produção e a representação do interesse, pois como lembra BOURDIEU (1989a:174), na luta pela representação dos interesses, está em jogo,

...por um lado, o monopólio da elaboração e da difusão do princípio de di-visão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados (capital político objetivado). Ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a reconhecer e de se fazer reconhecer...¹³²

3.1.3 – O STR como campo de disputa entre o MUL e os representantes do poder local

Como assinalado no início deste capítulo, a partir de determinado momento, a “conquista” do STR passou a ser estratégica para o fortalecimento político do Movimento no município, já que o sindicato era visto como uma entidade importante de representação dos pequenos agricultores e que, na avaliação do MUL, representava mal essa categoria. Dentro do STR, o Movimento avaliava que poderia ter mais eficácia na disputa por espaços e na luta por políticas públicas pois, como lembra uma das

¹³² Para uma discussão sobre representação de interesses ver, também, OFFE (1994).

lideranças, era um espaço politicamente importante e que representava os agricultores em diversas instâncias, tais como os Conselhos Municipais (Desenvolvimento Rural, Educação, Saúde, Criança e do Adolescente, Tutelar etc.) e que permitiria ao MUL dialogar com o poder público municipal mais diretamente.

As entrevistas e os dados coletados em Pontes e Lacerda indicam que não havia políticas municipais específicas para os pequenos agricultores. Ao serem perguntados sobre as políticas municipais destinadas a esse grupo, o prefeito municipal – à época do primeiro trabalho de campo – e seu chefe de gabinete deram a seguinte resposta:

Prefeito: Tem a Santa Casa com leitos do SUS. A prefeitura mantém um convênio que repassa dinheiro para a Santa Casa para o pagamento dos médicos.

Chefe de Gabinete: Paralelamente o prefeito dá muitos medicamentos que não tem no SUS, o prefeito dá uma internação... se alguém precisa ficar internado em Cuiabá nosso prefeito fornece a passagem, às vezes até estadia né... as passagens, a gente tem convênio com Vans.

Em resposta à insistência da pesquisadora sobre as políticas públicas municipais e/ou projetos destinados especificamente aos pequenos agricultores do município e ao meio rural, o chefe de gabinete do prefeito foi enfático:

A gente aqui não separa as coisas, o que é assentado ou não, rural ou não. Nós temos projeto na Câmara de Vereadores sem perguntar quem é quem... Senão você cria um clima muito ruim.

Já um dos vereadores (ex-presidente do STR), ao ser questionado sobre as políticas públicas municipais, referiu-se às mesmas da seguinte maneira: “Política municipal para o meio rural tem. O prefeito anda fazendo estradas.”

Como é possível abstrair destas entrevistas, a atuação da prefeitura no que se refere aos pequenos agricultores limitava-se aos serviços prestados através da Secretaria de Saúde, como explicitado pelo próprio prefeito, além da Secretaria de Obras do município que atuava, basicamente, na melhoria de estradas vicinais. À exceção destas duas secretarias, algumas ações eram desenvolvidas em resposta às cobranças efetuadas pelos pequenos agricultores, tais como a contratação de professores para as escolas rurais (onde estas existissem) ou linhas regulares de ônibus para o transporte escolar. É claro que essas ações eram importantes e expressavam, também, o interesse dos agricultores. Contudo, o que se quer demarcar aqui é que não havia, por parte da prefeitura, políticas destinadas especificamente ao meio rural. A título de ilustração, vale a pena conferir o trecho da entrevista com o prefeito municipal e seu chefe de gabinete no qual, este último, se reporta à infra-estrutura social no meio rural:

O problema social é muito desagradável. Eles querem saúde e escola pros filhos... só que não tem exigência. Se você fincar quatro paus e botar uns galhos de árvore em cima, a professora dá aula assim mesmo... então pra isso eles são bem compreensivos. Só que eles exigem que tenha escola e que tenha condição de trafegabilidade.

Quanto às políticas públicas na área agrícola, a ação da prefeitura restringia-se à implementação das ações oriundas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDR), que basicamente trabalhava com o objetivo de garantir a aplicação dos recursos oriundos de programas do governo federal, como por exemplo, o Pronaf. Como se verá mais à frente, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural

(PMDR), apesar de discutido no CMDR, não havia sido elaborado no município, o que dificultava o direcionamento dos recursos para as prioridades dos pequenos agricultores.

Durante a realização do segundo trabalho de campo, já com outro prefeito eleito – de um grupo de oposição ao anterior –, pôde-se verificar que as ações da prefeitura municipal continuavam com o mesmo perfil da administração anterior. A entrevista com o prefeito esclarece qual era a prioridade da administração municipal para o meio rural:

No nosso município, o forte é a pecuária de corte e leite. Mas nós queremos mudar um pouco isso, porque o que nós temos visto lá em São Paulo é que as regiões só de pecuária não desenvolvem. Então nós queremos mudar isso um pouco. As pessoas que moram aqui só querem saber de criar gado. Então, nós temos de trazer pessoas de fora que se interessem em desenvolver esse outro lado. [...] o pessoal do sul do País, onde a propriedade lá ficou pequena. Agora aqui ficou bom, porque já não é mais mata pesada. Área desocupada não tem, mas é o lugar de mais terra barata que tem. [...] Quanto aos pequenos, que já fazem agricultura familiar, eles estão já tendo o seu desempenho, que eu acho que está caminhando até bem, mas é uma agricultura de subsistência. Nós temos de caminhar para uma agricultura mais mecanizada, com uma tecnologia mais aprimorada.

Segundo documento fornecido pela Gerência de Programas e Projetos da Prefeitura Municipal, os projetos da Secretaria de Agricultura de Pontes e Lacerda no ano de 2001 estavam distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 - Projetos da Secretaria de Agricultura de Pontes e Lacerda – 2000-2004.

	Projeto	Especificação	Situação	Fonte de recurso
1	Telefonia Rural em três comunidades	Sistema Embratel	Em estudo	Embratel
2	Telefone Comunitário em uma comunidade	Sistema Embratel	Executado	Embratel
3	Estradas Rurais em duas comunidades	25 km patrolamento e cascalhamento; uma ponte; um bueiro	Em estudo	Deputado Estadual Duda Barros
4	Patrulha Rural	dois tratores agrícolas de pneus	Executado	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
5	Eletrificação Rural	54 km de rede elétrica em uma comunidade	A executar	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
6	Pronaf	Construção de barracões, aquisição de utensílios, máquinas e implementos agrícolas para uso coletivo	A executar em 2002	Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF
7	Pronaf	Construção de	Recursos	Ministério do

		barracões, aquisição de utensílios, máquinas e implementos agrícolas para uso coletivo	liberados – a executar	Desenvolvimento Agrário – SAF
8	Infra-estrutura rural em três assentamentos	Construção de 10 pontes de madeira; cinco poços artesianos e 130 km de estradas vicinais	Em estudo para emenda parlamentar 2001	Ministério do Desenvolvimento Agrário – Deputada Celcita Pinheiro

Fonte: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda – Gerência de Programas e Projetos.

Como é possível observar, dos oito projetos da Secretaria, a maioria deles estava ligada ao desenvolvimento de programas do governo federal e, em todos os casos, envolvendo recursos externos ao município. Em dois projetos (3 e 8) havia a indicação da mediação de políticos, sendo que, em um desses casos (8), ao que parece, eram recursos programados pelo Incra para a infra-estrutura de assentamentos.

Esses dados corroboram a análise sobre a precariedade das políticas municipais para os pequenos agricultores – que não é exclusividade de Pontes e Lacerda –, na medida em que a partir deles é possível observar que não havia uma proposta mais concreta de desenvolvimento para este grupo de agricultores, mas apenas a execução de programas nacionais que envolviam o repasse de recursos via município. Mesmo no que se refere ao discurso do prefeito municipal sobre a intenção de fomentar outras alternativas para o desenvolvimento do setor agrícola no município, explicitado na entrevista anterior, não havia indicação de ações mais concretas na secretaria de agricultura visando ao encaminhamento de projetos ou programas naquele sentido.

A partir dessas informações, que sugerem o perfil das administrações municipais em Pontes e Lacerda, é possível compreender a disposição das lideranças do MUL, quando passaram a considerar a necessidade de uma atuação mais direta junto ao governo municipal, buscando intervir mais concretamente na defesa da categoria que representava. Assim, o STR era visto como um dos espaços no qual seria possível aprofundar o “embate político”, como relata o presidente do STR, à época dos trabalhos de campo:

Não existe uma política pública destinada aos trabalhadores rurais... eles são prejudicados, principalmente na área da educação e da saúde... então nossa relação é meio que de cobrança... de embate político, porque nós precisamos estar organizando os agricultores para poder cobrar a questão da saúde, da educação, estradas etc...

Se nos primeiros anos de atuação da FASE na região do Vale do Guaporé o que marcava a atuação dos técnicos e das lideranças por eles formadas era a disposição de se manterem distantes de possíveis encontros com o STR e com lideranças locais (Cf. cap. II), os primeiros anos da década de 1990 – quando se decide, entre outras coisas, buscar uma participação direta no STR – marcaram o início de uma investida para fortalecer a organização dos pequenos agricultores e disputar espaços com os representantes das forças políticas locais.

Se o que predominava no discurso das lideranças do MUL era a retórica sobre o embate político para a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, implicitamente estava em jogo, também, tirar o sindicato das mãos de pessoas ligadas ao poder local. Assim, a decisão de entrar na disputa pelo STR de Pontes e Lacerda estava imbuída não somente pelo que se explicitava em seus discursos, mas também pelo fato de que aquele era um espaço historicamente ocupado por pessoas ligadas ao poder local municipal. Corroborar essa análise o fato de que o Movimento, quando da decisão de disputar o STR de Pontes e Lacerda, já vinha de uma disputa eleitoral no município quando, nas eleições municipais de 1992 lançou um candidato a vereador, que não chegou a se eleger¹³³. Mas essa é uma discussão que será abordada no próximo capítulo.

Diferente do período em que o MUL dividiu a direção do STR com os antigos dirigentes – que de qualquer modo se mantinham no poder dentro da hierarquia do sindicato –, a decisão em lançar uma chapa exclusivamente composta por lideranças do Movimento para disputar as eleições sindicais de 1998 provocou uma mobilização dos

¹³³ Também lançou candidatos a vereadores nos municípios de Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade. Em nenhum deles os candidatos foram eleitos.

representantes das forças políticas locais em prol da chapa da situação, como relatam o coordenador da equipe regional da FASE e o presidente do STR:

Na campanha do STR, o Pedro Henri e o Antônio Joaquim, que são deputados federais, gravaram programas de televisão a favor da outra chapa que estava concorrendo. Teve um deputado estadual, o André, que fez campanha de casa em casa para os caras... O prefeito liberou dinheiro para quitar sócios para eles votarem.

...quando foi pra gente se eleger na diretoria do STR, a gente concorreu com o poder público local... a outra chapa, eram dois vereadores que contavam com o total apoio de todos os vereadores.

Neste período, os dois dirigentes sindicais de maior referência já eram vereadores eleitos em 1996. Assim, para além da disputa pelo espaço de representação formal dos agricultores, havia uma disputa política. Se, por um lado, o Movimento buscava fortalecer politicamente suas instituições e seu poder como representante de uma categoria, além de se opor ao poder político local, por outro, os representantes das forças políticas locais viam nestas lideranças do MUL uma oposição político-partidária, já que elas eram identificadas como sendo representantes de um dos partidos de oposição à administração municipal e identificado com a esquerda política. Como relata o prefeito municipal, durante o primeiro trabalho de campo desta pesquisa:

A relação com o Movimento é boa, nós convivemos muito bem, porque... A maioria é do PT né... é um povo meio bravo... 99% é do PT. Mas a relação é boa.

Independentemente da ligação ou não das lideranças do Movimento com partidos políticos, naquele momento, o STR foi alvo de uma disputa entre as forças políticas hegemônicas e o MUL, na medida em que aquela eleição passou a ser encarada como uma questão política municipal, o que promoveu o envolvimento não apenas dos políticos municipais, mas também de deputados federais e estaduais, como sugerem as entrevistas citadas anteriormente. Deste modo, é possível entender melhor por que o STR era visto como um espaço de importância fundamental no fortalecimento político do Movimento, pois significava tirar das mãos dessas forças políticas locais um instrumento que, segundo sua avaliação, vinha sendo usado para a manutenção de relações sociais baseadas na dependência e no favor.

Todo o investimento nesse processo e a “conquista” do STR representou a cristalização do MUL no município e na região como ator importante na disputa local, tanto no que se refere à representação deste grupo de agricultores, quanto na política local. Isso implicou uma alteração substancial na configuração política local pois, se antes o MUL era visto pelos representantes do poder como uma representação, por assim dizer, informal, dos pequenos agricultores, com a “conquista” do STR de Pontes e Lacerda, houve, na falta de melhor termo, uma formalização da participação desses atores na configuração. Em outras palavras, houve uma alteração no equilíbrio de poder entre os atores e, conseqüentemente, na forma de interdependência entre os mesmos que, como ressalta ELIAS (1999), é condição prévia para que se estabeleça uma nova configuração.

3.2 – O MUL e a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Se, como visto, o STR era um espaço importante a ser “conquistado” para que o MUL pudesse aparecer na cena municipal de forma mais concreta e se fortalecer como representante dos trabalhadores rurais, a participação em um outro espaço de disputa como o poder público municipal se constituiu na possibilidade de intervir efetivamente na discussão e na elaboração de políticas públicas. Assim, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) se tornou o principal fórum de discussão entre as entidades de representação dos agricultores e o poder público municipal.

Os CMDR, assim como diversos outros Conselhos Municipais espalhados pelo país (nas áreas de saúde, educação, criança e do adolescente etc.), são o resultado do processo de descentralização das políticas públicas no Brasil, implementado a partir da Constituição de 1988 e devem ser compreendidos dentro dessa proposta. A nova institucionalidade, criada com a Constituição, proporcionou aos municípios adquirirem autonomia no sistema federativo e a possibilidade de se auto-organizarem através das Leis Orgânicas Municipais, além de se beneficiarem do estabelecimento de uma nova política tributária que possibilitou o acréscimo de 30% de suas receitas (SANTANA, *apud*. SOUZA; 2000).

Segundo FAVARETO & DEMARCO (2002:10),

Esse novo quadro institucional tem como um de seus traços principais a criação de vários conselhos gestores, num processo impulsionado pelo movimento de municipalização das políticas públicas desde então, pela pressão de setores populares por maior participação social, e ainda pelo reconhecimento por parte de várias agências de financiamento quanto ao papel benéfico da participação das populações-alvo na fiscalização da utilização de recursos a elas dirigidos.

Segundo esses autores, os dados do IBGE de 2001 apontavam a existência de aproximadamente 27 mil conselhos no Brasil, atingindo 99% dos municípios, com uma média de 4,9 conselhos por município.

3.2.1 – O MUL no CMDR de Pontes e Lacerda

Como na maioria dos municípios brasileiros, em Pontes e Lacerda o CMDR foi criado em resposta à dinâmica empreendida durante a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Assim sendo, a criação destes Conselhos no Brasil se confunde com a implementação desta política agrícola¹³⁴.

Criado em 1995, inicialmente o Pronaf se constituía somente em uma linha de crédito, mas a partir de 1996 foi ampliado para o apoio ao desenvolvimento rural com base na agricultura familiar e atua, basicamente, através de quatro linhas de

¹³⁴ O Pronaf é “...um programa que visa ao fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso a novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.” (SCHNEIDER, CAZELLA & MATTEI; 2004:24)

ação: Pronaf crédito, que destina anualmente recursos para custeio e investimento para atividades rurais; Pronaf capacitação, que destina recursos para a capacitação e profissionalização dos agricultores, conselheiros municipais, equipes técnicas responsáveis pelo programa; Pronaf financiamento de pesquisa e extensão rural, cujos recursos são destinados para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares; Pronaf infra-estrutura e serviços, que fornece apoio financeiro aos municípios para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos.

Para que um município esteja apto ao recebimento desta última linha, é **precondição a implementação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, no qual deverão estar representados todos os segmentos da agricultura familiar da localidade, a sociedade civil e o Estado (SOUZA; 2000:114).** Nesse sentido, a partir do ano de 1996 disseminaram-se pelo país afora os CMDRs, visando tornar o município apto à seleção para o Pronaf infra-estrutura e serviços. Idealmente, os Conselhos devem ser formados por representantes do Estado e por organizações da sociedade civil organizada, devendo ser respeitada a composição de, pelo menos, 50% de representantes da sociedade civil. A coordenação do Conselho deve ser eleita pelos conselheiros, e a presidência não deve ser exercida pelo chefe do Executivo Municipal. Os conselhos são instâncias para a consulta e deliberação, responsáveis pela elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural como um dos critérios para a alocação dos recursos oriundos Pronaf infra-estrutura e serviços¹³⁵.

Para MELO (*apud.* FAVARETO & DEMARCO; 2002:6), no que se refere ao Pronaf infra-estrutura e serviços, seria função dos Conselhos

...implementar regras e critérios para o resgate e aprovação de demandas das comunidades dos agricultores por apoio técnico e financeiro do programa; estimular os processos de transparência, democracia e eficiência na aplicação destes apoios; articular essas demandas das comunidades em um plano estratégico de desenvolvimento rural para o município; monitorar a aplicação dos recursos para que cheguem ao público e ao destino indicados; induzir o melhor nível de benefício possível através do aperfeiçoamento da base tecnológica, do planejamento e do gerenciamento dos gastos.

Segundo a pesquisa realizada por FAVARETO & DEMARCO (2002:18-19) em cinco estados do país (RO, MS, SC, ES, PE), a maioria dos CMDRs (85,1%) teve origem no período posterior à criação do Pronaf. Ainda segundo seus dados, a principal motivação constatada entre os conselheiros para a criação dos mesmos foi a exigência de sua existência para que o município tivesse acesso aos recursos do Pronaf infra-estrutura e serviços (73,4%)¹³⁶.

A pesquisa realizada pelo Ipardes (2001:9) em 20 dos 57 municípios do Paraná beneficiados pelo Pronaf infra-estrutura e serviços também aponta na mesma direção. Segundo este trabalho, 75% dos Conselhos analisados foram criados a partir do ano de 1997, coincidindo com a implementação do Pronaf infra-estrutura e serviços nos

¹³⁵ Para uma avaliação sobre os CMDRs ver, entre outros, SOUZA (2000), FAVARETO & DEMARCO (2002), ABRAMOVAY & VEIGA (1999), Ipardes (2001).

¹³⁶ SOUZA (2000) em um estudo de caso em um município da Bahia informa que os sete Conselhos existentes naquele município, dentre eles o CMDR, foram criados para atender às exigências operacionais estabelecidas por níveis de governo superiores, federal ou estadual, que geralmente vinculam o repasse de recursos à prefeitura, à existência de conselhos representativos da sociedade civil.

municípios. Segundo este estudo, a maioria dos CMDRs foi criada “estritamente para atender a uma exigência do Pronaf”.

Para FAVARETO & DEMARCO (2002:19),

a indução à criação dos CMDR pelo Pronaf torna quase inevitável que o principal agente desse processo seja o poder público municipal. A possibilidade de trazer para os municípios os recursos referentes a essa linha do programa faz com que as administrações municipais se mobilizem para cumprir os requisitos legais necessários para isso.

Segundo dados desses autores, o ator que mais se envolveu na criação dos Conselhos foi o poder público, seguido dos sindicatos de trabalhadores rurais e das cooperativas ou associações, sendo que, no caso desses dois últimos, os autores constataram um envolvimento “limitado à formalidade”. Um outro ponto para o qual esses autores chamam a atenção é sobre a exigüidade dos prazos para a formação dos Conselhos nos municípios selecionados pelo Pronaf. No ano de 2001, por exemplo, nos procedimentos adotados pelo governo federal para o Pronaf, os municípios tinham menos de três meses para formalizar a criação do Conselho e apresentar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que deveria planejar a implementação de políticas públicas, dentre elas o Pronaf infra-estrutura e serviços, sob pena de serem excluídos da lista de municípios selecionados para terem acesso aos recursos.

Estes estudos fornecem elementos que permitem deduzir sobre a criação desordenada dos CMDRs com o objetivo de tornar os municípios aptos a receberem os benefícios de uma política específica, oriunda do governo federal. Sob este aspecto, os trabalhos consultados levantam problemas de diversas ordens (relativos à criação, composição, ao funcionamento e ao perfil do Conselho, entre outros) que revelam as dificuldades dos atores municipais envolvidos para implementarem uma política descentralizadora – como se propõe ser o Pronaf infra-estrutura e serviços¹³⁷ –, como também para atender ao propósito mais geral defendido por estudiosos, entidades mediadoras, ONGs, entre outros, de que os Conselhos pudessem representar uma inovação na gestão das políticas públicas e, enquanto tal, fossem concebidos no

¹³⁷ Sobre a proposta descentralizadora do Pronaf em geral, e do Pronaf infra-estrutura e serviços em particular, FAVARETO & DEMARCO (2002:5) afirmam que, “... mais do que meramente aportar recursos creditícios direcionados a esse segmento - beneficiando uma ou outra propriedade, um ou outro produto, uma ou outra região - na estruturação do programa foram inseridos mecanismos destinados a induzir o desenvolvimento rural. Destacadamente essa foi a razão da criação de uma linha dentro do Pronaf através da qual seriam carreados recursos para a melhoria da infra-estrutura dos municípios, elemento vital para a promoção do desenvolvimento. [...] sua lógica de funcionamento previu ainda uma modalidade institucional bastante avançada se considerada a tradição brasileira, marcada por uma forte apartação entre os gestores da coisa pública e as populações dela beneficiárias. Em vez de uma estrutura burocrática especializada e verticalizada, com poderes absolutos sobre a gerência do programa, optou-se pela criação de conselhos municipais como instâncias de consulta e deliberação, e pela elaboração prévia de planos de desenvolvimento como critério de alocação dos recursos disponibilizados. Com isso, foram postos em funcionamento mecanismos de participação de diferentes segmentos da sociedade e do Estado na concertação de diagnósticos, de proposições e de formas de gestão do fundo público.”

espaço municipal como o órgão de planejamento, gestão e promoção para o desenvolvimento rural sustentável municipal¹³⁸.

Essas dificuldades dos atores locais de lidarem com as questões relativas ao papel e desempenho dos Conselhos é fruto, por exemplo, da formalidade com que as entidades de representação dos agricultores se envolvem nas ações que, para FAVARETO & DEMARCO (2002), pode ser explicado, tanto pelas dificuldades de articulação entre as forças de um município quanto pelos prazos demasiadamente exíguos que a dinâmica dos Conselhos e do próprio Pronaf impõe, dificultando a implementação dos requisitos necessários ao bom funcionamento de uma política como essa, tais como, sensibilização dos atores e do público envolvido, equalização de informações, consultas a organizações, entre outros.

Independentemente do que cada autor e do que os distintos atores envolvidos com esta problemática analisem como sendo o papel dos CMDRs, a política que incentivou a sua criação nos municípios designou ao mesmo um papel específico. Não é objetivo aqui aprofundar demasiadamente o debate em torno das análises efetuadas sobre a diversidade de questões envolvendo os CMDRs, mas ressaltar algumas questões de modo a demonstrar que, no geral, essas análises apontam para a fragilidade de funcionamento destes Conselhos.

Acompanhando a lógica que orientou a implementação da maioria dos CMDRs pelo país afora, em Pontes e Lacerda o CMDR foi criado em 3 de setembro de 1996, pela Lei municipal nº 320/96, como condição para que o município estivesse apto a receber os recursos oriundos do Pronaf infra-estrutura e serviços.

Respeitando a regra da paridade, a Lei Municipal estabelece que o Conselho deve ser composto por sete entidades representantes da “sociedade civil organizada” e sete representantes do poder público. Assim, estão representadas no CMDR o STR, FASE, ACTA, Associação de Produtores, Associação Comercial e Industrial, Central de Associações, Sindicato Rural, Incra, Empaer, Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA), Banco do Brasil, Secretaria Municipal de Agricultura, Câmara Municipal, Banco do Estado de Mato Grosso (BEMAT). Ainda segundo essa lei o Conselho deve ser presidido pelo prefeito municipal, o que contraria a orientação da legislação federal que regulamenta a criação dos CMDRs.

Nos períodos em que a pesquisa de campo foi realizada em Pontes e Lacerda, a presidência do Conselho era ocupada pelo prefeito municipal, a vice-presidência era ocupada por um representante dos pequenos agricultores e a secretaria pelo secretário de agricultura. As reuniões do Conselho aconteciam mensalmente, sempre

¹³⁸ Para ABRAMOVAY (*apud.* FAVARETO & DEMARCO; 2002:11), “... a missão fundamental dos CMDRs, responsáveis pela gestão do Pronaf/Infraestrutura nos municípios, deveria ser justamente a descoberta e o alavancar dos potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de mobilizar, sobretudo nas regiões menos favorecidas.” Missão essa “... que não estaria sendo cumprida pelos conselhos, apesar de louváveis exceções, que demonstram que as falhas existentes não são inatas à existência desse tipo de espaço institucional de gestão social das políticas públicas.” Nessa mesma linha, defende FAVARETO & DEMARCO (2002:16) que, “... o principal papel dos conselhos é sensibilizar, mobilizar e articular as forças vivas de um território na promoção de seu desenvolvimento e no estabelecimento de pactos entre esses agentes orientados por esse mesmo intuito. Um papel que, portanto, aponta para a necessidade de superação dos limites do viés agrícola, municipalista, e meramente reativo que hoje predomina entre os agentes públicos e privados que atuam nos espaços rurais.”

na primeira terça-feira de cada mês, na Câmara de Vereadores do município, o que garantia uma regularidade nas reuniões.

Quanto ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), que idealmente balizaria as ações de desenvolvimento para o município e seria um dos critérios para o acesso aos recursos do Pronaf infra-estrutura e serviços, ele ainda não havia sido formulado até o momento em que esta pesquisa foi realizada. Contudo, isso não estava sendo um empecilho para que o município acessasse os recursos desta linha de crédito do Pronaf. Segundo ABRAMOWAY & VEIGA (1999:8), o PMDR

...é entendido como um documento oficial do município, que deve ajudar a obtenção de recursos necessários à implementação de ações orientadas para o fortalecimento da agricultura familiar, inclusive aquelas não contempladas pelo Pronaf. Sua elaboração deve favorecer a participação efetiva dos agricultores familiares.

Somente podem pleitear os financiamentos do Pronaf infra-estrutura e serviços os municípios selecionados anualmente pelo Conselho Nacional do Pronaf e que disponham do PMDR aprovado pelo CMDR. A aprovação dos projetos de apoio do Pronaf deveria estar vinculada àqueles projetos constantes no PMDR. Contudo, na prática,

...surgiram planos de trabalho contendo apenas projetos financiáveis pelo Pronaf. Em geral esses planos de trabalho resultaram do diálogo entre os formuladores locais (técnicos ligados aos CMDR) e as instâncias do programa, principalmente os técnicos da equipe central (DATER/SDR/MA). Foram esses planos de trabalho que deram base à contratação dos recursos via Caixa Econômica Federal, agente financeiro encarregado do repasse aos municípios (ABRAMOWAY & VEIGA; 1999:8).

Segundo esses autores, as inúmeras dificuldades e incoerências de diversas ordens detectadas nos primeiros PMDRs do programa levaram a que os próprios técnicos da coordenação nacional do Pronaf reavaliassem a postura em relação aos PMDRs e passassem a vincular a liberação dos recursos do Pronaf infra-estrutura aos planos de trabalho, derivados dos PMDRs.

Todos os esses problemas detectados durante o *survey* (e muitos outros) também haviam sido percebidos pelos técnicos responsáveis pela coordenação nacional do Pronaf. Foi por isso mesmo que surgiu o *Plano de Trabalho*, um documento derivado do PMDR, mas que contém apenas propostas que poderiam ser objeto da ajuda do Pronaf. Ou seja, em vez de desencadear um complexo e desgastante processo de discussão e revisão dos PMDR (que poderia ser muito longo e de resultados duvidosos), a equipe coordenadora do programa preferiu um caminho mais pragmático de financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios. Essa opção permitiu que os CMDR mantivessem seus PMDRs, buscando junto a outras esferas o financiamento dos itens não aceitos pelo Pronaf (ABRAMOWAY & VEIGA; 1999:14).

Pesquisa realizada pelo Ipardes (2001:25) corrobora a análise acima ao observar que, apesar de ser responsabilidade dos conselheiros a elaboração dos PMDRs, a participação dos mesmos nesse processo ficou limitada ao corpo técnico que integrava os Conselhos, normalmente os técnicos das prefeituras e da Emater.

Segundo este trabalho, ainda que 80% dos entrevistados afirmassem conhecer o PMDR,

...o ‘conhecer’ a que eles se referem foi utilizado como sinônimo de ‘saber da existência deste plano’ ou ‘ter ouvido falar dele’, ou em muitos casos saberem de sua existência por lembrarem da consulta feita em todas as comunidades na época da elaboração do Plano.

Na pesquisa realizada por FAVARETO & DEMARCO (2002:37), os dados apontam que as formas pelas quais o levantamento efetuado por ocasião da elaboração dos Planos nas comunidades dos municípios

...são bastante precárias e assistemáticas. Na maior parte dos casos isso envolve consultas mais ou menos informais às organizações ou comunidades. [...] A precariedade de articulação das demandas se reflete na estrutura dos planos. Em boa parte dos casos seu conteúdo não corresponde a uma visão consistente e alicerçada dos reais problemas e potencialidades do município.

Esses autores identificaram três situações que representavam a amostra por eles pesquisada:

(i) a maior parte dos casos, em que os planos se resumem a uma justaposição de demandas do município; (ii) um número pequeno de casos em que os planos são aparentemente consistentes mas trata-se de uma consistência meramente formal (são situações em que os planos podem ter sido elaborados a partir de outros planos já existentes, não raro de outros municípios); e (iii) um número também pequeno em que os planos são uma efetiva tentativa de diagnóstico e proposição sobre as potencialidades e limites do município (FAVARETO & DEMARCO; 2002:38).

Como é possível observar, a dinâmica empreendida no CMDR de Pontes e Lacerda – no qual os projetos não estavam orientados por um plano de desenvolvimento municipal – não era uma exceção, mas sim o padrão que demarcava o perfil da maioria dos CMDRs.

Segundo os dados disponibilizados no *site* do Incra, entre os anos de 1997 e 2003 foram elaborados quatro projetos para o Pronaf infra-estrutura e serviços (1997, 1999, 2001 e 2003) em Pontes e Lacerda para os quais foi destinado o montante de R\$ 542.684,00¹³⁹. Dentre esses projetos destacavam-se a aquisição de dois tratores agrícolas destinados ao uso coletivo dos pequenos agricultores, a compra de dois caminhões para o transporte de produtos agrícolas e a instituição de um Fundo Municipal de Aval com o objetivo de assegurar crédito agrícola para os pequenos agricultores que não possuíam nenhuma garantia que proporcionasse o acesso a outros financiamentos, especialmente os agricultores de áreas de posse e de regularização¹⁴⁰, como sugere a entrevista com o vice-presidente do CMDR e secretário do STR:

¹³⁹ www.incra.gov.br (Obras nos municípios) ou

https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/siurbn/acompanhamento/ac_publico/sistema/asp/pte_origem_recurso.asp?hdd_operacao=OCC

¹⁴⁰ Segundo a ata da Assembléia do CMDR (de 8 de setembro de 1998), que definiu os critérios a serem adotados para implantação do Pronaf-Fundo de Aval, os beneficiários seriam os agricultores das Associações de Pequenos Agricultores, excluídas aquelas nos Assentamentos Rurais. A triagem dos beneficiários seria feita pelas associações, os projetos elaborados pela Empaer e a carta de aptidão emitida pelo STR.

...através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, nós criamos o Fundo de Aval no município. Agora os agricultores, principalmente os de áreas não regularizadas que não têm nenhum acesso a crédito, vão poder ter acesso via Fundo de Aval, a priorização vai ser para essas pessoas, porque eles não conseguem avalista e não tem documento. O STR vai fornecer a carta de aptidão para conseguir esses recursos. São projetinhos de até R\$ 2000,00 ou R\$ 3000,00 para custeio.

Em Pontes e Lacerda, o CMDR vinha funcionando como único espaço institucional onde os pequenos agricultores conseguiam discutir suas propostas e transformar algumas delas em políticas públicas, devido às próprias dificuldades de articulação e de discussão com o poder Executivo e Legislativo, como sugere a entrevista com este membro do Conselho e presidente da Associação da Gleba Scatulins: “...da prefeitura não conseguimos nada... agora aprovou o Fundo de Aval, com muita luta nossa através do Conselho [...] Os projetos que estão na Câmara são os que passaram via Conselho”.

O MUL, desde a implementação do Conselho no município, procurou se articular para garantir a hegemonia. A composição do Conselho, paritária, facilitava mas não garantia essa hegemonia dada a própria correlação de forças em um espaço como este, onde as articulações fazem parte do processo de discussão e debate. Segundo relato do presidente do STR, as reuniões com as entidades representantes dos pequenos agricultores e a articulação com alguns dos outros representantes no Conselho garantiam que, na maior parte dos casos, não houvesse grandes dificuldades na aprovação das propostas.

...no CMDR, a participação é no sentido de ter uma aproximação de várias outras entidades que participam e puxar no Conselho o máximo de parceiros para falar a mesma língua dentro lá. Hoje, dentro do Conselho, a gente conta com alguns órgãos públicos que falam a nossa língua. A Empaer, por exemplo, fecha com todas as idéias que o STR apresenta [...] o Incra fecha conosco em algumas coisas [...] A reunião é sempre na 2ª terça-feira do mês. Então na segunda-feira que antecede, a gente dá uma reunida pra ir pra dentro do Conselho afinados. [...] Nós temos a maioria dentro do Conselho. A maior parte das coisas a gente consegue passar, mas tem de articular antes.

Em Pontes e Lacerda o que se constatou sobre a atuação do Conselho é que, até aquele momento, as discussões e deliberações que passavam pelo mesmo extrapolavam as ações relacionadas à produção agropecuária, ou mesmo àquelas estritamente relacionadas ao Pronaf infra-estrutura e serviços. Essa atuação difere dos dados averiguados por FAVARETO & DEMARCO que indicam que, na amostra pesquisada por eles, a maior parte dos Conselhos pautava-se por uma discussão que tendia para o formalismo. Deste modo,

Quando se trata de qualificar os temas e assuntos que são objeto de apreciação, debate e deliberação pelos Conselhos, observa-se que na maior parte dos casos eles se restringem ao PMDR e às ações dele derivadas. Em poucos casos se relataram ações que vão para além do plano, para além dos limites do município, para além das ações voltadas à agricultura. Em uma palavra, a vida do Conselho se resume à elaboração e à gestão do PMDR e às deliberações a ele inerentes (FAVARETO & DEMARCO; 2002:32).

Assim, em Pontes e Lacerda, na ausência do Conselho Municipal de Educação (CME) – que não existia até a realização desta pesquisa – e com dificuldade de se articularem para obterem uma postura mais marcada no Conselho Municipal de Saúde (CMS), o MUL passou a discutir essas questões, também, no CMDR. Como lembra o secretário do STR e vice-presidente do CMDR:

...o Conselho de Saúde é onde o STR também tem assento... e a gente está tendo dificuldade, porque a parte dos usuários a gente não está conseguindo se articular, como no CMDR, para bancar nossa posição... então é mais difícil, acaba que fica mais sob o domínio dos médicos e dos prestadores de serviços [...] Depois que surgiu o CMDR, algumas coisas estão mudando, a gente tem discutido a questão da saúde, da educação.

Deste modo, na área da saúde, o CMDR havia discutido e aprovado o investimento, pela prefeitura, em um ambulatório médico móvel, com o objetivo de suprir a carência dos postos de saúde nas diferentes comunidades rurais do município. No que se refere à educação, havia sido discutida e aprovada a compra de ônibus pela prefeitura para fazer o transporte escolar gratuitamente no meio rural¹⁴¹.

Ao que foi possível observar, o CMDR passou a ser uma instância concentradora e catalisadora das reivindicações relacionadas aos pequenos agricultores do município, encaminhadas ao Conselho sob a liderança das entidades do MUL (STR, Central, ACTA) e da FASE. Dito de outro modo, o MUL passou a ver no CMDR o local para realizar o debate e a articulação para buscar, junto à prefeitura, políticas municipais que ultrapassavam aquelas relativas somente ao incremento das atividades agrícolas. Assim, ainda que a criação do Conselho tenha ocorrido para adequar o município às normas do Pronaf infra-estrutura e serviços, ele funcionava menos formalmente que a verificada em outras situações, como constatado por FAVARETO & DEMARCO (2002). É interessante notar que esse fato não estava, necessariamente, vinculado a qualquer decisão advinda do Conselho que balizasse um padrão de atuação. Na verdade, a precariedade da situação dos pequenos agricultores, principalmente no que se refere às questões de saúde e educação, e as dificuldades de interlocução com o Executivo e com o Legislativo municipal via outros caminhos acabavam, por assim dizer, transferindo a discussão dessas questões para o CMDR.

Deste modo, essa atuação do CMDR em Pontes e Lacerda aponta para a transposição da visão que permeia tanto os órgãos gestores de políticas quanto as organizações dos trabalhadores rurais, segundo a qual os conselhos são percebidos exclusivamente como os gestores de uma linha específica de crédito e, enquanto tal, seu papel seria o de fazer com que os recursos dessa linha pudessem contribuir da melhor forma possível para a melhoria da infra-estrutura dos municípios, colaborando para a viabilização da agricultura familiar¹⁴² (FAVARETO & DEMARCO; 2002). Ou seja, em Pontes e Lacerda, a atuação do Conselho apontava para a ampliação do leque de questões que diziam respeito aos pequenos agricultores e que, na falta de outros espaços, passavam a ser discutidas neste fórum.

¹⁴¹ Como se verá adiante, a aprovação destas propostas do CMDR não significava, necessariamente, que elas estavam sendo implementadas.

¹⁴² Para FAVARETO & DEMARCO (2002), segundo essa visão, o incremento da atividade agrícola através deste crédito promoveria o desenvolvimento do município e a qualidade de vida das populações rurais. Para esses autores, essa é uma concepção na qual o espaço rural e suas possibilidades se resumem à agricultura e onde o horizonte das intervenções é sempre restrito ao limites do município.

Um estudo de caso realizado por SOUZA (2000) corrobora a visão de que os CMDRs podem se constituir em espaços importantes para a atuação e intervenção de setores da sociedade nos processos de elaboração e decisão sobre as políticas públicas a eles direcionadas. Em seu estudo de caso, esta autora demonstra como o CMDR pode ser uma alternativa para a implementação de uma nova institucionalidade municipal, quando se reúnem as condições que proporcionam um funcionamento eficaz no desenvolvimento do planejamento e da gestão das propostas contidas no PMDR. No caso por ela estudado, os principais fatores que proporcionaram a eficácia do Conselho no município foram o acúmulo de vários anos de experiência organizativa de entidades de representação dos pequenos agricultores do município, a existência anterior ao CMDR de uma proposta de um plano de desenvolvimento que deveria ser gerido por representantes das comunidades rurais, a realização anterior ao CMDR de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRPA) no município e, por último, a disposição das entidades de representação dos pequenos agricultores em entrarem no jogo político local para buscar maior eficácia em suas ações e poder interferir, a seu favor, no próprio jogo político.

Não é objetivo aqui discutir as diferentes visões e interpretações sobre o papel dos CMDRs, nem tampouco, avaliar profundamente a atuação do Conselho. Para os limites da discussão que se propõe neste trabalho, por ora basta demarcar como o Conselho em Pontes e Lacerda se tornou, para o MUL, um espaço de disputa sobre a proposição e implementação de políticas públicas voltadas para o meio rural. Ou seja, o CMDR se constituiu em uma nova configuração, na qual o MUL e as lideranças passaram a ter um mínimo de ingerência sobre as políticas públicas. Sob regras de funcionamento que garantiam minimamente um equilíbrio de poder mais ou menos estável entre os seus membros, o Conselho se transformou na instância a partir da qual as entidades do MUL e as lideranças dialogavam mais diretamente com o poder público municipal.

3.2.2 – O CMDR como espaço de disputa entre o MUL e o poder público municipal

Como já assinalado, as propostas de projetos que eram discutidas e aprovadas no Conselho, não necessariamente eram implementadas ou, pelo menos, não necessariamente eram implementadas obedecendo ao que foi aprovado. Segundo o relato de alguns conselheiros, após a aprovação das propostas pelo Conselho, havia a necessidade de todo um investimento para tentar acompanhar os procedimentos para viabilizar a execução do projeto, como relatam o gerente da Central e o presidente da Associação da Gleba Scatulins:

Aprovado o projeto no Conselho, precisa de muita briga para implementar... nós temos dois caminhões de carga seca, temos dois tratores... estes foram comprados via Conselho... [tem] um projeto para mais dois, 40 km de estradas e dois ou três aterros. Mas tem que ter pressão...

Transporte coletivo nós já estamos brigando há três anos... agora foi aprovada no CMDR a compra de 10 ônibus para o transporte escolar rural... o secretário disse ontem que está indo para Cuiabá, para comprar esses ônibus. [...] No CMDR, a gente se prepara antes, se articula antes para ir para lá. A gente passa projetos, mas não pode dormir no ponto, senão eles passam a perna.

Ao que foi possível constatar, algumas das propostas aprovadas no CMDR sofriam o que as lideranças do MUL classificavam de “manipulação”. A forma como as propostas que eram aprovadas no Conselho viravam projetos e, posteriormente, a própria execução do projeto, parecia proporcionar um ambiente para que ocorressem desvios de objetivos, atrasos e protelações no encaminhamento, entre outros problemas. O caminho percorrido era o seguinte: as propostas, depois de discutidas e aprovadas no Conselho, eram encaminhadas pelo Secretário do Conselho (que era o Secretário de Agricultura) para elaboração do projeto pelo Executivo Municipal (cujo prefeito era o presidente do Conselho). Elaborado o projeto, este seguia para a Câmara de Vereadores e depois era encaminhado para percorrer os trâmites legais para o financiamento e implementação.

Nesse caminho, algumas das propostas aprovadas eram modificadas e/ou redirecionadas. Ao que se pôde perceber, o CMDR não estava organizado o suficiente para acompanhar e fiscalizar devidamente algumas etapas desse processo de forma a garantir que o projeto fosse fidedigno ao que havia sido discutido no Conselho. Como informa o presidente do STR e conselheiro, a elaboração do projeto não era acompanhada. Ao mesmo tempo, na Câmara de Vereadores, não havia qualquer vereador que representasse os interesses dos pequenos agricultores – segundo a leitura que as lideranças do MUL faziam sobre essa representação e sobre o que era interesse do agricultor – de forma que, invariavelmente, os projetos que vinham do Executivo eram aprovados praticamente sem discussão.

O problema é que falta uma assessoria. Por exemplo, a gente não sabe quem elabora os projetos... os próprios vereadores não elaboram projetos. Todos os projetos vêm do Executivo... a câmara só aprova os projetos que vêm do Executivo... o que eles fazem é fazer alguma indicação... aí indica e o prefeito elabora o projeto.

Um dos fatos relatados e que exemplifica essa questão diz respeito à morosidade na elaboração do PMDR. A partir da realização de uma conferência municipal, na qual se discutiram as bases para a formulação do PMDR, o CMDR visava elaborar o Plano de Pontes e Lacerda. Entretanto, até o momento em que esta pesquisa foi feita, as comissões criadas para este trabalho não haviam apresentado resultados ao CMDR. Segundo o presidente do STR e conselheiro, havia uma “manipulação” para que o PMDR não saísse do papel. Segundo suas palavras:

Às vezes a gente consegue passar algumas coisas que depois, quando colocadas em prática, eles manipulam. Por exemplo, fizemos uma conferência para criar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, até hoje, essa conferência não foi sistematizada. Foram criadas comissões, mas são manipuladas... então, não significa que porque a gente tem maioria a gente consegue tudo...

Durante a execução do primeiro trabalho de campo pôde-se presenciar um outro exemplo de uma proposta que havia sido aprovada pelo CMDR e estava sendo implementada. Na proposta inicial, o CMDR havia discutido e decidido pela aquisição, por intermédio da Secretaria de Saúde, de um ambulatório médico móvel para atender às comunidades rurais do município de modo a suprir parte dos problemas enfrentados por esse público na área da saúde. Segundo se constatou, o Executivo Municipal, ao elaborar o projeto, promoveu alterações no mesmo de modo a adquirir um consultório dentário móvel que acabara de chegar ao município. Segundo o relato do secretário do STR e vice-presidente do CMDR:

...nós demos a idéia do ambulatório móvel – porque não adianta ter um posto de saúde nas comunidades, se não funciona – a idéia foi bem aceita, mas é aquilo que já dissemos, eles manipulam. Agora estamos sabendo que chegou o ambulatório, só que não é médico, é dentário. E veio via secretaria de saúde e prefeito. Eles estão tentando colher os louros disso... o dia que chegou o ambulatório, foi feita uma passeata, o prefeito subiu em cima e passeou pela cidade soltando foguetes, coisa de politicagem mesmo...

Naquele período, as lideranças do MUL estavam começando uma articulação para tentar se contrapor ao desvio de objetivo constatado na execução do projeto, o que estava demandando um outro tipo de investimento do Conselho, o de fiscalizador da aplicação dos recursos cujos projetos haviam sido objeto de proposição e aprovação naquele fórum. O que ficava claro naquele momento era o conflito estabelecido entre o poder público e o MUL a partir do Conselho, evidenciando a falta de consenso quanto ao funcionamento e às deliberações deste órgão. É o que sugere a entrevista com um dos conselheiros, presidente da associação da Gleba Scatulins,

... nós conseguimos uma unidade de saúde móvel... E o que eles fizeram?... eles compraram só uma clínica dentária e não vai funcionar como foi aprovado! E nós vamos reunir pra brigar pra funcionar como nós aprovamos no Conselho!

As dificuldades de acordo sobre as deliberações do CMDR ficavam mais claras ao se buscar, junto ao poder público municipal, informações sobre sua atuação neste fórum. Nesse sentido, o chefe de gabinete do prefeito relatava a aquisição do ambulatório móvel como um investimento daquela administração, preocupada com a qualidade de vida das famílias.

Para a atual administração não interessa como é que eles chegaram lá [as famílias nos seus lotes], interessa é que os filhos precisam de escola, precisam de médico e precisam de dentista. E para isso, o atual prefeito adquiriu recentemente uma unidade móvel para atender nas áreas.

Ao mesmo tempo em que procurava justificar tal aquisição como um ato exclusivo do Executivo Municipal, o discurso do chefe de gabinete do prefeito expressava a tentativa de mitigar a importância do CMDR. No decorrer da entrevista, essa postura ia se tornando mais clara, até chegar a ponto de haver, por assim dizer, uma certa desqualificação do CMDR e das entidades de representação dos pequenos agricultores. Deste modo, ao serem inquiridos sobre a relação da prefeitura com os pequenos agricultores e o CMDR, o prefeito e seu chefe de gabinete foram diretos e eloquentes:

P: Essa relação se dá mais direto ou via CMDR?

Prefeito: Aqui é tudo direto, tudo pessoal.

Chefe de Gabinete: aqui, quando o sujeito se aperta, ele não vai no STR ou associação, ele vai direto falar com o prefeito, ou conta com um vereador que é o líder dele. Ele vem aqui, já conversa... aqui é bem aberto.

Essa postura do prefeito municipal e de seu chefe de gabinete aponta para duas questões importantes. A primeira é que faz parte do jogo político a tentativa de desqualificar o opositor e de procurar a maximização dos ganhos políticos e eleitorais a

partir de qualquer ação ou política implementada no município, venha o recurso ou o projeto de onde vier. Aliado a isso, há uma compreensão sobre a prática política na qual as relações pessoais, o contato direto entre políticos e eleitores, são mais importantes que as instituições que supostamente representariam os diferentes atores envolvidos nesse processo. Trata-se de um *habitus*, carregado ao longo do tempo, cujos traços e características se materializam por intermédio destas relações, ao mesmo tempo em que são constitutivas delas. É na defesa desse *habitus* que os entrevistados acima se lançam ao desqualificar a forma de atuação do CMDR e das entidades do MUL. Trata-se de desqualificar um outro *habitus* cuja prática destoa de toda a sua experiência.

A segunda questão que, neste momento, interessa mais diretamente é que esse exemplo permite demonstrar como os recursos que chegam a um pequeno município são disputados pelos diferentes agentes e como, no caso específico de Pontes e Lacerda, a presença do CMDR não é garantia da aplicação correta dos recursos nos projetos por ele aprovados.

Nesse sentido, continuando com o exemplo do ambulatório, as entrevistas realizadas com outros políticos do município explicitam a disputa pela responsabilidade sobre tal aquisição. Assim como o prefeito municipal, o presidente da Câmara de Vereadores também se apresentava como o responsável pela aquisição de tal bem público:

...nós estamos recebendo agora uma unidade móvel, pra que... que vai manter um médico a partir do mês que vem agora... Nós vamos ter um médico para atender na zona rural... um dentista e um médico que vai até a zona rural. Isso aí foi um pedido da Câmara... Nós achamos por bem que não deveria mais construir posto na zona rural, porque constrói o posto, mas o médico não vai lá. Então foi um pedido nosso que tinha que inverter o modo de trabalhar. Então, posto de saúde não. Vamos arrumar uma unidade móvel, que toda semana o pessoal da zona rural sabe: essa semana vai atender aqui, a semana que vem vai atender lá... aí fica mais fácil pra esse povo aí...

Já um outro vereador entrevistado, que se apresenta como representante do Assentamento Cel Ary e da Gleba Scatulins, também se apresenta como um dos responsáveis pela aquisição do ambulatório e explicita sua expectativa com relação às possibilidades de uso para a atender às famílias da sua região de atuação,

Na minha região a questão da saúde é até boa. Lá não tem posto de saúde, porque a cidade é pertinho. Eu até fiz pedido de dois postos de saúde lá. Mas não adianta ter posto se não tiver médico e remédios. E agora, eu acredito que este prefeito está com boa vontade, está trabalhando junto com os vereadores. Nós agora compramos um carro ambulância, um ambulatório móvel... pra nós trabalhar na nossa região.

Em um município como Pontes e Lacerda, onde reinava a precariedade absoluta na área da saúde, é fácil compreender a disputa em torno da possibilidade de ter acesso a um ambulatório móvel que percorreria as comunidades levando assistência médica ou dentária. Se, para os políticos, significava a angariação de possíveis votos, para o MUL, naquele momento, significava uma derrota, pois a implementação correta da proposta aprovada pelo CMDR seria o início da resolução dos problemas gerados a partir do momento em que o STR parou de fazer o trabalho de assistência aos sindicalizados na área da saúde, como visto anteriormente. Já para o CMDR, a forma como esse episódio se desenrolava explicitava a fragilidade do concerto entre poder público e as entidades

de sociedade civil que sustentava suas atividades e o quão suscetível essa instância estava ao jogo político local.

Assim como o representante do poder Executivo, também os representantes do Legislativo municipal não pareciam enxergar no CMDR uma instância importante de atuação, de tal modo que, enquanto um dos vereadores afirmava em entrevista que não tinha tempo para se envolver no Conselho¹⁴³, o presidente da Câmara explicava por que a Câmara de Vereadores não havia indicado representante para o Conselho,

No conselho hoje, nós não temos ninguém participando não, de vereador não [...] Até 1999, nós tínhamos um representante, até era um menino aqui que era suplente e nós tinha indicado ele, porque ele é técnico agrícola, entendeu... mas como ele era suplente e o outro vereador voltou, ele saiu e nós não colocamos nenhum outro...

Ao que foi possível constatar por intermédio dos fatos relatados e do acompanhamento do desenrolar deste acontecimento, já que esta disputa estava se desenvolvendo enquanto a pesquisadora estava em campo, o poder público municipal assumia uma postura, por assim dizer, de embate mudo com o Movimento. Se dentro do Conselho os representantes do poder Executivo e Legislativo não assumiam a disputa abertamente, deixando de comparecer às reuniões (como no caso do prefeito que raramente ia presidir o Conselho) ou, no limite, a não indicar representante (como a Câmara de Vereadores), por fora, buscavam garantir suas posições por meio de outros artifícios, o que era facilitado pela dificuldade de acompanhamento das propostas pelo CMDR¹⁴⁴.

Essas questões permitem problematizar como uma política descentralizadora pode sofrer influência da dinâmica política local, o que remete para a discussão efetuada por ARRETCHÉ (1996) sobre as expectativas criadas em torno do processo de descentralização no que se refere à democratização do acesso ao processo decisório no âmbito municipal e à possibilidade de que se viabilizasse formas de controle sobre a ação dos governos locais e, conseqüentemente, aos recursos públicos por eles utilizados. Sobre isso, essa autora afirma que as

... expectativas postas na descentralização está associada à noção de que uma proximidade maior entre prestadores de serviços e usuários viabilizaria maior *accountability* dos governos em relação aos cidadãos e, por esta razão, maior *responsiveness* daqueles em relação às necessidades destes. Nessa perspectiva, a descentralização passaria a ser um dos elementos da reforma do Estado pelo qual seriam combatidos os problemas de ineficiência alocativa postos pelo clientelismo (ARRETCHÉ; 1996:17).

¹⁴³ “No CMDR eu me envolvo pouco, porque não tenho tempo” (vereador que se apresenta como representante do Assentamento Cel Ary e da Gleba Scatulus).

¹⁴⁴ SOUZA (2000:123) constatou uma postura semelhante em sua pesquisa em um pequeno município no interior da Bahia. Segundo essa autora, a leitura que os atores locais faziam da ausência da Câmara de Vereadores do CMDR estava relacionada com a atuação clientelista dos vereadores: “Várias lideranças e técnicos locais atribuem a não-participação do Poder Legislativo no CMDR simplesmente pela falta de interesse daquele em discutir políticas públicas, pois a totalidade dos vereadores que compõem a Câmara está acostumada a uma prática clientelista de atuação, inconsciente de seu papel legislador e fiscalizador do Poder Executivo. Limita-se a aprovar, quase sempre sem objeções, os atos do poder Executivo e a levar benefícios assistencialistas ao seu eleitorado...”

Ao analisar o caso da política social de habitação do estado de São Paulo, a autora demonstra que as práticas ligadas ao clientelismo¹⁴⁵ dependem menos da escala em que os serviços são prestados e mais da natureza das instituições deles encarregados. Ou, nas palavras da autora,

...não há uma relação necessária entre determinada escala de prestação de serviços públicos e o grau de apropriação privada ou patronagem política que a prestação de tais serviços pode viabilizar. A proximidade não é, assim, condição suficiente para evitar que determinadas necessidades dos cidadãos sejam atendidas segundo padrões clientelistas (ARRETCHE; 1996:18).

O Pronaf infra-estrutura e serviços, na sua conceituação geral, previu que os CMDRs teriam autonomia local para decidir a alocação dos bens e serviços oriundos daquele programa, o que garantiria o uso desses recursos segundo as necessidades e vontades dos agricultores beneficiários do programa, bem como segundo as potencialidades municipais e regionais. Assegurar, através de uma normatização específica, a paridade entre o poder público e a sociedade civil organizada nos Conselhos e que estes seriam regidos por estatuto próprio que limitaria a ingerência do poder público municipal seria uma forma de assegurar que as ações a serem financiadas por esta linha de crédito refletiriam as decisões aprovadas pelos beneficiários do programa.

A experiência em Pontes e Lacerda demonstra que, apesar dessas potenciais garantias – potenciais porque a existência da norma não significa que ela seja respeitada –, a existência e as decisões do Conselho não eram suficientes, por si sós, para resguardar a implementação dessa política pública da dinâmica das instituições políticas locais.

Dinâmica essa que expressava um modo de fazer política, caracterizado pelas relações pessoais, pelo compromisso mútuo e pela reciprocidade que, distantes de representarem uma troca pura e simples do voto pelo benefício público, envolviam elementos ligados aos aspectos sociais, econômicos, culturais, morais, de poder etc.. Não à toa a disputa em torno da aquisição do ambulatório móvel havia-se tornado, naquele momento, em uma questão central, pois ela dizia respeito a uma problemática que era bastante crítica e de precariedade absoluta no município afetando cada cidadão: a saúde pública. Como tal, as possibilidades de minorar os problemas da população advindos desta precariedade eram disputadas pelos representantes das forças políticas locais de modo a associar cada possível ação ao seu nome.

Assim, argumentos como o de uma das lideranças do MUL, de que “...o que passa pelo CMDR, geralmente a Câmara aprova, porque é uma coisa que se discutiu lá na base, nas comunidades, então eles não se atrevem a não passar”, longe de explicitarem um fortalecimento das entidades de representação desses agricultores frente aos políticos, na verdade parecem expressar a postura dos políticos de não entrarem em enfrentamento direto e de buscarem, a partir das ações propostas pelo próprio Movimento, se legitimar frente a seus eleitores. Corrobora essa hipótese o fato de que os vereadores do município não tinham acesso direto a nenhum tipo de recurso, nem mesmo para a manutenção de gabinetes, e praticamente toda a ação dos vereadores

¹⁴⁵ É importante ressaltar que o uso e a interpretação que esta autora faz do termo “clientelismo” reflete a idéia da troca de benefícios públicos por votos por intermédio do controle das instituições públicas pelos políticos, o que difere da interpretação dada a este termo nesta tese, segundo a qual ele envolve outras dimensões que aquela estritamente mercantil.

dependia das políticas implementadas e dos recursos controlados pelo Executivo Municipal, como se verá no próximo capítulo¹⁴⁶.

Essa experiência em Pontes e Lacerda permite visualizar que a eficácia do CMDR e das ações por ele implementadas estava atrelada não apenas à sua existência, mas sobretudo à natureza das relações estabelecidas entre os atores dentro do mesmo (leia-se poder público municipal e beneficiários), bem como à natureza das instituições pelas quais a implementação das ações passavam (leia-se prefeitura e Câmara de Vereadores), já que o Conselho não é um órgão executivo.

Esses dados corroboram a avaliação de ARRETCHÉ (1996) sobre a questão de que a natureza das instituições locais é determinante na implementação de uma política descentralizadora. Deste modo, não basta que exista a política, que ela seja normatizada etc., pois existe uma dinâmica local que influencia diretamente e que não pode ser mudada a partir de regras e normas. Não basta a criação de fóruns que proporcionem uma aproximação entre determinada política e os beneficiários, ou mesmo, que proporcionem que as decisões sobre a aplicação da mesma sejam efetuadas por este fórum, para que se altere um padrão de relacionamento.

Este estudo em Pontes e Lacerda exemplifica como se estabelece uma disputa em torno da implementação de uma política descentralizadora, como acontece com qualquer outra. Ou seja, quando chega ao local, essa política entra numa dinâmica que é comandada pelas relações que estão ali constituídas. Em outras palavras, entra em uma configuração em que o equilíbrio de poder está mais ou menos dado, e na qual as interdependências refletem um *habitus*. Assim, o que se estabelece é uma disputa pela mudança: a tentativa de introduzir outras práticas políticas a partir de uma nova institucionalidade, materializada no CMDR, representava a busca por fazer valer um outro modo de fazer política que ia de encontro à postura e às práticas dos atores locais. Nessa disputa, para além do que lhe é inerente, ou seja, a tentativa de cada um dos lados em se afirmar como o responsável por determinada ação, destacava-se o intento de desqualificação do outro, efetuado por ambos os lados, como um recurso de afirmação e de defesa de suas posturas e de manutenção de poder. Assim, se por um lado o prefeito e seu chefe de gabinete desqualificavam as iniciativas das entidades representativas dos pequenos agricultores e do próprio CMDR, por outro, estes também procuravam, por intermédio deste mesmo artifício, descrever pejorativamente a imagem dos representantes do poder local como indivíduos que “manipulavam” as decisões do Conselho e as suas práticas como de “politicagem” e de “assistencialismo”.

Uma proposta descentralizadora como a da gestão de políticas para o meio rural por intermédio do CMDR requer que muitas práticas que compõem esse *habitus* social local sejam abandonadas e que outras sejam acionadas, ou seja, requer um outro *habitus*, o que entra em atrito, provoca resistência e disputa. Trata-se de um processo social que tende a promover alterações, maiores ou menores, para um lado ou para outro, a depender do equilíbrio de poder e do potencial de manutenção desse poder pelos atores nas configurações. Contudo, dadas as características de “arraigamento” do *habitus* social, uma proposta descentralizadora não pode desconsiderar as dinâmicas locais, sob pena de, por assim dizer, remarem contra a maré¹⁴⁷. É certo que, como

¹⁴⁶ Na Câmara, com exceção do presidente, não havia gabinete para nenhum vereador. Havia funcionários somente para os trabalhos gerais da Câmara e apenas um assessor para todos os vereadores. O único recurso a que os vereadores tinham acesso direto era, além de seu salário, uma cota para uso do telefone da Câmara para efetuar ligações não-locais.

¹⁴⁷ O trabalho de SOUZA (2000) permite verificar que, quanto maior a integração de uma política descentralizada nos processos sociais locais, maiores são as possibilidades de que haja sucesso na sua implementação. Segundo esta autora, se por um lado, o sucesso

lembra Elias (1994), ainda que sólido e firme, o *habitus* social é flexível, é mutável e, a rigor, está sempre em fluxo. Entretanto, esse é um processo histórico, uma construção social.

De qualquer modo, independentemente de como as disputas se desenrolavam, o CMDR exercia um papel de suma importância para os pequenos agricultores do município e para o MUL. Tratava-se de um espaço formal no qual os agricultores conseguiam manter uma certa hegemonia e que proporcionava a estes se posicionarem concretamente no espaço político-administrativo municipal. Nesse sentido, foi por esse caminho que muitas das propostas dos pequenos agricultores passaram a ser implementadas pelo município, ainda que sob disputa e enfrentando várias dificuldades. O Conselho possibilitou a ampliação do espaço de participação dos pequenos agricultores e das suas entidades de representação¹⁴⁸. Como afirmam dois pequenos agricultores e presidentes das associações da Gleba Bananal e do assentamento Rio Alegre:

As questões agora são resolvidas sempre via Conselho de Desenvolvimento Rural... Via Conselho, melhorou bastante, ficou mais ágil.

Falar com o prefeito no meio da rua é muito fácil. Pra ele fazer alguma coisa é que é difícil. Aí tem que ser via o Movimento, via o Conselho Municipal.

A discussão efetuada neste capítulo, sobre a inserção do MUL em espaços de representação dos pequenos agricultores, como o STR e o CMDR, e a disputa que se estabelece entre suas lideranças e os representantes do poder político local remetem para a problemática sobre sob quais bases as relações políticas se estabelecem em um município como Pontes e Lacerda, bem como para a questão de que, tendo em conta essa dinâmica local, como a entrada do MUL na mesma se reflete na disputa política local. A discussão desses aspectos, efetuada no próximo capítulo, permite explicitar a lógica que dá os contornos às relações que se estabelecem entre os representantes das

do CMDR por ela estudado estava ligado ao grau de organização dos pequenos agricultores da região e de suas entidades representativas – com mais de 25 anos de história –, por outro, isto se dava em função da inserção destas organizações diretamente na disputa política local, garantindo a interferência direta do CMDR na execução das ações por ele aprovadas. Assim, o que antes “...caracterizava-se muito mais por reivindicações através do embate com o Poder Público, [...] após a constituição do CMDR passou a se conformar em processos negociados e formação de alianças com grupos locais mais conservadores, que refletiram diretamente em maiores conquistas do ponto de vista da distribuição do poder local. Logicamente que esta modificação não se deu de uma hora para outra, mas sim foi um processo construído, através do acúmulo de experiências e do crescimento do poder de mobilização de setores marginalizados da população [...] neste processo não se pode desconsiderar os arranjos políticos/eleitorais que propiciaram essa maior participação. Sem negar a capacidade de mobilização e reivindicação dos movimentos sociais [...], esses grupos passaram a ter maior sucesso nas negociações a partir do momento em que se inseriram no jogo político local.”

¹⁴⁸ Autores como SOUZA (2000), FAVARETO & DEMARCO (2002) e o Ipardes (2001) também ressaltam que, mesmo com as dificuldades e problemas enfrentados pelos CMDRs, deve-se considerar a importância destas experiências para a organização da população rural, bem como para a participação deste público na gestão das políticas públicas.

forças políticas hegemônicas e os pequenos agricultores do município e problematizar o projeto político do Movimento.

IV – O MUL E OS REPRESENTANTES DO PODER LOCAL: UMA DISPUTA SOBRE CONCEPÇÕES DE POLÍTICA

Neste quarto capítulo analisa-se a atuação e a forma como os representantes das forças políticas hegemônicas em Pontes e Lacerda se legitimam perante os pequenos agricultores. Ou seja, as visões, a atuação e as práticas sociais desses políticos bem como dos pequenos agricultores na política local. Por outro lado, busca-se investigar como a atuação do MUL no processo político-eleitoral local influenciou as práticas políticas e as relações estabelecidas entre os políticos e os pequenos agricultores.

4.1 – Construindo a imagem política: princípios para uma relação duradoura

Como já discutido no primeiro capítulo, os representantes do poder local de Pontes e Lacerda são pessoas que chegaram à região durante o processo de ocupação do Vale do Guaporé. Em sua maioria são profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos e fazendeiros que migraram para o Vale no decorrer das décadas de 1970 e 1980. Naquele período, se por um lado havia um intenso processo de ocupação da região por famílias em busca de terras, por outro, ela também atraía pessoas que viam a possibilidade de prosperar exercendo suas profissões e/ou montando negócios, já que o movimento de ocupação gerava uma demanda por infra-estrutura e serviços.

Ao se estabelecerem na região, esses personagens foram criando laços com o restante da população e, por estarem ocupando posições de prestação de serviços, muitos deles foram construindo uma inserção na política local. Assim, se inicialmente eram os fazendeiros e madeireiros, logo os profissionais liberais e comerciantes passaram a fazer parte e a ter influência na configuração política local.

Nesse processo, a posse da terra passou a ser um componente importante para a construção do perfil político destes personagens. Por intermédio da compra, da posse, da ocupação, a terra passou a ser um bem valorizado entre a maioria dos políticos locais, seja pelo investimento nesta como a principal atividade, seja como complementar. A posse da terra permitia aos representantes do poder local construir e manterem relações pessoais importantes com a população, que se refletia no processo político eleitoral na medida em que a inserção direta nas áreas rurais proporcionava ao político espaços de atuação privilegiados.

A posse da terra, associada ao fato de estes personagens terem construído sua trajetória como políticos concomitante à ocupação do Vale do Guaporé, era característica acionada por eles para argumentarem sua identificação com a população do município e, especialmente, com a população rural, visto que muitos participaram indiretamente das ocupações de terras, seja financiando a infra-estrutura mínima necessária aos ocupantes, seja atuando no comércio de madeiras e de secos e molhados em geral ou, simplesmente, pagando para que outras pessoas ocupassem lotes em seu lugar.

4.1.1 – A lógica de atuação do político local: “Um lambedor de feridas”

Analisando o discurso e a atuação dos representantes das forças políticas hegemônicas, percebe-se que se trata de uma estrutura de funcionamento que tem como fundamento concepções sobre a prática política em que o atendimento às demandas mais imediatas e particulares é o traço fundamental e a linha que rege suas atividades cotidianas. Em Pontes e Lacerda, os dados coletados nos trabalhos de campo fornecem elementos que possibilitam apreender como esses políticos percebiam a sua prática política e como se relacionavam com os eleitores. As palavras do presidente da Câmara de Vereadores¹⁴⁹, à época do primeiro trabalho de campo, exemplificam como esta questão era percebida pelos políticos locais:

...o vereador é um lambedor de feridas, porque ele tá ali no dia-a-dia do seu município, tem contato com seu eleitor todos os dias... Nós fomos eleitos e temos de olhar para o lado das pessoas menos favorecidas [...] Porque infelizmente, o pessoal vem da zona rural, eles são tratados até com uma certa discriminação... então, é a hora que nós temos de atuar junto. Eles nos procuram pra que nós possamos chegar para o médico e dizer: ‘– esse aqui é um amigo da gente, é um cara necessitado...’. Então, esse aí é o nosso trabalho...

Quando este vereador se refere ao político local como um “lambedor de feridas”, nada mais está afirmando que a concepção de que o vereador – por ser um político mais próximo do eleitorado, aquele que pode ser encontrado na rua e com o qual se construiu uma relação de confiança –, atua a partir das demandas que vão surgindo. Ou seja, de que seu trabalho como político é construído no cotidiano das relações sociais, por intermédio do contato pessoal e que requer, de um lado, pedido e, de outro, uma doação. É por intermédio dessa troca que compromissos são estabelecidos entre as partes e é no interior desta relação que o político local constrói a sua “conduta pessoal” – para usar as palavras de um vereador – ou, a sua reputação, necessária para abonar o compromisso assumido.

Mas, para que esta relação dê certo, ou melhor, para que a reputação do político seja positiva, é importante que o eleitorado o sinta como alguém muito próximo, com quem possa conversar, enxergando nele alguém que entende o seu problema, que conhece a sua realidade. Não à toa, ganhava destaque no discurso dos políticos a sua intimidade com o meio rural, como aquele que entendia o povo, que havia passado pelos mesmos problemas, que morava ou mantinha algum tipo de relação direta com as áreas rurais e que estava presente no cotidiano das famílias, como sugere a entrevista com um vereador, comerciante e proprietário de lotes dentro de um assentamento¹⁵⁰:

¹⁴⁹ Este político saiu de Minas Gerais em 1972 para trabalhar como empregado no comércio em São Paulo, de onde, em 1982, partiu para Pontes e Lacerda e montou um negócio no ramo imobiliário, no qual atuou por alguns anos. No período em que esta pesquisa foi efetuada, ele trabalhava como funcionário público e encontrava-se afastado para exercer o cargo de vereador. Segundo seu depoimento, ele havia se desfeito da terra que possuía em uma área de ocupação quando esta foi transformada em assentamento, já que, como funcionário público, ele não poderia ter acesso à mesma. Entretanto, outros entrevistados confirmaram que ele ainda possuía a terra.

¹⁵⁰ Esse vereador chegou em Pontes e Lacerda em 1974 para trabalhar como empregado no comércio de tecidos. Posteriormente montou seu próprio comércio e adquiriu terras. No período do trabalho de campo, suas lojas estavam alugadas, segundo ele, para que

Eu tive 222 votos. Desses, eu estimo que uns 80% foi da zona rural. Eu me sinto representante da zona rural e me sinto responsável [...] Eu acho que eu não sou um vereador da cidade... eu me sinto mais um vereador responsável pela área rural. Eu sinto que eu tenho condições de representá-los... e esses votos, eu acho que vêm da legitimidade: nós temos 27 anos de Mato Grosso e relacionando sempre com o meio rural, porque o comerciante tem o seu lado, o seu cliente vem muito dessa área. Então a gente tem uma amizade muito grande nesse sentido. E acho que é por aí que vem essa valorização de ter essa representatividade.

Nesta mesma linha de argumentação, o discurso dos pequenos agricultores ressaltava a importância de votar em alguém que fosse da sua região, que conhecesse seus problemas de perto, que eles tivessem liberdade para pedir ajuda nas horas mais difíceis. Nesse contexto, em Pontes e Lacerda assumia importância fundamental a origem destes políticos locais, em especial dos vereadores que, via de regra, haviam sido, também, pioneiros na região. Deste modo, ter a casa aberta para receber o eleitorado nas situações mais inusitadas era fator preponderante para a construção de uma boa reputação. Como afirma o vereador, ex-presidente do STR, que teve o quarto maior número de votos nas eleições de 1996 e foi reeleito em 2000¹⁵¹:

É difícil o dia aqui que não vem 20 ou 30 pessoas na minha casa. Eles vêm pedir as coisas. Quando não é uma operação, é a mulher que vai ganhar uma criança, é atrás de remédios, outra hora é que quebrou o braço, é pra comprar remédio na farmácia... é todo dia... um caderno, um lápis [...] Nunca deixei ninguém sem encaminhar. Se eu não posso, vou atrás do prefeito... o que eu puder fazer eu faço.

Entretanto, para que ele seja procurado, o político também precisa se mostrar, estar presente no cotidiano deste eleitorado. Assim sendo, adquire importância ímpar participar de suas atividades, tais como as festas, os jogos do futebol, as atividades religiosas etc. como informa um outro vereador¹⁵²:

Eu sempre ajudei as pessoas com as questões de saúde. Graças a Deus, eu sou muito procurado nessa parte... a gente sempre convive junto né?! Dá uma folguinha eu estou junto com todo mundo... No futebol, nas festas eu sou convidado. Então eu convivo junto... Eu sempre estou no meio do povão, sempre junto...

Além destas participações mais localizadas em espaços cotidianos e de lazer, os vereadores chamavam a atenção para a importância de estarem presentes nas reuniões das associações: “Eu, na comunidade de que eu sou mais próximo, eu procuro ir lá,

ele pudesse se dedicar somente à atividade agropecuária. Ele possuía dois lotes no Assentamento Coronel Ari, aos quais chamava de “fazenda”. Segundo suas palavras: “Estamos esperando a titulação. Eu tenho cento e poucos ha. No meu caso esta área está... como eu tinha uma quantidade acima do limite do INCRA, nós colocamos... – ainda era permitido através do INCRA – 100 ha em nosso nome e mais uns 70, 78 ha no nome da esposa. Então tem próximo de 200 ha ao todo.”

¹⁵¹ Esse vereador, como visto no terceiro capítulo, chegou em Pontes e Lacerda em 1979, montou um negócio no ramo de tecidos, posteriormente adquiriu uma área de posse, foi diretor do STR em quatro gestões consecutivas e vereador em dois mandatos consecutivos.

¹⁵² Este vereador chegou em Pontes e Lacerda em 1973. Migrou para a região após seus pais terem-se estabelecido na mesma e passou a comercializar gado. Posteriormente comprou uma área em um “grilo”, atualmente o Assentamento Coronel Ari.

participar das reuniões, ouvir a posição deles.” Essa participação era confirmada pelos agricultores e pelas lideranças do MUL. No caso destas últimas, sempre em tom de reprovação, como relata o secretário do STR: “...de vez em quando, nas assembleias da associação sempre tem visita de alguns vereadores né... que vai lá, querendo dizer que tá fazendo alguma coisa.” Entretanto, ao que se pôde apurar, a presença dos vereadores nas reuniões das associações não se refletia, necessariamente, no envolvimento direto na dinâmica das mesmas.

Como se procurou pôr em evidência, a relação entre o político e seu eleitorado passa pela aproximação que se investe de intimidade, de familiaridade. Nesse processo, a atuação do político aparece como um ato que formaliza a aproximação, donde assume importância a participação no cotidiano dos eleitores. Mais que a presença em si, é o significado dela como composição de um ato social, como demonstração de atenção e de preocupação, que produzirá a eficácia na estruturação da relação. É nessas circunstâncias, na valoração dos espaços de representação, de rituais e de diversão dos eleitores, na abertura de sua casa para recebê-los em qualquer situação e na disponibilidade para atendê-los, que o político demonstra como é a sua conduta pessoal, ou seja, constrói os seus predicados, a sua reputação. Sobre a pessoalidade envolvida nestas relações, CHAVES (1996:140) afirma que,

...as práticas do compromisso, do favor e da promessa estabelecem uma relação política cujo fundamento moral encontra-se no valor da *pessoa*. A pessoa é avalista da própria palavra, uma vez que a promessa e o compromisso são frágeis, ainda que necessários. O jogo da aparência, com seus elementos indiciários, código de amizade como expressão do nexo entre *pessoas*, constitui o evento da promessa e do compromisso. A performance, como simulação da intimidade é necessária como ato social significativo e eficaz. Ela dá margem à sedução política. Mas o crédito da promessa e a validade do compromisso assentam-se nos atributos da *pessoa*, garantia que assegura a confiança, cimento da relação.

A essa atuação dos políticos em Pontes e Lacerda, os pequenos agricultores respondiam demonstrando que a reciprocidade e o compromisso faziam parte da relação que havia sido construída nestas bases e que respeitavam essa dinâmica. A entrevista com um agricultor, presidente da associação do Assentamento Cel Ary, demonstra a legitimidade do vereador que concedeu a entrevista anterior e que possuía um lote naquela área:

O seu Bibiano, que tem área aqui, eu vou falar a verdade pra você: dos vereadores da nossa Gleba, ele é o principal. Ele já está passando dois mandatos... No primeiro mandato dele, ele foi arrumando as estradas, tapando os buracos, fazendo sempre devagarzinho... e ele foi eleito de novo. Hoje, pra falar a verdade, de toda melhoria que nós temos na Gleba é graças ao seu Bibiano. Na área de benefício de estrada, escola, foi ele. [...] Ele, quando o pessoal fica doente, ele leva pra cidade, coloca na Santa Casa. Agora pagar remédios, médicos, isso ele não paga não, ele socorre. O pessoal acha bom... é bom... ele tem plano de candidatar de novo. [...] se o povo pensar que antes dele nós não tinha nada... ele não fez muita coisa, mas... eu acho que o povo deve votar nele.

Nesta relação, o que sobressai é a importância do exercício da generosidade, tanto no ato do político ao atender à demanda quanto no ato daquele que recebeu o favor, ao retribuí-lo. Torna-se relevante a forma como o político se mostra perante seus

possíveis eleitores ao realizar uma ação. Nesse sentido, busca-se demonstrar não somente a generosidade, mas também um certo altruísmo na realização da ação e espera-se, também, essa mesma generosidade e altruísmo da outra parte, como sugere a entrevista com este vereador, ex-presidente do STR:

Eu fiz um assentamento agora de 208 famílias. Lá no Jardim Alto da Glória. Foi via grilo, eu que grilei! Eu peguei uma área ali do japonês, é área urbana, ali no pé da serra. [...] entrei com maquinário, cortei as ruas, cortei os lotes de 12 x 15 e assentei 208 famílias lá dentro. Tá todo mundo lá. Tive reunião com eles lá no sábado passado. [...] Porque que a pobreza gosta de mim? Porque vê o meu trabalho, que eu faço com o pequeno. Eu tenho dó, porque eu sou um cara pobre e eu sei o que é dificuldade, eles vivem se ralando. Nenhum outro vereador faz isso. E eu fiz minha campanha lá assim: “ – Se vocês acharem que eu mereço o voto de vocês, vocês votem em mim. Se do contrario, vocês não acharem, vocês escolham o seu candidato. Vai ter mais de 200!”. Então, eu não tava lá prá pedir o voto de ninguém não.

A retórica deste vereador exprime a veemência com que se busca elaborar a negação do que poderia ser percebido como um cálculo na sua ação e a exaltação da proximidade e da identificação entre as partes envolvidas como elementos constitutivos da relação de confiança que se estabelece. Ao negar que sua ação estivesse diretamente relacionada à possibilidade de conseguir votos e que o seu trabalho “com o pequeno” era resultado de uma identificação do que ele já havia passado com a situação vivida pelos eleitores, o político busca dissimular sua aspiração de retribuição, pois é no altruísmo que ele demonstra que se assenta a moralidade e os deveres a ela vinculados. Como já afirmou LANDÉ (1977), a expectativa de altruísmo das partes envolvidas associado às obrigações difusas associadas a ele distingue o que ele define como uma “relação diádica” de uma relação contratual.

Segundo este autor, nem sempre as relações formais são suficientes para suprir todas as necessidades e aí é que entram as “alianças diádicas”. Entretanto, a forma como se estabelecem as “alianças diádicas” – são seletivas, intermitentes e voluntárias – não garante que essas relações sejam uma base de sustentação suficiente para a organização da sociedade. Nesse sentido, para LANDÉ, a interconexão entre as “alianças diádicas” e relações institucionalizadas deve ser vista como um “mecanismo adicional” que promove a confiabilidade das relações. Ou seja, são relações que se influenciam, mas que devem ser analisadas sempre tendo em conta a linha divisória que as separa, bem como a sua variação segundo o contexto e a época analisada.

Se, para um expectador de fora, o laço que se estabelece entre as partes a partir desta relação aparece simplesmente como uma transação entre um devedor e um credor, para os envolvidos, esse processo envolve múltiplas dimensões, que estão muito distantes do que pode estar estabelecido numa relação formal, contratual. São laços que se constroem e se sustentam no cotidiano, na relação pessoal, o que envolve compromisso, honra e lealdade.

A leitura que o chefe de gabinete da prefeitura de Pontes e Lacerda faz sobre essa relação ilustra este aspecto:

Porque o sujeito precisa de um vereador, ele vem, procura o vereador aqui e já fica comprometido com aquele vereador. Precisa de um outro líder político, se compromete... Ele vem aqui, o prefeito o atende bem, fazendo a obrigação dele, mas ele fica devendo aquela fineza né.

Distante das formulações sobre clientelismo político – efetuadas, principalmente, por cientistas políticos – que ressaltam o viés econômico da troca ao darem excessivo destaque à permuta de bens e serviços públicos por votos, a troca, tal qual aqui entendida, envolve muitos significados, entre os quais pode estar, também, a barganha de benefícios públicos. Essas trocas estão recheadas de significados sociais e esses devem ser considerados para que não se perca a dimensão sociológica desse processo. Nesse sentido, as trocas moldam e são moldadas pelas relações sociais, como ressaltava MAUSS (1981) ao relativizar a busca de interesses ligados exclusivamente à utilidade material e ao afirmar que a troca não tem uma natureza puramente econômica, ela tem uma pluralidade de significações e envolve dimensões que passam por aspectos espirituais, morais, por *status*, pelo poder, pela gentileza etc., as quais determinam relações de igualdade entre as partes. Envolvendo tantas dimensões, vai comprometendo ambos os lados de várias formas, que têm a obrigação de retribuir para que se mantenham como iguais. O que está em jogo não é o valor concreto do que se recebeu ou do que irá se retribuir, mas sim o significado implícito que eles carregam. Nesse sentido, PALMEIRA (1996) alerta para a necessidade de rigor ao se examinarem os bens envolvidos nessas trocas de forma a evitar interpretações que as vejam como mercantilistas.

Segundo PALMEIRA (1996:47), nos casos por ele estudado, os favores e ajudas

... supõem, de um lado, um pedido e, de outro, uma promessa, ou seja, diferentemente de outras formas de reciprocidade, supõem o empenho da palavra das duas partes; portanto promessas recíprocas: a promessa de retribuição e a promessa do atendimento. A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros.

Já o abatimento da dívida criada entre os envolvidos ocorre na disputa eleitoral, quando o eleitor pode pagar sua dívida, total ou parcialmente, a depender do tamanho do favor concedido. Ainda segundo PALMEIRA (1996:42),

... a política para essas populações não é uma atividade permanente e nem se constitui em um domínio delimitado de atividades. Política é identificada a eleições e, sintomaticamente, o período eleitoral é chamado de *tempo da política*, *época da política* ou simplesmente *política*. Não se trata de mera sinonímia e muito menos de expressões de criação desse ou daquele indivíduo. Está em jogo um certo calendário, um certo recorte social no tempo, com implicações tão objetivas quanto aquelas que decorrem da delimitação do tempo do plantio e da safra, ou do tempo das festas da Quaresma. (grifos do original)

Esse é o momento crucial em que as comunidades concretizam possibilidade de ganho e o desfecho da troca está longe de ser algo preestabelecido. As eleições se tornariam o momento especial para o estabelecimento de compromissos, pois a troca dos votos por favores e/ou benefícios faz parte da *praxis* política nestas comunidades¹⁵³. Diversamente do voto-escolha (que significaria uma decisão individual tomada com base

¹⁵³ Segundo PALMEIRA (1996), é nesse momento em que as facções se enfrentam, em que há trocas de posições faccionais, em que as pessoas se dividem nas suas adesões a uma ou outra facção e declaram seus votos antecipadamente e em que há divisão do espaço físico da cidade entre as facções.

em certos critérios), o que ocorre é a adesão a determinado candidato (ou facção), num processo que vai comprometendo o indivíduo ou a família, ao longo do tempo, para além do “tempo da política”. Nessa “adesão”, o compromisso, a reciprocidade e a palavra empenhada têm um grande significado, e a honra dos parceiros é fundamental (PALMEIRA; 1996).

Ainda que, como afirma PALMEIRA (1996), o “tempo da política” seja, por excelência, o momento no qual se acentuam as visitas aos eleitores em uma relação face-a-face e quando se acentuam também os pedidos e os favores concedidos, a manutenção de um voto e a produção de novos ocorrem também no cotidiano, para além desse período. Assim, como as entrevistas com os políticos de Pontes e Lacerda sugerem, a atuação destes não se restringe ao período eleitoral ainda que, fora dele, o que se estabeleça seja a realização de pequenos favores, tais como uma consulta médica, uma visita ao INSS para encaminhar a aposentadoria, a doação de material escolar, uma passagem etc..

A construção da legitimidade do político como pessoa próxima e amiga está em jogo nesse processo, como já ressaltado. Em Pontes e Lacerda, um dos vereadores entrevistados, também ex-presidente do STR¹⁵⁴, resume em poucas palavras o que, na sua opinião, é importante para que um candidato seja eleito: “Eu enumero várias questões que fazem eleger um vereador: tem que ter carisma, conduta pessoal, reciprocidade. Tanto você tem comigo, como eu tenho com você...”

Este vereador ressalta aspectos que reafirmam a pessoalidade da relação política local. O carisma, que pode ser descrito como um conjunto de habilidades e/ou poder de encantar, de seduzir, que faz com que um indivíduo desperte de imediato a aprovação e a simpatia do outro; a reciprocidade como uma das garantias de que a relação terá continuidade e a conduta pessoal ressaltada na sua positividade, ou uma boa reputação, para que ela gere confiança entre as partes. A entrevista com um outro vereador fornece mais elementos sobre essa problemática:

Eu sou companheiro do governador também. Ele saiu do PDT mas eu não, por causa das questões políticas locais, você sabe como é... mas eu sou amigo do governador. É sempre meu companheiro. O Pedro Henri [deputado estadual] também saiu do PDT e foi para o PSDB, mas continua meu amigo... Porque as oportunidades são meio poucas e eu então resolvi ficar quietinho... Porque partido hoje é somente para fazer coligação, prá ser candidato... o que manda mesmo é a pessoa e o trabalho da gente. Então nós nos elegemos... a gente vem socorrendo a pessoa, fazendo o que pode... um pouquinho daqui, outro dali.

Mais do que uma vinculação partidária e/ou ideológica, o que está em jogo nos processos eleitorais e na adesão à candidatura de determinado político é o compromisso firmado entre as partes envolvidas – no qual lealdade, reciprocidade, confiança são valores presentes. Como o interlocutor acima deixa claro, tanto na relação dele com seus eleitores como na ligação dele com políticos estaduais, o contato pessoal é que determina o padrão da sua atuação. Ao mesmo tempo em que o político afirma que não mudou de partido porque o que importa são as relações de amizade, pode-se perceber que o rompimento dessas relações também está sujeito à mesma regra. Ou seja, as mesmas normas que sancionam o estabelecimento e manutenção das relações pessoais serão usadas para justificar seu rompimento.

¹⁵⁴ Este vereador chegou em Pontes e Lacerda em 1985, adquiriu uma área de posse, trabalhou na construção civil, foi diretor do STR por quatro mandatos consecutivos, vereador (à época do primeiro trabalho de campo) e secretário de obras do município (à época do segundo trabalho de campo).

Sobre isso, LANDÉ (1997: xvii) afirma que a reciprocidade e a lealdade pessoal são normas (ou regras) que dão sustentação às “alianças diádicas” e são elas também que, em caso de “dívidas não honradas”, são acionadas como “dispositivo” para justificar o rompimento da relação. Sobre esse mesmo aspecto, LEAL (1975), ao estudar o fenômeno do coronelismo, também sugere que as mesmas normas que são usadas para firmar os compromissos são também utilizadas para justificar seu rompimento ao afirmar que, para mudar de partido, o chefe local adia sua manifestação até que sofra alguma desconsideração pessoal ou falha no compromisso assumido para ter o motivo da ruptura.

Assim como o político pode romper os compromissos firmados com os eleitores, estes também podem mudar os seus votos caso os acordos assumidos não sejam cumpridos, ou caso o político em quem ele confiou não os satisfaça nas suas necessidades. Dito de outro modo, o respeito à palavra empenhada deve ocorrer de parte a parte, assim como o rompimento, por intermédio de justificativas baseadas nas mesmas regras que sancionam os acordos. Como já ressaltou SOUZA (1996), o momento de uma necessidade extrema pode significar o rompimento de uma antiga relação com determinado político e o comprometimento com um outro.

Ou seja, são relações dinâmicas, processos sociais sujeitos às mudanças no qual pesa a avaliação de ambas as partes sobre o acordo. É o que SCOTT (1977), ao analisar as possibilidades que estão colocadas aos clientes, trata como “balanço de trocas”, no qual os envolvidos estão em constante processo de avaliação das normas que sustentam a relação. Como lembra este autor, existe um limite abaixo do qual a legitimidade é questionada, quando as partes passam a cobrar a reciprocidade do acordo de troca.

Em Pontes e Lacerda, no funcionamento desta dinâmica política, no que diz respeito ao meio rural, tinha como substrato, entre outras questões, a demarcação de espaços físicos nos quais as ações dos políticos eram, preferencialmente, focadas. Nesse sentido, essa questão despontou como de relevância fundamental para a construção do eleitorado dos políticos, em especial, dos vereadores. As “regiões de atuação”, como eles se referem, de cada político eram os espaços privilegiados para o estabelecimento de suas ações, como ressaltava o presidente da Câmara de Vereadores durante o primeiro trabalho de campo: “Na zona rural, cada região tem um cara que atua né?”. Apesar de serem espaços físicos não tão bem delimitados quanto possam parecer, eram a principal referência a que faziam os políticos para demonstrarem como seu trabalho era desenvolvido. Segundo este vereador,

Eu represento uma região. A nossa região exigiu que a gente se posicionasse pra ser candidato. Nós tínhamos o nosso candidato da nossa região, que foi eleito pela nossa região, que dava um suporte relativo. Mas ele veio a falecer... a sua saúde não permitiu que ele permanecesse. Houve assim, por parte dos moradores, companheiros, uma exigência para que nós pudéssemos estar assumindo uma posição de se colocar na disputa por uma vaga na Câmara Municipal de Pontes e Lacerda.

Como é possível observar, havia uma forte referência à necessidade de se ter alguém que representasse a região na Câmara de Vereadores, o que indicava que havia uma certa assimilação pelo eleitorado de que os vereadores atuavam a partir deste critério. Chama a atenção, na retórica do vereador, o fato de que sua candidatura foi indicada por outros, ou seja, foi a vontade de uma comunidade que o motivou a concorrer à vaga de vereador. Independentemente da veracidade do seu discurso sobre a exigência dos eleitores para que ele concorresse ao cargo, uma coisa é certa, a vaga da região, por assim dizer, desocupada com o falecimento do outro vereador, foi

rapidamente assumida por ele que se arrogava o representante da população ali residente e que buscava se legitimar elaborando uma articulação entre a necessidade de alguém que continuasse a representar a região com a indicação de sua candidatura por aquele grupo. Nesse sentido, ele buscava demonstrar a legitimidade do cargo e do pertencimento àquele grupo.

O que se verificou em Pontes e Lacerda, sobre a regionalização da atuação dos políticos, é também uma característica comum em todo o país e se insere no debate acerca do sistema eleitoral por representação proporcional ou distrital¹⁵⁵. Ainda que o sistema eleitoral no Brasil seja o de representação proporcional, algumas características da representação distrital compõem a estruturação das campanhas políticas, que acabam sendo marcadas pela concentração da votação em candidatos que representam comunidades específicas. KUSCHNIR (1996), por exemplo, em um artigo sobre a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, discute, entre outras questões, a eleição de candidatos por votos do tipo “comunitário/distrital”, concentrados em uma ou duas zonas eleitorais. Esta autora afirma que as campanhas dos vereadores que se elegeram com votos deste tipo tinham como objetivo criar uma relação de cumplicidade entre eleitores e candidatos a partir do pertencimento ao mesmo círculo social. Sobre isso, escreve a autora:

A menção do bairro cria um vínculo fundamental – em muitos casos significa uma origem e/ou residência comum do candidato e eleitores. Não se trata meramente de uma “situação geográfica”, mas de todo um universo de experiências culturais, compartilhado a partir de um espaço de habitação e sociabilidade. Assim, o candidato é aquele que “entende” os problemas da região, porque “vive junto” e “vê no dia-a-dia o sofrimento da comunidade” (KUSCHNIR; 1996: 190). (grifos no original)

Os argumentos de um outro vereador de Pontes e Lacerda, ex-presidente do STR, contribuem para entender como a valorização do pertencimento à determinada região e, conseqüentemente, de representá-la, era importante ao afirmar que os vereadores eleitos por uma região específica deviam se dedicar a atender às demandas dos moradores daquela região¹⁵⁶.

...um pouco das pessoas, eu acho que são regionalistas, votam no cara da região. O povo vai mais pela região. Eu acho que o povo tem que ser regionalista mesmo. Porque quem é do bairro de cima não vai trabalhar no de baixo.

Isso define, por exemplo, a priorização da alocação de bens e serviços pelos vereadores, como sugere um deles ao se referir à compra do ambulatório móvel que prestaria assistência médico-dentária:

Nós agora compramos um carro ambulância – um ambulatório móvel... pra nós trabalhar na nossa região. Por exemplo, eu tenho minha região de Scatulins, de Coronel Ary... essa região toda que eu trabalho nela. Então eu vou ter direito de pegar e dar assistência para essa população, estamos esperando chegar umas peças para começar o trabalho.

¹⁵⁵ No Brasil, o sistema eleitoral adotado para a Câmara Federal, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais é o do voto proporcional, regulamentado pela Lei nº 1.164, de 1950.

¹⁵⁶ Bezerra (1999: 73) ao desenvolver seu trabalho sobre o orçamento nacional chama a atenção para a concepção dos deputados federais quanto à forma de alocação e destinação dos recursos orçamentários, na qual a região é fator preponderante, como relata um deputado por ele entrevistado: “Porque eu sou deputado de Pernambuco, Paraíba, eu não sou deputado do trabalho, da educação, da saúde.”

Essa questão da delimitação dos espaços para os quais serão dirigidas as ações dos vereadores, “as regiões de atuação”, está diretamente relacionada com o caráter personalizado destas relações políticas, como as entrevistas acima sugerem. Nesse sentido, ainda que físico, na verdade esse espaço, ou essa região de atuação, só se concretiza socialmente. Em outras palavras, o capital político do vereador é construído nos espaços físicos por eles delimitados, mas somente por intermédio do estabelecimento de laços de sociabilidade carregados de significados que compõem as relações pessoais que dão a dinâmica a esse processo político.

Como visto anteriormente, em Pontes e Lacerda, a maioria dos vereadores possuía terras, o que fazia com que a “região de atuação” frequentemente – ainda que não exclusivamente – estivesse associada à localidade onde estava a sua propriedade. Essa possibilidade facilitava o contato com a população da região, pois o colocava, também, como um receptor das suas próprias ações, o que contribuía ainda mais para legitimá-lo sob dois aspectos principais: tendo sua propriedade naquela região, teria maior interesse em desenvolvê-la, e essa posição o colocava, ainda mais, como uma pessoa próxima, um vizinho, que passava pelos mesmos problemas e, portanto, os compreendia. A participação nas reuniões das associações das comunidades era uma importante estratégia de construção dos laços com a população, como informa o presidente da Câmara de Vereadores:

Eu na comunidade que eu sou mais próximo, eu procuro ir lá, participar das reuniões, ouvir a posição deles. Porque antes eu fazia parte da associação do Córrego da Onça... eu atuo bastante lá e também na associação de Adrianópolis. Quando eu vim para Pontes e Lacerda eu tinha uma chácara lá, depois eu vi que eu não dava pra isso e saí de lá.

Ou seja, a região de atuação é o espaço onde se constroem relações sociais, se compartilham experiências e problemas. Assim, a título de ilustração, vale a pena explorar a situação do vereador citado na entrevista anterior. Apesar de ele negar que fosse proprietário de terras no Assentamento Córrego da Onça, alguns entrevistados afirmavam que ele continuava possuindo um lote¹⁵⁷. Além disso, este vereador era proprietário de um ônibus que fazia o transporte escolar das crianças ao valor de R\$ 10,00 (à época do trabalho de campo) por mês e também, segundo suas próprias palavras, comprava produtos agrícolas dos assentados: “Aquele infra-estrutura que nós temos lá, máquina de arroz, temos barracão... eu compro e armazeno lá no barracão da Associação. Então eu me mantenho sócio de lá e eu compro arroz pra consumo... compro direto dos produtores e armazeno lá...”.

A situação vivida por este vereador permite que se compreenda como a construção da sociabilidade está relacionada com a sua presença naquele espaço. Independentemente da formalização da sua propriedade no assentamento, ele é parceiro na comunidade, é um assentado de fato, ainda que não de direito, e é a partir deste lugar que ele estrutura suas relações, cria vínculos e se legitima com seus vizinhos. Como já assinalado (cf. Cap. I), a posse da terra associada ao fato de ter participado da trajetória de ocupação da região e das dificuldades inerentes a esse processo fazia com que as diferenças entre aqueles que se conformaram nos representantes da elite política local e o restante da população rural fossem pouco significativas.

¹⁵⁷ Segundo o presidente da associação do assentamento: “Tem um político aqui, que tinha terra no nome dele, antigamente. A terra tava no nome dele, mas teve um controle aí e a terra ficou no nome da mãe dele. A mãe morreu e agora tá no nome de um sobrinho... é do Chiquinho [...] é uma terra muito boa aqui dentro do Córrego da Onça.”

Ainda nessa lógica, constatou-se um esforço por parte dos vereadores para solicitarem ao Cartório Eleitoral a colocação de urnas eleitorais nas comunidades onde atuam mais diretamente. Se, por um lado, esse esforço reflete, como os políticos sugerem, uma preocupação em garantir ao eleitor maior conforto na hora de votar, também pode ser lido como um componente de delimitação de espaços e de maior controle sobre os votos dos eleitores de determinada região¹⁵⁸.

Os eleitores respondem a essa regionalização da atuação dos vereadores, demonstrando que essa é uma atuação sancionada localmente, como informa uma liderança, o presidente do STR:

Cada político local tem... geralmente cada vereador tem um campo político em uma comunidade qualquer... então ele dá mais uma assistência nestas comunidades... ele acaba sendo procurado por essas pessoas...

Nesta estratégia de regionalização da atuação política dos vereadores observou-se que há uma lógica de não-invasão do espaço do outro. Mas não tão simples, nem tão explícita. Há uma espécie de acordo tácito, em que se respeita o espaço já demarcado, como informa o vereador:

Eu tenho [voto] em todas as regiões, mas a gente corre mais atrás de um setor. Porque tem um setor ali que é de outro vereador, tem outro que é de outro vereador... então a gente corre mais atrás dessa parte minha... em Serro Azul eu dou uma assistência junto também. É um lugar muito difícil né?!, mas esse ano foi feito uma parte das estradas.

Todavia, isso não significa que outros vereadores não tenham votos nestes espaços, mas estes não chegam a ameaçar a hegemonia dos políticos que são referência nos mesmos, como afirma o vereador citado anteriormente: “Na minha região tem outros candidatos com voto, mas não com peso.”

Ainda que muitos destes vereadores tenham como referência uma determinada região e que este acordo tácito seja respeitado, as mudanças de regiões não são ausentes, como afirma o vereador e ex-presidente do STR:

Quando eu fui eleito, minha área era no Serro Azul, eu tive uns 80% dos votos de lá. Eu era presidente do STR e fazia reuniões freqüentes e a gente era muito conhecido. Agora eu tenho área na Lavrinha. Fiz a estrada lá recentemente. Uma das melhores estradas hoje é a da Lavrinha. Eu que peguei a máquina da prefeitura e encaminhei lá.

Este vereador reforça a informação de que a atuação dos mesmos está referenciada, sobretudo, nas áreas onde possuem terras. Na medida em que ele se muda de local ele busca constituir novas relações na nova região. Ainda que a atuação dos políticos esteja referenciada em um espaço geográfico, mais ou menos delimitado, não é somente a sua presença lá que determinará sua interação com os eleitores. Há que se construir uma rede de relações sociais nova, ou, por assim dizer, há que se ocupar politicamente o novo espaço. Como ressalta BEZERRA (1999:102), o

¹⁵⁸ “Tem urna eleitoral aqui dentro. Ela nasceu aqui antes da eleição passada para prefeito. Foi feito um levantamento do número de votantes pelo esforço do Bibiano. Foi bom pra gente, todo mundo da área vota aqui agora.” (Presidente da Associação do Assentamento Cel. Ary) “O Chiquinho está trabalhando pra pôr uma urna aqui dentro. Ele já passou conversando para o pessoal mudar o título. Vai ser bom.” (Presidente da associação do Assentamento Córrego da Onça)

sentido atribuído pelos políticos à categoria “base eleitoral” permite afirmar que ela possui uma mobilidade e, nesse sentido,

...não remete a uma realidade fixa, mas a diferentes referentes: uma rua, um bairro ou uma cidade. A *base* é definida ora pelo local de residência, ora pelas ações sociais que o político mantém nas localidades. Nesse sentido, e este é outro aspecto, ela não delimita simplesmente uma unidade geográfica ou administrativa, apesar do conceito de lugar ser fundamental para a definição da noção de *base eleitoral*, mas, sobretudo, um espaço de relações sociais. (grifos do original)

Em Pontes e Lacerda, a “região de atuação” era o espaço privilegiado de ação dos vereadores. Prioritariamente, seus esforços eram empreendidos para destinar ações de cunho mais coletivo (como as obras) para essas localidades, como também era para os moradores de lá que ele dava prioridade para atender a pedidos de cunho particularista (como atendimento médico, passagens etc.)¹⁵⁹.

A construção dessa rede de relações em um espaço delimitado possibilitava a cada vereador se posicionar na configuração formada na sua “região de atuação”, diferenciadamente dos outros atores. Nesse sentido, enquanto ele conseguisse manter esse diferencial, o que dependia da sua capacidade de honrar seus compromissos e de renovar constantemente suas relações, ele conseguiria manter, também, maior acúmulo de poder em relação aos atores interdependentes, tanto em relação aos eleitores quanto aos outros vereadores, pois o equilíbrio da configuração estava pendendo para o seu lado¹⁶⁰. Dito de outro modo, uma configuração é um espaço de disputa permanente e está constantemente à mercê da ação dos atores nela envolvidos, o que pode provocar mudanças o tempo todo, num constante reequilíbrio de forças.

4.1.2 – A relação entre o Executivo e o Legislativo municipal e seus efeitos sobre a atuação dos políticos

No período em que essa pesquisa foi realizada os vereadores de Pontes e Lacerda não tinham acesso a praticamente nenhuma infra-estrutura na Câmara de Vereadores. Com exceção do presidente da Câmara, os vereadores não tinham gabinete particular. Os funcionários da Câmara se ocupavam apenas das funções burocráticas gerais, prestavam algum serviço aos vereadores naquilo que se referisse a encaminhamentos oriundos das reuniões e sessões. Além dos seus salários, os vereadores não tinham acesso a outra verba individual, com exceção de uma cota mensal para ligações interurbanas que podiam ser efetuadas de um telefone para uso coletivo instalado em uma pequena sala. Essa cota, normalmente, era usada pelos vereadores para distribuir aos eleitores que necessitassem efetuar ligações. Quanto à assessoria, os vereadores não possuíam recursos para a contratação deste serviço, e a Câmara pagava a um único profissional para prestar serviços aos vereadores de modo geral. Como relata um dos vereadores, em tom de reclamação: “A assessoria na Câmara não é por vereador, é para todos. Então se o cara não vai com a minha cara, eu fico sem

¹⁵⁹ Ao que foi possível perceber, aquelas regiões onde não há uma relação direta entre determinado vereador e a população local é, por assim dizer, disputada por todos de modo a se legitimarem perante esses eleitores. Contudo, há sempre alguém com maior referência.

¹⁶⁰ Em Pontes e Lacerda nas eleições de 2000 o colégio eleitoral era de 23.331 eleitores em uma população total de 43.012 habitantes. A Câmara de Vereadores era composta por 13 vereadores.

assessoria.” Esses dados indicam a precariedade de funcionamento, bem como a pauperização da Câmara de Vereadores o que, entre outras questões, limitava e, no extremo, comprometia, o exercício das funções pelos vereadores.

Enquanto Poder Legislativo do município, compete à Câmara de Vereadores, segundo a constituição, quatro funções: legislar, administrar, fiscalizar e julgar¹⁶¹. Além dessas quatro funções, os regimentos internos de cada casa podem estabelecer outras competências, tais como as indicações, as solicitações, o assessoramento, entre outras, cuja nomenclatura pode variar de um município para outro. Se as quatro funções constitucionalmente imputadas às Câmaras de Vereadores têm como prerrogativa a representação de interesses sociais pressupostos, genéricos, difusos e, de certo modo, distantes do cotidiano das pessoas, o mesmo não se pode afirmar da função designada como de indicação que, segundo D’ÁVILA FILHO *et alii* (2004:7), “...é pós-fixada, específica, concentrada e diretamente ligada ao dia a dia dos indivíduos afetados por ela.”

Não foi objetivo deste trabalho aprofundar a verificação sobre como os vereadores de Pontes e Lacerda exercem, de fato, as funções estatutariamente designadas. Entretanto, as entrevistas indicam que, no geral, os vereadores atuam quase que exclusivamente por intermédio de pedidos diversos ao prefeito, caracterizados pelas indicações, como sugere a entrevista com um dos vereadores:¹⁶²

Na verdade, o vereador é uma pessoa de fazer as indicações e de buscar junto ao prefeito, ao poder Executivo, fazer esse trabalho. [...] A Câmara, ela funciona da seguinte maneira... nós temos secretárias, mas o vereador apenas faz a indicação.

Ao que foi possível apurar, em Pontes e Lacerda a função legislativa se resumia a discutir e votar os projetos encaminhados à Câmara pelo Executivo Municipal¹⁶³. As indicações eram, por excelência, a função por intermédio da qual os vereadores atuavam formalmente, como afirma o entrevistado acima. Formalmente porque, além desses pedidos solicitados por intermédio da Câmara, muitos outros pedidos e solicitações eram efetuados diretamente ao prefeito, o que era facilitado pela informalidade e pela relação casual entre os vereadores e prefeito, como se verá mais à frente¹⁶⁴.

¹⁶¹ A função de legislar se refere à competência da Câmara de elaborar normas jurídicas (leis e regras de funcionamento do Legislativo), a de administrar diz respeito à operacionalização e administração interna da casa, a de fiscalizar consiste em acompanhar o Poder Executivo no que tange aos aspectos administrativos, fiscalizando a execução de matérias orçamentárias, contábeis, operacionais e patrimoniais e, por fim a função de julgar acontece nos casos de infrações político-administrativas pelo prefeito (D’ÁVILA FILHO *et alii*, 2004).

¹⁶² Segundo o capítulo III, artigo 110 do Regimento Interno da Câmara de Pontes e Lacerda, “Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público ao Poder Executivo ou ao seus órgãos ou autoridades do município, no sentido de motivar determinado ato ou de efetuá-lo de determinada maneira.” (Resolução 006/94:41)

¹⁶³ Não foi possível trabalhar com as atas da Câmara Municipal, o que limita, de algum modo, o aprofundamento de alguns aspectos. Contudo, nas entrevistas com os vereadores, nenhum deles afirmou que tivesse, em algum momento do seu mandato, elaborado algum projeto para ser discutido na Câmara de Vereadores.

¹⁶⁴ Ao que se apurou, a indicação é um instrumento que o vereador pode utilizar para atuar junto à administração pública visando à execução de serviços e obras, por exemplo. A indicação não necessita de aprovação pela Câmara de Vereadores, ainda que seja apresentada em reunião na Câmara e registrada em ata. Nesse sentido, ela também não possui um caráter de legislação. Serve apenas como indicativo para a realização de uma ação.

Corroborar a hipótese de que as indicações eram a principal função exercida pelos vereadores, a pesquisa realizada por D'ÁVILA FILHO *et alii* (2004:11-12) na qual os autores, ao estudarem três Câmaras de Vereadores, verificaram que a função caracterizada pelas indicações ocupavam, em média, 72% da produção legislativa ordinária no período entre 1993 e 2000, enquanto a legislativa ocupava em média 5%, as homenagens e moções 18% e outras funções 5%¹⁶⁵. Para esses autores, essa tendência de atuação dos vereadores sugere a hipótese de que essa seja uma característica comum a todos os municípios brasileiros o que, na avaliação efetuada por eles, se deve às limitações impostas pela lei que fazem com que os vereadores exerçam outro tipo de função – que não aquelas que constitucionalmente lhes são atribuídas – com vistas a maximizar os ganhos que são “constrangidos pelas regras democráticas”¹⁶⁶. Assim, por força da restrição imposta pelas leis, a atuação dos vereadores seria conduzida para a função de “intermediário entre os interesses dos demandantes de serviços públicos e os agentes públicos dotados de meios legais e administrativos para atendê-los” (D'ÁVILA FILHO *et alii*; 2004:11-12).

Os autores atribuem essa atuação dos vereadores exclusivamente às limitações impostas pelas legislações Federal e Estadual – que, segundo eles, restringem, constroem e limitam a margem de manobra e a criatividade do vereador para a produção de legislação própria. No entanto, eles deixam de considerar que, ainda que estas limitações possam existir, a atuação dos vereadores está relacionada à dinâmica política local na qual a função de indicar aparece como uma ação mais diretamente relacionada às relações estabelecidas entre o vereador e seus eleitores e que se baseiam em compromissos pessoais. Nesse sentido, enquanto as funções constitucionais atribuídas ao Legislativo Municipal se caracterizam pela generalidade e pelo distanciamento, as indicações aparecem como uma função que aproxima o vereador do seu eleitorado. Deste modo, diferente de um projeto de lei que tende a garantir interesses mais genéricos da população, as indicações normalmente dizem respeito a pedidos que atendem a um grupo específico e que, portanto, demonstram o compromisso do vereador com aquele grupo, seja uma comunidade, os moradores de uma rua, de um bairro etc.

Distante de simplesmente exercer o papel de “... ‘ouvidor’ no processo de ‘intermediação de interesses paroquiais’...” (D'ÁVILA FILHO *et alii*; 2004:12), o vereador, ao atuar por intermédio das indicações, está cumprindo um compromisso assumido com os eleitores que, ainda que seja “pós-fixado” como sugerem esses autores, está embutido em uma complexa rede de relações pessoais que envolve múltiplas dimensões que garantem a continuidade das relações estabelecidas e que não podem, simplesmente, ser lidas como “estratégias” assumidas pelos vereadores e pelos eleitores visando maximizar seus ganhos.

¹⁶⁵ A pesquisa realizada por KERBAUY (2004) com prefeitos e presidentes de Câmaras em três estados do país também indica essa tendência. Segundo seus dados, a maioria dos entrevistados informou que quem elaborava as políticas públicas dos municípios pesquisados era o prefeito municipal. Também COUTO & ABRUCIO (*apud.* MONNERAT *et alii*; 2002) salientam que, a despeito das peculiaridades de cada município, bem como das diferenças entre pequenos e grandes municípios, há uma predominância do Executivo no processo de produção de políticas governamentais. Segundo esses autores, especialmente nos municípios de pequeno e médio porte, o Legislativo não cumpre sua função de produzir políticas governamentais de acordo com as demandas sociais e nem com a função de fiscalizar as ações do Executivo.

¹⁶⁶ Conforme D'ÁVILA FILHO *et alii* (2004:11-12), “as atribuições dos poderes locais, Executivo e Legislativo, são muito limitadas, restando muito poucos assuntos sobre os quais os Municípios podem e devem exercer regulação.”

Em Pontes e Lacerda, as indicações são feitas diretamente ao prefeito municipal e podem ou não ser encaminhadas. Nesse sentido, ganha destaque a forma como se relacionam os vereadores com o Executivo Municipal, como relatam estes dois vereadores, ambos ex-presidentes do STR: “Os projetos na Câmara são aprovados e passa aquele que tiver força com o prefeito”; “O vereador é muito cobrado. E o que você faz como vereador é reivindicar para o Executivo. Quando o Executivo vai com a sua cara, ele executa, mas quando ele não é, você entra na maior dificuldade.” Ou seja, manter a acessibilidade ao prefeito é fundamental em pequenos municípios como Pontes e Lacerda, nos quais os recursos administrativos e financeiros são praticamente centralizados nas mãos do Executivo e nos quais as indicações são encaminhadas diretamente ao prefeito¹⁶⁷ que, via de regra, personifica a máquina administrativa da prefeitura. Os dados da pesquisa indicam que, mais importante que a formalização das indicações por intermédio da Câmara de Vereadores, é a manutenção do contato direto entre o representante do Executivo e os vereadores, já que, ao que se apurou, as indicações não possuem a força legal de qualquer outro instrumento que seja submetido à aprovação da Câmara. Portanto, elas são encaminhadas ao prefeito, mas sem que este tenha que dar uma resposta à mesma.

Em Pontes e Lacerda, os vereadores dependem da infra-estrutura da prefeitura para suas ações junto ao seu eleitorado. Como fica evidente na fala de todos os vereadores entrevistados, a prefeitura é a principal instituição por meio das qual eles atuam. É através da prefeitura que eles podem efetuar as obras nas suas “regiões de atuação”, é a prefeitura que possui ambulância para socorrer os doentes mais graves, é por intermédio da prefeitura que se tem acesso a recursos para encaminhar doentes para tratamento em outras cidades, sobretudo na capital, Cuiabá etc. Deste modo, o prefeito é, de uma forma ou de outra, diretamente envolvido em praticamente todas essas ações já que os recursos são centralizados nas suas mãos¹⁶⁸. Segundo o prefeito entrevistado durante o primeiro trabalho de campo: “Essas pessoas que precisam de médicos, passagens etc. procuram também os vereadores. Eles pedem aos vereadores, os vereadores vêm a mim e a gente encaminha.”

Um dos vereadores entrevistados – ex-presidente do STR – confirma essa dinâmica na qual há uma espécie de intercessão do vereador, ao relatar como ele desenvolve ações junto à população do município:

Outro dia tinha uma mulher na prefeitura querendo uma passagem para Cuiabá e não conseguia nada. Chegou chorando pra mim. Eu entrei na sala do prefeito e saí com a passagem na mão. Mas essa mulher me agradeceu, viu! Então, são as coisas que são necessárias nesta cidade... As coisas que são necessárias, têm que ajudar.

Como esse trecho de entrevista permite verificar, além das indicações, que são formalizadas, a atuação dos vereadores junto ao prefeito envolve as solicitações de caráter informal, que se explicitam em pequenos pedidos, por assim dizer, tais como

¹⁶⁷ Segundo D’ÁVILA FILHO *et alii* (2004), em grandes municípios, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro, as indicações são encaminhadas diretamente aos responsáveis por órgãos da administração indireta.

¹⁶⁸ Para se ter uma idéia, durante as entrevistas concedidas à pesquisadora, os prefeitos estavam, simultaneamente, despachando junto a seus chefes de gabinete. Chamou a atenção da pesquisadora a quantidade de cheques a serem assinados pelos prefeitos, bem como os esclarecimentos pedidos aos chefes de gabinete sobre a origem de parte dos gastos que estavam sendo pagos.

passagens, consultas médicas e dentárias e serviços advocatícios, entre outros. O que possibilita essa ação dos vereadores é, como no caso das indicações, o acesso ao prefeito municipal. Deste modo, ganha destaque, em um pequeno município como este, os acordos políticos, pois são eles que possibilitam essa convivência simbiótica entre os políticos.

Com exceção dos recursos acionados via prefeitura, as ações implementadas pelos vereadores dependem da sua rede de relações que garanta a mediação na prestação de serviços, como é o caso, por exemplo, dos serviços relativos à aposentadoria (acesso ao INSS) e à saúde (acesso aos médicos), os quais, em muitos casos são encaminhados por intermédio dessas redes, sem depender, diretamente, do prefeito, como informa o mesmo vereador citado anteriormente ao continuar seu relato sobre o seu papel como vereador:

Eles [eleitores] vieram aqui essa semana e eu marquei tudo para amanhã, pra tirar o dia para mexer com aposentadoria. Esse é meu trabalho. Vou levar tudo de uma vez. E pra mim é fácil, porque eu tenho amizades lá no INSS, então não tenho dificuldades. Chego lá e já vou entrando lá para dentro, a gente tem acesso. [...]

...todas as vezes que eu preciso, eles [médicos] não medem dificuldade pra gente levar lá as pessoas para ser consultadas, prá operar, qualquer coisa... pra mim eu não posso reclamar hora nenhuma, tenho muito acesso aos médicos. A hora que eu preciso é só telefonar e eles atendem a gente.

Contudo, sem desconsiderar a importância dessa rede de relações que permite ao vereador intermediar serviços e ajudas dos mais variados tipos, como é possível observar, é na prefeitura que os vereadores podem conseguir acesso às condições que lhes propiciam realizar a maioria de suas ações, especialmente aquelas de maior vulto, como as obras. Assim, o contato e a boa relação com o prefeito são de importância fundamental para os vereadores. Fato essencial nesta relação é poder manter o acesso à secretaria de obras do município, pois é através das obras (que na área rural em Pontes e Lacerda resume-se, praticamente, à construção e/ou melhoria das estradas vicinais, pontes e bueiros) que o vereador pode se mostrar mais coletivamente em determinada região.

Segundo os vereadores, o sucesso da sua vida política está ligado à maior ou menor capacidade em “fazer”, como informa um dos vereadores entrevistados: “O vereador que faz mais, leva mais. Cada um de nós luta atrás de um votinho.” A questão central suscitada por este vereador está em “fazer” o que e como. Como já visto, as ações empreendidas pelos vereadores podem ser classificadas em dois grupos, as de cunho particularista e as de cunho coletivo. Na “luta atrás de um votinho” são as ações de cunho coletivo que ganham destaque, sobretudo as obras. Como já destacou LEAL (1975) em seu trabalho sobre o coronelismo, a promoção de benefícios coletivos para as comunidades era de fundamental importância para a manutenção dos laços entre os políticos locais e eleitores. Em trabalho mais recente, PALMEIRA (1999), em um estudo realizado num pequeno município de Pernambuco, também destaca a importância das obras para os políticos locais¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Explorando uma outra dimensão, BEZERRA (1999), em seu trabalho sobre o Orçamento Nacional, chama a atenção para a relação direta entre a realização de obras e a manutenção de uma liderança política em determinada região.

Em pequenos municípios como Pontes e Lacerda, as obras são uma espécie de cartão de visitas para os políticos. Elas são, por excelência, a concretização das promessas eleitorais dos políticos e se transformam no fiel da balança dos períodos eleitorais. Além disso, elas são a cristalização de uma ação: elas dão visibilidade real ao recurso ali gasto, por assim dizer, pelo vereador. Nesse sentido, a obra parece ter um dono, o que se traduz em frases como: “fui eu que fiz”, “fui eu que peguei a máquina da prefeitura e encaminhei lá”, “eu fiz um assentamento agora, de 208 famílias”. Ao se auto-atribuir a responsabilidade sobre a execução das ações esses políticos buscam afirmar seu poder perante seu eleitorado e demonstrar que, sem sua intermediação, essas ações não teriam chegado àquele público. Ou seja, faz parte da construção do seu patrimônio político, o esforço por se diferenciar, procurar demonstrar seu poder de intermediação. É a elaboração daquilo que ele entende ser a representação do interesse daqueles que o elegeram.

Essa auto-arrogação demonstra, também, como ele entende o seu papel. A entrevista citada anteriormente, na qual o vereador relata qual é a atribuição do seu mandato, permite verificar que ele se percebe como um provedor, como um protetor. Se, por um lado, ao se analisar o discurso, é possível que a interpretação do mesmo leve a conclusões que o classifique simplesmente como uma dissimulação que esconde outras questões, por outro, é importante ter claro que essa concepção, longe de uma elaboração premeditada, traduz o entendimento do vereador sobre o seu papel como uma autoridade que, tendo acesso aos meios para tal, pode mediar e prover àqueles com os quais mantém suas relações. Essa concepção faz parte de um saber, faz parte de um *habitus* que se reproduz na sociedade brasileira.

Se o sucesso na vida política do vereador está associado à maior capacidade de “fazer” e, se esse “fazer” está associado, sobretudo, às ações implementadas por meio da prefeitura municipal, pode-se imaginar que uma boa relação entre o prefeito e os vereadores tem importância fundamental. As reclamações ouvidas pela entrevistadora sobre a postura de um ex-prefeito em Pontes e Lacerda fornecem elementos que permitem explorar como as dificuldades nessa relação podem afetar a desenvoltura dos vereadores. Segundo um dos vereadores:

Eu mesmo fui muito prejudicado na minha região porque fiquei três anos sem fazer nada lá. A gente teve de meter a mão no bolso para fazer alguma coisa para alguém, para não perder o rumo político. Se eu não mudasse o sistema de trabalhar, eu não seria nem reeleito agora. Então eu não podia nem falar em política. Se fosse junto com o prefeito, não tinha nem condições de fazer nada. Não foi só eu não. Nós, os 13 vereadores, estaríamos derrotados perante o povo, porque não tinha condições de trabalhar junto com ele, era muito ruim...

O vereador explicita as dificuldades enfrentadas mediante a atuação de um prefeito que, segundo sua avaliação, “não ouvia a Câmara” e era “desonesto com os vereadores”. A questão importante aqui não é a veracidade do fato ou o juízo de valor explicitado na entrevista, mas o fato de como o vereador se sente ante o que ele relata como uma atuação negativa do prefeito. A avaliação de que sem a disposição do prefeito de trabalhar junto com os vereadores estes ficam sem “rumo político” e de que eles têm que acionar outros meios para “fazer alguma coisa para alguém” ilustra e corrobora a análise, por um lado, sobre a necessidade de uma boa relação entre o prefeito e os vereadores e, por outro, sobre a importância das ações ligadas às obras para poder continuar a “falar em política”. Sobre as obras, continua o mesmo vereador: “... o

chefe de obras, aliás, foi um péssimo chefe de obras para nós. Não foi só pra mim não, foi para todos os vereadores. Castigou demais nós.”

Um trecho da entrevista com outro vereador, ex-presidente do STR, que relata sua atuação referenciada na gestão do prefeito que sucedeu aquele citado na entrevista anterior, revela como uma boa relação com o prefeito traz elementos positivos para a desenvoltura do vereador:

Hoje minha atuação política está sendo até melhor. Porque o prefeito hoje está do lado da gente... o que a gente tem pedido ele tem feito. Igual, na minha comunidade mesmo, já tem quatro pontes que fui eu que pedi e que foram feitas as quatro pontes, aterro, estrada... Então eu tenho feito muita coisa pela minha comunidade.

Como é possível verificar, a atuação política dos vereadores era completamente associada à capacidade dele em “fazer” alguma coisa, em realizar ações para o seu eleitorado, de preferência, as obras. PALMEIRA (1999:10), ao enfatizar as obras como importantes para a atuação dos políticos locais afirma que,

Se o ‘fazer política’ é fundamentalmente um certo ‘saber fazer’, é controlar as ‘regras imperceptíveis’ que permitem a alguém enfrentar os ‘melindres da política’, e mostrar-se capaz de distribuir mais e melhor [...] idealmente ela deve expressar-se em obras que garantam a visibilidade ao ‘dispor de recursos’ que a simples ajuda aos correligionários não garante.

A importância que a relação entre prefeito e vereadores assume em um município como Pontes e Lacerda revela também a necessidade da freqüente atualização dos vínculos entre políticos e eleitores. Como já afirmou LEAL (1975) na discussão sobre a relação entre políticos locais e estaduais, o fato de esses vínculos estarem firmados com base em coisas concretas e não em princípios políticos, torna-os momentâneos e frágeis e, nesse sentido, prevalecem para uma ou para poucas eleições próximas. As entrevistas com os vereadores acima são evidentes nesse sentido ao associarem a boa relação com o prefeito com a possibilidade de “fazer” o que proporcionará a manutenção do “rumo político” do vereador que garantirá a ele a reeleição. A ausência da atualização dos vínculos pode ser caracterizada como ineficiência, descaso, quebra de compromisso etc., que podem comprometer o poder social do político, como já apontado anteriormente.

É a partir deste quadro que é possível compreender melhor, em Pontes e Lacerda, as acomodações, após as eleições, dos vereadores diante do prefeito eleito. Como informa um dos vereadores, presidente da Câmara à época do primeiro trabalho de campo: “Hoje, todos os vereadores estão praticamente na situação. Quando foi a eleição, do lado do prefeito foram sete eleitos, de um total de 13.”

A entrevista com um outro vereador, que relata a sua mudança de partido político após ser eleito, explicita como os arranjos na Câmara de Vereadores ocorrem após as eleições de modo a proporcionar que haja uma relação de proximidade com o prefeito:

Nós éramos uma frente com 14 candidatos que demos apoio ao candidato oposto ao prefeito. [...] Na verdade a política ela depende muito do desenvolver da política. Porque o político, quando ele é um político racional ele não pode pensar somente se ele foi eleito oposto ou não... porque na verdade o PDT é um partido de esquerda, ele tem o seu

princípio de esquerda. Agora eu toda vida fui um político moderado. Eu nunca fui muito esquerda. Então, eu me sinto, hoje, companheiro... tenho dado apoio ao nosso prefeito.[...] Hoje eu não estou no PDT, por motivos de... até mesmo por questões de trazer uma solução melhor para o nosso município [...] eu vim para o PPS.

Esses dados revelam que ser um vereador de oposição em um município como este é correr o risco de não ter sucesso na vida política. Assim, os acordos políticos são fundamentais, o que não implica, necessariamente, a troca de partido. Embora o vereador acima tenha trocado, indo para o partido que elegeu o prefeito municipal, é importante destacar que, nas acomodações na Câmara, o apoio ao prefeito municipal e à sua administração não implica, necessariamente, esta mudança. Não foi objetivo deste trabalho explorar a dimensão dos partidos políticos e de sua dinâmica no processo eleitoral municipal mas, em Pontes e Lacerda, observou-se que, no que se refere à relação dos representantes do poder local com os eleitores, o fato de pertencer ou não a determinado partido não é relevante. Como afirmou um vereador numa entrevista já citada anteriormente e que vale a pena repetir, "...partido hoje é somente para fazer coligação, pra ser candidato. O que manda mesmo é a pessoa e o trabalho da gente..."

O que é importante, ao que se observou, é garantir uma boa relação com o prefeito. É garantir o acesso à prefeitura e às suas secretarias, principalmente, a Secretaria de Obras. Entretanto, isso requer, também do lado do prefeito, a disposição em estar em harmonia, por assim dizer, com a Câmara de Vereadores. Como afirma um dos prefeitos, entrevistado à época do segundo trabalho de campo: "Na Câmara nós temos o apoio da maioria. Eu não tenho sido radical, eu não tenho sido, como se diz, coronel. Eu tenho procurado ouvir muito."

Ou seja, o prefeito também tem interesse em manter uma relação cordial com a Câmara pois, de um modo ou de outro, depende dos vereadores para governar. Para além disso, há que se considerar que os vereadores detêm um capital eleitoral considerável que pode ou não ser transmitido para os candidatos ao cargo de prefeito. Deste modo, se por um lado, os vereadores necessitam do prefeito e da prefeitura para o desenvolvimento das suas ações, eles também exercem um certo poder ante o prefeito. Para um prefeito de um município como Pontes e Lacerda, manter uma boa relação com os vereadores significa acumular poder junto ao eleitorado¹⁷⁰.

Como se pode observar, a atuação do vereador se sustenta nas suas relações. Por um lado, nas relações que ele estabelece com seu eleitorado e, por outro, nas relações que ele consegue conquistar e manter e que lhe possibilitam intermediar as ações junto aos eleitores. A dinâmica parlamentar estabelecida em pequenos municípios como Pontes e Lacerda, segundo a qual as funções constitucionais das Câmaras ocupam um lugar secundário, faz com que o vereador seja aquilo que suas relações lhe possibilitam ser. Entretanto, nesta perspectiva há que se considerar que essa é uma dinâmica que reflete um *habitus*, constituído durante séculos na sociedade brasileira e não que deve ser interpretada a partir de uma leitura normativa sobre a democracia, na qual aquilo que não se encaixa nas regras por ela demarcadas é classificado como atrasado e antidemocrático. Ao elaborar uma crítica sobre como parte da atividade política no

¹⁷⁰ As possibilidades de acordos entre os diferentes escalões dos governos, bem como entre as diferentes instâncias dos governos foram analisados por LEAL (1975) e QUEIROZ (1976) que constataram, em outros períodos da história brasileira, a reciprocidade da dependência entre os políticos federais e estaduais e os políticos locais. Mais recentemente, BEZERRA (1999), ao analisar o orçamento no congresso nacional, constata, também, a dependência entre parlamentares e os prefeitos municipais.

Brasil é classificada como uma distorção em relação a esquemas explicativos preexistentes, PALMEIRA afirma que essas interpretações refletem

...uma visão normativa, que reduz os fatos a serem explicados a sua distância da regra postulada, distância creditada (ou debitada, como queiram) a alguns ismos mágicos: clientelismo, cartorialismo, corporativismo – escolhidos de acordo com a retórica política do momento. Cada vez que se pensa em clientelismo no Brasil, por exemplo, ele é formulado como uma sobrevivência. Você começa falando do coronelismo, depois passa a falar da decadência do coronelismo e por aí vai até chegar ao clientelismo. [...] Qualquer que seja a explicação substantiva do fenômeno, ele é sempre visto como uma coisa deslocada e que está acabando, como alguma coisa que é velha, que é atrasada. Ocorre que essas ‘distorções’ são recorrentes, parecem ter alguma sistematicidade e nem sempre se encontram tão envelhecidas (PALMEIRA; 1989a.:114).

Essas relações, recheadas de obrigações morais e sustentadas por obrigações recíprocas, se reproduzem na sociedade brasileira através das suas instituições e das práticas dos atores envolvidos, nas distintas conjunturas do desenvolvimento histórico. Estruturando e sendo estruturadas por processos sociais, elas são readequadas de modo a equilibrar o passado e o presente. Tratam-se de relações que, como afirma NORBERT ELIAS (*apud* BRUNO; 2002:29) “... apesar de remeter ao passado, não se apresenta como algo fixo ou estático, implica continuidades e rupturas.”

Um outro ponto para o qual essa discussão remete é sobre o processo de descentralização, já abordado no capítulo anterior, mas que a discussão pede que seja retomado. Sobre este aspecto, é possível inferir algumas questões sobre o rebote desse processo em uma dinâmica política municipal como a descrita anteriormente. No geral, a produção bibliográfica sobre o assunto enfatiza o baixo grau de participação da sociedade civil nas localidades e a monopolização na elaboração das políticas públicas pelo poder Executivo Municipal¹⁷¹. Nesse sentido, a constituição dos Conselhos Municipais tende a cumprir a obrigatoriedade de existência do mesmo e, no geral, representam a “... a mera reprodução formal das regras dos programas, ameaçando os fundamentos principais de participação, quais sejam, credibilidade, confiança, transparência, *accountability* etc.” (SOUZA; 2002).

Os dados em Pontes e Lacerda ajudam a problematizar melhor essa questão. Tendo-se em conta que os pressupostos da descentralização pressupõem que a elaboração das políticas públicas municipais seja partilhada entre governo municipal e sociedade civil, buscando geri-las de forma mais eficiente de modo a favorecer o desenvolvimento local e regional, a questão que se coloca é sobre como esse processo se cruza com o cenário local¹⁷². Em Pontes e Lacerda, como já explorado no terceiro capítulo por intermédio da discussão sobre o Pronaf infra-estrutura, as dificuldades de gestão de uma política descentralizadora como esta estavam localizadas, especialmente, na baixa capacidade do CMDR em se legitimar perante os representantes do poder local e em fazer valer as suas decisões. O que estava em jogo era, dentro da configuração local, como se inseriam regras e normas completamente diferentes daquelas legitimadas localmente, nas quais as relações sociais e políticas passavam por uma dinâmica

¹⁷¹ KERBAUY (2004); SOUZA (2002).

¹⁷² Segundo ARRETCHÉ (1999), as fortes desigualdades econômicas e sociais entre as regiões do país, e mesmo entre os municípios de uma mesma região, fazem com que o processo de descentralização seja muito heterogêneo.

marcada pela pessoalidade. De acordo com essa dinâmica local, a impessoalidade de uma política implementada sem o envolvimento das pessoas era uma coisa impensável. Sobre essa problemática PALMEIRA afirma que há

...um problema de adequação entre a idéia de ‘política pública’ e a maneira como a política é concebida em áreas onde a política tende a confundir-se com a ‘política da reputação’. A idéia de uma ‘política’ como ‘ação de Estado’, como algo impessoal, é de difícil equacionamento. Uma prefeitura ou um prefeito de um pequeno município não implementa a ‘política’ **a** ou **b**, mas simplesmente ‘faz política’.” (PALMEIRA; 1999:9)

O que é possível observar é que a forma como o CMDR vinha direcionando a implementação daquela política requereria uma alteração na configuração política local, a partir do rompimento de regras e normas sancionadas por um *habitus* que, como ressaltava ELIAS (1994), não pode ser mudado de uma hora para outra. Essa experiência em Pontes e Lacerda mostra que não basta a implementação do Conselho, ainda que ele seja representativo da sociedade civil, para que uma política descentralizadora tenha sucesso. Não basta a presença de novos atores, com uma atuação diferenciada da dinâmica local, pois eles tendem a esbarrar nas normas que regem essa dinâmica. O poder dos atores locais nesta configuração está assentado nestas normas, o que garante aos seus portadores um peso notável no equilíbrio da configuração. SOUZA (2000), a partir de um estudo de caso do CMDR de um município na Bahia, analisa a inserção dos atores que representavam a sociedade civil na configuração política local e afirma que os dados apontavam para uma diferença na forma de atuação das organizações de trabalhadores rurais e de apoio, segundo a qual, o que antes se caracterizava mais por reivindicações por intermédio do “embate com o Poder Público”,

... após a constituição do CMDR passou a se conformar em processos negociados e formação de alianças com grupos locais mais conservadores, que refletiram diretamente em maiores conquistas do ponto de vista da distribuição do poder local. Logicamente que esta modificação não se deu de uma hora para outra, mas sim foi um processo construído, através do acúmulo de experiências e do crescimento do poder de mobilização de setores marginalizados da população. Esta mudança também foi fortalecida pelo próprio processo de democratização do país a partir do final da década de 1970, onde paulatinamente essas organizações souberam se apropriar dos dispositivos de descentralização próprios da Reforma do Estado. Entretanto, neste processo não se pode desconsiderar os arranjos políticos/eleitorais que propiciaram essa maior participação. Sem negar a capacidade de mobilização e reivindicação dos movimentos sociais em Araci, esses grupos passaram a ter maior sucesso nas negociações a partir do momento em que se inseriram no jogo político local (SOUZA; 2002:135-136).

O trabalho desta autora contribui para a análise aqui sugerida de que a implementação de uma política em um cenário local como o de Pontes e Lacerda requer uma dinâmica que passa por estratégias distintas daquelas que desconsideram os princípios, regras e normas que sancionam e são sancionadas por essa dinâmica, que os tratam como resquícios de uma sociedade atrasada e que, enquanto tal, devem ser banidos das relações sociais e políticas.

4.2 – O Movimento e sua inserção no processo político e de poder local

4.2.1 – A dimensão político-partidária do MUL

A organização do MUL em Pontes e Lacerda e na região do Vale do Guaporé foi marcada, entre outras questões, por um “projeto político” cujo objetivo principal era, segundo seus termos, a partir do processo educativo e de organização, “construir uma nova sociedade” por intermédio de conquistas que contribuíssem para “mudanças no sistema capitalista”, tais como a “desconcentração da terra e a democratização dos recursos públicos”.

De um lado, neste projeto, as questões relativas ao processo organizativo da produção e comercialização – cujo objetivo era a melhoria econômica dos pequenos agricultores – foram desenvolvidas a partir de uma proposta que visava implementar um modelo produtivo alternativo na região. De outro, a organização necessária à sua implementação foi garantida por intermédio das entidades do MUL que atuavam na elaboração das propostas e projetos, na busca por financiamentos, na assessoria técnica, na organização sindical e associativa etc. (Cf. caps. II e III).

O projeto político-partidário foi ganhando espaço na medida em que a atuação da FASE na região foi sendo concretizada por intermédio da formação das lideranças e da constituição das entidades que conformam o MUL. Segundo um ex-técnico da equipe regional da FASE, nos primeiros anos de atuação na região os técnicos evitavam a discussão político-partidária, tanto internamente quanto publicamente pois, segundo sua avaliação, havia um entendimento – por parte da maioria dos técnicos da equipe – de que a discussão sobre política e religião não deveria ser abordada junto aos pequenos agricultores. Segundo sua avaliação,

...a FASE sempre evitou essa discussão, principalmente porque a equipe inicial, ela sempre falava publicamente que não tinha esse envolvimento. Isso até prejudicou depois esse processo, porque as pessoas não tinham essa discussão político-partidária, porque o conceito é de que não se discute política e religião.

Contudo, este era um ponto de tensão na medida em que também compunham a equipe alguns técnicos que viam esta questão como importante. Com a entrada de novos técnicos que tinham uma trajetória de militância no movimento estudantil e/ou nos partidos políticos identificados com a esquerda, no início da década de 1990, essa discussão ganhou corpo no interior da equipe e junto às lideranças do MUL.

Os documentos consultados indicam que foi na eleição municipal de 1992 que o MUL resolveu lançar candidatos para concorrerem ao cargo de vereador em Pontes e Lacerda e em outros dois municípios da região¹⁷³. Segundo um desses documentos, o momento que marcou a inserção pública do MUL na política local foi a derrota, na Câmara de Vereadores, em 1991, de uma lei para a criação do Conselho Municipal de Saúde no município:

...a I Conferência Popular de Saúde, em Pontes e Lacerda, decidiu pela elaboração de uma lei que criasse o Conselho Municipal de Saúde [CMS]. O projeto foi debatido e negociado com a Câmara de Vereadores,

¹⁷³ Vila Bela da Santíssima Trindade e de Comodoro. Em nenhum deles houve êxito.

chegando a ser aprovada a lei, que foi vetada pelo prefeito e os vereadores não tiveram a coragem de derrubar o veto. Nenhum vereador se comprometeu com o projeto, por isso as negociações se tornaram mais difíceis. Diante desse quadro, o Conselho de Representantes das Associações [Conselho da Central de Associações], em 1992, sugeriu e aprovou o lançamento de candidatos a vereador pelo Movimento, nos três municípios, após o encontro de estudos sobre política partidária (Formul; 1995d:1-2).

As entrevistas realizadas corroboram as informações do documento citado acima. Segundo um dos entrevistados, ex-técnico da equipe local da FASE, até esse momento, o que havia entre as lideranças e a própria equipe da FASE era não mais que uma “percepção” sobre a importância da questão político-partidária dentro do projeto mais geral para a região.

Nesse processo é que foi elaborada essa proposta de criação [do CMS] e foi para a negociação com os vereadores, porque tinha que passar pela Câmara. Nessa fase é que o pessoal começou a perceber que era importante ter um vereador que puxasse lá dentro esse processo, que encaminhasse, que negociasse [...] Aí que se pensou em lançar um candidato pelo Movimento. Isso foi para o Conselho da Central e decidiu-se que sim, que lançaria candidato em Vila Bela, Pontes e Lacerda e Comodoro. Aí foi discutido o perfil do candidato, o perfil do partido [...] Não era uma proposta político-partidária... era uma percepção...

Segundo esse mesmo entrevistado, a postura adotada pela equipe da FASE que atuou na região nos primeiros anos – de evitar a discussão político-partidária, até como estratégia num momento em que a equipe iniciava um trabalho e necessitava ganhar a confiança dos agricultores – acabou influenciando todo o processo posterior, na medida em que as entidades do MUL também não assumiam publicamente um projeto político-partidário, ainda que lançasse candidatos a vereador em todas as eleições municipais e apoiasse candidatos a deputado estadual.

Na avaliação de uma das lideranças do MUL, presidente da Fetagri, todo esse processo teve conseqüências para o projeto político-partidário do MUL visto que, como não foi assumido claramente e publicamente, não foi feito um trabalho sistemático junto à maioria dos agricultores.

...a vinda da FASE e o processo inicial de discussão era, na região, primeiro, pra construir um novo modelo de agricultura, buscar a implementação dessa política, [...] Tentou primeiro viabilizar uma proposta de viabilização dos agricultores, pra depois, com o decorrer do tempo, a gente transformar isso num projeto político-partidário. E acabou não conseguindo conciliar as duas coisas [...] O Movimento investiu todas as suas forças para tentar viabilizar um modelo de produção [e] nem no momento que o Movimento estava em alta, conseguiu levar junto uma proposta partidária, porque a grande e imensa maioria dos agricultores que estavam sendo envolvidos, não foi trabalhada a questão ideológica. Foi trabalhado uma minoria, as lideranças. Então não foi feito um trabalho sistemático sobre a política-partidária. [...] a minha avaliação é que o Movimento nunca teve uma estratégia clara e prioritária sobre a questão político-partidária.

Uma outra liderança do MUL, presidente do STR de Pontes e Lacerda, esclarece melhor como o projeto político-partidário do MUL entrava na estratégia de atuação:

O projeto político partidário, na verdade, está diluído. A intenção é eleger vereadores, chegar à prefeitura... mas para fazer isso, nós temos que mostrar outras ações. Então, para chegar ao STR, tivemos de formar associações, conseguir financiamentos para os agricultores, fazer aprovar 14 projetos para o PADIC, elaborados pelos CTA e Central... então, teve de mostrar peso político para conseguir ganhar o STR. Então, da mesma forma, nós temos de fazer ações pesadas para chegar a vereador, à prefeitura [...] A proposta política do Movimento ela não ocupa o primeiro lugar, em ordem de prioridade... a questão é que é muito misturado. Tem um projeto político, mas para isso tem que ter outras ações... precisa ter outras coisas para você conseguir alcançar o que você tá querendo...

Como é possível perceber, a dimensão político-partidária não tinha, dentro da estratégia de atuação do MUL, a mesma importância que as outras atividades desenvolvidas. Apesar disso, ela sempre aparecia como componente importante para a concretização da proposta política mais geral do MUL, de implementação de um modelo alternativo de desenvolvimento para a região e de construção de uma “nova sociedade”, para usar seus termos.

Tendo em conta a forma como os entrevistados acima avaliam a inserção da dimensão político-partidária dentro da proposta geral de atuação do MUL, é possível entender mais facilmente o discurso ambíguo expresso por algumas das lideranças ao falarem sobre o tema. Em entrevista, uma liderança do STR afirmava a importância que a questão político-eleitoral tinha para o MUL e, minutos depois, na mesma entrevista, enfatizava que nenhum dos diretores do STR deveria concorrer ao cargo de vereador para as eleições de 2000:

A nossa atividade política junto aos agricultores envolve partido político. O Movimento, nas duas últimas eleições... porque a gente acha que é um espaço que os agricultores têm que ocupar... a Câmara de Vereadores, a prefeitura... então o Movimento tenta conciliar isso, já duas vezes [...]

Não tem nenhum membro da diretoria do STR com atuação política mais intensa... nós ainda não discutimos isso, sabemos que isso é importante nesta área, mas ainda não definimos quem é. Do STR não sairá ninguém... dos três diretores liberados no STR.

Segundo esta liderança, era complicado lançar um dos membros da diretoria do STR para concorrer ao cargo de vereador pois isso poderia comprometer a legitimidade de toda a diretoria junto aos agricultores já que, uma das questões abordadas durante a campanha para o STR era o questionamento da postura dos antigos diretores que usavam os cargos no sindicato para se elegerem vereadores¹⁷⁴. Essa postura do MUL pode ser verificada, também, nos documentos da campanha eleitoral da chapa “União e

¹⁷⁴ Entretanto, ao mesmo tempo em que essa postura era assegurada à pesquisadora, em uma reunião da executiva municipal do partido do qual algumas lideranças do MUL faziam parte se decidia que o tesoureiro do STR concorreria a uma das vagas para vereador nas eleições de 2000. A essa deliberação, a liderança do STR citada anteriormente se contrapunha e afirmava que isso teria que ser revisto após uma discussão com a diretoria do STR e com as associações.

Luta pela valorização dos agricultores” que ganhou as eleições para o STR de Pontes e Lacerda em 1999¹⁷⁵.

Ao que os dados indicam, ao mesmo tempo em se buscava passar para o público mais geral uma postura de isenção no processo político-partidário, como forma de preservar a legitimidade das entidades e de algumas lideranças, se investia na formação dessas mesmas lideranças para que elas pudessem se tornar uma alternativa para a disputa política local, contrapondo-se aos políticos tradicionais do município e da região.

A entrevista com uma outra liderança da Central de Associações e presidente do CTA revela a mesma ambigüidade. Na mesma entrevista, inicialmente nega que a proposta de trabalho passe por uma discussão partidária e, instantes depois, afirma a importância da questão político-partidária para o Movimento, bem como um partido político:

...por exemplo, dentro da política nossa, a gente não defende nenhum partido... a gente defende a linha que seria melhor para o trabalhador [...]

Todo nosso trabalho vai no sentido de sensibilizar o agricultor para a importância da questão política. [...] O Movimento... a gente tem uma linha política... na eleição passada, disputou para deputado federal... não para ganhar, mas para demonstrar que existe esse partido na região e a gente trabalha por ele...¹⁷⁶

Se parte dessa ambigüidade presente na fala destas lideranças pode ser atribuída ao fato de que o discurso delas foi elaborado, naquele momento, para uma pessoa de fora e pouco conhecida por eles – o que, com certeza, teve uma influência significativa –, isso não deve ser tomado como fundante desta incoerência. Diferente disso, ao considerar esse discurso no contexto geral de conformação do MUL e de formação das lideranças, pode-se verificar que a distância entre as lideranças e público de pequenos agricultores verificada em todo o processo também está na base dessa postura incongruente com relação às questões político-partidárias. Assim como nas questões relativas ao modelo de desenvolvimento a ser implementado na região, o projeto político-partidário do MUL era uma proposta das lideranças do Movimento. Não se

¹⁷⁵ No “Manifesto de Lançamento da Chapa União e Luta” lê-se: “Nós não queremos mais gente na diretoria do Sindicato que só faz alguma coisa pensando em se eleger ou reeleger vereador. Nós somos diferentes porque fazemos as lutas dos trabalhadores com sua própria participação, defendendo todos os seus direitos.” (Boletim de Campanha nº 1 – Chapa União e Luta pela valorização dos Agricultores)

Em um outro boletim informativo da chapa “União e Luta”, no qual se simula uma conversa entre dois agricultores, lê-se:

“– Você sabe que aqueles politiqueiros já estão no nosso sindicato há muitos anos?”

‘– Pois é compadre, não entendo por que estes tais politiqueiros não cuidam da Câmara de Vereadores que deve ser o lugar deles, e deixam o Sindicato para os trabalhadores rurais. Você entende?’

‘– É compadre, é difícil, sei lá... só sei que isso precisa mudar. Cada um tem que ficar no seu lugar’”. (Boletim informativo “Informe aos eleitores do STR de Pontes e Lacerda” – Chapa União e Luta pela valorização dos Agricultores)

¹⁷⁶ Nas eleições gerais de 1998, um dos técnicos da equipe regional da FASE foi candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. Obteve 1.978 votos em todo o estado e 313 votos no município de Pontes e Lacerda.

tratava de uma proposta que envolvesse o público mais geral para o qual o MUL se propunha estar a serviço, com a agravante de que foi uma questão inicialmente negada.

Tanto a ambigüidade explicitada nos discursos, quanto as informações contidas nos documentos refletem a forma como foi elaborada a retórica do MUL no que se refere à política partidária, negando o seu interesse e a sua participação nesse processo, mas ao mesmo tempo construindo-o por intermédio de sua atuação. O que parece estar em jogo é a concepção sobre o que é a política e como ela é feita. Enquanto para o MUL e suas lideranças a construção do projeto político-partidário deveria ser ordenada de forma coerente a partir da construção da legitimidade de suas entidades representativas e das lideranças e, enquanto tal, deveria ser fruto da racionalidade do seu público para delimitar os diferentes espaços e os diferentes grupos, para os pequenos agricultores, a política passava por uma outra dimensão e se relacionava diretamente ao seu cotidiano, construída no dia-a-dia por intermédio das relações sociais que, não necessariamente, são compartimentadas, como já afirmou PALMEIRA (1989a).

Nesse sentido era essa concepção sobre a política por parte do MUL – na qual as políticas públicas deveriam ser propostas setorialmente e visando ao bem da coletividade em detrimento das ações individuais e personificadas – que orientava suas ações e tinha implicações diretas nas decisões e nos caminhos a serem trilhados. Entretanto, essa concepção não era partilhada pelos pequenos agricultores, e as lideranças do MUL sabiam disso, o que explica, pelo menos em parte, a postura ambígua em seus discursos e nos seus documentos. Ou seja, o MUL quer negar a sua participação político-partidária, quando interpretada sob a concepção dos agricultores sobre a política, mas quer afirmá-la quando interpretada sob sua concepção, o que parece ter feito com que o MUL nunca tenha definido, claramente, que a questão político-partidária deveria ser uma das estratégias do Movimento na implementação do seu projeto mais geral de desenvolvimento para a região. Ao mesmo tempo, a cada eleição, as lideranças tinham a expectativa de eleger alguém do MUL e, com isso, promover mudanças mais profundas nas políticas direcionadas para os pequenos agricultores, bem como se contrapor aos representantes das forças políticas hegemônicas e à reprodução delas no poder local.

A expectativa das lideranças do MUL era de que a implementação dos projetos encaminhados pelo Movimento, bem como a organização dos agricultores e a conseqüente melhoria na qualidade de vida desses pudesse se reverter em ganhos políticos eleitorais para os candidatos do MUL. Assim como nas entrevistas, essa expectativa pôde ser verificada nos documentos pesquisados como, por exemplo, em um relatório de um dos encontros do Formul no qual as lideranças enfatizam a perspectiva de que o Projeto Resistência pudesse “...ajudar a eleger candidatos do MUL” (Formul; 1995e:4). Também nos boletins de campanha eleitoral dos candidatos do MUL ao cargo de vereador nas eleições de 2000 pode-se observar esta expectativa. Neles verifica-se a forte referência aos projetos desenvolvidos pelo MUL na região e a busca por vinculá-los à trajetória dos candidatos. A título de exemplo, no boletim de um dos candidatos, que foi presidente da Central de Associações, vinculam-se os Projetos Resistência II e III e seus respectivos valores (R\$ 2.000.000,00 e R\$ 1.800.000,00) à luta do candidato em prol dos pequenos agricultores de Pontes e Lacerda e região¹⁷⁷.

Se, como visto anteriormente, a política, na forma como ela é compreendida em um município como Pontes e Lacerda, está relacionada às relações pessoais, que envolvem múltiplas dimensões e tem na sociabilidade, na reciprocidade, na lealdade, na honra, a base do comprometimento entre as partes, é possível inferir que a expectativa

¹⁷⁷ Boletim de campanha: “Pedro da Pecuária 2000 - Luta e Vida em Pontes e Lacerda”.

das lideranças do MUL, de que a confiança adquirida junto aos agricultores para a resolução de seus problemas organizativos e de produção e comercialização pudesse ser transferida para as urnas eleitorais, não encontraria eco junto aos agricultores na medida em que, para este público, uma coisa eram as demandas a serem resolvidas pelo MUL e suas entidades e, outra coisa, eram as demandas a serem encaminhadas aos políticos.

Diferentemente dos representantes das forças políticas hegemônicas que atuavam junto aos pequenos agricultores a partir de uma concepção sobre a política na qual as relações pessoais são constitutivas desta e têm, por assim dizer, predominância sobre outras dimensões, o MUL atuava nessa disputa utilizando propostas de trabalho para seus candidatos que passariam pela implementação de políticas setoriais e/ou de políticas públicas que visariam ao beneficiamento do seu público, de forma coletiva, primando pela impessoalidade. Ou seja, uma concepção sobre a política que passava por uma dimensão estranha à realidade do público com o qual trabalhava. Para além da forte referência aos projetos desenvolvidos pelo MUL, como já assinalado, a partir dos boletins de campanha é possível traçar um perfil das propostas de trabalho dos candidatos do MUL. Nesse sentido, no boletim de um dos candidatos, as ações que ele pretendia desenvolver como vereador – ou as suas “idéias”, como o documento se refere – estão divididas em três blocos:

(a) Políticas para a educação (rural e urbana), no qual se enfatiza a luta por “garantia de transporte escolar gratuito e de qualidade”, “construção e estruturação de novas escolas com primeiro e segundo grau”, “garantir o funcionamento da escola agrícola e que ela esteja voltada para os filhos dos trabalhadores rurais”, “organizar os trabalhadores para poderem participar nos conselhos e nas discussões sobre currículo escolar”; “estruturação do Campus Universitário e conquista de novos cursos superiores para nossa cidade”, “pela organização de fato do Conselho Municipal de Educação e de Merenda Escolar para garantir transparência na aplicação dos recursos”, “defender e ajudar a organização dos trabalhadores no ensino público municipal”¹⁷⁸.

(b) Políticas para a agricultura e pecuária: “lutar para garantir assistência técnica aos agricultores familiares através do reforço do escritório Empaer incentivando parcerias entre as entidades e o Poder Público Municipal; incentivar a organização dos agricultores através de associações e cooperativas para garantirem projetos nas comunidades; ser um elo de ligação entre as comunidades e o Poder Público; incentivar a busca de novas tecnologias adaptadas aos agricultores familiares”¹⁷⁹.

(c) Políticas para o meio ambiente: “lutar para que o município tenha ações que defendam e protejam o meio ambiente e nossos recursos naturais, como serras, o rio Guaporé, e os córregos do nosso município; incentivar projetos que estejam voltados para a conservação dos recursos naturais”¹⁸⁰.

O mesmo boletim traz ainda a referência ao trabalho desenvolvido por esta liderança no STR de Pontes e Lacerda – e que, segundo informa, garantiu transporte

¹⁷⁸ Boletim de campanha: “José Paiva 2000 – Luta comprovada!”.

¹⁷⁹ *Ibid.*

¹⁸⁰ *Ibid.*

escolar gratuito no meio rural – e a desqualificação dos vereadores no que se refere às ações por eles desenvolvidas no meio rural:

Será que teríamos transporte escolar gratuito se não fosse o nosso trabalho no Sindicato? Com certeza mais de 500 crianças e adolescentes estariam hoje, fora da sala de aula se nós não tivéssemos abraçado esta causa, porque como vocês mesmo viram, nenhum dos nossos vereadores moveram uma palha pelo transporte escolar. Aliás, nunca moveram uma palha a favor de nada para os trabalhadores rurais¹⁸¹.

Nesta mesma linha, o outro candidato do MUL nas eleições de 2000 reforça em seu boletim de campanha os projetos desenvolvidos pelo Movimento e enumera suas “propostas de lutas”, entre as quais se pode destacar:

(a) “Continuar na Câmara de Vereadores o mesmo trabalho que fez quando foi presidente da Central, que é a luta pelos créditos e a agricultura familiar e pela assistência técnica voltada aos pequenos agricultores. Para isso, tem uma proposta de criar o projeto VIDA FELIZ, que será através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e mais linhas de créditos com o PRONAF, criar um fundo para financiar os pequenos agricultores num valor de R\$ 5.000,00. Este projeto dará condições para que os agricultores diversifiquem suas propriedades com atividades baseadas na pecuária e na agricultura para melhorar a nossa qualidade de vida no meio rural¹⁸².”

(b) “Lutar e incentivar os agricultores e entidades que buscam alternativas no campo da produção ecológica sem uso exagerado de produtos químicos e buscar projetos que venham defender a conservação do meio ambiente¹⁸³.”

(c) “Projeto cidade limpa: organizar os moradores dos bairros da cidade para lutarem pelos seus direitos. Para isso irei incentivar a criação de associações de moradores de bairros e estas por sua vez terão força para cobrar um trabalho de limpeza dos bairros da cidade¹⁸⁴.”

(d) “Projeto o Orçamento é Nosso: lutaremos também para que o orçamento do nosso município seja feito com a participação da população urbana e rural, levando a população Lacerdense a ser sujeita em suas ações.”¹⁸⁵

Como é possível verificar por intermédio destes documentos, a articulação entre as propostas neles explicitadas e a concepção de desenvolvimento do MUL passam, de forma mais específica, pelas questões agroecológicas e de tecnologia alternativa para a pequena produção e, de modo geral, pela implementação de ações que promovam, coletivamente, a melhoria das condições de vida das famílias, tais como a organização, educação, meio ambiente.

Um outro documento traz informações que ajudam a compor o quadro que demarca a forma de atuação do MUL na política partidária em Pontes e Lacerda e nos

¹⁸¹ *Ibid.*

¹⁸² Boletim de campanha: “Pedro da Pecuária 2000 – Luta e Vida em Pontes e Lacerda”.

¹⁸³ *Ibid.*

¹⁸⁴ *Ibid.*

¹⁸⁵ *Ibid.*

outros municípios do Vale do Guaporé. Trata-se do relatório do Seminário do Formul de agosto de 1995, no qual um ponto de pauta intitulado “As políticas municipais no Vale do Guaporé” discute o histórico e faz uma avaliação da participação do MUL no processo eleitoral de 1992, analisa a conjuntura política dos municípios do Vale e traça as metas políticas do Formul para as eleições municipais de 1996 (Formul; 1995d).

Segundo este documento, a meta política para 1996 era

...eleger dois vereadores, trabalhadores rurais por município, lançados através do PT, para defender nossas propostas na agricultura, na educação e na saúde. Os candidatos serão lançados pelo PT, para reforçar o partido, o STR e as Associações. As alianças serão buscadas, mas só com o PSDB, PSB e PDT. Em Comodoro, avalia-se que o PT saindo só ajudaria a dar a vitória ao PMDB, o que seria muito complicado (Formul; 1995d:4).

Em um outro item, este documento revela a preocupação das lideranças do MUL com o perfil dos candidatos a serem lançados pelo Movimento e define quais os critérios deveriam orientar a discussão para a escolha dos mesmos. Assim, os candidatos deveriam:

(1) ter conhecimento da organização e ser conhecido e reconhecido pelos trabalhadores”; (2) ser trabalhador rural do Movimento e ter participação efetiva; (3) ser filiado ao PT; (4) ter clareza ao falar; (5) ter coragem e disposição; (6) ser comprovadamente honesto; (7) ser humilde para aceitar críticas dos companheiros; (8) repassar 20% para a Central das Associações e 30% para o PT do município (Formul; 1995d: 4).

Assim como nos boletins de campanha dos candidatos do MUL, este documento revela preocupações que também demarcam uma atitude distinta do Movimento com relação ao modo de fazer política dos representantes das forças políticas hegemônicas. Assim, por exemplo, verificam-se a preocupação com a identificação dos candidatos com uma postura ideológica de um partido e o conseqüente fortalecimento do mesmo; a demarcação de metas que visam atingir seu público a partir de políticas setoriais (agricultura, saúde e educação). Ainda neste documento, observa-se o objetivo de demarcar posições que se contraponham ao poder local tradicional, por intermédio de alianças estratégicas.

Um outro ponto sobre essa questão que merece destaque diz respeito aos critérios para escolha dos candidatos do MUL que concorrerão ao cargo de vereadores. Nesse sentido, verifica-se o forte viés ideológico e um certo direcionamento para que esses candidatos sejam lideranças já consagradas – conhecidas e reconhecidas – pelo MUL. A garantia do comprometimento do candidato para com o Movimento, além da questão ideológica, pode ser verificada através do critério que propõe o repasse de parte de seu salário, caso seja eleito, para uma das entidades do MUL (a Central das Associações) além da contribuição ao partido político.

Como é possível observar a partir desses documentos, o que marca a atuação do MUL na política-eleitoral é a preocupação em garantir o desenvolvimento de uma proposta de trabalho amarrada ao projeto mais geral do MUL de desenvolvimento para o município e, em particular, de melhoria das condições socioeconômicas dos pequenos agricultores. Suas propostas, de modo geral, genéricas, contrastam com o modo de fazer política dos políticos locais ao proporem o desenvolvimento de ações que buscam estar o mais próximo possível do critério de políticas setoriais de modo a contemplar, de

forma mais abrangente possível, os pequenos agricultores. Nesse sentido, esses dados contribuem para a discussão efetuada anteriormente sobre as diferentes concepções sobre política que estavam em jogo na configuração que caracterizava a disputa político-partidária entre o MUL e o poder local.

Não à toa, o partido pelo qual todos os candidatos do MUL deveriam ser lançados era predeterminado e, não à toa, também, os critérios de escolha dos candidatos tendiam a afunilar o processo de modo que estes fossem lideranças do MUL. Esses eram pontos fundamentais para a demarcação da diferença da postura política do MUL: um partido de esquerda, no qual parte da diretoria era composta pelas mesmas lideranças do MUL, que não se alinhavam com o poder local e a escolha de candidatos que, após a eleição, não incorreriam na troca de partido ou não sucumbiriam ao jogo político local.

Contudo, na busca por demarcar suas posturas políticas, o MUL acabava falando, por assim dizer, sozinho, na medida em que seus opositores elaboravam sua retórica a partir de outras questões. Na disputa pela produção e representação de interesses dentro do campo político – entendido aqui como um espaço dentro da configuração que está dada em Pontes e Lacerda –, os representantes do poder hegemônico local eram mais competentes, por assim dizer, que as lideranças do Movimento. Mais competentes porque, dadas as concepções diferentes que estavam em jogo, era a deles que expressava mais fortemente a percepção que os pequenos agricultores tinham sobre a política. Nesse sentido, o conceito de *habitus* é útil novamente aqui, pois permite compreender como se construiu e se mantém essa percepção sobre o que é a política para os diferentes grupos.

A representação de interesses de determinado grupo requer que o representante domine as regras que seus representados reconhecem como legítimas para que ele possa controlar os instrumentos de construção dos interesses que mantêm essa representação. Segundo BOURDIEU (1989a), o que faz com que a política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção da representação. Na medida em que esses instrumentos estão ligados a saberes específicos que os profissionais da política detêm o monopólio, pode-se concluir que aqueles políticos que têm o domínio sobre as normas que são legitimadas no grupo têm muito mais chance de construir o conjunto de questões de interesse do grupo.

Ou seja, a questão central que está dada na luta que ocorre dentro do espaço político em Pontes e Lacerda é a diferença de concepção sobre o que é a política, sobre como ela é feita. Nesse sentido, no plano político, o MUL não consegue construir a representação dos interesses do seu público, porque não consegue dominar as regras desse jogo: o MUL quer jogar o jogo, mas utilizando regras que os outros jogadores, que já estão jogando juntos há muito tempo, não reconhecem, regras que não estão legitimadas entre eles. Ao se ter em conta que, como lembra Elias (1999), “o jogo é um aspecto de uma configuração particular de jogadores” e que, como tal, só existe quando considerado os elos de interdependência entre as pessoas que fazem parte do mesmo, compreende-se melhor a dificuldade do MUL.

4.2.2 – Do econômico à política: transitividade possível?

A escolha dos candidatos que concorreriam ao cargo de vereador em Pontes e Lacerda nas eleições de 1992 e 1996 foi realizada a partir de discussões que passaram pelas associações de pequenos agricultores ligadas ao MUL.

De acordo com o relatório do seminário do Formul realizado em agosto de 1995, no item sobre a avaliação do processo eleitoral de 1992, os candidatos que concorreram ao cargo de vereador naquele ano foram escolhidos a partir de discussões com representantes das associações ligadas ao MUL. Já no item sobre as eleições que ocorreriam em 1996 o documento era mais explícito, ao estabelecer a sequência em que as discussões deveriam acontecer para a escolha dos candidatos que iriam concorrer nas eleições:

(a) A comissão de coordenação [do Formul] apresenta a proposta nas associações; (b) A associação ou núcleo sindical indica os candidatos; (c) Realizar o encontro aberto para a escolha dos candidatos a partir da lista dos indicados; (d) Levar os nomes dos candidatos para a convenção do PT (Formul; 1995d:5).

Já nas eleições municipais de 2000, as lideranças do MUL mudaram a estratégia para a escolha dos candidatos, conforme a entrevista com uma das lideranças do MUL, presidente do STR:

Bom, até antes dessas últimas eleições [2000], o Movimento tomou corpo de lançar candidatos do Movimento. Foi para as Associações, discutiu, tirou vários nomes e desses vários nomes tirou um que o Movimento... que as lideranças do Movimento diziam: “– esse é o candidato do Movimento”. Não se elegeu, foi muito mal de voto. Nessa última eleição, a gente discutiu e chegou à conclusão de que o Movimento não tem voto. O Movimento tem trabalho. Agora, essa pessoa que tem esse trabalho pode ser do PT. Então, ele não vai ser candidato do Movimento, ele vai ser candidato do PT... que é um cara que faz parte do Movimento. Então os candidatos que tiveram agora os quais eu, enquanto presidente do STR, apoiei, e o Alberto, enquanto presidente da Central, apoiou... não era mais um candidato do Movimento, era um candidato que o Movimento acreditava. Então não se foi mais para as Associações dizer que era o candidato do Movimento. A gente dizia que era o candidato do PT e que eu, enquanto presidente do STR, estava apoiando. Então, deixou de ser o candidato do Movimento.

Ao que o entrevistado relata, o MUL buscou, nas eleições de 2000, desvincular a escolha dos candidatos das entidades do Movimento, na expectativa de, a partir desta estratégia, desinstrumentalizar, por assim dizer, as candidaturas, de modo a ampliar o número de votos dos candidatos. Segundo sua avaliação, mesmo reconhecendo que o fato de pertencer ao Movimento não necessariamente se traduziria em votos para o candidato, as lideranças do MUL acreditavam que o trabalho desenvolvido seria reconhecido, o que se reverteria em votos dos pequenos agricultores ao candidato. Nesse sentido, dois candidatos receberam apoio das entidades do Movimento e seus boletins de campanha ressaltavam o trabalho por eles desenvolvidos como lideranças do MUL, como já visto no item anterior.

Contudo, o que estava em jogo não era simplesmente a vinculação do candidato ao Movimento, mas, sobretudo, a forma de pensar e de fazer política do MUL que era, completamente distinta e distante da concepção e da prática política dos pequenos

agricultores, como já visto. A política, para o público do MUL, não transitava na mesma esfera por onde circulavam as questões relativas à produção, à comercialização, à organização das associações, ou seja, as questões nas quais o MUL havia se consagrado. Assim, dizer que o candidato não era do MUL, e sim apoiado por ele, neste contexto, pouca ou nenhuma diferença fazia.

Não bastasse essa questão, ainda tinha influência nesse contexto o debate sobre a representatividade das lideranças, derivada do seu processo de formação, e que levantava a dúvida sobre se essas lideranças representavam os agricultores junto às entidades do MUL ou se representavam essas entidades junto aos agricultores.

Os dados sobre o resultado obtido pelos candidatos do MUL nas eleições municipais permitem um aprofundamento desta discussão. Na eleição municipal de 1992, o MUL apoiou um candidato ao cargo de vereador em Pontes e Lacerda, que obteve 82 votos em um universo de 22.923 eleitores¹⁸⁶ (Formul; 1995d:2). Já na eleição de 1996, segundo a listagem fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE/MT), o candidato do Movimento obteve 94 votos, num universo de 25.861 (TRE/MT; s/d). Nas eleições de 2000, os dados publicados no *site* do TRE/MT indicam que o número de eleitores aptos em Pontes e Lacerda era de 23.331 e que compareceram para votar 18.231 eleitores (ou 78,14%). Neste ano, o MUL apoiou dois candidatos em Pontes e Lacerda e o mais votado deles obteve 215 votos e o segundo 185 votos. Assim como nas eleições anteriores, nenhum deles foi eleito.

Os dados sobre as eleições municipais de 2000 são mais completos que os das eleições anteriores, o que permite explorar um detalhe bastante importante para a discussão aqui proposta. Trata-se do fato de que, nas três seções eleitorais de Pontes e Lacerda, onde é possível identificar os eleitores como rurais – pois elas estão localizadas em comunidades rurais –, o número de votos dos candidatos apoiados pelo MUL foi muito pequeno. Na seção nº 200, localizada no Assentamento Coronel Ari, com 117 eleitores, o primeiro candidato obteve oito votos e o segundo um voto, enquanto o vereador eleito que possuía um lote no assentamento Coronel Ari, e que não era do MUL, obteve 46 dos 117 votos (ou 40% do total). Na seção nº 78, localizada na Gleba Serro Azul (uma área em processo de regularização fundiária), com 171 eleitores, o primeiro candidato obteve quatro votos e o segundo cinco votos. Já na seção nº 138, na comunidade Matão (em cuja região há pequenos agricultores, um assentamento e fazendeiros), com 192 eleitores, esses dois candidatos não obtiveram nenhum voto¹⁸⁷.

Não é possível efetuar uma extrapolação direta desses dados para as outras comunidades rurais, tendo em conta que todas as outras seções eleitorais do município ficam na sede do mesmo, o que impossibilita a identificação dos eleitores rurais, bem como as comunidades onde residem. Todavia eles permitem algumas conjecturas acerca dos resultados esperados pelo MUL no meio rural, especialmente nas comunidades com as quais há uma proximidade maior. Tanto no assentamento Coronel Ari, como na Gleba Serro Azul, as associações são filiadas à Central de Associações e participam ativamente do Movimento. A expectativa das lideranças do MUL era de que nas comunidades rurais com esse perfil houvesse uma resposta eleitoral mais significativa, o que não aconteceu, nem nestas e, a julgar pelo número total de votos de cada candidato, pode-se arriscar a dizer com uma certa segurança, nem nas outras.

¹⁸⁶ Segundo esses mesmos dados, no município de Comodoro o candidato a vereador obteve 35 votos e em Vila Bela da Santíssima Trindade, o candidato obteve 47 votos (Formul; 1995d:2).

¹⁸⁷ Dados publicados no *site* www.tre-mt.gov.br

A avaliação de uma das lideranças do MUL sobre o processo eleitoral de 2000 em um dos assentamentos do município (Assentamento Rio Alegre, também conhecido como Pecuária) contribui para essa análise:

Tinha chance de ter elegido dois candidatos. O problema é que, principalmente os agricultores, o pessoal que está no meio rural é muito imediatista, eles... quer dizer, o que aconteceu ontem deixa de ter importância, em prol do que está acontecendo hoje. Então, o Pedro era para ser eleito! Ele tinha voto na Pecuária para ser eleito tranquilamente. Mas 20 dias antes das eleições um candidato de Pontes e Lacerda pegou uma patrôla, uma máquina de limpar estrada, e colocou lá dentro do Assentamento fazendo estrada para todo mundo. Quer dizer, ali o Pedro perdeu as eleições. Então, quer dizer, o povo esqueceu... deixou de lembrar do projeto Resistência II, do Resistência III, dos créditos que tinham vindo, da ocupação da prefeitura para conseguir o transporte escolar... tudo isso! E trocou a troco de 50 metros de estrada que o cara fazia para ele... infelizmente é assim!

Toda a expectativa do MUL sobre o processo eleitoral municipal de 2000, assim como nos anteriores, foi construída sobre a convicção de que haveria uma transferência, quase que automática, do crédito depositado no Movimento e nas suas entidades para os candidatos lançados e/ou apoiados por estas entidades e suas lideranças, o que não aconteceu, pois o fato de os agricultores fazerem parte das entidades do MUL e acreditarem no trabalho e nos projetos por elas desenvolvidos não significava que haveria uma transferência deste reconhecimento para as urnas eleitorais. A dimensão por onde a política perpassa para os pequenos agricultores é totalmente distinta daquela onde estão os assuntos relacionados à organização social, à produção, à comercialização, ou seja, ao MUL, e o que os dados em Pontes e Lacerda demonstram é que essas dimensões não transitam entre si, haja vista o pequeno número de votos dos candidatos do MUL nas duas urnas localizadas em comunidades com ativa participação do Movimento.

Uma leitura desatenta desses dados poderia atribuir esses resultados como fruto de uma crise de legitimidade e de representatividade das lideranças que, como visto, carregavam de herança do processo de formação pelo qual passaram, uma espécie de pecado original e que, nos anos de 1999 e 2000, estavam enfrentando o rescaldo da crise derivada dos projetos Resistência II e III. Entretanto, ainda que esse aspecto deva ser considerado, não é somente nele que reside a explicação para o desempenho desses candidatos, mas sobretudo nas diferentes concepções sobre política e nas formas de lidar com a política derivada dessas concepções, ou seja, na construção da representação de interesses.

A compreensão sobre o que é a política e que, portanto, marca tais atividades para este público, passa por um rol de questões que estão permeadas pela pessoalidade e pelo compromisso estabelecido entre as partes de um acordo, numa relação face-a-face, em que pesa sobremaneira a reciprocidade, a lealdade e a honra dos parceiros. Não se trata de uma troca pura e simples entre uma ação realizada pelo político e o voto do grupo ou pessoa beneficiada, como pode parecer a partir da leitura que a liderança do MUL, citada anteriormente, faz. Nesse sentido, ao se interpretar estas relações é importante lembrar que a avaliação do que está envolvido na troca não é quantificável, na medida em que os interesses envolvidos vão muito além daqueles materiais. Como

destaca SCOTT (1977), o ganho de uma das partes da relação não significa, necessariamente, a perda para a outra parte.

A entrevista com o presidente de uma das associações ligadas ao MUL, justamente do assentamento Cel. Ari, onde os dois candidatos do Movimento obtiveram oito e um votos, demonstra que, distante desta troca pura e simples, utilitarista, são outros os significados que orientaram seu voto e o de sua família na eleição municipal de 1996:

A minha família apoiou o Bibiano. Eu votei no João Libório [que] é um rapaz que tem uma loja lá na cidade. Agora minha família votou no Bibiano. Eu votei no João por causa da intimidade... e ele me procurou muito antes, que era pra mim votar nele e eu disse que votava, aí chegou no dia eu votei. A família votou no Bibiano porque, é muito pouco, mas ele ajuda a gente. A minha família votou nele por causa disso. [...] Eu não falei pra eles votar no João... era só eu que falei que votava e votei.

Ao traçarem a estratégia de lançar candidatos do Movimento a partir de discussões que buscavam envolver as associações, as lideranças estavam certas de que o que unia aquelas pessoas em torno das associações também as uniria em torno dos candidatos na campanha eleitoral. Nesse sentido, o MUL esperava uma resposta orientada por um modo de fazer política distinto daquele que orienta as decisões daquele público, que passa por uma esfera de ligações pessoais, de compromissos estabelecidos, de favores devidos e não de critérios orientados por ideologias ou por partidos políticos, por exemplo. Como afirma o presidente da associação da Gleba Serro Azul (na qual os candidatos do MUL obtiveram quatro e cinco votos na eleição de 2000):

Pra votar, isso aí, a gente [escolhe] olhando pelo que eles olham pela gente, por exemplo igual ao Dirceu [vereador eleito em 1996 que tinha lote na Gleba], se ele se candidatar de novo ele vai ser bem votado, porque está sendo até esforçado [...] Eu não milito em nenhum partido. Para mim é a pessoa! Se ela praticar o bem! Se você me ajudar eu te ajudo. Não tem muito essa questão de partido.

Nesse sentido, nas associações por onde a discussão para escolha dos candidatos passou no ano de 1996, a resposta não foi tão positiva quanto as lideranças esperavam. Sobre isso avalia o presidente da Associação Mina do Ouro no assentamento Rio Alegre:

A associação, na eleição passada [1996] ficou meio dividido né. A gente fez algumas reuniões e o primeiro plano era pra associação apoiar o Zé Paiva [candidato do MUL]... então só que a gente percebeu que no final foi um pouco dividido né... a associação apoiou mas não levou os votos dos associados todos[...] O grupo é unido na hora de organizar a produção, a comercialização... mas na hora da política se divide. [...] Isso aí, o que eu percebo, é que tem muita gente que fala: ‘– ah, eu devo favor pra fulano...’, o outro diz: ‘– ah, fulano lá é compadre de meu pai...’.

Como é possível observar pelas entrevistas, mesmo entre algumas das lideranças das associações ligadas ao Movimento – formadas tendo como referência o projeto educativo implementado pela FASE, dentro do qual o MUL se constituiu –, não há uma passagem direta entre o pertencimento ao MUL e o voto nos seus candidatos. Veja-se a entrevista com o presidente da Associação Nossa Senhora da Paz, no Assentamento Rio Alegre, ao relatar como votou nas eleições de 1996:

Até a gente deve obrigação pra ele [vereador que tem lote no assentamento]. Porque a gente chegou aqui e não tinha nada, nem estrada. Nós não conhecíamos praticamente ninguém aqui pra reivindicar. Aí na comunidade lá, conversando e conversando, aí ele conseguiu essa estrada pra nós. [...] Isso foi antes das últimas eleições [1996], aí o pessoal votou nele. Porque o pobre é besta né, qualquer coisinha... Eu votei nele também, por conta da abertura da estrada.[...] Mas a obrigação acabou, já pagou. [...] Se ele voltar e abrir outra estrada, ele leva voto de novo.

O presidente de uma outra associação, no Assentamento Cel. Ary, é, também, bastante explícito ao relatar o critério que orienta seu voto, quando inquirido sobre a possibilidade do MUL lançar candidatos a vereador nas eleições municipais de 2000:

Se sair um candidato do Movimento... eu vou falar a verdade, conforme eu sou. Eu acho que, pra eu votar, eu prefiro votar em um candidato dentro da minha área, porque ele está assentado no local... ele vai ter mais interesse. [...] O pessoal vota mais ou menos nessa linha... vai dividir muito o voto, mas a maior parte vota assim.

Essas entrevistas permitem verificar como a orientação política é marcada por critérios distintos daqueles que orientam a relação com o Movimento. Deste modo, destacam-se nas entrevistas questões como o pertencimento do candidato à região, a reciprocidade dos favores devidos, a palavra empenhada e a relação pessoal como dimensões que compõem a relação política e o voto. Por intermédio da entrevista com o presidente da associação do Assentamento Cel Ary é possível verificar as diferentes dimensões em que ele se percebe e como isto é naturalmente dividido no seu cotidiano:

A associação é filiada a Central. As demandas relacionadas à organização nós não ocupamos o Bibiano [vereador] não. Essas coisas são encaminhadas pra Central. Nós procuramos os meninos [lideranças que ocupam cargos na Central, STR, CTA], eles indicam, vão com a gente e resolve. Então nossa comunidade, ela tem mais relação sobre esse assunto com a Central, Sindicato, Empaer, tem os meninos da FASE em Cáceres, que tem ajudado muito nós desse lado. [...] Então, tem dois caminhos: tem o Bibiano e tem o pessoal do Movimento.

Se para as lideranças do MUL isso pode ser impensável, ou pelo menos incompreensível, para os pequenos agricultores isso é mais natural do que se possa imaginar, como explicita essa liderança do Movimento, gerente da Central e Presidente do CTA: “Tem liderança que chega aqui, que é liderança alinhada com o Movimento, mas que chega aqui e vai lá no vereador pedir médico, remédio [...] mesmo sabendo que se eles se organizarem eles podem conseguir resolver o problema...”.

Tratar essas relações estabelecidas entre os representantes do poder local e os pequenos agricultores, como o faziam as lideranças do MUL, a partir da atribuição de valor negativo (como relações que se opõem ao interesse coletivo; que são relações que só beneficiam os políticos locais etc.), bem como da desqualificação desses representantes (como se pode observar em um dos boletins de campanha de um dos candidatos do MUL quando diz que os políticos locais “...nunca moveram uma palha a favor de nada para os trabalhadores rurais”) pode ser mais um problema, pois não é assim que os agricultores vêem os políticos e a política.

Deste modo, a hipótese que se coloca aqui é que, na disputa permanente que está dada dentro de uma configuração, buscar alterar o equilíbrio de poder entre as posições

sociais por intermédio da desqualificação daquilo que está enraizado e que é legitimado no grupo pode se transformar no mesmo que dar um tiro no próprio pé. Nesse sentido, o MUL não parece ter conseguido construir instrumentos de representação política que dessem conta dos interesses que aqueles agricultores reconheciam como fazendo parte do campo político e que, como tal, podiam se transformar em objeto de disputa neste campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objeto de estudo a análise das relações e das práticas sociais e políticas estabelecidas entre um grupo de pequenos agricultores e suas entidades de representação com os políticos que representavam as forças hegemônicas em um pequeno município, tendo em conta as estratégias de intervenção destes em favor de seus eleitores com vistas à construção e manutenção de uma base eleitoral. Buscou-se compreender como esse processo se vinculava ao projeto político-organizativo das entidades de representação desse grupo de agricultores e suas lideranças. Nesse sentido, examinaram-se a lógica que movia as decisões, as práticas e a forma de inserção destes agricultores na sua participação política, o que passou por aprofundar, por um lado, como os pequenos agricultores respondiam ao projeto político-organizacional das entidades de representação e de mediação e, por outro, por quais parâmetros se orientavam a participação política deste público e as relações estabelecidas com os representantes do poder político local.

Este trabalho aponta para algumas questões e, mais que respondê-las, possibilita levantar vários questionamentos. Ao buscar entender e analisar as concepções que moviam as atividades políticas dos representantes do poder hegemônico local bem como deste grupo de pequenos agricultores para os quais muitos desses políticos dirigiam, prioritariamente, suas ações, verificou-se que, assim como já o foi registrado por outros autores, o estabelecimento e manutenção das relações políticas entre estes passam pela estruturação e pela capacidade de renovação de laços que estão alicerçados na pessoalidade. É essa pessoalidade que fornece os elementos que dão as garantias para manutenção da relação, tais como a confiança, a reciprocidade, a lealdade, entre outros atributos, que darão à troca um significado abrangente que a destituirá de um caráter puramente econômico ou comercial (MAUSS; 1981).

É dentro deste conjunto de significados que o ato dos favores envolvidos na troca adquire, para os envolvidos, um conteúdo de generosidade, como já o destacou MAUSS (1981) ao escrever sobre o dom, e um conteúdo altruísta, como se refere LANDÉ (1977) ao discutir as relações diádicas.

É a partir do direcionamento das suas ações para determinadas localidades ou para as regiões de atuação – como os atores locais se referem em Pontes e Lacerda – que os representantes do poder local estabelecem os principais vínculos com seu eleitorado. Não é recente a constatação sobre a atuação de políticos visando sua vinculação com determinada localidade. LEAL (1975) já apontava para essa questão ao discutir o direcionamento, pelos políticos, de obras públicas para seus municípios e regiões de origem. Os trabalhos de KUSCHNIR (1996) e BEZERRA (1999) também demarcam essa problemática.

No caso estudado, ao priorizar a execução de suas ações em determinada região, o político, especialmente o vereador, maximiza os ganhos advindos dessa intervenção ao tornar-se o principal interlocutor daquela comunidade, seja por intermédio da realização de favores pessoais ou de benfeitorias direcionadas mais ao coletivo, como por exemplo, as obras. Deste modo, a comunidade (ou sua região) torna-se mais importante que o próprio município na sua atuação parlamentar, o que é reconhecido, pelos eleitores, como um atributo que, dentre outros, o qualifica como seu representante, como aquele que se preocupa com a sua região e que terá mais interesse, que qualquer

outro, em resolver os problemas concernentes àquela comunidade. Ou seja, essa prática é uma via de mão dupla que legitima a atuação dos vereadores e que permite que eles reafirmem, por exemplo, a máxima explicitada por um dos vereadores entrevistados segundo a qual “... quem é do bairro de cima não vai trabalhar no de baixo”, como já assinalado.

As relações pessoais estabelecidas nas regiões de atuação dos políticos formam configurações nas quais os atores são totalmente interdependentes. Essa interdependência é que faz dessas configurações uma arena em que os atores estão em constante correlação de forças ou, em outras palavras, um espaço de disputas permanente. A manutenção de um equilíbrio de poder em favor de determinado político, na sua região, dependerá da sua capacidade de manter o conjunto de atributos que o torna representante daquela comunidade, o que significa não apenas constituir uma rede de relações sociais, mas manter a reprodução dessas relações no cotidiano. É nesse sentido que se pode falar que se trata de um processo dinâmico de relações que se renovam cotidianamente, numa avaliação freqüente entre as partes sobre aquilo que SCOTT (1977) denomina “balaço de trocas”, no qual diferentes fatores ganham destaque, dentre eles a segurança, a tradição, fatores estruturais e, também, a coerção pois, como destaca este autor, grandes diferenças de poder podem significar o uso da imposição para fazer valer a vontade de uma das partes.

Na medida em que essas relações envolvem a troca de benefícios, está em jogo, sempre, a capacidade do político em dar respostas à comunidade naquilo que se constitui no interesse e obedecendo aos termos implícitos na troca. Isso coloca ao político o imperativo de se equilibrar entre as interdependências de uma outra configuração, aquela formada pelos detentores dos recursos que lhe possibilitaram realizar suas ações e por outros políticos locais, pelos seus pares, ou, conforme BOURDIEU (1989a), citando MAX WEBER, pelos “agentes politicamente ativos”. É nessa outra configuração que o político constrói as relações que lhe propiciarão honrar os compromissos assumidos com seus eleitores. Dentro do escopo deste trabalho – ou seja, na análise efetuada sobre as relações estabelecidas entre os políticos que estavam ocupando cargos político-administrativos em Pontes e Lacerda – isso se explicitou mais claramente na relação entre os vereadores e o prefeito municipal¹⁸⁸, na medida em que era por intermédio da prefeitura e de suas secretarias que os meios para a realização de favores, serviços, obras etc. eram disponibilizados aos vereadores. Assim, manter uma boa relação com o prefeito era fator preponderante para, em meio à concorrência imposta entre os 13 parlamentares da Câmara, ter acesso ao maior número possível de benefícios. Isso explica, por exemplo, os rearranjos observados na Câmara de Vereadores, logo após as eleições, quando a maior parte dos vereadores eleitos por partidos ou coligações opostos ao prefeito eleito migrava para o lado deste.

Apesar dessa separação entre as distintas configurações – nas quais um mesmo ator pode participar – ser analiticamente possível e facilitar a compreensão do problema, é importante ter em conta que elas não acontecem de forma autônoma pois, assim como os atores são interdependentes dentro de uma configuração, estas também estão ligadas por elos interdependências. Nesse sentido, não podem ser compartimentadas, pois são processos sociais que acontecem simultaneamente, se interpenetram, envolvem muitas dimensões e são mutáveis (ELIAS; 1999).

A questão que se impõe é, o que permite ou possibilita que os atores participem de diferentes configurações?, ou, como explicita ELIAS (1999), o que une as pessoas em configurações? Segundo este autor, essa resposta somente pode ser dada ao se superar a

¹⁸⁸ Como visto, há outras redes de relações que permitem aos políticos honrarem seus compromissos.

visão reducionista que explica o comportamento das pessoas como se cada uma delas fosse um *Homo clausus*. Este estudo em Pontes e Lacerda permite verificar que o que permite que as mesmas pessoas participem de distintas configurações é a forma como os interesses são construídos. Assim, por exemplo, os mesmos agricultores que fazem parte do MUL e que estão unidos pelos interesses ligados à organização socioeconômica, que são construídos na relação com o MUL, participam da política local unidos por interesses que visam, por assim dizer, questões mais imediatas, e que são construídos na relação com os representantes do poder político hegemônico do município.

No plano político, a entrada de um ator como o MUL, com uma outra concepção sobre a política e, conseqüentemente, com uma compreensão diferenciada sobre o que seria o interesse daquele grupo de pequenos agricultores, bem como a representação do mesmo, estabelece uma disputa em torno da elaboração e da representação deste interesse. Contudo, qual o retorno deste investimento e como é que essa disputa é processada pelos agricultores? Em termos político-eleitorais, como visto, o retorno é muito pequeno e isto está diretamente relacionado ao processamento que é dado pelo seu público a essa disputa. O MUL entra nesta disputa buscando legitimar uma outra linguagem, um outro saber que causa estranhamento em meio ao conjunto de regras e de normas que estão sancionados e que comandam, por assim dizer, a dinâmica daquela configuração.

Dito de outro modo, está em jogo a disputa pela competência de *falar em nome de*, a partir de diferentes compreensões sobre o que são os interesses daquele a quem se quer representar. Porém, *falar em nome de* ou *expressar o interesse de* significa compartilhar da compreensão sobre o mundo social daquele a quem se quer representar, ou seja, significa compartilhar de um conjunto de percepções e de normas que regem as ações daquele grupo, compartilhar de um *habitus*, pois os interesses e a sua representação só se concretizam tendo em conta esse *habitus*.

Esse *habitus*, enquanto saber social incorporado (ELIAS; 1994), é sólido e firme mas também está sempre em fluxo e, enquanto tal, pode ser mudado. Mas não pode ser descartado ou simplesmente substituído. O MUL, ao entrar na disputa política, buscou a eficácia por intermédio da interpretação da política completamente descolada das concepções em pauta e pela imposição de princípios estranhos ao *habitus* social daquele grupo, desconsiderando que, o que pode ser tratado na configuração política formada por determinado grupo inscreve-se numa concepção de política e de sociedade elaborada a partir de determinadas condições históricas e sociais em que tal grupo se conformou.

Isso não impede, como já assinalado, que o mesmo grupo faça parte de diferentes configurações e, portanto, que o MUL possa representar o interesse, e *falar em nome de*, por meio de outros aspectos que não o político eleitoral. Como visto, em Pontes e Lacerda as entrevistas com as lideranças de associações apontam para o fato de que, entre aquele grupo de pequenos agricultores, há uma distinção entre aquilo que é tratável por intermédio do MUL e de suas entidades e aquilo que é tratável por intermédio dos representantes políticos. Em outros termos, há uma distinção entre *quem* pode falar sobre determinados assuntos *em nome de*.

Pertencer a uma configuração, na qual os aspectos socioeconômicos são os mais relevantes em determinada conjuntura, como é o caso do MUL, não exclui a possibilidade da participação em outra configuração, onde os aspectos relacionados à política se sobressaem, como é o caso da dinâmica política local. Contudo, é importante frisar, esses aspectos e essas configurações não podem ser compartimentados, com limites rígidos, pois fazem parte de processos sociais, e como tal, são dinâmicos e estão

sempre em movimento¹⁸⁹. Cada pessoa está ligada às outras por um emaranhado de relações, que envolvem distintas configurações, constituindo cadeias de interdependências bastante alargadas que, para além das ligações interpessoais, se encontram unidas por outras questões ou por símbolos. É o que ELIAS (1999) chama de interdependência dinâmica entre os processos sociais que, como já ressaltou BRUNO (2002), é fio condutor do conceito de configuração social. Nesse sentido, as pessoas constituem configurações de muitos tipos.

A possibilidade de participar de diferentes configurações é proporcionada pelo *habitus*, que permite que as pessoas se orientem e se liguem umas às outras das mais diversas maneiras. Este estudo em Pontes e Lacerda demonstra que é o *habitus* que permite às pessoas manterem sempre renovados e legitimados a pluralidade de significados percebidos como fazendo parte da política. Mas também é o *habitus* que proporciona que as mesmas pessoas constituam outras relações, com outros grupos, sem que necessariamente aquelas tenham que ser afetadas, para o bem ou para o mal.

Nesse sentido, a existência de novas forças em determinada configuração, como por exemplo o MUL em Pontes e Lacerda, não provoca automaticamente mudanças, mas coloca alternativas e opções as quais determinado grupo adere, ainda que somente até determinado limite, e outro grupo não adere. Sobre as possibilidades de mudanças nas configurações, ELIAS (1999) chama a atenção que elas estão sempre em fluxo e que o “grau de maleabilidade e plasticidade” varia de uma configuração para outra e, portanto, varia também a cadeia de possibilidades de mudança. Para esse autor, uma configuração tem sempre várias possibilidades de mudança. Assim,

do ponto de vista da configuração anterior, a última é – em quase todos os casos – apenas uma das diferentes possibilidades de mudança. Do ponto de vista da configuração posterior, a primeira é geralmente uma condição necessária para a formação da que lhe segue. Será útil acrescentarmos que tais relações sociogenéticas entre configurações anteriores e posteriores poderão ser expressas mais adequadamente se evitarmos conceitos como os de “causa” e “efeito”. [...] Uma configuração pode ter um potencial de mudança muito maior do que outra. Uma vez mais, configurações diferentes podem ter potencial para diferentes tipos de mudança. Por conseguinte, uma configuração pode ter um grande potencial de mudança sem que nenhuma das possíveis alterações seja de caráter evolutivo – nenhuma delas implica uma mudança estrutural; por mudança entendemos potencial de poder de certas posições sociais (mais que meras alterações de conjunto) entre os ocupantes dessas posições. Ou pode uma configuração ter pouco potencial de mudança e, no entanto, haver grandes possibilidades de ser evolutiva qualquer mudança de ocorra (ELIAS, 1999:176).

Em Pontes e Lacerda, a não-adesão dos pequenos agricultores à parte do projeto de desenvolvimento do MUL para a região esbarrava na falta de enraizamento das alternativas colocadas. Para esse público, a política mediada por relações que não aquelas legitimadas no seu cotidiano era estranha, ou seja, não era reconhecida. Deste modo, a atuação do MUL na política – por intermédio de regras que não eram usuais no

¹⁸⁹ Como afirma PALMEIRA (1999:7), “... a multiplicidade de ‘princípios de pertencimento’ operando numa mesma localidade não é privilégio das aldeias balinesas estudadas por Clifford Geertz e nem há como enunciar *a priori* um rol fixo de atividades (‘econômicas’, ‘políticas’, ‘religiosas’ etc.) que aglutinariam as pessoas.”

cotidiano daquele grupo de pequenos agricultores, regras que buscavam tratar a política como externa às relações e aos compromissos pessoais nela envolvidos, regras baseadas em critérios ideológicos e políticos partidários – não obtinha eco junto aquele grupo que queria representar. Sobre esse estranhamento com as regras da política não sancionadas localmente, PALMEIRA escreve que,

...onde o dia-a-dia é feito de uma “política de reputações”, que liga as pessoas, que as obriga reciprocamente, a política propriamente dita, a política oficial, será percebida e vivida como “externa” (exercida por “profissionais”), temporária (limitada, por exemplo, ao período eleitoral, se não para os que vivem da política e para a política, os “profissionais”, pelo menos para o comum dos mortais) e como uma ordenadora de relações pessoais e, portanto, uma divisora. [...]...a “impessoalidade da grande política” (diríamos melhor, das regras da “grande política”) é identificada como o “pouco conhecido”, o “estrangeiro”, o “de fora”, o “governo”. A sociabilidade desses “de fora” não é concebida como impessoal (algo impensável) mas sim como relacionamentos pessoais entre homens “extraordinários”, dotados de um “conhecimento especial” (PALMEIRA; 1999:3, 7).

A base deste estranhamento entre o projeto político-partidário do MUL e aquele grupo de pequenos agricultores estava na forma como o processo organizativo se conformou, sob influência de uma conjuntura, em meados da década de 1980, que colocava aos mediadores uma concepção crítica em relação ao Estado, suas instituições e políticas, sobre os quais dever-se-ia agir em busca de mudanças estruturais na sociedade e na própria conjuntura local. Isso significava romper com as práticas políticas que caracterizavam as relações locais e que, segundo a visão da equipe local da FASE e das lideranças do MUL que foram formadas por essa equipe, representavam o atraso e colocavam os pequenos agricultores da região na dependência social, econômica e políticas dos representantes do poder hegemônico local.

Essa postura da equipe da FASE e das lideranças do MUL expunha uma concepção que era o reflexo daquilo que tanto a literatura produzida na década de 1980 quanto as entidades mediadoras preconizavam, ou seja, de que a reemergência dos movimentos sociais e toda a conjuntura advinda do processo de redemocratização do país promoveria um nível de organização tal que poderia romper com as relações de clientelismo e patronagem que estavam estabelecidas entre a população pobre e a elite (cf. Introdução). Ou seja, uma concepção que via as relações de clientelismo e patronagem como relações distorcidas, que deveriam ser superadas e substituídas por relações que eles caracterizavam como mais democráticas. Nesse sentido, essa postura expressava uma certa normatividade a partir da qual a equipe da FASE e as lideranças do MUL estabeleciam os parâmetros pelos quais a organização social e política daquele grupo deveria passar, e o que não se enquadrasse nessa concepção deveria ser superado.

Contudo, como já visto, a construção desse processo idealizado pelo MUL esbarrava em uma dinâmica própria destas relações, regida por regras e normas que eram sancionadas entre as partes. Regras e normas que, como lembra GELLNER (1977), não eram ilegítimas para os envolvidos, como pretendia o MUL. Essa questão, dentre outras, provocou um quadro de atuação de difícil equacionamento no qual a ambigüidade se tornou um forte componente, tanto na atuação da FASE quanto do MUL, dentro do qual se deve buscar entender as dificuldades enfrentadas no processo de organização socioeconômica e política deste grupo. Ambigüidade essa que se

expressava na postura das próprias lideranças diretamente ligadas às associações, conforme visto.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ABRAMOVAY, Ricardo & VEIGA, José Eli da.

- 1999 **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** Textos para discussão, nº 641, Brasília. IPEA.

ABRAMOVAY, Ricardo.

- 1999 **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Relatório de pesquisa. São Paulo, Rio de Janeiro: IPEA.

ABRAMOVAY, Ricardo.

- 2001 **Conselhos além dos limites.** In: Revista Estudos Avançados. Vol.15, n. 32. São Paulo: IEA/USP.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B.

- 1982 **A reforma agrária localizada e a política regional.** In: Reforma Agrária; v.12, n. 1, Jan/Fev. Campinas. ABRA.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B.

- 1991 **Política de Conflitos – o movimento dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia.** In: Sindicalismo no Campo: balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDL.

ARRETCHE, Marta.

- 1996 **Mitos da Descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas.** RBCS. nº 31. São Paulo: ANPOCS.

ARRETCHE, Marta.

- 1999 **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo.** RBCS. nº 40. São Paulo: ANPOCS.

BASTOS, Elide Rugai.

- 1986 **Gilberto Freire e a formação da sociedade brasileira.** Tese de doutorado. São Paulo: PUC.

BEZERRA, Marcos Otávio.

- 1995 **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará ed.

BEZERRA, Marcos Otávio.

- 1999 **Em nome das “bases”. Política, favor e compromisso.** Rio de Janeiro; Relume Dumará ed.

- BOURDIEU, Pierre.
1987 **Cosas dichas.** Madri/Espanha: Gedisa ed.
- BOURDIEU, Pierre.
1989 **A Gênese dos conceitos de *habitus* e de campo.** *In:* O Poder simbólico, Lisboa/Portugal: Difel ed.
- BOURDIEU, Pierre.
1989a **A Representação política. Elementos para uma teoria do campo político.** *In:* O Poder simbólico, Lisboa/Portugal: Difel ed.
- BRUNO, REGINA A. L.
2002 **O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na nova república.** Tese de Doutorado. Campinas; INICAMP.
- CABAN, Lea.
1999 **A fronteira do Guaporé: o processo de apropriação de terras e a organização do espaço agrário.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro; UERJ.
- CALORIO, Cláudia Maria.
1991 **Agricultura numa perspectiva ecológica e a pequena produção do Vale do Guaporé.** Monografia de Especialização. Cuiabá; UFMT/IE.
- CARNEIRO, Maria José.
2002 **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa.** *In:* MOREIRA, R. J. & COSTA, L. F. C. (orgs.) Mundo Rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad ed. e Pronex.
- CARVALHO, José Murilo de.
1997 **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.** *In:* DADOS - Revista de Ciências Sociais. Vol. 40 n. 2. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- CHAVES, Christine Alencar.
1996 **Eleições em Buritis: a pessoa política.** *In:* Palmeira, Moacir & Goldman, Marcio. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa ed.
- D'AVILA FILHO, Paulo M.; JORGE, Wladimir L.; COELHO, Ana F.
2004 **Orçamento público municipal e mecanismos de intermediação de interesses.** Rio de Janeiro: 4º Encontro Nacional da Assoc. Bras. de Ciência Política. [citado em 14 Dezembro de 2004]. Disponível na World Wide Web: www.cienciapolitica.org.br
- DIAS, Marcelo Miná.
2002 **As Organizações Não-Governamentais e a Construção Social de Propostas Alternativas para o Desenvolvimento Rural. Um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS – PTA).** Qualificação de Doutorado. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro.

DIAS, Marcelo Miná.

2004 **As ONGs e a construção de Alternativas para o Desenvolvimento Rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard.

1995 **NÓS, CIDADÃOS Aprendendo e ensinando a democracia.** São Paulo: Paz e Terra ed.

ELIAS, Norbert.

1994 **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.

ELIAS, Norbert.

1997 **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.

ELIAS, Norbert.

1999 **Introdução à sociologia.** Lisboa/Portugal: Edições 70.

ELIAS, Norbert.

2001 **A sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.

ELIAS, Norbert.

2001a **Norbert Elias por ele mesmo.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar ed.

EMPAER-MT

1996 **Estudo da Realidade Municipal de Pontes e Lacerda.** Pontes e Lacerda: mimeo.

ESTERCI, Neide.

1991 **Sindicalismo e luta por terra.** In: Sindicalismo no Campo: balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI.

FASE

1998 **Plano de desenvolvimento da agricultura familiar do Vale do Guaporé - PDAF/VG – Cartilha de formação.** Cáceres/MT.

FAVARETO, Arilson & DEMARCO, Diogo (coords.).

2002 **Políticas públicas, participação social e as instituições para o desenvolvimento rural sustentável – uma avaliação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.** Relatório final de pesquisa. Plural/IICA (SAF/MDA). São Paulo - Brasília. mimeo.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta.

1994 **Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa.** In: MEDEIROS, Leonilde S. et al. Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: UNESP ed.

- FERREIRA, A. P.; MOURA, F.A.G.; PUHL, V.J.
S/D **A mulher e o homem na agricultura familiar do Vale do Guaporé - MT.** Cáceres/Pontes e Lacerda; FASE/CTA. *mimeo.*
- FERREIRA, Eudson de Castro.
1986 **Posse e Propriedade Territorial: A Luta pela Terra em Mato Grosso.** Tese de mestrado. Campinas: UNICAMP ed.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho.
1997 **Homens livres na ordem escravocrata.** Cap. II. São Paulo: UNESP Ed.
- FRANCO, Mariana.
1991 **Associação vesus Estado: disputa e negociação.** *In:* Sindicalismo no Campo: balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI.
- FRANCO, Mariana.
1994 **Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das 'mercadorias' nos seringais do Alto Juruá.** *In:* MEDEIROS, Leonilde S. *et al.* Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: UNESP ed.
- GELLNER, Ernest.
1977 **Patrons and clients** *in:* GELLNER, Ernest & WATERBURY, John. Patrons and clients in Mediterranean Societies. Londres: Duckworth ed.
- GELLNER, Ernest & WATERBURY, John.
1977 **Patrons and clients in Mediterranean Societies.** Londres: Duckworth ed.
- GERA/UFMT
1995 **Reforma Agrária em Mato Grosso: avaliação dos Projetos de Assentamentos.** (Relatório Final). Cuiabá: *mimeo.*
- GRAHAN, Richard.
1997 **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro, UFRJ.
- GUALBERTO, João.
1995 **A invenção do coronel.** Vitória. SPDC/UFES ed.
- GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley.
1979 **Cidadania e Justiça, a política social na ordem brasileira.** Cap. II e IV; Rio de janeiro. Campus ed.
- GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley.
1979a **A praxis liberal no Brasil** *in:* Guilherme dos Santos, Wanderley. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo; Livraria Duas Cidades.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de.
1988 **Formas de dominação e espaço social – a modernização da agroindústria canavieira em alagoas.** São Paulo/Brasília: Marco Zero ed./MTC/CNPq.

HEREDIA, Beatriz Alasia de.

- 1996 **Política, família, comunidade.** In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa ed.

HOFFMANN, Rodolfo & GRAZIANO DA SILVA, José.

- 1999 **O Censo Agropecuário de 1995-1996 e a distribuição da posse da terra no Brasil XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Anais. Foz do Iguaçu: Sober.

IPARDES

- 2001 **Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural no Paraná. Síntese dos principais resultados obtidos com a pesquisa de campo.** Curitiba: Emater/Deser/Pronaf.

KERBAUY, Maria Tereza M

- 2004 **Descentralização, políticas públicas e processo decisório local.** Rio de Janeiro: 4º Encontro Nacional da Assoc. Bras. de Ciência Política. [citado em 14 Dezembro de 2004]. Disponível na World Wide Web: www.cienciapolitica.org.br

KUSCHNIR, Karina

- 1996 **Cultura e representação política no Rio de Janeiro.** In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa ed.

LANDÉ, Carl H.

- 1977 **The Dyadic Basis of Clientelism** In: SCHMIDT, Steffen W. *et al.* Friends, Followers, and factions: a reader in political clientelism. Berkeley/ Los Angeles/ London. University of California Press.

LANDIM, Leilah.

- 1993 **A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome.** Tese de Doutorado. PPGAS/UFRJ. Rio de Janeiro.

LEAL, Victor Nunes.

- 1975 **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega ed.

LEITE, Sérgio, *et al.*

- 2004 **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo; UNESP ed.

LENHARO, Alcir.

- 1986 **Colonização Trabalho do Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – Os anos 30.** Campinas; UNICAMP ed.

MARTINS, José de Souza.

- 1984 **A Militarização da Questão Agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes ed.

MARTINS, José de Souza.

1999 **Poder do Atraso. Ensaios de sociologia da História Lenta.** São Paulo: UCITEC ed.

MARTINS, José de Souza.

2003 **O Sujeito Oculto. Ordem e transgressão na Reforma Agrária.** Porto Alegre: UFRGS ed.

MAUSS, Marcel.

1981 **Dom, contrato e troca** In: MAUSS, Marcel. Ensaios de sociologia. São Paulo; Perspectiva ed.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de.

1989 **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro. FASE.

MEDEIROS, Leonilde & LEITE, Sérgio (org.)

1999 **A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro; Universidade ed.

MEDEIROS, Leonilde & LEITE, Sérgio (org.)

2004 **Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro; Mauad ed.

MEDEIROS, Leonilde, SOUZA Inês C. & ALENTEJANO, Paulo R.

2002 **Os efeitos políticos locais dos assentamentos rurais: reflexões a partir da história do Rio de Janeiro.** In: MOREIRA, R. J. & COSTA, L. F. C. (orgs.) Mundo Rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad ed.

MONNERAT, Giselle L.; SENNA, Mônica de Castro Maia & SOUZA, Rosimary G. de.

2002 **A reorganização dos serviços de saúde no cenário local.** *Ciênc. saúde coletiva*. [online]. Vol.7, nº.3 [citado em 14 Dezembro de 2004], p.509-521. Disponível na www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000300009&lng=pt&nrm=iso . ISSN 1413- 8123.

MORENO, Gislaine.

1993 **Os (Des)Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso.** Tese de Doutorado. São Paulo. USP.

MUELLER, Charles C. & BUSTAMANTE, Mercedes.

2002 **Análise da expansão da soja no Brasil.** Disponível na www.worldbank.org/rfpp/news/debates/mueller.pdf

NEVES, Maria Manuela R. de N.

1988 **Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso).** São Paulo - Rio de Janeiro; Vértice ed. e IUPERJ.

NOVAES, Regina Reyes.

- 1994 **A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização.** *In:* MEDEIROS, Leonilde S. *et al.* Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: UNESP ed.

NOVAES, Regina Reyes.

1997 **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.** Rio de Janeiro: Graphia ed.

NUNES, Edson.

1997 **A gramática política no Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

OFFE, Claus.

1994 **Atribuição de Status público aos grupos de interesse.** *In:* Capitalismo Desorganizado. São Paulo: Brasiliense ed.

PACHECO, Maria Emília Lisboa.

1986 **Além da Questão da Terra.** *In:* Revista Proposta - Experiências em educação popular. Rio de Janeiro; FASE. nº. 31.

PACHECO, Maria Emília Lisboa.

1987 **Contribuir para a socialização política dos camponeses.** *In:* Revista Proposta – Experiências em Educação Popular. Rio de Janeiro; FASE nº. 34.

PACHECO, Maria Emília Lisboa & LEROY, Jean-Pierre.

1991 **Associações e sindicatos rurais: onde está o dilema?.** *In:* Sindicalismo no Campo: balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI.

PALMEIRA, Moacir.

1989 **Modernização, Estado e Questão Agrária.** Rio de Janeiro: *mimeo.*

PALMEIRA, Moacir.

1989a **Política, facção e compromisso: Alguns significados do voto.** *In:* Anais do IV Encontro de ciências Sociais do Nordeste. vol. I. Salvador: *mimeo.*

PALMEIRA, Moacir.

1992 **Política Local e Voto.** *In:* Tempo e Presença. nº264; ano 14; jul/ago. CEDI.

PALMEIRA, Moacir.

1992a **Voto: racionalidade ou significado?** *in:* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Ano 7, nº 20. Rio de Janeiro: ANPOCS.

PALMEIRA, Moacir.

1996 **Política, facções e voto** *In:* PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa ed.

PALMEIRA, Moacir.

1999 **Poder Local.** CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro: *mimeo.*

PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sérgio P.

1997 **Debates Econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária.** *In:* Debates CPDA; n. 1. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.

POLETO, Ivo.

- 1991 **Sindicalismo rural – qual a sua base?** *In:* Sindicalismo no Campo: balanços e controvérsias. Rio de Janeiro: CEDI.

PUHL, Vicente José.

- 1998 **A educação na implementação de sistemas agro-florestais entre agricultores familiares do Vale do Guaporé – Mato Grosso.** Dissertação de Mestrado. Cuiabá; UFMT.

PUHL, João Ivo.

- 2001 **Os construtores da fronteira noroeste do Brasil. História da ocupação do espaço agrário de Pontes e Lacerda: 1970 – 1986.** Monografia de Especialização. Cuiabá; UFMT.

PUHL, João Ivo.

- 2003 **O tempo do grilo: posseiros na gleba São Domingos – 1979-1983. História da luta pela terra no Vale do Guaporé – MT – 1970-1990.** Dissertação de Mestrado. Cuiabá; UFMT.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de.

- 1976 **O mandonismo local na vida política brasileira** *In:* QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega ed.

SA, Maria Auxiliadora Ferraz de.

- 1974 **Dos velhos aos novos coronéis – um estudo das redefinições do coronelismo.** Recife: PIMES ed./UFPE.

SALES, Tereza.

- 1994 **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira** *In:* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Ano 9 n. 25; São Paulo.

SANTOS, José Vicente T. dos.

- 1985 **A política de colonização no Brasil contemporâneo.** *In:* Reforma Agrária. vol. 15. Campinas: ABRA.

SANTOS, José Vicente T. dos.

- 1993 **Matuchos: Exclusão e Luta: do sul para a Amazônia.** Petrópolis: Vozes ed.

SCHNEIDER, SÉRGIO, *et al.*

- 2004 **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** *In:* Schneider, Sérgio *et al.* Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: UFRGS ed.

SCOTT, James.

- 1977 **Patronage or exploitation?** *In:* GELLNER, Ernest & WATERBURY, John. Patrons and clients in Mediterranean Societies. Londres: Duckworth ed.

SCHMIDT, Steffen W. *et al.*

1977 **Friends, Followers, and factions: a reader in political clientelism.** Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California Press.

SILVERMAN, Sydel.

1977 **Patronage as myth.** *In:* GELLNER, Ernest & WATERBURY, John. Patrons and clients in Mediterranean Societies. Londres: Duckworth ed.

SOUZA, Celina.

2002 **Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização.** *Ciência e Saúde Coletiva.* [on line]. Vol. 7, nº 3 [citado 14 de dezembro de 2004], pp.431-422. Disponível na www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000300004&lng=pt&nrm=iso.

SOUZA, Dorací cabanilha de.

2000 **Processos sociais, agricultura familiar e a implementação do pronaf infra-estrutura e serviços: a experiência do município de Araci.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ.

SOUZA, Inês Cabanilha de.

1996 **Assentamento Banco Safra: diferenciações, contradições e relações de poder. Um estudo de caso em Mato Grosso.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ.

TELLES, Vera.

1993 **Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza e direitos e democracia** *In:* DINIZ, Eli *et al.* (orgs) O Brasil no rastro da crise. São Paulo: Hucitec ed./Anpocs.

TORRENS, João Carlos Sampaio.

1994 **O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** *In:* MEDEIROS, Leonilde S. *et al.* Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: UNESP ed.

VEIGA, José Eli *et al.*

2002 **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília, FIPE-USP/IICA-SAF/MDA-NEAD.

VEIGA, José Eli.

2003 **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados ed.

VIANNA, Oliveira.

1987 **Instituições políticas brasileiras.** vol. 1; Niterói: UFF ed.

WEFFORT, Francisco Corrêa.

1981 **A cidadania dos trabalhadores.** *In:* LAMOUNIER, B. *et al.* Direito, cidadania e participação. T. A. Queiroz ed.

WANDERLEI, M. N.

2000 **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** *In:* Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº 2, UFPR ed.

WEINGROD, Alex.

1977 **Patronage and power.** *In:* GELLNER, Ernest & WATERBURY, John. Patrons and clients in Mediterranean Societies. Londres: Duckworth ed.

WOHLFAHRT, Leonel.

1997 **Experiências bem sucedidas de Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos de Reforma Agrária e na Agricultura Familiar do Mato Grosso, de 1986 a 1997. Os casos de: Capão Verde, Juina e Vale do Guaporé.** Cáceres; *mimeo*.

ZIMMERMANN, Neuza de C.

1994 **Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural.** *In:* MEDEIROS, Leonilde S. *et al.* Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: UNESP ed.

FONTES CONSULTADAS

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTES E LACERDA

1999 **Guaporé.** Boletim. Ano 1/nº1. Pontes e Lacerda.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTES E LACERDA

2000 **Guaporé.** Boletim. Ano 2/nº2. Pontes e Lacerda.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTES E LACERDA

2000 **Guaporé.** Boletim. Ano 2/nº3. Pontes e Lacerda.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTES E LACERDA

2000 **Guaporé.** Boletim. Ano 2/nº5. Pontes e Lacerda.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTES E LACERDA

2000 **Guaporé.** Boletim. Ano 2/nº6. Pontes e Lacerda.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTES E LACERDA

1997 **Boletim Informativo.** Ano 1/nº1. Pontes e Lacerda.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE PONTES E LACERDA

1997 **Boletim Informativo.** Ano 1/nº2. Pontes e Lacerda.

BOLETIM DE CAMPANHA

S/D **Pedro da Pecuária 2000. Luta e Vida em Pontes e Lacerda.** Pontes e Lacerda.

BOLETIM DE CAMPANHA

S/D **José Paiva 2000. Luta comprovada.** Pontes e Lacerda.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

2004 **Lei Orgânica do Município de Pontes e Lacerda.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

1994 **Resolução 006/94 – Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Pontes e Lacerda.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FATOS E IMAGENS

S/D **Pontes e Lacerda, 17 anos. Resumo Histórico.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1994 **Relatório do Encontro do Coletivo de Direção do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1994a **Projeto de capacitação política e técnica dos lavradores do Vale do Guaporé – sudoeste de Mato Grosso – para a formulação de um projeto regional de desenvolvimento da pequena produção.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1995 **Reunião da coordenação do FORMUL – Fórum do Movimento de União dos Lavradores.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1995a **Relatório do I Seminário sobre a pequena produção no Vale do Guaporé – Sudoeste de Mato Grosso.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1995b **Relatório da Reunião do FORMUL.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1995c **Relatório de atividades do projeto Capacitação política e técnica dos lavradores do Vale do Guaporé.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1995d **Relatório do Seminário do FORMUL realizado nos dias 5 e 6 de agosto de 1995, no CTA em Pontes e Lacerda.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1995e **Relatório do Seminário de avaliação e replanejamento do FORMUL.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1997 **IV Seminário do FORMUL (Relatório).** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1997a **Ata da assembléia Ordinária para determinação das normas para o funcionamento dos caminhões adquiridos com o recurso do PRONAF.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1997b **Reunião do Conselho de representantes da Central das Associações.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1998 **Ata da assembléia extraordinária para definição dos critérios a serem adotado quanto ao PRONAF – Fundo de Aval.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

1998a **Relatório do II Seminário da agricultura familiar do Vale do Guaporé.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

FORMUL

S/D **Boletim Especial Agricultura Familiar e Projeto de Desenvolvimento no Vale do Guaporé – MT.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

INCRA/MT

S/D **Processo de desapropriação da Gleba Rio Alegre.** Cuiabá: *mimeo*.

INCRA /MT

S/D **Processo de desapropriação da Gleba Córrego da Onça.** Cuiabá: *mimeo*.

INCRA /MT

S/D **Processo de desapropriação da Gleba Amâncio.** Cuiabá: *mimeo*.

INCRA /MT

S/D **Processo de desapropriação da Gleba Cel. Ary.** Cuiabá: *mimeo*.

STR

1996 **Reunião de Planejamento do STR de Pontes e Lacerda (ata).** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

STR

1997 **Reunião da diretoria do STR de Pontes e Lacerda – Mato Grosso (ata).** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

STR

1997 **Reunião da diretoria do STR de Pontes e Lacerda (ata).** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

STR

1997 **Texto para discussão.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

STR

1999 **Estudo da realidade escolar rural de Pontes e Lacerda.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

STR

1999 **Relatório da reunião da diretoria efetiva do sindicato.** Pontes e Lacerda: *mimeo*.

STR

S/D **Campanha de sindicalização.** Folheto de propaganda. Pontes e Lacerda: *mimeo.*

STR

S/D **Aos eleitores do STR de Pontes e Lacerda.** Boletim Informativo. Pontes e Lacerda: *mimeo.*

STR

S/D **Manifesto de lançamento da chapa União e Luta pela valorização dos Agricultores.** Pontes e Lacerda: *mimeo.*

MUL/FASE

S/D **Cadernos Agroecológicos nº 1.** Pontes e Lacerda. MUM/FASE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

1996 **Lei 320 – Criação do CMDR.** Pontes e Lacerda 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA – GERÊNCIA DE PROGRAMAS E PROJETOS

2002 **Projetos 2001.** Pontes e Lacerda: *mimeo.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA – GERÊNCIA DE PROGRAMAS E PROJETOS

2002 **Estudo da Realidade Municipal.** Pontes e Lacerda: *mimeo.*

TRE/MT

S/D **Resultado das eleições 2000.** Disponível na www.tre-mt.gv.br.

TRE /MT – Cartório Eleitoral de Pontes e Lacerda

S/D **Resultado da eleição para prefeitura municipal de Pontes e Lacerda.** Pontes e Lacerda: *mimeo.*

ANEXOS

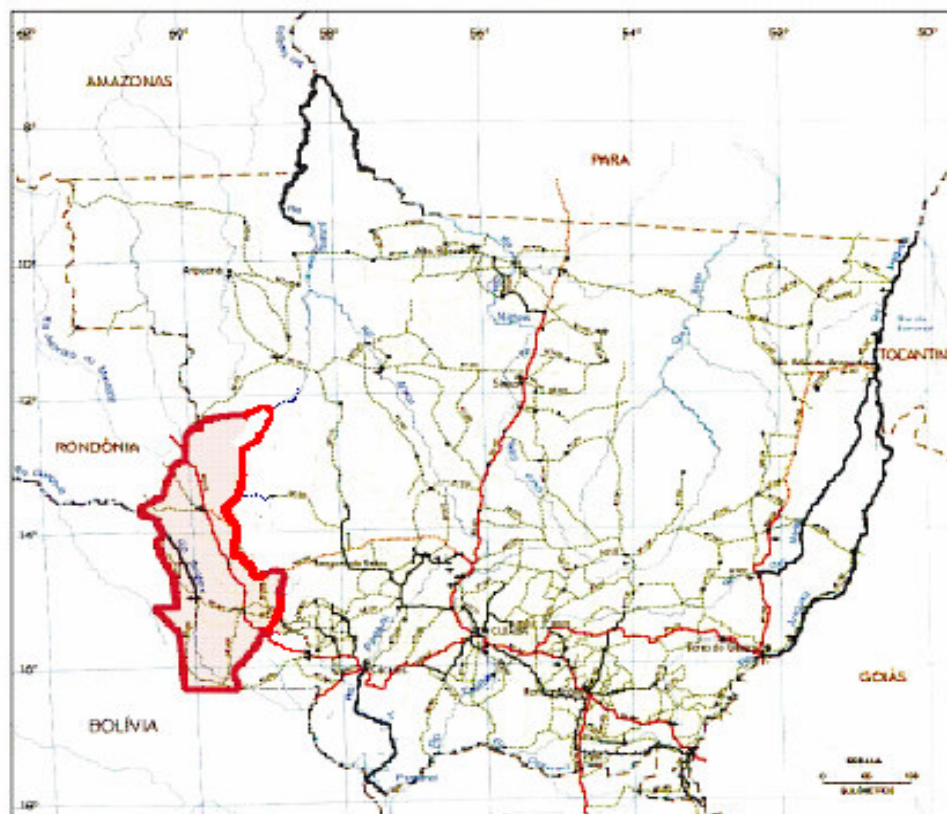
Anexo 1..... Mapas

Anexo 2 Relação de entrevistados

ANEXO 1

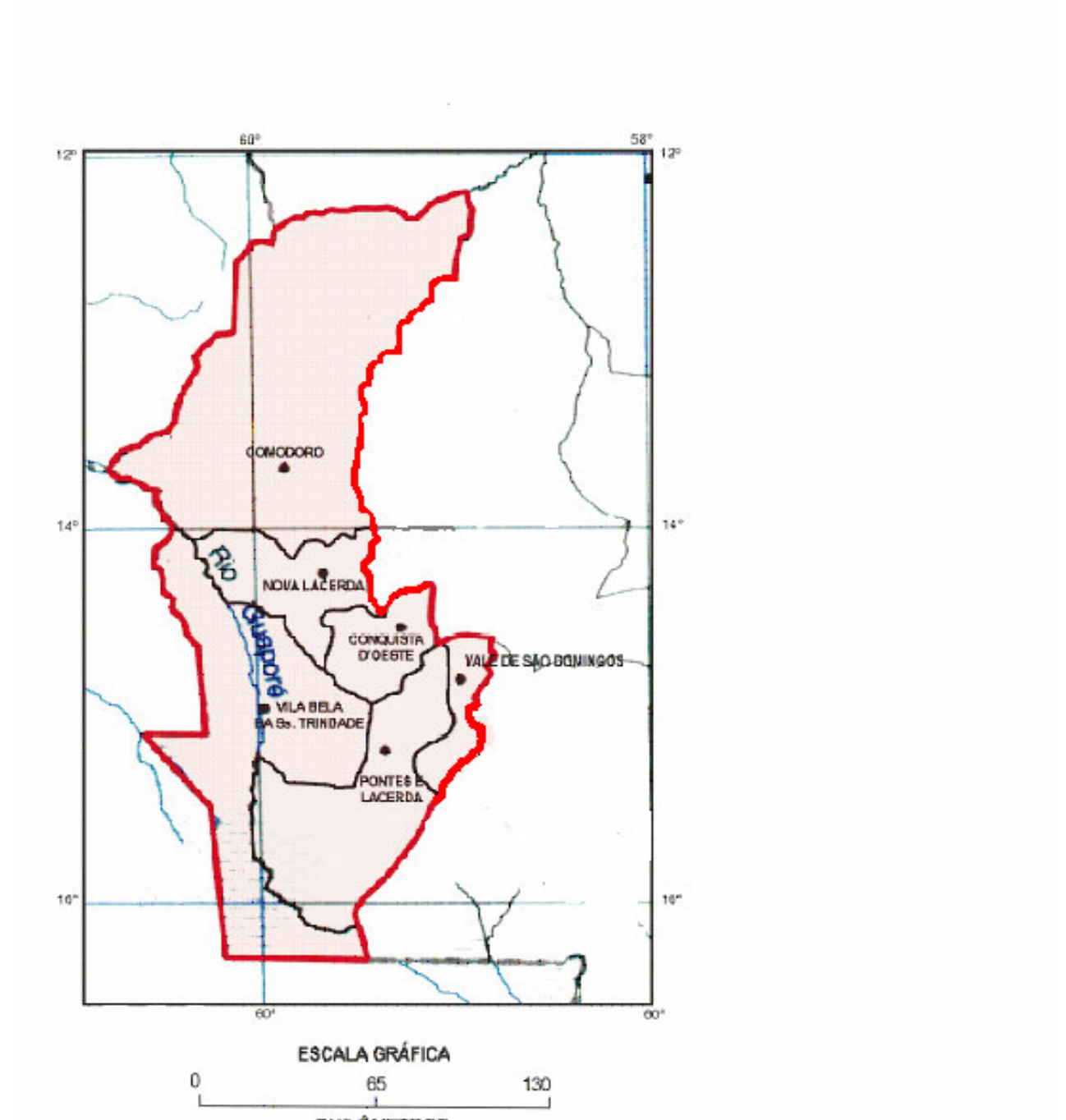
MAPAS

MAPA 1- O VALE DO RIO GUAPORÉ NO ESTADO DE MATO GROSSO



Fonte: Adaptado de Fórum regional de desenvolvimento sustentável. Pontes e Lacerda, 2002.

**MAPA 2- MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO GUAPORÉ NOS QUAIS O MUL
ATUA**



Fonte: Adaptado de Fórum regional de desenvolvimento sustentável. Pontes e Lacerda, 2002.

ANEXO 2

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

ANEXO 2

ENTREVISTAS REALIZADAS

ALBERTO PEREIRA DA CONCEIÇÃO
Presidente da Central de Associações
Janeiro de 2000

AILTON JOSÉ ROSA MARTINS (ZÉ GALO)
Presidente do CTA e Gerente da Central de Associações
Janeiro de 2000

AGRÍCIO VIEIRA
Secretário do STR e membro do Conselho Fiscal da Associação Rio Alegre –
Assentamento Rio Alegre (Pecuária)
Janeiro de 2000

ANÍSIO CAMARGO DA SILVA
Presidente da Associação Nossa Senhora Rainha da Paz – Gleba Serro Azul – Área
regularizada
Janeiro de 2000

ARISTIDES CHICAROLLI FILHO
Agrônomo – Equipe Técnica do LUMIAR no Assentamento Rio Alegre (Pecuária)
Janeiro de 2000

CLÁUDIA MARIA CALÓRIO
Agrônoma – Ex-técnica da FASE
Abril de 2002

DÁRIO SOARES
Vereador de Pontes e Lacerda
Abril de 2002

DELCI
Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda
Janeiro de 2000.

DOMINGOS RODRIGUES DE SOUZA
Vereador de Pontes e Lacerda e ex-dirigente do STR
Janeiro de 2000
Abril de 2002

DOMINGOS
Presidente da Associação Furna Azul – Assentamento Cel. Ary
Janeiro de 2000

ELIEL PEREIRA DE MELO

Técnico em agropecuária – Equipe Técnica do LUMIAR no Assentamento Rio Alegre (Pecuária)

Janeiro de 2000

FÁTIMA APARECIDA G. MOURA

Engenheira Agrônoma do CTA

Abril de 2002

FRANCISCO MARTINS DE SOUZA PIRES (CHIQUINHO)

Presidente da Câmara de Vereadores de Pontes e Lacerda

Janeiro de 2000

GABRIEL BIBIANO DA SILVA RICHELLI

Vereador de Pontes e Lacerda

Janeiro de 2000

GEZO ALVES DE ALMEIDA

Presidente da Associação São João Batista – Assentamento Córrego da Onça.

Janeiro de 2000

HERMES MARQUES PEDROSA

Secretário da Associação dos Lavradores Unidos do Rio Alegre – Assentamento Rio Alegre (Pecuária) e ex-secretário da Central de Associações

Janeiro de 2000

JAMES F. MENDES CABRAL

Agrônomo do CTA

Janeiro de 2000

JILSON

Presidente da Fetagri – MT e liderança do MUL em Pontes e Lacerda

Abril de 2002

JOAQUIM

Presidente da Associação Boa Vista – Gleba Amâncio – Área ocupada.

Janeiro de 2000

JOÃO BENTO

Prefeito de Pontes e Lacerda

Janeiro de 2000

JOÃO IVO PHUL

Ex-técnico da FASE

Abril de 2002

JOSÉ FERREIRA PAZ (ZÉ ABRAÃO)

Presidente da Associação Rio Branco – Gleba Scatulins – Área Regularizada

Janeiro de 2000

JOSÉ LIBÂNIO DA SILVA

Presidente da Associação dos Lavradores Unidos da Mina do Ouro – Assentamento Rio Alegre (Pecuária)

Janeiro de 2000

MÁRCIA SOUZA QUEIROZ

Zootecnista – Equipe Técnica do LUMIAR no Assentamento Rio Alegre (Pecuária)

Janeiro de 2000

MARIA EMÍLIA LISBOA PACHECO

Diretora do Projeto Amazônia Sustentável e Democrática da FASE

Outubro de 2004

NELSON MIURA

Prefeito de Pontes e Lacerda

Abril de 2002

OLÍVIO DONIZETE DE ARAÚJO (BEBÉ)

Presidente da Associação Nossa Senhora do Rosário – Assentamento Rio Alegre (Pecuária)

Janeiro de 2000

OTTO CASSIANO DE ASSIS

Presidente da Associação dos Lavradores Unidos da Comunidade de Santa Maria – Gleba Bananal – Área ocupada

Participaram também: Sr Osvaldo Rodrigues da Costa – secretário da associação – e Sr Arcanjo Rodrigues da Cruz – conselho fiscal da associação.

Janeiro de 2000

SÁGUIO MOREIRA SANTOS

Presidente do STR

Janeiro de 2000

Abril de 2002

SEBASTIÃO APARECIDO GOMES DA SILVA (CIDÃO)

Ex-dirigente do STR e vereador de Pontes e Lacerda

Janeiro de 2000

Secretário de Obras de Pontes e Lacerda

Abril de 2002

VICENTE JOSÉ PUHL

Coordenador da FASE regional

Janeiro de 2000

WLADIMIR DE OLIVEIRA COUTINHO

Executor do INCRA – Unidade Avançada Casalvasco – Pontes e Lacerda

Janeiro de 2000